



LEGISLAÇÃO COMPARADA

Trabalho de crianças e
adolescentes nos países do
Mercosul

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho são protegidas por direitos de propriedade intelectual, através do Protocolo 2 anexo à Convenção Universal sobre o Direito de Autor. Não obstante, certos resumos breves destas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, enviar as solicitações correspondentes ao Escritório de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), Secretaria Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça. Tais solicitações são bem-vindas.

OIT-IPEC

SPRANDEL, Marcia Anita; ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José e AKIO MOTONAGA, Alexandre

Legislação comparada sobre o trabalho de crianças e adolescente nos países do Mercosul.

Brasília: OIT, 2006. 128 p.

Trabalho infantil, comparativo, aspecto jurídico, convenção da OIT, Mercosul.
13.01.2

ISBN: 978-92-2-019544-4 (versão impressa)

ISBN: 978-92-2-019545-1 (Web pdf)

Dados de catalogação do OIT

As denominações empregadas em publicações da OIT, que estão em conformidade com as práticas das Nações Unidas, bem como os dados nelas contidos não implicam em nenhuma espécie de juízo por parte da Secretaria Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum dos países, zonas ou territórios citados, suas autoridades, ou a delimitação de suas fronteiras. A responsabilidade pelas opiniões expressas nos artigos, estudos e outras colaborações assinadas é exclusivamente de seus autores, e sua publicação não implica em endosso por parte da OIT.

A referência a empresas, processos ou produtos comerciais não implica em aprovação por parte da Secretaria Internacional do Trabalho e a omissão de nomes de empresas, processos ou produtos comerciais não implica em sua desaprovação.

As publicações da OIT podem ser obtidas junto ao Escritório para o Brasil (Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600), aos escritórios locais de diversos países, ou por meio de solicitação endereçada a Las Flores 275, San Isidro, Lima 27, Peru, ou para Caixa Postal 14-24, Lima, Per u.

Visite nossos sites: www.oit.org.pe/ipec e www.oitbrasil.org.br

Impresso no Brasil

ADVERTÊNCIA

O uso de uma linguagem que não discrimine ou acentue diferenças entre homens e mulheres é uma das preocupações de nossa Organização. Porém, não há acordo entre os lingüistas sobre a maneira correta de fazê-lo em nosso idioma.

Desta forma, para evitar a sobrecarga gráfica que implicaria o uso, em português, da referência continuada a ambos os sexos, optamos por usar o masculino genérico clássico, subentendendo que todas as menções a tal gênero sempre representam a ambos, homens e mulheres.

Siglas

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANEP/CEP	Administração Nacional de Educação Pública
ANONG	Associação Nacional de Organizações Não-Governamentais
ASU	Ação Sindical Uruguaia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIF	Centros de Atenção à Infância e à Família
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CEACR	Comissão de Especialistas na Aplicação de Convênios e Recomendações
CESITEP	Central Sindical dos Trabalhadores do Estado Paraguai
CETI	Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil
CETID	Comissão Especial do Trabalho Infantil
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CIT	Conferência Internacional do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNA	Código da Infância e da Adolescência
CNT	Central Nacional de Trabalhadores
CODENI	Conselhos Municipais dos Direitos de Crianças e Adolescentes
COETI	Coordenação para a Erradicação do Trabalho Infantil
CONAETI-Arg	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Argentina)
CONAETI-Py	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (Paraguai)
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONATRAE	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
CONFEE	Confederação de Funcionários e Empregados do Estado
COPRETIS	Comissões Provinciais de Trabalho Infantil
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
CPT	Confederação Paraguaia de Trabalhadores
CREA	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DGEEC	Diretoria Geral de Estatística, Pesquisa e Censos
EANNA	Pesquisa das Atividades de Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECH	Pesquisa Contínua de Domicílios
EGB	Educação Geral Básica
EPH	Pesquisa Permanente de Domicílios
ER	Pesquisa sobre emprego, renda e condições de vida em domicílios rurais
ESNA	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
FCES	Fórum Consultivo Econômico-Social

FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FSE	Fundo Social Especial
GBA	Grande Buenos Aires
GECTIPAS	Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente
GETID	Grupo de Estudos Relativos ao Trabalho Infante-Juvenil Doméstico
GERTRAF	Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado
GMC	Grupo Mercado Comum
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGTSS	Inspetoria Geral do Trabalho e da Seguridade Social
IIN	Instituto Interamericano da Criança
INAME	Instituto Nacional do Menor
INAU	Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFAMILIA	Programa Integral da Infância, Adolescência e Família em Situação de Risco
IPEC	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
LCT	Lei de Contrato de Trabalho
MDJ/INJU	Ministério dos Esportes e da Juventude
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MGAP	Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca
MSP	Ministério de Saúde Pública
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTEySS	Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social
NOA	Noroeste da Argentina
NEA	Nordeste da Argentina
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OPYPAMGAP	Secretaria de Programação e Política Agropecuária do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca
PAI	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro
PBF	Programa Bolsa-Família
PDD	Programa de Duração Determinada
PIAF	Programa da Infância e da Família
PIT/CNT	Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional dos Trabalhadores
PJJHD	Plano Chefes de Família, Homens e Mulheres, Desempregados
PNA	Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SEDH	Secretaria de Estado de Direitos Humanos
SG	Subgrupo

SIMPOC	Programa de Informação, Estatística e Monitoramento em Matéria de Trabalho Infantil
SIPIA	Sistema Nacional de Informações para a Infância e a Adolescência
SIT/MTE	Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
SNNA	Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UIA	União Industrial Argentina
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

Apresentação	11
Resumo executivo	13
Introdução	37
Capítulo I O trabalho infantil nos países do Mercosul	41
Capítulo II Análise normativa	
2.1 <i>Instrumentos internacionais</i>	47
2.2 <i>Perfil legislativo nacional</i>	51
2.3 <i>Quadros comparativos – Medidas adotadas para garantir a aplicação das Convenções 138 e 182 da OIT</i>	92
Capítulo III Recomendações e observações gerais	115
Bibliografia	121
Notas	125

Apresentação

A constituição e instalação do Parlamento do Mercosul, neste segundo semestre de 2006, é um dos momentos mais importantes da vida política moderna da América do Sul. A nova instituição nasce em um momento de profundas mudanças geopolíticas na região, com o aprofundamento de um inédito sentimento de unidade sul-americana e de valorizações de suas culturas.

O Parlamento do Mercosul consolida o bloco do ponto de vista institucional, somando-se ao Grupo Mercado Comum, que representa os Executivos, e ao Tribunal de Solução de Controvérsias, a instância judiciária. Mas, mais do que isso, pelas suas características o Parlamento do Mercosul cria condições objetivas e estruturais para a construção da “cidadania Mercosulina”.

Nesse sentido, além das questões econômicas, a integração deve também contemplar a assimetria de direitos sociais, que pressupõe a existência de políticas públicas e legislações comuns. Este estudo sobre o trabalho infantil na região, realizado em parceria com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), identifica os diferentes marcos jurídicos e sugere soluções, como um exemplo do futuro papel do Parlamento do Mercosul.

Portanto, é com orgulho que apresentamos o presente trabalho, de grande competência técnica, com a certeza de que o Parlamento do Mercosul transformará seus diagnósticos e sugestões em propostas jurídicas concretas, cumprindo seu papel regimental de elaborar estudos e anteprojeto para normas nacionais, voltados para a harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes.

*Senador Sérgio Zambiasi
Presidente Pro Tempore da
Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
e da Seção-Brasil da CPCM*

Brasília, junho de 2007.

Resumo executivo

O presente estudo faz parte do componente legislativo do Plano Sub-regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nos países do Mercosul¹, financiado por OIT/IPEC, que estabelece a adaptação legislativa e normativa como uma área fundamental.

No âmbito do Mercosul, existe igualmente o compromisso de adequação das legislações nacionais ao conteúdo da Convenção 138 sobre Idade Mínima de Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973) e da Convenção 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (1999), cujos princípios e direitos estão relacionados com aqueles estabelecidos na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas.

Em julho de 2002 os países do Mercosul e o Chile aprovaram uma agenda de trabalho para o desenvolvimento do Plano Sub-regional para a Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil nos Países do Mercosul, do qual faz parte a recomendação de esforços para uma harmonização legislativa entre os diferentes países integrantes do bloco regional.

Tendo tais normativas como paradigma e a defesa da proteção dos direitos de crianças e adolescentes e a prevenção e erradicação do trabalho infantil como fundamento, o presente estudo identifica a legislação nacional e internacional relacionada ao trabalho de crianças e adolescentes vigente na Argentina, no Brasil, Paraguai e Uruguai, apontando contradições e lacunas existentes e fazendo recomendações para sua melhor regulamentação, adaptação e cumprimento. Tais recomendações deverão ser apoiadas técnica e politicamente pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), transformada no Parlamento do Mercosul em dezembro de 2006.

O ponto de partida para o presente trabalho foi uma análise comparativa de documentos produzidos entre 2003 e 2006² pela Organização Internacional do Trabalho, com recomendações para uma melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Tratou-se também de identificar as mudanças ocorridas em cada país depois da publicação destes documentos, seja em termos de adesão a normativas internacionais, seja em relação a legislações nacionais, programas de governo, dados censitários sobre trabalho infantil e ações de redes de entidades da sociedade civil. Também foram incorporadas observações sobre os quatro países identificadas nos informes da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT (CEACR).

1 Observe-se que não estão incluídas neste trabalho informações sobre a Venezuela, que apenas recentemente ingressou no bloco, e sobre os países associados ao Mercosul, ou seja, Bolívia, Equador, Peru, Chile e Colômbia.

2 Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil (Documento de Trabalho nº 171) [2003]; Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho Infantil e Adolescente no Uruguai (Documento de Trabalho nº 173) [2003]; Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Paraguai (Documento de Trabalho nº 183) [2004]; e Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes na Argentina (Documento de Trabalho nº 203) [2006].

O Capítulo I caracteriza brevemente o trabalho infantil na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, trazendo estatísticas gerais e os principais setores identificados. Embora os documentos que serviram de base a este trabalho tenham sido produzidos em momentos diferentes, cobrindo áreas geográficas desiguais e com metodologias distintas, buscou-se apresentar, na medida do possível, a mesma quantidade e qualidade de informações.

O Capítulo II identifica os instrumentos internacionais vigentes em matéria de trabalho infantil no Mercosul, o posicionamento dos Estados Partes em relação aos mesmos e o perfil legislativo de cada país. A partir da análise do posicionamento dos quatro países em relação a cada um dos artigos das Convenções 138 e 182 elaborou-se o seguinte quadro demonstrativo, que inclui também sugestões para adaptações legislativas, quando necessário:

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 1º Todo país membro no qual vigore esta Convenção compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e leve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.</p>	<p>-Criação da CONAETI-Arg (2000). -Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006).</p>	<p>-Criação da CONAETI-Br (2002). -Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (1996). -Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004).</p>	<p>-Criação da CONAETI-Py (2002). -Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes (2003-2008). -Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA (2004).</p>	<p>-Criação do CETI (2000). -Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
<p>Artigo 2º 1. Todo País Membro que ratificar esta Convenção especificará, em declaração anexa à ratificação, uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; ressalvado o disposto nos artigos 4º e 8º desta Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior a essa idade será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação. (...) 3. A idade mínima fixada nos termos do parágrafo 1º deste artigo não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos. 4. Não obstante o disposto no parágrafo 3º deste artigo, o País Membro cuja economia</p>	<p>-Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 14 ANOS. -Lei de Contrato de Trabalho nº 20.744 (LCT), em seu artigo 189, proíbe a ocupação de menores de 14 anos.</p>	<p>-Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 16 ANOS. -A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.</p>	<p>-Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 14 ANOS. -A Lei 2332 de 2003, que aprova a Convenção 138, fixa em 14 anos a idade mínima de admissão ao emprego.</p>	<p>-Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 15 ANOS. -O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 162, fixa em 15 anos a idade mínima para que adolescentes trabalhem em empregos públicos ou privados, em todos os setores de atividade econômica, salvo exceções (INAU).</p>

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos. (...)</p> <p>Artigo 3º</p> <p>1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.</p> <p>2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o parágrafo 1º deste artigo.</p> <p>3. Não obstante o disposto no parágrafo 14 deste artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade</p>	<p>-A Lei de Contrato de Trabalho, nos artigos 176 e 191, proíbe a menores de 18 anos a realização de tarefas penosas, perigosas ou insalubres.</p> <p>-O art. 112 da Lei nº 22.248 (Regime Nacional de Trabalho Agrário) proíbe menores de 18 anos de se ocuparem de trabalhos penosos, perigosos ou insalubres, conforme determina a regulamentação.</p>	<p>-A Constituição Federal, em seu artigo 7º, Inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos.</p>	<p>-O Código do Trabalho, artigo 125, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em tarefas ou serviços suscetíveis de afetar sua moralidade ou bons costumes; relacionado a bebidas alcoólicas; trabalho de ambulante (salvo autorização especial); trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos que possam interferir no desenvolvimento físico normal, cujas jornadas sejam superiores à estabelecida; trabalho noturno em períodos previstos no art. 122 - crianças de 15 a 18 anos, das 22 às 6 horas (exclui o trabalho doméstico) e de 13 a 15 anos, das 20 às 8 horas - bem como outros previstos em lei.</p> <p>-Em seu artigo 180, estabelece que poderão trabalhar em atividades agrícolas, pecuárias, florestais e similares os maiores de 15 anos e, excepcionalmente, os de 14 anos.</p>	<p>-O art. 163 do Código da Infância e da Adolescência proíbe todo trabalho que não permita à criança ou ao adolescente gozar de bem-estar em companhia de sua família ou responsáveis ou que comprometa sua formação educacional.</p> <p>-Para que este artigo seja colocado em prática, é imprescindível que o Uruguai aprove a lista de trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que for executado, possam prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, elaborada pelo CETI.</p> <p>-O artigo 168 determina que, anualmente, todos os menores de 18 anos que trabalhem serão submetidos obrigatoriamente a exame médico, a fim de comprovar se a tarefa que realizam é ou não superior à sua capacidade física. Em caso afirmativo, deverão abandonar o trabalho sendo</p>

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente			-O art. 179 estabelece que os menores de idade não poderão realizar trabalhos vinculados ao manejo de tratores, motores a vapor, colheitadeiras e outras máquinas. -O Código da Infância e da Adolescência determina, em seu art. 54, a proibição do trabalho adolescente, sem prejuízo do estabelecido no Código do Trabalho, em qualquer local subterrâneo ou sob a água e em outras atividades perigosas ou nocivas à sua saúde física, mental ou moral.	realizado em troca de outro mais adequado. -Em relação ao trabalho noturno, o art. 172 determina que os adolescentes não poderão ser empregados das 22 horas às 06 horas da manhã seguinte, salvo autorização do INAU.
Artigo 4º 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concorrentes, se as houver, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação. (...)	-Não existem exceções.	-Não existem exceções.	-O Paraguai ainda não enviou memória relativa à Convenção.	-Não existem exceções. Inicialmente se havia excluído a indústria têxtil (permitindo-se a menores entre 16 e 18 anos jornadas completas com a prévia autorização do pai, mãe, tutor ou encarregado do então Conselho da Criança), a indústria de calçados e de couro. Tais exclusões, justificadas pela situação econômica do país, já não mais existem.
Artigo 5º 1. O País Membro, cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta com	-Não existem exceções.	-Não existem exceções.	-O Paraguai ainda não enviou memória relativa à Convenção.	-Não existem exceções.

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
as organizações de empregadores e de trabalhadores, se as houver, limitar inicialmente o alcance de aplicação desta Convenção (...).				
Artigo 6º Esta Convenção não se aplicará a trabalho feito por crianças e jovens em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho feito por pessoas de no mínimo quatorze anos de idade em empresas em que esse trabalho for executado dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, onde as houver (...).	-O artigo 187, parágrafo 2º da LCT prevê a participação de crianças e adolescentes entre 14 e 18 anos em programas de aprendizagem e orientação profissional e a Lei 25013, em seu art. 1º., regulamentam o contrato de trabalho de aprendizagem, reconhecendo-lhe natureza trabalhista.	-A Constituição Federal prevê o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, sendo que esse dispositivo constitucional foi regulamentado por meio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 ("Lei do Aprendiz"), que alterou artigos da CLT.	-O artigo 119 do Código do Trabalho isenta a aplicação da normativa o trabalho realizado por menores de idade em escolas profissionais, sempre que o mesmo se realize com fins de formação profissional e seja aprovado e fiscalizado por autoridades competentes.	-O artigo 166 do Código da Infância e da Adolescência determina sejam considerados programas de educação no trabalho aqueles realizados pelo INAU ou por instituições sem fins lucrativos, que tenham exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do aluno que prevaleçam sobre os aspectos produtivos. -A Lei 16.873, de 1997, estabelece requisitos e outorga benefícios a empresas que incorporem jovens em quatro modalidades contratuais: estímulos para estudantes, bolsas de trabalho, contrato de aprendizagem e aprendizagem simples. A lei, no entanto, não faz referência à idade mínima.
Artigo 7º 1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que: a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e	-Sem previsão legal. -Poderia ser considerado trabalho leve aquele previsto no artigo 189, parágrafo 2º, da LCT, que permite o trabalho de menores de 14 anos em empresas que ocupem somente membros da família	-Não existe previsão de trabalhos leves no Brasil, uma vez que o trabalho só é permitido para maiores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.	-Não existe previsão. -O estudo legislativo sugere a elaboração de uma lista de trabalhos leves para crianças a partir de 13 anos.	-O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 165, determina que o INAU revisará as autorizações que concedeu em relação ao emprego de crianças e adolescentes entre 13 e 15 anos. Apenas serão permitidos

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida (...).	e desde que a ocupação não seja nociva, prejudicial ou perigosa, e a Lei nº 22.248, que trata do Regime Nacional de Trabalho Agrário, que permite o trabalho de crianças e adolescentes em propriedade agrícola explorada pela própria família. No entanto, em ambos os casos não há previsão de idade mínima.			trabalhos leves, que por sua natureza ou pelas condições em que se apresentam não prejudiquem o desenvolvimento físico, mental ou social dos mesmos, nem comprometam sua escolaridade.
Artigo 8º 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas (...).	-Decreto nº 4910/57: atribui ao Ministério do Trabalho a responsabilidade de realizar a fiscalização do regime legal de trabalho de menores de 18 anos em atividades artísticas. Decreto no. 4364/66: estabelece as condições de liberação das autorizações: o período de trabalho não pode passar da meia-noite, deve-se resguardar sua saúde e moralidade, o trabalho não pode prejudicar a instrução e deve respeitar um repouso de 14 horas consecutivas.	-O artigo 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, por meio de alvará, a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, ensaios e certames de beleza.	-Não existe previsão no Código da Infância.	-O Código da Infância e da Adolescência não traz nenhuma norma em relação ao tema.
Artigo 9º 1. A autoridade competente tomará todas as medidas necessárias, inclusive a instituição de sanções apropriadas, para garantir a efetiva vigência das disposições desta Convenção. 2. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade	-CONAETI-Arg. -O artigo 52 da LCT obriga o empregador a manter um livro especial com dados dos trabalhadores, porém, não exige a anotação da idade dos mesmos.	-CONAETI-Br. -A CLT prevê o registro de todo empregado em carteira de trabalho, o que inclui o trabalhador menor que 18 anos.	-Conselho Nacional da Infância/ Comissão Temática de Trabalho Infantil - Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência -Em relação aos registros que devem ser mantidos e colocados à disposição pelo empregador quando os	-INAU e Ministério do Trabalho e da Seguridade Social -Em relação aos cadastros, o artigo 167 do Código da Infância e da Adolescência determina que, para trabalhar, os adolescentes deverão contar com carne de habilitação fornecido pelo INAU, no qual

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão ao Trabalho ou Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>competente designarão as pessoas responsáveis pelo cumprimento das disposições que dão efeito à Convenção.</p> <p>3. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente estabelecerão os registros ou outros documentos que devem ser mantidos e postos à disposição pelo empregador; esses registros ou documentos conterão nome, idade ou data de nascimento, devidamente autenticados sempre que possível, das pessoas que emprega ou que trabalham para ele e tenham menos de dezoito anos de idade.</p>			<p>trabalhadores tiverem menos que dezoito anos, há previsão no Código do Trabalho (art. 123) e no Código da Infância e da Adolescência (arts. 55 a 61).</p>	<p>deverá constar, além dos dados pessoais, o consentimento para trabalhar do adolescente e seus responsáveis, exame médico e comprovação de haver completado o ciclo obrigatório de ensino ou o nível alcançado. Conforme o art. 177 da mesma norma, o INAU determinará os documentos que o empregador deverá levar e manter à disposição da autoridade competente.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Artigo 1º. Todo País Membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.	<p>-Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006).</p> <p>-Programa Luz da Infância para a prevenção e erradicação de exploração sexual comercial infantil.</p> <p>-Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural.</p> <p>-Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina.</p>	<p>-Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004).</p> <p>-Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (2003).</p> <p>-Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002).</p> <p>-Programa Sentinela.</p> <p>-Programa Bolsa Família e PETI</p> <p>-Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente (2004).</p> <p>-Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas. (2006).</p>	<p>-Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho dos Adolescentes (2003-2008).</p> <p>-Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA (2004).</p> <p>-Programa nacional para a diminuição progressiva do trabalho infantil nas ruas (Programa Abraço).</p>	<p>-Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
Artigo 2º Para os efeitos desta Convenção, o termo criança aplicase-á a toda pessoa menor de 18 anos.	<p>-A Lei 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em seu artigo 2º considera criança toda a pessoa até os 18 anos.</p>	<p>-O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º considera criança pessoa até 12 anos de idade e adolescente aquele entre 12 e 18 anos.</p> <p>-A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não deve ser entendida como uma contradição, uma vez que a legislação brasileira proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.</p>	<p>-A Lei nº 2169/03, que "Estabelece a Maioridade", define como criança toda pessoa até os 13 anos de idade e como adolescente, aquela entre 14 e 18 anos.</p> <p>-A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não deve ser entendida como uma contradição, uma vez que a legislação paraguai proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.</p>	<p>-O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 1º, define como criança todo ser humano até 13 anos de idade e como adolescente aos maiores de 13 anos e menores de 18 anos de idade.</p> <p>-A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não deve ser entendida como uma contradição, uma vez que a legislação uruguia proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 3º</p> <p>Para os efeitos desta Convenção, a expressão 'as piores formas de trabalho infantil' compreende:</p> <p>(a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados</p> <p>(OBSERVAÇÃO: Em junho de 2006, o departamento de normas da OIT alterou o texto do art. 3 (a) da Convenção 182, substituindo a palavra "tráfico" por "trata". Em português não existe esta diferenciação entre "tráfico" e "trata", como na língua espanhola. Em espanhol, o objetivo da "trata" é a exploração da pessoa e a finalidade do "tráfico" é a entrada ilegal de migrantes. No caso da "trata" não é indispensável que as vítimas cruzem as fronteiras para que se configure o ato delitivo, enquanto que este é um elemento necessário no "tráfico".)</p>	<p>-Constituição Nacional, artigo 15, consagra a abolição da escravidão e qualifica como crime todo ato de compra e venda de pessoas.</p> <p>-Código Penal, artigo 140, prevê ser crime o ato de reduzir uma pessoa à servidão. O art. 127-bis penaliza quem promover ou facilitar a entrada no país de menor de 18 anos para exercício da prostituição, com agravante quando a vítima tiver menos de 13 anos.</p> <p>-Nº 26.061. Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, artigo 9º, determina que as crianças e adolescentes têm direito a não serem submetidos, entre outras situações, a sequestros ou tráfico para qualquer fim.</p> <p>-Lei nº 25.632. Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e seus protocolos complementares para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças e contra</p>	<p>-Código Penal classifica como crime a redução à condição análoga à de escravo, com aumento da pena se o crime é cometido contra criança ou adolescente (art. 149); a frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203); o aliciamento para o fim de emigração (art. 206) e o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, configurando agravante se a vítima for menor de 18 anos (art. 207).</p> <p>-Lei nº 11.106, de 2005, tipifica nos artigos 231 e 231-A do Código Penal o tráfico internacional e o tráfico interno de pessoas para fins de prostituição, com agravamento de pena quando a vítima for criança ou adolescente.</p> <p>-Decreto nº 5.015, promulgado a Convenção de Palermo, de 12 de março de 2004. Decretos nº 5.016 e nº 5.017, ambos de 12 de março de 2004, promulgam seus Protocolos Adicionais referentes ao tráfico de trabalhadores migrantes e de pessoas.</p>	<p>-Constituição Nacional, artigos 10, 11 e 13, proíbe a escravidão, as servidões pessoais e o tráfico de pessoas. O art. 54 determina que a família, a sociedade e o Estado têm a obrigação de garantir proteção à criança contra o abandono, a desnutrição, a violência, o abuso, o tráfico e a exploração.</p> <p>-Código do Trabalho, art. 10, não reconhece como válido nenhum pacto ou convênio de trabalho em que se estipule a perda da liberdade pessoal.</p> <p>-Código da Infância e da Adolescência, artigo 54, proíbe o trabalho de adolescentes em atividades perigosas ou nocivas para sua saúde física, mental ou moral. Quando a exploração é promovida pelos próprios pais, tutores ou encarregados, segundo o artigo 73, pode resultar na perda do pátrio poder.</p> <p>-Código Penal prevê o crime de privação da liberdade (art. 124); de tráfico de menores (art. 223), destierro de pessoas para fora do território nacional (art. 125) e tráfico</p>	<p>-Código Penal (Lei nº 9.414, de 1934), art. 280, tipifica a aquisição, transferência e comércio de escravos e a redução de outros homens à escravidão; art. 283 tipifica a subtração ou retenção de uma pessoa menor de idade de seus pais, tutores ou curadores; art. 267, o rapto de mulher menor de 15 anos e art. 268, o rapto de solteira honesta maior de 15 e menor de 18 anos, com ou sem seu consentimento.</p> <p>-O art. 9º do Código da Infância e da Adolescência determina que toda criança e adolescente tem, entre outros, direito intrínseco à vida, à dignidade e à liberdade. O artigo 15, incisos c, g e h, refere-se à proteção especial do Estado contra a exploração econômica ou contra qualquer tipo de trabalho nocivo para a saúde, a educação ou para o desenvolvimento físico, espiritual ou moral de crianças e adolescentes; situações que colocam em perigo sua segurança, como detenções</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>o tráfico ilícito de migrantes por terra, mar e ar.</p> <p>-Lei nº 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia.</p> <p>-Lei nº 25.871, Lei de Migrações (2003), art. 16, introduz a figura penal do tráfico de pessoas (a ação de realizar, promover ou facilitar o cruzamento ilegal de pessoas pelos limites fronteiriços nacionais a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício), com agravante quando a vítima for menor de idade (art. 121).</p> <p>-Lei nº 24.429 extingue o serviço militar obrigatório e o substituiu pelo serviço militar voluntário para homens e mulheres com idade entre 18 e 24 anos de idade. Em situações excepcionais, o Poder Executivo poderá convocar, nos termos da Lei nº 17.531, os cidadãos que no ano da prestação do serviço venham a completar 18 anos. Nessa situação, alguém que faça dezoito anos em dezembro, poderá ser convocado, por exemplo, em fevereiro desse ano, com a idade de 17 anos. Isto ocorrendo, apenas haverá uma contradição ao disposto</p>	<p>-Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.</p> <p>-Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), regulamentada pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, determina em seu art. 19 que a obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o brasileiro completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.</p> <p>-O art. 20 determina que será permitida aos brasileiros a prestação do Serviço Militar como voluntário, a partir do ano em que completarem 17 (dezesete) anos. O art. 41, § 1º permite que os voluntários a prestação do Serviço Militar inicial se apresentem a partir da data em que completarem 16 (dezesseis) anos de idade. O art. 239 determina que, para efeito do Serviço Militar, cessará a incapacidade civil do menor na data em que completar 17 (dezesete) anos.</p>	<p>de pessoas para o exterior com fins de prostituição (art. 129). -O Paraguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seu protocolo adicional referente ao tráfico de pessoas; do Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados; e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia.</p> <p>-O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai afirma que não existe norma interna que proíba taxativamente o recrutamento de jovens menores de 18 anos, assim como, não existe proibição, ou melhor, regulamentação sobre o ingresso de jovens abaixo desta idade em Academias de Formação nas Forças Armadas, Policiais, etc. Na legislação interna (Lei nº 569/75 do Serviço Militar), existe uma exceção que permite o alistamento de jovens com menos de 18 anos para que cumpram esta idade durante o Serviço Militar Obrigatório.</p>	<p>e traslados ilegítimos; e situações que coloquem em perigo sua identidade; como adoções ilegítimas e venda.</p> <p>-O governo uruguaio indica em sua memória que não foi observado nenhum caso de escravidão, venda ou tráfico de crianças; nem o recrutamento forçado para sua utilização em conflitos armados. A Comissão de Peritos (CEACR; 2005) observa que o art. 280 do Código Penal só se refere ao comércio de escravos e observa que, ao que parece, a legislação nacional não contém nenhuma disposição que proíba a venda e o tráfico de crianças como forma de escravidão.</p> <p>-O Uruguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seus protocolos adicionais referente ao tráfico de migrantes e de pessoas e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia.</p>	<p>-A Lei Orgânica Militar (1941) estabelece que para integrar o corpo militar é necessário ter 18 anos completos. No Uruguai não existe serviço militar</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
(b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;	<p>no art. 3º. da Convenção se a excepcionalidade prevista tiver como fim o combate armado.</p> <p>-Lei nº 25.616 aprova o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados.</p>	<p>sete) anos. Os voluntários que, no ato de incorporação ou matrícula, tiverem 17 (dezesete) anos incompletos deverão apresentar documento hábil, de consentimento do responsável. Desde que estas condições de recrutamento não permitam a utilização de crianças em conflitos armados, não há contradição com o art. 3º. da Convenção.</p> <p>-Decreto nº 5.006, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.</p>	<p>-Apesar dos esforços realizados por alguns setores do Governo e da sociedade civil e do progresso na adoção de normas internacionais de direitos humanos que proíbem o recrutamento de menores de 18 anos de idade, continuam sendo registrados casos de seu recrutamento forçado ao Serviço Militar Obrigatório. Em função desta realidade, foi criada no país a Coalizão para Acabar com a Utilização de Meninos-soldados, com a participação da Anistia Internacional, do Movimento de Objeção de Consciência e com o apoio do Unicef Paraguai. A grande questão, neste caso, é garantir que as crianças que porventura ainda sejam recrutadas no país fiquem resguardadas de qualquer possibilidade de participação em conflito armado.</p>	<p>obrigatório. O direito uruguaio não admite a participação de menores de idade em nenhuma atividade militar, nem em conflitos armados.</p> <p>Além disso, o Uruguai ratificou, em setembro de 2003, o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados.</p> <p>-O art. 13 do Código da Infância e da Adolescência determina que as crianças e adolescentes não podem tomar parte nas hostilidades em conflitos armados, nem receber preparação para tal.</p>
	<p>-Código Penal, artigo 125, reprime com reclusão ou prisão, por um período de 4 a 10 anos, aqueles que promoverem ou facilitarem a exploração sexual comercial de menores de 18 anos, mesmo com o consentimento da vítima; artigo 128, reprime com prisão a produção ou publicação de imagens por</p>	<p>-Constituição Federal, artigo 227, parágrafo 4º, prevê punição severa para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este artigo encontra-se regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, com as respectivas sanções penais (artigos 240, 241 e 244-A).</p>	<p>-Código da Infância e da Adolescência, artigo 31, expressamente proíbe a utilização de crianças em atividades de comércio sexual, bem como na elaboração, produção ou distribuição de publicações pornográficas com crianças.</p> <p>-Código Penal prevê os crimes de coação sexual, com</p>	<p>-Código Penal, artigo 278, tipifica a exibição pornográfica, delito cometido por aquele que oferece publicamente espetáculos teatrais ou cinematográficos obscenos, ou que transmite audições ou efetua publicações de idêntico caráter. Não há referência à participação de menores de 18 anos; art. 274 (corrupção</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	<p>nográficas em que se exibam menores de 18 anos, bem como produções ao vivo de espetáculos com cenas pornográficas envolvendo menores de 18 anos.</p> <p>-Estão em tramitação no Congresso argentino diversas iniciativas legislativas que procuram modificar o art. 128 do Código Penal, penalizando a posse de pornografia infantil e sua difusão por qualquer meio, inclusive a Internet.</p> <p>-Lei n° 26.061, Lei de Proteção Integral aos Direitos das Crianças e Adolescentes, artigo 22, proíbe a exposição, difusão ou divulgação de dados, informações e imagens de crianças e adolescentes, quando lesionem sua dignidade ou reputação.</p> <p>-Lei n° 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.</p>	<p>-Lei n° 10.764, de 12 de novembro de 2003, altera os artigos 240 a 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando a pena, prevenindo o agravamento para quem comete o crime, sobressaindo-se em razão do exercício de cargo ou função e tipificando de maneira mais abrangente os crimes de exposição da imagem da criança de forma pejorativa na Internet.</p> <p>-Decreto n° 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da criança referente à venda de crianças, a prostituição e à pornografia infantil</p>	<p>agravante quando a vítima tiver menos de 18 anos (art. 128) e o proxenetismo contra menores de 18 anos, com agravante quando a vítima tiver menos de 14 anos (art. 139).</p> <p>-O Paraguai ratificou, em agosto de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.</p>	<p>de maior de 15 e menor de 18 anos prevê situação de proxenetismo.</p> <p>-Código da Infância e Adolescência, artigo 11, determina que toda criança e adolescente tem direito a que se respeite a privacidade de sua vida. Tem direito a que sua imagem não seja utilizada de forma lesiva, nem se publique nenhuma informação que o prejudique e possa dar lugar a individualização de sua pessoa. O art. 15, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes em relação a toda forma de abandono, abuso sexual ou exploração da prostituição. O art. 130 define como maltrato e abuso de criança ou adolescente as seguintes situações: maltrato físico, maltrato psíquico-emocional, prostituição infantil, pornografia, abuso sexual e abuso psíquico e físico.</p> <p>-O Uruguai ratificou, em julho de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
(c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes;	-Regime Penal de Entorpecentes, Lei nº 23.737, artigo 11, prevê que as penas serão aumentadas nos casos em que criminosos vierem a utilizar menores de dezoito anos ou em prejuízo dos mesmos. As sanções serão agravadas nas hipóteses em que os delitos ocorrerem nas imediações de escolas ou em qualquer outro lugar que estudantes frequentem com objetivo de realizar atividades educativas, esportivas e sociais. O artigo 36 dispõe sobre a perda do pátrio poder nos casos em que haja envolvimento de crianças com o tráfico de entorpecentes realizado pelos pais.	-A legislação brasileira prevê que é crime corromper ou facilitar corrupção de pessoa menor de 18 anos, com ela praticando ou sendo induzida a praticar ato ilícito (Lei nº 2252/1954). -A Lei 6.368/76, que dispõe sobre o tráfico ilícito e o uso de substâncias entorpecentes, criminaliza condutas e prevê, no inciso III do art. 18, penas maiores sempre que o crime vitimar ou decorrer de associação com menores de 21 anos.	-Lei nº 1340/88, que modificou e atualizou a Lei nº 357/72, estabelece penas elevadas para quem realiza tráfico de entorpecentes e dispõe que será considerado agravante quando as vítimas ou intermediários utilizados forem menores de idade.	-O art. 15 do Código da Infância e Adolescência, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes de situações que ponham em risco sua vida ou incitem à violência, como o uso e o comércio de armas.
(d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. Artigo 4º 1. Os tipos de trabalho a deverão ser determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados, levando	-Os artigos 176 e 191 da LCT proibem a realização de tarefas penosas, perigosas ou insalubres a menores de 18 anos. O artigo 112 da LCT proíbe os trabalhos agrícolas perigosos. -Em abril de 2005 foi concluída a Consulta Nacional para a identificação dos trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. O esforço conjunto	-Constituição Federal, art. 70., inciso XXXIII, proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos. -Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veda o trabalho penoso ou em locais que prejudiquem o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de crianças e adolescentes e proíbe o trabalho noturno. -Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), art. 405, proíbe o trabalho noturno, ou em locais e serviços perigosos,	-Constituição Nacional, artigo 53, dispõe sobre a proteção da criança e de seu desenvolvimento harmônico e integral que, por sua vez, constitui-se em uma obrigação da família, da sociedade e do Estado: o artigo 54 prevê garantias aos adolescentes que trabalham, destacando-se os direitos trabalhistas de prevenção à saúde; direitos individuais relativos à liberdade, respeito e dignidade; e direito a ser submetido periodicamente a	-A memória do governo uruguayo relativa à Convenção 182 faz referência a uma série de decretos, leis e resoluções sobre o tema. -Código da Infância e Adolescência, art. 164, determina que o INAU estabelecerá como caráter de urgência a lista de tarefas a serem incluídas na categoria de trabalho perigoso ou nocivo para a saúde de crianças e adolescentes ou para seu desenvolvimento físico ou moral, que estarão terminan

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>em consideração as normas internacionais pertinentes, particularmente os parágrafos 3º e 4º da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.</p> <p>2. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores interessadas, deverá identificar onde são praticados esses tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste artigo.</p> <p>3. A relação dos tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste artigo deverá ser periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.</p>	<p>de diversos órgãos governamentais produziu um projeto de decreto, elaborado pela Superintendência de Riscos Laborais, que determina quais são estes trabalhos. Está pendente a aprovação do Decreto.</p>	<p>insalubres ou moralmente danosos.</p> <p>-O Ministério do Trabalho e Emprego, em 2000, instituiu comissão formada por representantes do Governo Federal, do Ministério Público do Trabalho, dos empregadores e dos trabalhadores, sendo que em 17 de janeiro de 2001 foi apresentada a lista com as 82 atividades que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executadas, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.</p> <p>-Em maio de 2005 a CONAETI instituiu uma Subcomissão para Análise e Redefinição das Atividades Perigosas ou Insalubres em Relação ao Trabalho Infantil, que está revisando a lista em vigor.</p>	<p>exames médicos.</p> <p>-Código da Infância e da Adolescência prevê a criação de um Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência que deverá regular e integrar os programas e ações no nível nacional, estadual e municipal.; o artigo 54 determina, sem prejuízo do Código do Trabalho, a proibição do trabalho de adolescentes em qualquer lugar subterrâneo ou abaixo da água, bem como outras atividades perigosas ou à sua saúde física, mental ou moral; o artigo 125 enuncia uma série de serviços proibidos para menores de 18 anos, como por exemplo: tarefas ou serviços suscetíveis de afetar a moralidade ou os bons costumes; trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos superiores à jornada estabelecida, ou superiores à força física, ou que possam impedir ou retardar o desenvolvimento físico normal.</p> <p>-Decreto nº 4951, de 22 de março de 2005, que regulamentou a Lei nº 1657/2001 (que "ratifica a Convenção 182 da OIT, que proíbe as piores formas de trabalho infantil, e estabelece linhas</p>	<p>temente proibidas, qualquer seja a idade do que pretenda trabalhar ou se encontre em relação de trabalho. A Lista de Trabalhos Perigosos elaborada pelo Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) já está pronta. Aguarda-se sua transformação em Decreto.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Artigo 5º Todo País Membro, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão efeito à presente Convenção.	-CONAETI-Arg -Programa de Informação Estatística e Monitoramento do Trabalho Infantil (SIMPOC), a cargo da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais (Ministério do Trabalho). -Registro Nacional de Informação de Menores Extraviados, no âmbito do Ministério da Justiça, que centraliza, organiza e compara as informações de todo o país. -O Registro Nacional funciona na órbita do Programa Nacional de Prevenção à Subtração e ao Tráfico de Crianças e dos Delitos contra a sua Identidade. -Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.	-Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, -Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), -Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico – CETID e - CONAETI-Br. -Projeto Presidente Amigo da Criança, lançado em 2002, e - Rede de Monitoramento Amiga da Criança. -Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (Ministério do Trabalho). - Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança - Coordenadoria Nacional sobre TI do Ministério Público do Trabalho - Comissões Municipais PETI	de ação imediata para sua eliminação”) aprovou a lista de 26 atividades que “por sua natureza ou pela condição em que se realizam, colocam em grave risco a saúde física, mental, social ou moral de crianças e adolescentes, interferindo com sua escolarização ou lhe exigindo combinar grandes jornadas de trabalho com sua atividade educativa”.	-Ministério do Trabalho e da Seguridade Social através da Inspeção Geral do Trabalho (IGTSS) e INAU. -Comité Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI). -O art. 218 do Código da Infância e Adolescência determina que o INAU deverá desenvolver o Sistema Nacional de Informação sobre a Infância e Adolescência, que deverá incluir dados sobre as crianças ou adolescentes sob sua responsabilidade e das instituições que os atendem.
Artigo 6º 1. Todo País Membro elaborará e desenvolverá programas	- Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.	- Plano Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil.	-Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência. -CONAETI-Py.	-Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
de ação para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil. 2. Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as relevantes instituições governamentais e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração, conforme o caso, opiniões de outros grupos interessados.	-Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural. -Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina. -Programa de Formação e Informação Sistemática em matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil -Programa Luz da Infância.	- Plan Nacional de Direitos Humanos - Plano Nacional da Educação - Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. -Política Nacional de Saúde Para a Erradicação do Trabalho Infantil. -Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas. (2006).	Infância e da Adolescência. -Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência (PNA). -Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA. - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes. -Programa nacional para a diminuição progressiva do trabalho infantil nas ruas (Programa Abraço).	Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).
Artigo 7º 1. Todo País Membro deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a efetiva aplicação e o cumprimento das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a elaboração e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, outras sanções. 2. Todo País Membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, deverá adotar medidas efetivas e em prazo determinado com o fim de: (a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil; (b) proporcionar a necessária e apropriada assistência direta	-No que se refere a sanções penais, estas já se encontram inseridas na legislação interna, porém falta modernizar e atualizar outros temas como, por exemplo, a questão da divulgação de pornografia infantil na Internet. -Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, do qual a Argentina participou com o Programa Luz da Infância, na Província de Misiones. -Embora não se destinem especificamente ao combate ao trabalho infantil, existem importantes programas realiza	-Em termos da instituição de sanções penais, a legislação brasileira praticamente abarca todas as condutas atacadas pela Convenção. - Necessidade de artigo no Código Penal criminalizando a exploração do trabalho infantil. -PDD (Programa de Duração Determinada) -Programa de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Argentina, Brasil e Paraguai, da OIT/IPEC; - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). - Programa Bolsa Família (PBF); - Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e	-Necessidade de realizar algumas adequações legislativas, bem como campanhas de difusão e conscientização sobre a gravidade do problema, e a adoção de políticas públicas. -Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, da OIT/IPEC. -Rede de Proteção Social (Subprograma Família e sub-programa Abraços/Programa nacional para a diminuição progressiva do trabalho infantil nas ruas). -Em termos de autoridade competente, o Conselho	-Necessidade de introduzir de forma clara e explícita na legislação uruguaia a criminalização de determinadas condutas; no que se refere à sanção penal da exploração infantil, a legislação nacional é escassa. -Programa del Cardal; - Projeto Pró-Criança: Projeto 300; - Programa da Infância e da Família (PIAF) e - Plano CAIF -Em relação à autoridade responsável, o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) vem cumprindo este papel. -A memória do governo uruguaio relativa à Convenção

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;</p> <p>(c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e conveniente, à formação profissional;</p> <p>(d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e</p> <p>(e) levar em consideração a situação especial das meninas.</p> <p>3. Todo País Membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão efeito a esta Convenção.</p>	<p>dos pelo governo argentino de auxílio a crianças em situação de vulnerabilidade: o programa Chefes de Família (Mulheres e Homens) Desempregados (PJJHD), o programa Renda para o Desenvolvimento Humano (ou Famílias pela Inclusão Social) e o Programa Nacional de Bolsas Estudantis.</p> <p>-Na área de responsabilidade social corporativa, destaca-se o Programa Pro-Criança, da Movistar, gerido conjuntamente com o terceiro setor e vinculado à CONAETI e à OIT.</p> <p>-No que se refere à autoridade competente, a CONAETI, que é presidida pelo MTEYSS, tem ocupado esta posição desde sua criação.</p> <p>-O Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006) incorpora a perspectiva de gênero.</p>	<p>- Programa Sentinela.</p> <p>-Em relação à designação de autoridade competente para dar cumprimento às disposições da Convenção, a Portaria nº 365/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego determina que a CONAETI tem, entre suas atribuições, elaborar propostas para a regulamentação da Convenção 138 e 182 da OIT; verificar a conformidade das referidas Convenções com outros diplomas legais vigentes, visando as adequações legislativas porventura necessárias; propor mecanismos para o monitoramento da aplicação da Convenção 182; acompanhar a implementação das medidas adotadas para a aplicação dos dispositivos das Convenções 138 e 182 no Brasil.</p> <p>- O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) incorpora a perspectiva de gênero.</p>	<p>ho Nacional da Infância, coordenado pela Secretaria Nacional da Infância, criou uma comissão técnica de trabalho infantil, que está à frente deste tema.</p> <p>-O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes (2003-2008) incorpora a perspectiva de gênero.</p>	<p>182 identifica como autoridades competentes o INAU e o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social.</p>
<p>Artigo 8º</p> <p>Os países-membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das disposições</p>	<p>-Intercâmbio com Paraguai e Uruguai em termos de combate ao trabalho infantil perigoso e à inspeção do trabalho.</p>	<p>-País doador da OIT para Haiti, Angola e Moçambique no que se refere a programas de combate às piores formas de trabalho infantil.</p>	<p>-Iniciativas de intercâmbio com a Argentina em termos de combate ao trabalho infantil perigoso e de inspeção de trabalho.</p>	<p>-Iniciativas de intercâmbio com a Argentina em termos de inspeção de trabalho.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacionais, incluindo o apoio ao desenvolvimento social e econômico, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.	<p>Mercosul:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Declaração Sócio-laboral e Declaração Presidencial sobre a Erradicação do Trabalho Infantil. -Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil. -Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile. -Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho, nº 169, 2003). -Campanha gráfica. -Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho. -Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul. -Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile. -Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segu 	<p>Mercosul:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Declaração Sócio-laboral e Declaração Presidencial sobre a Erradicação do Trabalho Infantil. -Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil. -Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile. -Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho, nº 169, 2003). -Campanha gráfica. -Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho. -Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul. -Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile. -Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segu 	<p>Mercosul:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Declaração Sócio-laboral e Declaração Presidencial sobre a Erradicação do Trabalho Infantil. -Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil. -Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile. -Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho, nº 169, 2003). -Campanha gráfica. -Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho. -Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul. -Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile. -Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segu 	<p>Mercosul:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Declaração Sócio-laboral e Declaração Presidencial sobre a Erradicação do Trabalho Infantil. -Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil. -Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile. -Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho, nº 169, 2003). -Campanha gráfica. -Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho. -Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul. -Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile. -Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segu

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	<p>rança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC: -Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. -Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>rança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC: -Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. -Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>rança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC: -Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. -Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p>

O Capítulo III traz recomendações no âmbito subregional, dirigidas diretamente ao Parlamento do Mercosul, de acordo com suas competências, conforme definidas no artigo 4º. do Protocolo Constitutivo. São elas:

Competência do Parlamento do Mercosul	Recomendação
Elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos Estados Partes.	Recomenda-se que o Parlamento priorize neste documento anual a situação da criança e do adolescente em geral, e a situação do trabalho infantil e das piores formas de trabalho infantil, em particular. No relatório, o capítulo sobre crianças e adolescentes deverá dar especial ênfase à questão da criança migrante e de suas necessidades específicas em termos de atendimento e proteção, assim como à questão do tráfico de crianças e adolescentes, especialmente para fins de exploração sexual comercial. Para a elaboração do relatório anual sobre direitos humanos, o Parlamento do Mercosul deverá ouvir os diversos setores do governo, a sociedade civil e os organismos internacionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.
Solicitar informações e opiniões aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul.	As solicitações de informação, a serem enviadas aos órgãos consultivos e decisórios da estrutura do Mercosul, além de instrumentos de interlocução e possível pressão política, são importantes fontes de dados para a reflexão e o debate parlamentar. Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul, em sua rotina político-institucional, utilize este instrumento regimental para agilizar e aprofundar os debates e discussões sobre o trabalho infantil e as piores formas de trabalho infantil. Desta forma, e na qualidade de órgão consultivo do Conselho do Mercado Comum, estará fortalecendo seus laços com o Grupo Mercado Comum, a Comissão de Comércio do Mercosul e o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES).
Realizar reuniões semestrais com o Fórum Consultivo Econômico-Social – FCES.	O FCES, desde sua criação, tem sido um órgão fundamental para que a sociedade civil possa se expressar sobre diversas matérias que reflitam a preocupação e aspirações dos setores que o integram: representações dos empregadores, trabalhadores e setores diversos. Entre suas competências estão realizar pesquisas, estudos, seminários ou eventos de natureza similar sobre questões econômicas e sociais de relevância para o Mercosul; estabelecer relações e realizar consultas com instituições nacionais ou internacionais públicas e privadas e contribuir para uma maior participações da sociedade no processo de integração regional. Recomenda-se que o Parlamento inclua o tema do trabalho infantil e das piores formas de trabalho infantil na pauta das reuniões semestrais com o Fórum Consultivo Econômico-Social, oferecendo contribuições ao debate. Politicamente, a articulação do Parlamento com o FCES, ambos órgãos consultivos na estrutura do Mercosul, os transformará em aliados de peso na luta pelos direitos da criança e no apoio à implementação do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
Organizar reuniões públicas sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, com entidades da sociedade civil e o setor produtivo.	As reuniões públicas com entidades da sociedade civil e do setor produtivo são espaços fundamentais para o aprofundamento do debate, a discussão de propostas legislativas e o comprometimento público dos atores envolvidos. Recomenda-se que o Parlamento, logo após a aprovação de seu Regimento Interno, promova um ciclo de reuniões públicas para discutir estratégias para a erradicação do trabalho infantil. Deste ciclo de reuniões públicas deverão fazer parte reuniões específicas sobre migração e tráfico de seres humanos, especialmente crianças e adolescentes. Recomenda-se que, em consonância com o que prevê o Objetivo Específico 2 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, o Parlamento do Mercosul promova uma grande reunião pública para discutir o tema da migração entre os países do Mercosul e seu papel como uma das causas do trabalho infantil e suas modalidades.

Competência do Parlamento do Mercosul	Recomendação
<p>Elaborar pareceres sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requerem aprovação legislativa.</p>	<p>Recomenda-se que os pareceres sobre projetos de normas que tratem diretamente ou afetem a situação de crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil levem em consideração as observações e recomendações apresentadas no Capítulo 2 deste relatório.</p> <p>Recomenda-se que para a elaboração destes pareceres sejam realizadas reuniões públicas para permitir um amplo debate com a sociedade civil e o setor produtivo.</p> <p>Recomenda-se que o Parlamento priorize em seus trabalhos a proposta de criação do Fundo Social Especial (FSE), destinado a dar atenção especial aos setores da população em situação de pobreza extrema e exclusão, previsto no documento presidencial "Iniciativa de Assunção sobre a Luta contra a Pobreza Extrema" (2005).</p> <p>Recomenda-se que o Parlamento fique atento às atividades previstas no Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, colocando-se como parceiro.</p> <p>Recomenda-se dar especial atenção ao Objetivo Específico 1 do Plano, que é harmonizar a Declaração Sócio-laboral com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes que garantem os direitos da criança.</p> <p>Recomenda-se que, ainda em consonância com o que prevê o Objetivo Específico 1 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul (Res. GMC 36/O6), o Parlamento do Mercosul participe ativamente do debate sobre a revisão e incorporação à Declaração Sócio-laboral do Mercosul das normas vinculadas ao trabalho infantil surgidas posteriormente à aprovação da Declaração, tais como a Convenção 182 e a Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre a erradicação do trabalho infantil, entre outras.</p>
<p>Propor projetos de normas do Mercosul para sua consideração pelo Conselho do Mercado Comum.</p>	<p>Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul, a partir do acúmulo de discussões realizadas em diferentes fóruns e organismos (Subgrupo 10, Comissão Sócio-laboral, Fórum Consultivo Econômico-Social, Unidade Executiva do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul), proponha normas que reforcem o combate e a erradicação do trabalho infantil no Mercosul.</p> <p>Recomenda-se dar especial atenção ao Objetivo Específico 1 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, que é harmonizar a Declaração Sócio-laboral com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes, que garantem os direitos da criança.</p>
<p>Elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais, voltados à harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes, que serão comunicados aos parlamentos nacionais para sua consideração.</p> <p>Desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os parlamentos nacionais, com o objetivo de assegurar o cumprimento dos objetivos do Mercosul, em particular daqueles relacionados à atividade legislativa.</p>	<p>Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul crie em sua estrutura uma "Comissão da Criança e do Adolescente", de caráter permanente, que tenha como competência acompanhar os avanços e as lacunas legislativas dos países no que se refere à Declaração Sócio-laboral, à Declaração dos Presidentes e aos compromissos internacionais.</p> <p>Caberá ainda à referida "Comissão da Criança e do Adolescente" realizar reuniões públicas sobre o tema e elaborar os estudos e projetos previstos no artigo 4.14 do Protocolo Constitutivo.</p> <p>Recomenda-se que dentro desta Comissão seja formada uma subcomissão voltada especificamente ao tema do trabalho infantil e que sua primeira tarefa seja realizar um levantamento das propostas de projeto de lei em tramitação nos parlamentos dos Estados Partes do Mercosul, para posterior exame e decisão de estratégias políticas.</p> <p>Recomenda-se que esta subcomissão leve em consideração as observações sobre lacunas normativas e propostas de mudanças legislativas que fazem parte do presente relatório, dando especial ênfase a alguns temas recorrentes: listas atualizadas dos trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança; trabalho infantil doméstico; exigência do registro de trabalhadores adolescentes; utilização, procura e oferta de crianças para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; utilização, procura e oferta de crianças</p>

Competência do Parlamento do Mercosul	Recomendação
	<p>para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes; e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial.</p> <p>Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul, juntamente com os parlamentos nacionais, desenvolva ações e trabalhos conjuntos sobre o trabalho infantil e sua erradicação, enfatizando o combate às suas piores formas, notadamente o tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual comercial. O levantamento de matérias legislativas, recomendado no item anterior, deverá servir de base para este trabalho, no que se refere à atividade legislativa.</p> <p>Recomenda-se a realização de estudos legislativos conjuntos sobre temas como a aplicação da normativa em matéria de trabalho infantil, reformas penais para os casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tráfico de crianças e adolescentes e pornografia infantil.</p> <p>Recomenda-se a ação conjunta do Parlamento do Mercosul e dos parlamentos nacionais na realização de campanhas no nível regional e de grandes seminários temáticos.</p> <p>Recomenda-se a ação conjunta do Parlamento do Mercosul e dos parlamentos nacionais na aprovação da proposta de criação do Fundo Social Especial (FSE), destinado a dar atenção especial aos setores da população em situação de pobreza extrema e exclusão, previsto no documento presidencial "Iniciativa de Assunção sobre a Luta contra a Pobreza Extrema" (2005).</p> <p>Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul e os parlamentos nacionais trabalhem juntos na formação de legisladores em temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente, sob o marco dos instrumentos internacionais relativos ao trabalho infantil.</p> <p>Recomenda-se uma reunião anual das comissões temáticas de cada parlamento (incluindo o do Mercosul) que tenham como atribuição a criança e o adolescente e o mundo do trabalho, para acompanhamento de projetos, avaliação da situação de cada país e avaliação do Plano Sub-regional.</p>

Será fundamental, pois, o protagonismo do Parlamento do Mercosul no grande desafio proposto pela OIT em 2006: que se atinja o objetivo da abolição efetiva do trabalho infantil, empenhando-se na eliminação de todas as piores formas de trabalho infantil até 2016, com a concepção e implementação de medidas adequadas de duração determinada até o fim de 2008.

O Parlamento do Mercosul poderá cumprir, igualmente, o papel importantíssimo de coordenar o urgente e necessário compromisso político na região no sentido de que os governos, além dos planos de combate ao trabalho infantil, adotem políticas públicas eficazes de redução da pobreza, de ampliação e priorização da educação de crianças e adolescentes e de defesa dos direitos humanos.

Com este trabalho a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) pretendem contribuir para o êxito do processo de harmonização legislativa nos países do Mercosul e o cumprimento da normativa internacional que visa garantir a proteção dos direitos da criança.

As recomendações feitas, uma vez encaminhadas à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC)/ Parlamento do Mercosul, dever-se-ão traduzir em aprimoramentos legislativos fundamentais para a prevenção e erradicação do trabalho infantil no Cone Sul.

Introdução

Um dos objetivos do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é analisar a legislação vigente nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul)ⁱ, identificando as lacunas existentes no conjunto de convenções, recomendações, normas e tratados internacionais referentes ao tema do trabalho infantil.

O presente estudo faz parte do componente legislativo do Plano Sub-regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nos países do Mercosul, financiado por OIT/IPEC, que inclui como áreas fundamentais, além da adaptação legislativa e normativa, a adequação estatística, a criação e/ou ampliação dos sistemas de inspeção trabalhista, o fortalecimento dos agentes sociais, a incorporação do tema “trabalho infantil” nas políticas públicas sociais, a implementação de programas de ação direta e a criação de um observatório de políticas nacionais.

Observe-se que não estão incluídas neste trabalho informações sobre a Venezuela, que apenas recentemente ingressou no bloco, e sobre os países associados ao Mercosul, quais sejam Bolívia, Equador, Peru, Chile e Colômbia.

No âmbito do Mercosul, existe igualmente o compromisso de adequação das legislações nacionais ao conteúdo das Convenções 138 e 182 (cujos princípios e direitos estão relacionados àqueles referidos na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT) e da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Convenção 138 sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego (1973) determina que os Estados Partes deverão desenvolver uma política nacional de trabalho infantil que assegure a sua efetiva abolição e tem como objetivo central estabelecer patamares mínimos de idade para admissão ao emprego e ao trabalho como forma de prevenir e eliminar o trabalho infantil. Prevê que a idade mínima não poderá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a 15 anos, facultando aos países – cuja economia e condições de ensino não estiverem suficientemente desenvolvidos – optar pela idade mínima de 14 anos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reconhece – sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição econômica e nascimento – que toda criança tem direito à sobrevivência sadia, ao desenvolvimento pleno e à proteção contra todas formas de discriminação, exploração e abuso. Determina, em seu artigo 32, que os Estados Partes devem garantir o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo à sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Define como criança toda pessoa menor de 18 anos.

A Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) foi adotada na Conferência Internacional do Trabalho da OIT cinquenta anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. São quatro os princípios que regem os direitos fundamentais: livre associação e reconhecimento do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; efetiva abolição de trabalho infantil; e eliminação da discriminação com relação ao emprego e à ocupação.

A Convenção 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (1999) tem como objetivo a adoção, pelos Estados ratificantes, de um conjunto de medidas abrangentes, que inclui a elaboração e implementação de programas nacionais de ação, com vistas à eliminação das piores formas de trabalho infantil, definidas como: trabalho forçado e práticas análogas; exploração sexual e participação na produção de pornografia; participação em atividades ilícitas, como tráfico de entorpecentes e outros tipos de trabalhos suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Considera criança toda pessoa menor de 18 anos.

Em julho de 2002, os países do Mercosul e o Chile aprovaram uma agenda de trabalho para o desenvolvimento de um Plano Sub-regional para a Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil nos Países do Mercosul, com duração de 3 anos, a partir da sua aprovação (2006-2009), entre cujos objetivos se encontra a harmonização da Declaração Sócio-laboral do Mercosul, com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes, que garantizam os direitos da infância, gerando também mecanismos de supervisão, controle e acompanhamento desta normativa.

Tendo como paradigma tais normativas e como fundamento a defesa da proteção dos direitos de crianças e adolescentes e a prevenção e erradicação do trabalho infantil, o presente estudo identifica a legislação nacional e internacional relacionada com o trabalho de crianças e adolescentes vigente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, apontando as contradições e as lacunas existentes e fazendo recomendações para sua melhor regulamentação, adaptação e cumprimento. Tais recomendações deverão ser apoiadas técnica e politicamente pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC^{II}, que foi transformada, em dezembro de 2006, no Parlamento do Mercosul).

Para a elaboração do trabalho, partiu-se da análise comparativa dos seguintes documentos da Organização Internacional do Trabalho:

1. Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil (Documento de Trabalho nº 171) [2003].
2. Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho Infantil e Adolescente no Uruguai (Documento de Trabalho nº 173) [2003].
3. Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Paraguai (Documento de Trabalho nº 183) [2004].
4. Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes na Argentina (Documento de Trabalho nº 203) [2006].

Tratou-se também de identificar as mudanças ocorridas em cada país depois da publicação destes documentos, seja em termos de adesão a normativas internacionais, seja em relação a legislações nacionais, programas de governo, dados censitários sobre trabalho infantil e ações de redes de entidades da sociedade civil.

O Capítulo I caracteriza brevemente o trabalho infantil na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, trazendo estatísticas gerais e os principais setores identificados.

O Capítulo II identifica os instrumentos internacionais vigentes em matéria de trabalho infantil no Mercosul, o posicionamento dos Estados Partes em relação aos mesmos e o perfil legislativo de cada país.

O Capítulo III traz recomendações para a adaptação das legislações nacionais em termos de lacunas normativas e de requisitos mínimos comuns para o enfrentamento do trabalho infantil.

Com este trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) pretendem contribuir para o êxito do processo de harmonização legislativa nos países do Mercosul e o cumprimento da normativa internacional para garantir a proteção dos direitos da criança.

As recomendações feitas, uma vez encaminhadas à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC)/ Parlamento do Mercosul, que tem entre suas atribuições realizar os estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados Partes e submetê-los aos Congressos Nacionais, deverão se traduzir em aprimoramentos legislativos fundamentais para a prevenção e erradicação do trabalho infantil no Cone Sul.

Capítulo I

O trabalho infantil nos países do Mercosul

A seguir serão apresentados alguns dados sobre o trabalho infantil na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Procurou-se reduzir ao máximo as informações, incluindo apenas – e sempre que disponíveis – referências à magnitude por sexo e por faixa etária; dimensão do fenômeno na área rural e urbana; referências ao trabalho doméstico; relação entre educação e trabalho infantil; e dimensões do trabalho familiar e do trabalho autônomo.

Embora os documentos que serviram de base a este trabalho tenham sido produzidos em momentos diferentes, cobrindo áreas geográficas desiguais e com metodologias distintas, buscou-se apresentar, na medida do possível, a mesma quantidade e qualidade de informações.

Na Argentina, a fonte atualizada é o documento Trabalho Infantil na Argentina: avanços em sua mediçãoⁱⁱⁱ, que apresenta os resultados preliminares da Pesquisa de Atividades de Crianças e Adolescentes (EANNA), referente aos últimos quatro meses de 2004, divulgada pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social (MTEySS) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 12 de junho de 2005. Em abril de 2006, estes mesmos dados foram publicados no documento “Infância e adolescência: trabalho e outras atividades econômicas. Primera pesquisa: análise de resultados em quatro sub-regiões da Argentina”, editado por MTEySS, Instituto Nacional de Estadísticas e Censo (INDEC) e OIT.

No Brasil, a fonte é a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD)^{iv} de 2005, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao mês de setembro de 2005.

No Paraguai, a Pesquisa Permanente de Domicílios 2004 (EPH)^v, executada entre os meses de setembro e dezembro daquele ano pela Diretoria Geral de Estadística, Pesquisas e Censos (DGEEC).

No Uruguai, a fonte é o documento ‘O trabalho infantil e adolescente no Uruguai e seu impacto sobre a educação’^{vi}, publicado pelo Unicef em 2003, que tem como base de dados a Pesquisa Contínua de Domicílios (ECH) do Instituto Nacional de Estadística (INE), realizada no segundo semestre de 1999 em localidades com mais de cinco mil habitantes.

Na Argentina, os dados foram recolhidos na região da Grande Buenos Aires (GBA), na província de Mendoza e em duas sub-regiões do país integradas por três províncias do noroeste (NOA): Jujuy, Salta e Tucumán, e duas do nordeste (NEA): Formosa e Chaco. A mostra para as quatro sub-regiões foi de 14 mil domicílios. O conjunto da população coberta representa, aproximadamente, 50% do restante do país.

Os resultados da pesquisa demonstram que o trabalho infantil atinge 6,5% das crianças e 20,1% dos adolescentes. A sua magnitude varia segundo o sexo, afetando principalmente crianças e adolescentes do sexo masculino. Em contrapartida, as atividades domésticas intensas estão mais difundidas entre as mulheres, especialmente as adolescentes. Por sua vez, a porcentagem de crianças de 5 a 13 anos que trabalham é maior nas zonas rurais que nas urbanas e a diferença é ainda maior no caso dos adolescentes. Nas zonas rurais 35,5% dos adolescentes realizam alguma atividade laboral.

A maior proporção de crianças e adolescentes trabalhadores foi encontrada na província de Mendoza, enquanto as sub-regiões NEA e NOA se caracterizam por uma elevada proporção de crianças e adolescentes em atividade doméstica intensa. Quatro atividades laborais concentram 63% das crianças trabalhadoras e 56% dos adolescentes. Entre elas, se incluem atividades de risco que se enquadram nas piores formas de trabalho infantil, como a de catadores de papel e a de vendas nas ruas em condições precárias.

A forma preponderante de trabalho é a ajuda aos pais ou outros familiares. Não obstante, cerca de 30% das crianças e adolescentes trabalham por conta própria, evidenciando uma relação de trabalho particularmente desprotegida para os grupos de idade analisados. 18,6% das crianças trabalham entre 10 e 36 horas semanais e 15% dos jovens trabalham, ao menos, 36 horas semanais, o que corresponde ao tempo da jornada de trabalho adulta completa. Na área rural, 10% dos meninos e mais de 15% das meninas realizam suas atividades de trabalho no horário noturno. Quase 30% das crianças desenvolvem suas atividades nas ruas e/ou meios de transporte. A remuneração média de crianças e adolescentes é baixa: as crianças recebem, mensalmente, o equivalente a 21 dólares, e os adolescentes, o equivalente a 97 dólares. Apenas 10% dos jovens que exercem atividades laborais recebe algum benefício trabalhista.

O principal déficit educativo associado à condição laboral – a exclusão do sistema educacional – se manifesta claramente entre os adolescentes, uma vez que cerca de 26% dos que trabalham não freqüentam a escola. Esta situação é particularmente significativa nas áreas rurais e nas sub-regiões do NEA e do NOA, que incluem as províncias mais pobres da Argentina. As razões do abandono do sistema educacional estão ligadas a fatores de oferta (escassez de escolas próximas, falta de vagas e outras), que estão expressos nas elevadas porcentagens de faltas, atrasos e repetições de ano.

As crianças e adolescentes que trabalham começaram a fazê-lo muito cedo (as crianças aos 9 anos e meio, na média, e os adolescentes ao redor de 14 anos). O início é ainda mais precoce para as crianças residentes em áreas rurais, que começam a trabalhar um ano antes de seus pares urbanas, em média.

No Brasil, 5,3 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam em 2004, o que representa 11,8% das crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade; 1,5% das que tinham de 5 a 9 anos (cerca de 250 mil); 10,1% das que tinham de 10 a 14 anos (1,7 milhão) e 31,1% no grupo de 15 a 17 anos de idade.

A divulgação da PNAD 2005 demonstrou que o número de crianças de 5 a 14 anos de idade que trabalhavam cresceu 10,3% em relação a 2004. De 2004 para 2005, o nível de ocupação (porcentagem de ocupados no total da população de 10 anos ou mais de idade) passou de

1,5% para 1,8% na faixa etária de 5 a 9 anos; de 10,1% para 10,8% na de 10 a 14 anos; e de 31,1% para 30,8% na de 15 a 17 anos de idade.

O aumento de 10,3% no número de crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade foi influenciado pelo crescimento da categoria de trabalhadores envolvidos na produção consumo próprio, típica da atividade agrícola, e, em menor grau, dos não-remunerados, também concentrada nessa atividade. A concentração das crianças e adolescentes ocupados em atividade agrícola diminuía com o aumento da idade, o mesmo ocorrendo com os trabalhos sem contrapartida de remuneração.

Em 2005, a atividade agrícola detinha 76,7% do contingente ocupado de 5 a 9 anos de idade, sendo 58,7% na faixa de 10 a 14 anos e de 32,9% na de 15 a 17 anos. As categorias de trabalhadores sem contrapartida de remuneração (não-remunerados, na produção para consumo próprio ou na construção para o próprio uso) reuniam 91,3% das crianças de 5 a 9 anos de idade ocupadas em 2005, 71,6% do grupo de 10 a 14 anos de idade e 33,0% do contingente de 15 a 17 anos de idade.

Em 2005, o nível da ocupação masculina na faixa etária de 5 a 17 anos ficou em 15,6% e o da feminina, 8,6%. O indicador do contingente masculino manteve-se mais elevado que o do feminino nos três grupos de idade: foi de 2,4% contra 1,1% entre as crianças de 5 a 9 anos; de 14,3% contra 7,2% na faixa de 10 a 14 anos; e de 39,0% frente a 22,6% entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividade econômica apresentou diferenças regionais importantes. A região Sudeste foi a que deteve menor nível da ocupação das crianças e adolescentes (8,6%), vindo em seguida a Centro-Oeste (10,5%). No outro extremo, ficou o Nordeste (15,9%), seguido pela região Sul (14,0%). O percentual na região Norte foi de 13,1%.

Nos resultados de 2004 e 2005 com a mesma cobertura geográfica abrangida pela PNAD até 2003 (sem as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), verificase que o nível da ocupação do grupo de 5 a 17 anos de idade apresentou tendência de declínio em dez anos. De 2001 para 2005, a participação da parcela ocupada na faixa etária de 5 a 9 anos passou de 1,8% para 1,6%, na de 10 a 14 anos, de 11,6% para 10,3%, e na de 15 a 17 anos, de 31,5% para 30,3%. Em 1995 esses indicadores estavam, respectivamente, em 3,2%, 18,7% e 44,0%.

No Paraguai, em 2004, os menores de 18 anos representavam cerca de 43% da população total do país (2.462.000 pessoas).

Ao redor de 322.000 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (17,7% do total de pessoas de 5 a 17 anos) trabalhavam realizando atividades econômicas, remuneradas (ao menos 1 hora em uma semana em qualquer empresa) ou não-remuneradas (ao menos 15 horas em empresas exploradas pela família).

A proporção é superior em áreas rurais, onde cerca de 23 de cada 100 pessoas de 5 a 17 anos de idade realizam alguma atividade econômica, contra 13 de cada 100 em áreas urbanas.

O documento demonstra que 37,7% das pessoas de 5 a 17 anos de idade realizam tarefas no próprio lar, o que corresponde a aproximadamente 687.000 pessoas. A incidência deste tipo de atividade é maior em áreas rurais, onde 46 em cada 100 pessoas deste grupo colaboram com as atividades de casa, o que nas áreas urbanas se reduz a cerca de 30 em cada 100.

Na faixa etária de 10-14 anos a taxa de ocupação é de 20,8% (28,6% dos homens e 12,8% das mulheres). Na faixa etária dos 15 aos 19 anos, 52,8% estavam ocupados (67,8% dos homens e 37,7% das mulheres).

Um problema a ser enfrentado no Paraguai é a tradição da utilização das “criaditas”, crianças trabalhadoras domésticas que vivem em uma família que as recebe em condições de grande vulnerabilidade a todo tipo de abuso e violações de seus direitos.

Segundo a Secretaria Nacional da Infância e Adolescência (SNNA), existem no país cerca de 40 mil “criaditas” de 6 a 12 anos de idade, sendo 12.000 apenas em Assunção.

Aproximadamente 69 em cada 100 crianças e adolescentes que realizam alguma atividade econômica freqüentam regularmente uma instituição de ensino formal e existem diferenças em termos de área de residência e grupos de idade. Os níveis de freqüência escolar são superiores nas áreas urbanas e nos grupos etários mais jovens.

No Uruguai, as informações sobre trabalho infantil começaram a ser coletadas na Pesquisa Contínua de Domicílios (ECH/INE), no segundo semestre de 1999^{vi}, em localidades com mais de cinco mil habitantes. O trabalho realizado pelo Unicef concluiu que no Uruguai, em 1999, nas áreas urbanas, uma de cada cem crianças entre 5 e 11 anos de idade e uma em cada vinte entre 12 e 14 anos estava trabalhando. Da mesma forma, um de cada cinco adolescentes entre 15 e 17 anos trabalhava naquele período.

Conforme o documento do Unicef, em 1999 havia nas áreas urbanas aproximadamente 34.000 crianças e adolescentes trabalhadores, dos quais 10.110 viviam em Montevidéu, 6.900 na área metropolitana e 17.000 no resto do país. 7,9% desta população (2.700 crianças) correspondia à faixa etária de 5 a 11 anos de idade. As crianças trabalhadoras de 5 a 11 anos representavam cerca de 15% do total da população nesta faixa etária.

Por outro lado, a informação recolhida através da pesquisa rural realizada pelo Departamento de Programação e Política Agropecuária do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca^{viii} (ER-OPYPA-MGAP) indica que, nas áreas rurais, praticamente uma de cada três pessoas maiores de 13 e menores de 18 anos de idade participava de atividades laborais no segundo semestre de 1999.

Combinando ambas as fontes de informação (ECH-INE e ER-OPYPA-MGAP), pode-se afirmar que no segundo semestre de 1999, entre as crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos de idade) que trabalhavam nas áreas urbanas e os adolescentes trabalhadores (de 14 a 17 anos) do meio rural, este fenômeno compreendia 47.900 pessoas em todo o país. Embora não exista informação confiável e precisa sobre a dimensão do trabalho infantil (5 a 13 anos de idade) nas áreas menores de 5.000 habitantes, o documento do Unicef afirma ser possível estimar que a incidência porcentual que este fenômeno tem no meio rural não

difere significativamente das zonas urbanas (1% para a faixa de 5 a 11 anos de idade e 5% para os maiores de 11 e menores de 14 anos).

Sendo assim, à cifra de 47.900 crianças e adolescentes trabalhadores a que se havia chegado devem ser somadas 1.800 crianças do meio rural que provavelmente participam de atividades laborais. Conseqüentemente, afirma o documento, pode-se estimar que no final de 1999 aproximadamente 50.000 crianças e adolescentes (entre 5 e 17 anos de idade) trabalhavam em todo o país (áreas urbanas e rurais).

O estudo do Unicef demonstra que o volume mais significativo de adolescentes com dedicação exclusiva ao estudo está nas localidades urbanas. Também no meio urbano se constata um crescimento significativo das taxas de ocupação entre uma idade e outra: de 4,4% aos 14 anos a 6,7% aos 15 anos, e chega a 20,8% aos 17 anos. No meio rural, a taxa de ocupação já parte de um patamar superior (20,4%) e chega a 43,7% aos 17 anos.

A taxa de ocupação entre adolescentes provenientes de lares mais desfavorecidos é quase 55% superior à registrada entre os que provêm de famílias de renda média e alta. No que se refere à relação entre educação e trabalho, de acordo com as características que esta assume no Uruguai, seria praticamente impossível articular inserção laboral e a assistência educativa. As jornadas de trabalho de cinco a sete horas diárias em média, as elevadas taxas de evasão escolar registradas entre a totalidade da população e, particularmente, entre os que trabalham, indicam que a freqüência escolar e a inserção no mercado de trabalho constituem duas condições difíceis de combinar.

Embora existam particularidades locais, como vimos, o trabalho infantil apresenta algumas características comuns nos quatro países do Mercosul. Em todos eles, a situação de pobreza acaba levando milhares de famílias que não apresentam níveis de vida e renda satisfatórios a recorrer à atividade econômica de crianças e adolescentes.

Outro estímulo ao trabalho precoce na região é a dificuldade de acesso e permanência na escola. Entre as causas está a quase ausência de metodologia e de conteúdo de ensino e de orientação profissional adaptados à realidade das crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

O relatório "A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance", lançado durante 95ª. Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 2006), afirma que o número de crianças trabalhadoras diminuiu globalmente em cerca de 11% durante os últimos quatro anos, enquanto que o número de crianças que realiza trabalhos perigosos diminuiu 26%^{ix}.

Os avanços mais importantes estão sendo registrados na América Latina e Caribe, onde o número de crianças que trabalham diminuiu cerca de dois terços nos últimos quatro anos. Atualmente, segundo a mesma fonte, apenas 5% das crianças entre 5 e 14 anos da região trabalham.

No entanto, os dados sobre trabalho infantil na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai demonstram que se fazem necessários novos investimentos para a eliminação total do problema. É fundamental, neste sentido, que se firme um amplo compromisso político na região, no sentido de que os governos, além dos planos de combate ao trabalho infantil,

adotem políticas públicas eficazes de redução da pobreza, de ampliação e priorização da educação de crianças e adolescentes e de defesa dos direitos humanos. Tais considerações serão retomadas na conclusão do trabalho.

Capítulo II

Análise normativa

Este trabalho tem como objetivo realizar um conjunto de recomendações para adaptações legislativas aos países-membros do Mercosul, a fim de que os princípios internacionais contidos nas Convenções 138 e 182 da OIT, bem como na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, sejam inseridos nos ordenamentos jurídicos de cada país.

Para tanto, inicialmente será analisado o posicionamento de cada país em relação aos principais instrumentos internacionais relacionados ao tema do trabalho infantil. Num segundo momento, será analisada a incorporação destes compromissos internacionais à normativa interna dos países.

2.1 Instrumentos internacionais

Os principais instrumentos internacionais na área do trabalho infantil são as Convenções 138 e 182 da OIT, bem como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Estas três convenções configuram um conjunto de direitos e garantias correlatas que visam a proteção integral da criança e do adolescente, como sujeitos de direito, devendo ser compreendidas de forma conjunta e orgânica. Da mesma forma, ao implementarem os dispositivos de cada uma delas, os Estados devem desenvolver ações que levem em conta as disposições contidas nos demais tratados.

Além destas três convenções, outro importante instrumento na luta contra o trabalho infantil é a Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada pela OIT em 1998, que inclui a abolição efetiva do trabalho infantil.

Nos quatro países analisados, o direito interno dos países é que determina a hierarquia dos tratados internacionais assinados por seus governantes. Assim, o art. 75, inciso 22, da Constituição Nacional da Argentina^{1*}, determina que:

“É responsabilidade do Congresso aprovar ou recusar tratados estabelecidos com as demais nações e com organizações internacionais e aqueles acordados com a Santa Sé. Os tratados e acordos são hierarquicamente superiores às leis.

A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e seu Protocolo Facultativo; a Convenção para a Prevenção e a Sanção do Delito de Genocídio; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção sobre os Direitos da Criança; nas condições de sua vigência, têm hierarquia constitucional, não revogam qualquer artigo da primeira parte desta Constituição e devem ser entendidos como complementares aos direitos e garantias por ela reconhecidos. Somente poderão ser denunciados, se for o caso, pelo Poder Executivo nacional, após aprovação de dois terços da totalidade dos membros de cada Câmara.

Os demais tratados e convenções sobre direitos humanos, após aprovação pelo Congresso, necessitarão do voto de dois terços da totalidade dos membros de cada Câmara para gozar de hierarquia constitucional”.

^{1*} N. do T.: As citações a seguir de legislações redigidas em língua espanhola foram traduzidas especificamente para este documento. Não se trata, portanto, de uma tradução oficial.

Ou seja, a legislação da Argentina confere aos tratados internacionais posição hierarquicamente superior a das leis. As normas dos instrumentos internacionais sobre direitos humanos têm hierarquia constitucional e devem ser entendidas como complementares aos direitos e garantias reconhecidos pela Constituição. Os outros tratados e internacionais sobre direitos humanos, entre os quais as Convenções em análise, para serem aprovados pelo Congresso, requerem o voto de dois terços dos membros de cada Câmara para gozar de hierarquia constitucional.

No Brasil, com a Reforma do Judiciário, aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, o parágrafo 3º. do art. 5º. da Constituição Federal determina que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

As Convenções em análise foram aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro antes da Reforma Constitucional. Havia então o entendimento, firmado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário, de que os tratados e as convenções internacionais subscritos pelo Brasil tinham força de lei ordinária dentro do ordenamento jurídico.

No entendimento de juristas de renome no país, como Lélío Bentes, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, não haveria sentido na existência de duas categorias de tratados internacionais em vigência no país, uma com caráter de emenda constitucional e outra com caráter de lei ordinária. Esta corrente jurídica não vê necessidade de nova votação para os acordos e convenções anteriores à Reforma e defende seu tratamento imediato como emenda constitucional.

No Paraguai, conforme os artigos 137 e 141 da Constituição Nacional:

Artigo 137 – DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

A lei suprema da República é a Constituição. Esta, os tratados, convênios e acordos internacionais aprovados e ratificados, as leis ditadas pelo Congresso e outras disposições jurídicas de hierarquia inferior, sancionadas em decorrência, integram o direito positivo nacional na ordem de prelação enunciada.

Aquele que tentar mudar a referida ordem, à margem dos procedimentos previstos nesta Constituição, incorrerá nos delitos que serão tipificados e penalizados na lei.

Esta Constituição não perderá sua vigência, nem deixará de ser observada por atos de força, nem será revogada por qualquer outro meio diverso daquele nela disposto.

São inválidas todas as disposições ou atos de autoridade opostos ao estabelecido nesta Constituição.

Artigo 141 – DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

Os tratados internacionais celebrados de forma válida, aprovados por lei do Congresso, e cujos instrumentos de ratificação foram trocados ou depositados, fazem parte do ordenamento jurídico interno, segundo a hierarquia determinada no Artigo 137.

Ou seja, no Paraguai a ratificação de um tratado ou convenção internacional se realiza por meio de lei nacional, tendo esta prevalência sobre as disposições legais inferiores. Isto significa que as leis e normas jurídicas de hierarquia inferior devem adequar suas disposições às normas internacionais ratificadas.

No Uruguai a harmonização do artigo 7º., inciso 85 e do artigo 168, inciso 20 da Constituição da República, tendo como base o Considerando IV, do Decreto de 25 de junho de 1951 e o Decreto de 15 de fevereiro de 1952, referentes à publicação e entrada em vigor dos Tratados

e Convenções Internacionais, determina que a legislação nacional está condicionada às normas internacionais vigentes. Ou seja, no Uruguai a ratificação de um tratado ou convenção internacional tem força de lei nacional. O Uruguai é o país que mais convenções internacionais tem ratificado, constituindo uma tradição nacional a adoção de acordos internacionais referentes aos princípios fundamentais que regulam os direitos humanos no âmbito internacional.

Artigo 168.- É atribuição do Presidente da República, atuando em conjunto com o respectivo Ministro ou Ministros, ou com o Conselho de Ministros:

20) Concluir e assinar tratados, necessitando da aprovação do Poder Legislativo para sua ratificação.

Artigo 85.- Compete à Assembléia Geral:

7º) Decretar guerra e aprovar ou reprová-la, por maioria absoluta de votos do total de componentes de cada Câmara, os tratados de paz, aliança, comércio e as convenções ou contratos de qualquer natureza que o Poder Executivo celebre com potências estrangeiras.

A Argentina ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança por meio da Lei nº 23.849; a Convenção 138, por meio da Lei 24.650, de 11 de novembro de 1996; e a Convenção 182 por meio da Lei 25.255, de 5 de fevereiro de 2001.

Em relação ao trabalho infante-juvenil, os principais diplomas legais que tratam do assunto são a Constituição da Nação Argentina⁴; a Lei de Contrato de Trabalho (LCT) nº 20.744, regulamentada pelo Decreto nº 390/1976, em especial os artigos 187 a 195 e a Lei 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, de 28 de setembro de 2005, cujo artigo 25 trata do direito ao trabalho de adolescentes, além das demais normas, como por exemplo, o Código Penal (1912).

O Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990; a Convenção 138 foi ratificada por meio do Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002; e a Convenção 182 por meio do Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.

As relações trabalhistas no Brasil sofreram forte regulamentação na década de 40 do século passado, inclusive em relação aos direitos das crianças e adolescentes, tanto que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aprovada em 1943, especialmente em seu Capítulo IV, Título III, apresenta dispositivos específicos que procuram proteger e tutelar o trabalho da pessoa menor de 18 anos.

Em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal, houve o reconhecimento dos direitos das crianças, inclusive o princípio da proteção integral:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), novos avanços foram realizados em termos de proteção e garantias às crianças e adolescentes.

Esses três diplomas legais – Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – formam os instrumentos legais básicos que normatizam e resguardam os direitos das crianças e adolescentes, o que, evidentemente, não exclui outras normas também relevantes como, por exemplo, o Código Penal (Lei nº 2848/1940).

No Paraguai, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi ratificada por meio da Lei nº 57 de 1990; a Convenção 138 foi ratificada por meio da Lei nº 2332, de 27 de novembro de 2003 e a Convenção 182 por meio da Lei nº 1657, de 10 de janeiro de 2001.

O Paraguai passou por um grande processo de reformas legislativas a partir da década de 1990, o que incluiu a adoção de uma nova Constituição Nacional em 1992, a promulgação de um novo Código do Trabalho em 1993, posteriormente modificado pela Lei nº 496 de 1995, bem como a aprovação de uma nova Lei Geral de Educação (Lei nº 1.264) em 1998 e a promulgação de um novo Código da Infância e da Adolescência (Lei nº 1.680), em 2001.

No Uruguai, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi ratificada por meio da Lei nº 16.137, de 28 de setembro de 1990; a Convenção 138 foi ratificada por meio do Decreto Lei nº 14.567, de 30 de novembro de 1976; e a Convenção 182, por meio da Lei nº 17.298, de 15 de março de 2001.

O conjunto de normas que trata da matéria ora em análise se encontra disperso em diversos níveis hierárquicos do ordenamento jurídico, caracterizando-se ainda por ser fragmentada e dispersa. Destacam-se a Constituição Nacional e o Código da Infância e da Adolescência (Lei nº 17.823, de 7 de setembro de 2004).

A Constituição Nacional prevê que a infância e juventude serão protegidas contra exploração e abuso, inclusive contra o abandono corporal, intelectual ou moral de seus pais e tutores. Prevê-se ainda que o trabalho dos menores de 18 anos será especialmente regulamentado e limitado.

O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 3º, determina que toda criança e adolescente têm direito a medidas especiais de proteção, que sua condição de sujeito em desenvolvimento exige, por parte de sua família, da sociedade e do Estado. O art. 163 determina que, no caso de crianças ou adolescentes que trabalham, o Estado fica obrigado a protegê-los contra toda forma de exploração econômica.

Em termos do Mercosul, do qual os quatro países são Estados Partes, têm-se a Declaração Sócio-laboral do Mercosul^{xv}, firmada pelos presidentes dos quatro países em dezembro de 1998, a Declaração dos Ministros do Trabalho do Mercosul sobre Trabalho Infantil (1999)^{xvi}, a Declaração Presidencial dos Países do Mercosul sobre Erradicação do Trabalho Infantil (2002)^{xvii} e outras declarações sobre o tema, produzidas por organizações de trabalhadores e empregadores da região.

O compromisso do Mercosul com o pacto global pela erradicação do trabalho infantil se concretiza ainda nos acordos do Subgrupo 10^{xviii}, na atuação da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)^{xix}, na Comissão Sócio-laboral^{xx} e nas Declarações Presidenciais^{xxi}.

Vale destacar ainda o Primeiro Encontro das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile, realizado em maio de 2003, encerrado com uma declaração na qual as Comissões, entre outras coisas, se comprometeram a promover a cooperação entre comissões nacionais para levar adiante planos e programas de ação tendentes a erradicar ao trabalho infantil e articular ações com os órgãos sociolaborais do Mercosul, especialmente o Subgrupo 10 e a Comissão Sócio-laboral.

2.2 Perfil legislativo nacional

A partir dos estudos legislativos nacionais disponíveis e de informações complementares, elaborou-se um perfil nacional da situação da normativa em matéria de trabalho infantil. Faz parte da análise a elaboração de um quadro comparativo que registra a situação na subregião.

O objetivo deste capítulo é verificar em que medida a legislação de cada país do Mercosul foi adaptada aos acordos internacionais em análise, ou seja, analisar a inserção das referidas convenções em cada ordenamento jurídico, apontando eventuais lacunas.

O capítulo está organizado a partir das Convenções em análise e seus artigos, com a incorporação de observações sobre os quatro países identificadas nos estudos legislativos da OIT e na consulta a outras fontes, com destaque para os relatórios da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR) da OIT.

Além do compromisso de harmonização da legislação interna ao disposto nas Convenções 138 e 182 e de adotar medidas políticas, econômicas e sociais para assegurar sua efetiva aplicação, os Estados se obrigam a elaborar e comunicar memórias um ano depois da entrada em vigor da Convenção^{viii}. Estas memórias devem incluir mudanças normativas, implementação de políticas e planos nacionais, sistema de registro e inspeção, estatísticas, etc.

De acordo com o documento Aplicação das Normas Tradicionais de Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações, a Argentina, o Brasil e o Uruguai enviaram as memórias solicitadas referentes às Convenções 138 e 182. Mais recentemente, o Paraguai enviou a memória referente à Convenção 182.

Convenção 138 (Idade Mínima)

Art. 1

Todo País Membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

Na Argentina, foi criada pelo Decreto Presidencial n° 719/2000 a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), que tem como atribuição a coordenação, avaliação e acompanhamento de esforços a favor da prevenção e erradicação do trabalho infantil, assim como a implementação de um Plano Nacional. A CONAETI, a partir da Resolução do MTEySS n°141, de 15 de agosto de 2003, passou a integrar a Secretaria de Trabalho. A CONAETI tem um Regulamento Interno que foi aprovado por todos seus membros, mas ainda não está formalizado por nenhum ato administrativo - Resolução,

Decreto ou Lei. O Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil^{xix}, elaborado pela CONAETI e pelo MTEySS, foi aprovado em 2006.

É a seguinte a composição da CONAETI-Arg: Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social; Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Cultura; Ministério de Desenvolvimento Social; Ministério da Economia; Ministério da Produção; Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia; Ministério do Interior; Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde, Ministério de Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços; União Industrial Argentina (UIA); Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Conferência Episcopal Argentina (Secretaria Nacional). Participam na qualidade de assessores o Unicef e o IPEC.

A partir da criação da CONAETI-Arg, o Ministério do Trabalho firmou o Convênio Marco nº 187/02, no qual os signatários se propõem a coordenar ações para criar Comissões Provinciais de Trabalho Infantil (COPRETIS). Em dezembro de 2005, as comissões provinciais já haviam sido criadas e estavam funcionando em 17 províncias argentinas. O Ministério do Trabalho também faz parte do Programa Nacional de Ação em Matéria de Trabalho Infantil (anexo IV do Pacto Federal de Trabalho, Lei nº 25.212), juntamente com a OIT e o Unicef.

O Programa Pesquisa e Observatório do Trabalho Infantil integra o Programa de Informação, Estatística e Monitoramento em Matéria de Trabalho Infantil da OIT, resultado de um convênio entre o Ministério do Trabalho e INDEC com OIT/IPEC. O programa é formado por dois blocos: Pesquisa de Atividades de Crianças e Adolescentes (EANA) e Observatório do Trabalho Infantil e Adolescente.

No âmbito da Secretaria de Trabalho foi implementado, com financiamento do IPEC/OIT, o Programa “Luz da Infância” para a Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial Infantil, cuja experiência piloto foi realizada na Província de Misiones.

No Brasil, em função do que determina o art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criado em 1991 o Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (CONANDA), que atualmente integra a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Entre as atribuições do CONANDA destaca-se a implementação de uma Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência. A partir daí foram instalados 27 conselhos estaduais (um em cada estado brasileiro) e cerca de 4.000 conselhos municipais dedicados à defesa da criança e do adolescente. O mesmo artigo 88 determina a manutenção de fundos nacionais, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)^{xx}, que consiste no pagamento de uma bolsa para a criança que freqüentar a escola, juntamente com a oferta de atividades complementares, lúdicas, culturais, esportivas e de reforço escolar (através da Jornada Ampliada, de até 4 horas por dia), que potencializam o desenvolvimento de habilidades e da auto-estima da criança, assegurando-lhe maiores chances de sucesso escolar. Também envolve atividades sócio-educativas e a inserção produtiva dos pais.

No âmbito do Ministério do Trabalho, desde 2002 funciona a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), que elaborou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004)^{xxi} e tem entre suas atribuições verificar a adaptação das Convenções 138 e 182 e o respectivo monitoramento de suas aplicações.

É a seguinte a composição da CONAETI-Br: Ministério do Trabalho e Emprego (coordenador); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério do Esporte; Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério do Turismo; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Nacional Antidrogas; Ministério Público do Trabalho; Central Única dos Trabalhadores; Confederação Geral dos Trabalhadores; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Força Sindical; Social Democracia Sindical; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Confederação Nacional do Comércio; Confederação Nacional da Indústria; Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Confederação Nacional do Transporte; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Organização Internacional do Trabalho; Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Ainda no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego existe o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), que visa combater o trabalho forçado. Nos casos de trabalho de crianças ou de adolescentes encontrados em situação análoga a de escravos, a multa é aplicada em dobro, sem prejuízo da respectiva sanção penal.

Outra iniciativa foi o lançamento, em junho de 2006, de uma revista em quadrinhos da “Turma da Mônica”, cujo enfoque é o fim da exploração da mão-de-obra infantil, distribuída a estudantes da rede pública de ensino de todo o país pelos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. As historinhas alertam sobre o trabalho infantil em atividades domésticas, nas ruas, nos lixões e na área rural. Os temas de raça e gênero também são abordados. O objetivo da publicação é aproveitar a popularidade dos personagens de Maurício de Souza entre as crianças para enfatizar a importância de uma infância saudável e livre da exploração da mão-de-obra infantil.

A Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, abriga o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), que recebe denúncias de violência (incluindo trabalho infantil e exploração sexual comercial) contra crianças registradas nos Conselhos Tutelares^{xxii} de todo o país.

O Ministério da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram em 2006 a publicação “Módulos de Aprendizagem sobre Saúde e Segurança no Trabalho Infantil e Juvenil”, uma cartilha sobre saúde e segurança no trabalho juvenil que traz temas como a contaminação por agrotóxicos, trabalhos perigosos e insalubres e atividades domésticas. A cartilha orienta o diagnóstico de casos de exploração do trabalho infantil e prepara

profissionais para atuarem sobre a raiz do problema. Ela descreve casos, além de indicar condutas necessárias para evitar riscos à saúde do jovem trabalhador e providências legais que devem ser tomadas em caso de diagnóstico de doenças ou acidentes relacionados ao trabalho infantil.

Os avanços verificados na redução do trabalho infantil no Brasil são o resultado de um esforço de articulação estimulado pelo Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e seus Fóruns Estaduais, unindo atores do governo e da sociedade civil, e articulando ações de fiscalização por parte dos órgãos de fiscalização da legislação, como o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, com programas de inclusão social e educacional.

No Paraguai, o Decreto nº 18.835, de 7 de outubro de 2002, criou a Comissão Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente – CONAETI, instituída na esfera do Ministério da Justiça e Trabalho, cuja primeira ação foi a elaboração de um “Plano Estratégico de Ação” que prioriza a elaboração de um plano nacional, a ratificação da Convenção 138 e a implementação da Convenção 182, a começar pela definição da lista de trabalhos perigosos.

É a seguinte a composição da CONAETI-Py: Ministério da Justiça e Trabalho; Ministério de Educação e Cultura; Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social; Secretaria da Infância e Adolescência; Secretaria de Ação Social; Secretaria da Mulher; COETI – Coordenação da Erradicação do Trabalho Infantil; Fenprinco; Associação Rural do Paraguai, CGT – Central Geral dos Trabalhadores; CUT – Central Única de Trabalhadores; CPT – Confederação Paraguaia de Trabalhadores; CNT – Central Nacional de Trabalhadores; CONFEE – Confederação de Funcionários e Empregados do Estado; CESITEP – Central Sindical de Trabalhadores do Estado Paraguaio e OIT/IPEC e Unicef, na qualidade de assessores.

Pelos Decretos do Poder Executivo 4269 de 06/12/04 e 2645 de 08/06/04, foram aprovados o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil^{xxiii} e Proteção do Trabalho dos Adolescentes^{xxiv}, partes do Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência (PNA), coordenado pela Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência (SNNA).

Além da SNNA, que detém status de ministério, são importantes avanços nessa área a criação – a partir da promulgação do Código da Infância e da Adolescência – do Conselho Nacional da Infância e Adolescência, dos Conselhos Departamentais e Municipais e dos Conselhos Municipais pelos Direitos da Criança e do Adolescente (CODENI).

No Uruguai o órgão nacional com competência específica em matéria de infância é o Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (INAU), o antigo Instituto Nacional do Menor (INAME). Compete ao INAU o controle das condições de trabalho de menores de idade, sem prejuízo das competências do Poder Executivo. O INAU tem a missão de implementar e executar políticas de prevenção, proteção, regularização, fiscalização, educação e capacitação de crianças e adolescentes que ingressam cedo no mercado de trabalho (por meio da Divisão de Inspeção, Formação e Inserção Laboral do Adolescente).

Em sua memória, o governo uruguaio registra que o INAU, por meio de resolução de 10 de março de 2003, decidiu não autorizar a tarefa de coleta de cítricos a menores de 18 anos. Registra também a resolução de 19 de dezembro de 2002, pela qual toda exceção vinculada à idade de admissão no emprego, extensão de jornada de trabalho, descansos especiais ou trabalho noturno será decidida em coordenação com o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI).

O Ministério do Trabalho e da Seguridade Social tem em sua estrutura institucional a Inspeção Geral do Trabalho e da Seguridade Social (IGTSS). Em dezembro de 2000, por Decreto do Poder Executivo 367, foi criado o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI), ligado ao Ministério.

O CETI elaborou seu Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai^{xv}, que compreende diferentes linhas de ação: Programa de Proteção Legal e Judicial, Programa de Sensibilização Pública, Programa de Educação e Programa de Alternativas Econômico-Produtivas.

É a seguinte a composição do CETI: Ministério do Trabalho e da Seguridade Social (presidência); Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (secretaria técnica); Ministério de Saúde Pública; Ministério do Interior; Ministério de Educação e Cultura; Administração Nacional de Educação Pública; Plenário Intersindical de Trabalhadores - Central Nacional de Trabajadores (PIT-CNT); Ação Sindical Uruguaia (ASU); Câmara Nacional de Comércio; Câmara das Indústrias do Uruguai; Associação Nacional de Organizações Não-Governamentais (ANONG) e Rede da Infância e Adolescência dos Setores Populares. Na qualidade de assessores, representantes do Unicef e do Instituto Interamericano da Criança (IIN). O CETI coordena comitês departamentais de erradicação de trabalho infantil existentes em Maldonado, Rivera e Salto e está construindo novos em Durazno, San José e Montevideu.

O Código da Infância e da Adolescência criou o Conselho Nacional Consultivo Honorário dos Direitos da Criança e do Adolescente. Compete ao Conselho, entre outras funções, promover a coordenação e integração das políticas setoriais de atenção à infância e adolescência e opinar, quando solicitado, sobre leis orçamentárias, prestação de contas e demais normas e programas que tenham relação com a infância e adolescência.

Em 2003 começou a funcionar o Programa Integral de Infância, Adolescência e Família em Risco (INFAMILIA), financiado pelo BID e coordenado pela Secretaria da Presidência da República, tendo como co-executores o INAU, a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP/CEP), o Ministério de Saúde Pública (MSP), o Ministério de Esportes e Juventude (MDJ/INJU), e organizações da sociedade civil (via licitação).

Art. 2

1. Todo País Membro que ratificar esta Convenção especificará, em declaração anexa à ratificação, uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; ressalvado o disposto nos artigos 4º e 8º desta Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior a essa idade será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação.
2. Todo País Membro que ratificar esta Convenção poderá notificar ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, por declarações subseqüentes, que estabelece uma idade mínima superior à anteriormente definida.

3. A idade mínima fixada nos termos do parágrafo 1º deste artigo não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.
4. Não obstante o disposto no parágrafo 3º deste artigo, o País Membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.
5. Todo País Membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, de conformidade com a disposição do parágrafo anterior, incluirá em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação desta Convenção, nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, declaração:
 - a) de que subsistem os motivos dessa providência ou
 - b) de que renuncia ao direito de se valer da disposição em questão a partir de uma determinada data.

Na Argentina, a Lei de Contrato de Trabalho n° 20.744 (LCT), em seu artigo 189, proíbe a ocupação de menores de 14 anos em qualquer tipo de atividade, com ou sem objetivo de lucro, com duas possibilidades de exceção: 1) o menor de 14 anos que trabalha em empresa que somente tenha membros da família, desde que devidamente autorizado, e a ocupação não seja nociva, prejudicial ou perigosa; 2) a situação em que o menor de 14 anos deve necessariamente trabalhar a fim de garantir a sua subsistência, desde que devidamente autorizado e que a ocupação lhe permita obter o mínimo de instrução escolar exigida.

A Lei Federal de Educação n° 24.195, em seu artigo 10, determina que a Educação Geral Básica, obrigatória, deverá ter 9 anos de duração, a partir dos 6 anos de idade. A Comissão de Peritos – no documento CEACR: Solicitação Direta Individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973 Argentina (Ratificação: 1996) Envio: 2004 – observou que, em virtude do art. 189, § 3 da LCT, o Ministério poderia conceder uma permissão de trabalho a um menor de idade antes da finalização da escolaridade obrigatória quando o trabalho for considerado indispensável para sua sobrevivência ou de sua família. No entanto, não se prevê nenhuma idade mínima quando se concede uma permissão a um menor de idade que tenha terminado sua escolaridade obrigatória.

O governo argentino, em sua memória, respondeu que se o ministério autorizar o trabalho de um menor de idade que não tenha terminado sua escolaridade obrigatória, aplica-se a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho prevista pela LCT, ou seja, 14 anos. A Comissão registrou com interesse a indicação do governo argentino, segundo a qual a lei federal de educação estabelece que a educação obrigatória se realiza entre os 5 e 15 anos (art. 10 da Lei).

O art. 107 da Lei n° 22.428, que trata do Regime Nacional de Trabalho Agrário autoriza menores de 14 anos a trabalhar em empresas familiares, desde que seu trabalho não os impeça de freqüentar regularmente a escola.

O documento Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações chama a atenção para as exceções previstas nos artigos 32 e 187 da LCT e faz referência ao questionamento encaminhado ao governo argentino em função da legislação nacional que regulamenta a admissão ao emprego ou ao trabalho de crianças não se aplicar a relações de emprego que não derivam de contrato, como o trabalho realizado por jovens por conta própria.

Em sua memória relativa à Convenção 138, o governo argentino, segundo a mesma fonte, “mantém silêncio em relação às crianças que desempenham uma atividade econômica por conta própria. Indica, mesmo assim, que as atividades realizadas por menores em via

pública, fora de um contexto normativo, não são atividades desempenhadas por conta própria, mas apenas uma estratégia de sobrevivência” (OIT, 2005: 214).

Diante destas informações, a Comissão de Peritos lembra ao Governo que a Convenção se aplica a todos os setores da atividade econômica e que compreende todas as formas de emprego e trabalho, exista ou não uma relação de emprego contratual e seja ou não remunerado o trabalho. Além disso, a Comissão solicita novamente ao Governo que comunique informações sobre as medidas adotadas ou previstas para que se garanta a proteção prevista na Convenção a crianças e adolescentes que trabalham por conta própria.

O documento Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações solicita ao Governo que envie informações sobre projeto de lei a ser enviado ao congresso argentino, alterando o art. 189 da LCT, elevando a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho de 14 para 15 anos.

A Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes estabelece, no artigo 25, que os organismos do Estado devem garantir o direito dos adolescentes à educação e reconhecer seu direito a trabalhar com as restrições impostas pela legislação vigente e pelos convênios internacionais sobre a erradicação do trabalho infantil, devendo ainda exercer a fiscalização do trabalho contra a exploração laboral de crianças e adolescentes.

Tal direito somente poderá ser limitado quando a atividade laboral implicar em risco, perigo para o desenvolvimento, a saúde física, mental e emocional dos adolescentes. Os organismos do Estado, a sociedade e, em particular, as organizações sindicais, coordenarão seus esforços para erradicar o trabalho infantil e limitar toda forma de trabalho legalmente autorizada sempre que este impedir ou afetar seu processo evolutivo.

No Brasil, a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Em função disso, o artigo 403 da CLT foi alterado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que eleva a idade mínima para 16 anos. O artigo 2º. do Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, que promulga a Convenção 138, prevê que a idade mínima para a admissão em emprego ou trabalho no Brasil é 16 anos.

O documento CEACR: Solicitação Direta Individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973, Brasil (Ratificação: 2001; Envio:2005) observa que o artigo 402 da CLT dispõe que as crianças abaixo da idade mínima especificada para admissão a emprego ou trabalho – 16 anos – podem trabalhar em oficinas e pequenas empresas onde trabalhem somente membros de sua família e que estejam sob a direção do pai, da mãe ou da pessoa que detenha sua custódia, exceto trabalhos noturnos (art. 404) e trabalhos perigosos (art. 405). A Comissão lembra que, em virtude do art. 2, § 1º. da Convenção, a idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho aplicar-se-á a emprego ou trabalho em qualquer ocupação, à exceção do disposto nos art. 4 e 8 da Convenção.

A Comissão de Peritos entende que, em virtude do inciso II do art. 405 da CLT, crianças a partir de 14 anos poderiam ser admitidas ao emprego ou trabalho em ruas, praças e locais públicos, desde que autorizadas pelo Juizado da Infância e da Adolescência. A Comissão pede ao Governo que indique as medidas adotadas para garantir que nenhum menor de 16 anos seja admitido ao emprego em ruas, praças ou locais públicos.

Em relação à finalização da escolaridade obrigatória, que no Brasil se dá aos 14 anos, a Comissão opina que a brecha entre a idade de finalização da escolaridade obrigatória e a idade mínima de admissão ao emprego, de 16 anos, poderia conduzir a dificuldades práticas no caso das crianças que não prosseguem em direção a uma educação secundária superior ou que não trabalham como aprendizes a partir dos 14 anos.

Atualmente tramitam no Parlamento brasileiro projetos de lei que buscam tipificar como crime a relação de emprego ou trabalho com menores de 14 anos. O estudo legislativo brasileiro também se preocupa com o art. 248 do ECA, que na prática tem avalizado o deslocamento de crianças para o trabalho infantil doméstico.

No Paraguai, a Lei nº 2332/2003, que “ratifica a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a idade mínima para o trabalho”, fixa em 14 anos a idade mínima de admissão ao emprego.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai registra que, até então, valia o disposto no Código do Trabalho, que estabelece a idade mínima de 12 anos para celebração de contrato de trabalho. Tal critério tem origem na década de 1960 do século passado, quando o ciclo primário de ensino básico se completava aos 12 anos. A mesma norma distingue entre trabalhos em empresas industriais (15 anos completos) e não industriais (14 anos), atividades agrícolas (maiores de 14 anos), em condições insalubres ou perigosas (18 anos).

Com a nova Lei Geral de Educação, de 1998, o ciclo básico de ensino é finalizado com, pelo menos, 14 anos.

O Código do Trabalho, segundo afirma o referido estudo legislativo, concorda com o estipulado na Convenção 138 ao estabelecer expressamente que menores entre 13 e 15 anos tenham horários especiais de trabalho que não afetem sua frequência a uma instituição de ensino.

O estudo legislativo da OIT sobre o trabalho infantil no Paraguai recomenda que o Código Penal e o Código da Infância e da Adolescência sejam modificados, de forma a incorporar a idade mínima de 14 anos. Também sugere a revogação do art. 204 do Código do Trabalho, que permite que menores de 14 anos a 18 anos realizem horas extras de trabalho.

A Lei nº 2169/2003 estabelece a maioridade aos 18 anos, revogando o conceito de “adulto menor” (15 a 17 anos), anteriormente vigente.

No Uruguai, o Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 162, fixa em 15 anos a idade mínima para que adolescentes trabalhem em empregos públicos ou privados, em

todos os setores da atividade econômica, salvo exceções. Entre estas estão as autorizações concedidas pelo INAU.

Em memória enviada em maio de 2003, o governo uruguaio registra que, por meio de Resolução de 10 de março de 2003, o INAU tomou a decisão de não autorizar a realização de tarefas de colheita de cítricos a crianças e adolescentes menores de 18 anos. Registra também resolução anterior, de 19 de dezembro de 2002, pela qual toda exceção vinculada à idade de admissão ao emprego, extensão de jornada de trabalho, descansos especiais ou trabalho noturno será decidida em coordenação com o CETI.

As exceções passíveis de serem autorizadas pelo INAU previstas no Código da Infância e da Adolescência têm preocupado juristas uruguaios, juntamente com a ausência de tratamento das formas de exploração infantil que se verificam em situação de informalidade. Em função disso, a CETI anunciou em 2006 que formará uma comissão para elaborar uma proposta de reforma do art. 162 do Código da Infância e da Adolescência.

Por ocasião do depósito da Convenção, a Comissão de Peritos (documento CEACR: Solicitação Direta Individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973 Uruguai (Ratificação: 1977; Envio: 2004) registrou a informação do governo uruguaio de que a idade mínima de admissão ao emprego estabelecida no país era de 15 anos, consoante o decreto n° 852/971, de 16 de dezembro de 1971, adotado posteriormente ao então vigente Código da Criança (lei n° 9.342, de 6 de abril de 1934), que estabelecia em 14 anos a idade mínima para admissão em emprego. O Governo afirmava, então, que o ato legislativo de ratificação da Convenção com a idade mínima especificada de 15 anos tem efeitos diretos no Uruguai, sem necessidade de outro ato legislativo posterior.

A Comissão de Peritos mostrou-se preocupada pelo fato do Código da Criança ainda estar em vigência à época, e demonstrou interesse na tramitação, no Parlamento uruguaio, de projeto de um código da criança e do adolescente. Como vimos, aprovado em 2004, o Código da Infância e da Adolescência fixa a idade mínima de 15 anos para admissão ao emprego.

O art. 165 do Código da Infância e da Adolescência determina que o INAU revisará as autorizações em relação ao emprego de crianças e adolescentes entre os 13 e 15 anos e que somente serão permitidos trabalhos leves.

O art. 166 determina que o Estado promoverá programas de apoio integral para eliminar paulatinamente o trabalho destas crianças e adolescentes.

Art. 3

1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstância em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.
2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o parágrafo 1º deste artigo.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 14 deste artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente.

Na Argentina, a Lei de Contrato de Trabalho (LCT), em seus artigos 176 e 191, proíbe a menores de 18 anos a realização de tarefas penosas, perigosas e insalubres. O art. 112 da Lei n° 22.248 (Regime Nacional de Trabalho Agrário) proíbe a menores de 18 anos trabalhos penosos, perigosos ou insalubres. Conforme o documento legislativo da OIT sobre trabalho infantil na Argentina, o artigo 191 da LCT e o artigo 112 da Lei n° 22.248 precisam ser regulamentados. Também precisa ser regulamentado o artigo 188 da LCT, que determina a realização de exames médicos periódicos para os trabalhadores menores de 18 anos.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em seus artigos 404 e 405, veda para menores de 18 anos o trabalho noturno, em locais e serviços perigosos ou insalubres e em locais ou serviços prejudiciais à sua moral.

A CLT, em seu art. 405, II, § 2º, determina que o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz da Infância e da Adolescência, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. O § 3º. define como prejudicial à moralidade do menor o trabalho (a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, boates, cassinos, cabarés, dancing e estabelecimentos análogos; (b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; (c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; (d) que consista na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

Em seu art. 406, a CLT permite à autoridade judicial autorizar ao menor de 18 anos o trabalho a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 3º., desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral e desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.

A CLT, em seu artigo 407, prevê que a verificação pela autoridade competente de que determinado trabalho executado pelo menor acarreta prejuízo à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moral, poderá obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a empresa proporcionar meios para que o menor mude de função. Caso a empresa não venha a tomar as medidas possíveis e recomendadas, estará configurada a rescisão do contrato de trabalho.

O documento “CEACR: Solicitação direta individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973 Brasil (Ratificação: 2001) Envio: 2005 ” pede ao Governo Brasileiro que indique as medidas tomadas para emendar o art. 1, inciso I, da Portaria n° 20/2001^{xviii} (revogada pela Portaria C n° 04, de 21.3.2002, que permite que parecer técnico de profissional habilitado em segurança e medicina do trabalho autorize o trabalha em condições de periculosidade

ou insalubridade aos adolescentes com menos de 18 anos) e do art. 406 da CLT^{lix} a fim de garantir que somente jovens entre 16 e 18 anos possam ser empregados em trabalhos perigosos, desde que recebam instrução ou formação profissional adequadas e específicas no ramo de atividade correspondente.

Entende a Comissão de Peritos que as normas jurídicas citadas não estão em conformidade com o artigo 3, parágrafo 3 da Convenção: as autorizações podem ser dadas a todos os menores de 18 anos e não estão condicionadas à instrução prévia ou formação profissional adequada e específica no ramo de atividade referido.

No Paraguai, o Código do Trabalho, em seu artigo 125, proíbe trabalho de menores de 18 anos em tarefas ou serviços suscetíveis de afetar sua moral ou bons costumes; relacionados a bebidas alcoólicas; trabalhos de ambulantes (salvo autorização especial); trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos que possam interferir no desenvolvimento físico normal, cujas jornadas sejam superiores à estabelecida; trabalho noturno nos períodos previstos no art. 122 – crianças de 15 a 18 anos, das 22 às 6 horas (exclui o trabalho doméstico) e de 13 a 15 anos, das 20 às 8 horas – bem como outros previstos em lei.

Em seu artigo 180 estabelece que poderão trabalhar em atividades agrícolas, pecuárias, florestais e similares, os maiores de 15 anos e, excepcionalmente, os de 14 anos. O art. 179 estabelece que os menores de idade não poderão realizar trabalhos vinculados ao manejo de tratores, motores a vapor, colheitadeiras e outras máquinas.

O Código da Infância e da Adolescência determina, no art. 54, a proibição do trabalho adolescente, sem prejuízo do estabelecido no Código do Trabalho, em qualquer lugar subterrâneo ou sob a água e em outras atividades perigosas ou nocivas para sua saúde física, mental ou moral.

O Decreto nº 4951, de 22 de março de 2005, regulamentou a Lei nº 1657/2001, que “ratifica a Convenção 182 (OIT), que proíbe as piores formas de trabalho infantil e estabelece as linhas de ação imediata para sua eliminação” e aprovou a listagem de trabalho infantil perigoso.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai identifica como lacunas normativas a não existência de uma definição de “trabalho infantil”; a não determinação da idade mínima nos Códigos respectivos (do Trabalho e da Infância e Adolescência); a não determinação de salário mínimo (para cada caso concreto); a não obrigação de que se tenha completado a instrução escolar básica e a não previsão de medidas de proteção e controle da mesma; a necessidade de proibição mais rigorosa de realização de trabalhos noturnos e o direito de gozar de descanso diário de pelo menos 12 horas; a não obrigatoriedade dos exames médicos (iniciais e periódicos); e inexistência de sanções administrativas e penais para os casos de infração à norma trabalhista e penal.

No Uruguai, o Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 15, determina que o Estado tem o dever de proteger especialmente as crianças e adolescentes da exploração econômica ou qualquer tipo de trabalho nocivo à sua saúde, educação ou ao seu desenvolvimento físico, espiritual ou moral, incluindo a exploração da prostituição.

O art. 163 obriga o Estado a proteger as crianças ou adolescentes que trabalham contra toda forma de exploração econômica e contra o desempenho de qualquer tipo de trabalho perigoso, nocivo à sua saúde ou ao seu desenvolvimento físico, espiritual, moral ou social. Proíbe todo trabalho que não lhe permita gozar de bem-estar em companhia de sua família ou responsáveis ou entorpeça sua formação educativa. Para que este artigo seja colocado em prática, deve-se aplicar a lista de trabalhos infantis perigosos aprovada recentemente por resolução do INAU.

O artigo 168 determina que anualmente todos os menores de 18 anos que trabalham serão submetidos obrigatoriamente a exame médico, a fim de comprovar se a tarefa que realizam é superior à sua capacidade física. Em caso afirmativo, deverão abandonar o trabalho por outro mais adequado. A divisão técnica do INAU poderá outorgar autorizações por períodos mais curtos, para exigir a repetição do exame médico em todos os casos que, a seu juízo, sejam necessário fazê-lo para garantir uma vigilância eficaz em relação aos riscos que apresentam o trabalho ou o estado de saúde da criança ou adolescente. O responsável pela criança ou adolescente poderá impugnar o exame e requerer outro.

Em relação ao trabalho noturno, o art. 172 determina que os adolescentes não poderão ser empregados das 22 horas às 06 horas da manhã seguinte, salvo autorização do INAU.

Conforme a memória do governo uruguaio, além do Código da Infância e da Adolescência, estão registradas múltiplas disposições nacionais que se referem a este tema (decretos, resoluções, etc.)

O documento "CEACR: Solicitação direta individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973 Uruguai (Ratificação: 1977) Envio: 2004" registra a adoção do decreto n° 372/99, que regulamenta as condições de trabalho do setor florestal. Em virtude do art. 8 do Decreto, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho de menores de 18 anos neste setor, desde que o trabalho apresente poucos riscos e requeira um esforço físico reduzido. A Comissão solicita ao Governo mais informações sobre a natureza dos trabalhos autorizados aos menores de 18 anos no setor florestal e que indique a partir de que idade podem ser autorizados a trabalhar no setor.

A resolução do INAU de 10 de março de 2003 determina que não se autorize a realização de tarefas de coleta de cítricos por crianças e adolescentes menores de 18 anos. Em relação à consulta aos atores sociais, esta se dá no âmbito da CETI, especialmente a partir da decisão adotada pelo INAU segundo a qual toda exceção vinculada à idade de admissão ao emprego, à duração da jornada de trabalho, aos descansos especiais ou ao trabalho noturno se resolve em coordenação com o Comitê Nacional, onde está assegurada a representação de todos os setores envolvidos.

Art. 4

1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação.
2. Todo País Membro que ratificar esta Convenção listará em seu primeiro relatório sobre sua aplicação, a ser submetido nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as categorias que possam ter sido excluídas de conformidade com o parágrafo 1° deste artigo, dando as razões dessa exclusão, e indicará, nos relatórios subsequentes, a situação de sua lei e prática com referência às

categorias excluídas e a medida em que foi dado ou se pretende dar efeito à Convenção com relação a essas categorias.

3. O Presente artigo não autoriza a excluir da aplicação da Convenção, emprego ou trabalho protegido referidos no artigo 3 precedente.

A Argentina e o Brasil não têm nenhuma atividade que tenha sido excluída da aplicação da Convenção 138. No Uruguai, inicialmente, havia sido excluída a indústria têxtil (permitindo-se a menores entre 16 e 18 anos jornadas completas, com a prévia autorização do pai, mãe, tutor ou encarregado do então Conselho da Criança), a indústria de calçados e de couro. Tais exclusões, justificadas pela situação econômica do país, já na existem mais. O Paraguai, todavia, ainda não enviou a primeira memória relativa à Convenção 138.

Art. 5

1. O País Membro, cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas poderá, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, se as houver, limitar inicialmente o alcance da aplicação desta Convenção.
2. Todo País Membro que se servir do disposto no parágrafo 1º deste artigo especificará, em declaração anexa à sua ratificação, os setores de atividade econômica ou tipos de empreendimentos aos quais aplicará as disposições da Convenção.
3. As disposições desta Convenção serão aplicáveis, no mínimo, a: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade, água e gás; serviços sanitários; transporte, armazenamento e comunicações; plantações e outros empreendimentos agrícolas de fins comerciais, excluindo, porém, propriedades familiares e de pequeno porte que produzam para o consumo local e não empreguem regularmente mão-de-obra remunerada.
4. Todo País Membro que tiver limitado o alcance de aplicação desta Convenção, nos termos deste artigo,
 - a) indicará em seus relatórios, nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a situação geral com relação ao emprego ou trabalho de jovens e crianças nos setores de atividade excluídos do alcance de aplicação desta Convenção e todo progresso que tenha sido feito no sentido de uma aplicação mais ampla de suas disposições;
 - b) poderá, em qualquer tempo, estender formalmente o alcance de aplicação com uma declaração encaminhada ao Diretor Geral da Secretaria da Organização Internacional do Trabalho.

A Argentina não fez nenhum tipo de exclusão.

No Brasil, o Decreto nº 4.134/2002, que promulga a Convenção, restringe seu âmbito de aplicação a minas e pedreiras, indústrias manufatureiras, construção, serviços de eletricidade, gás e água, saneamento, transporte e armazenamento, comunicações e plantações e outros empreendimentos agrícolas que produzam especialmente para fins comerciais, excluídas as empresas familiares ou de pequeno porte que trabalhem para o mercado local e que não empreguem regularmente trabalhadores assalariados.

No entanto, o art. 7º., inciso XXXIII da Constituição proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. No entendimento de juristas especializados no tema, deve prevalecer o texto constitucional, em detrimento da restrição prevista no art. 5 da Convenção. Vale lembrar que o art. 19 da Constituição da OIT impede que convenção ratificada prevaleça em detrimento de norma interna mais favorável.

O Paraguai ainda não enviou sua primeira memória referente à Convenção 138.

O Uruguai não tomou nenhuma medida de restrição da aplicação da Convenção 138.

Art. 6

Esta Convenção não se aplicará a trabalho feito por crianças e jovens em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho feito por pessoas de no mínimo quatorze anos de idade em empresas em que esse trabalho for executado dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, onde as houver, e constituir parte integrante de:

- a) curso de educação ou treinamento cujo principal responsável é uma escola ou instituição de treinamento;
- b) programa de treinamento realizado principalmente ou inteiramente numa empresa, que tenha sido aprovado pela autoridade competente, ou
- c) programa de orientação vocacional para facilitar a escolha de uma profissão ou de especialidade de treinamento.

Na Argentina, o artigo 187, parágrafo 2º. da LCT prevê a participação de crianças e adolescentes, entre 14 e 18 anos, em programas de aprendizagem e orientação profissional e a Lei nº 25013, em seu art. 1º., regula o contrato de trabalho de aprendizagem, reconhecendo-lhe natureza trabalhista.

O documento “CEACR: Solicitação direta individual sobre a Convenção 138, Idade Mínima, 1973 Argentina (Ratificação: 1996) Envio: 2001” registra os Decretos números 14538/44 e 6648/45, que regulam os registros de aprendizagem e de orientação profissional para jovens de 14 a 18 anos. A Comissão solicita ao Governo que indique se referidos decretos seguem ainda em vigor e se foram consultadas a respeito as organizações de empregadores e de trabalhadores de acordo com a Convenção.

No Brasil, a Constituição Federal prevê o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, sendo que esse dispositivo constitucional foi regulamentado por meio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (“Lei do Aprendiz”), que alterou artigos da CLT.

A Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, em seu artigo 18, altera os arts. 428 e 433 da CLT, ampliando o contrato de aprendizagem para até 24 anos e determinando as condições para o caso de aprendizes portadores de deficiência.

A “Lei do Aprendiz”, regulamentada no dia 30 de novembro de 2005, também determina que todas as empresas devem contratar de 5% a 15% de aprendizes e estes devem receber salário mínimo; hora extra e Fundo de Garantia de 2%.

No Paraguai, segundo o estudo legislativo da OIT, esta disposição já se encontra adaptada à legislação paraguaia, especificamente ao artigo 119 do Código do Trabalho, que excetua da aplicação da normativa o trabalho realizado por menores de idade em escolas profissionais, sempre que o mesmo se realize com fins de formação profissional e seja aprovado e fiscalizado por autoridade competente. O art. 122 do Código Penal proíbe pessoas que tenham cometido delitos contra o pudor ou a honestidade de empregar aprendizes.

No Uruguai, o Código da Infância e da Adolescência determina sejam considerados programas de educação no trabalho aqueles realizados pelo INAU ou por instituições sem fins lucrativos, que tenham exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do aluno e prevaleçam sobre os aspectos produtivos. Conseqüentemente, a remuneração que recebe o aluno pelo trabalho realizado ou pela participação na venda de produtos de seu trabalho não desvirtua a natureza educativa da relação. O referido artigo, no entanto, não faz referência à idade mínima.

A Lei nº 16.873, de 1997, estabelece requisitos e outorga benefícios a empresas que incorporem jovens em quatro modalidades contratuais: estágios para estudantes, bolsas de trabalho, contratos de aprendizagem e aprendizagem simples. A lei, no entanto, não faz referência à idade mínima.

Art. 7

1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que:
 - a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e
 - b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.
2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização compulsória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do parágrafo 1º deste artigo.
3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado.
4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o País Membro que se tiver servido das disposições do parágrafo 4o. do artigo 2º poderá, enquanto continuar assim procedendo, substituir as idades de treze e quinze anos pelas idades de doze e quatorze anos e a idade de quinze anos pela idade de quatorze anos dos respectivos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

A legislação argentina não possui nenhuma norma específica que regule os trabalhos leves. No entanto, o estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil na Argentina informa que poderiam ser considerados trabalhos leves aqueles previstos no artigo 189, parágrafo 2, da LCT, que permite o trabalho de menores de 14 anos em empresa que somente tenha membros da família e desde que a ocupação não seja nociva, prejudicial ou perigosa e na Lei nº 22.248, que trata do Regime Nacional de Trabalho Agrário, que permite o trabalho de crianças e adolescentes em propriedade agrária explorada pela própria família. Em ambas as hipóteses, não existe previsão de uma idade mínima.

Esta mesma argumentação foi levada pelo governo argentino à Comissão de Peritos da OIT, na memória da Convenção 138, com o argumento de que “a exceção prevista no artigo 107 está baseada numa inveterada prática social que repousa sobre uma questão de natureza cultural atávica e em relação à qual a Comissão Nacional de Trabalho Agrário desenvolve uma tarefa de conscientização a fim de erradicar o flagelo do trabalho infantil” (Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações, p. 214)

Em relação a tal possibilidade, o documento “Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações” afirma ter comprovado novamente que o artigo 189 da LCT e o art. 107 da Lei 22.248 não fixam a idade de admissão aos trabalhos leves. Em função disso, recorda novamente ao Governo que, em função do art. 7o., parágrafos 1 a 4 da Convenção 138, a legislação nacional poderá autorizar trabalhos leves na faixa etária de 12 a 14 anos, desde que se cumpram as condicionantes elencadas^{xxx}.

Em função disso, a Comissão solicita ao Governo que adote as medidas necessárias para garantir a aplicação da Convenção, prevendo que o emprego em trabalhos leves apenas se autorize a pessoas de 12 a 14 anos, segundo os referidos condicionantes. Solicita ainda que o Governo indique se a legislação nacional traz disposições que prescrevam a duração,

em horas, e as condições de emprego em trabalhos leves, conforme o art. 7, parágrafo 3 da Convenção, e que envie uma cópia da mesma.

Na legislação brasileira não existe previsão de trabalho leve, uma vez que a única exceção prevista para o trabalho de menores de 16 anos é na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Não existe no Paraguai uma lista com os trabalhos considerados leves. O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai sugere a elaboração desta lista e entende que “o Paraguai poderia ser incluído como um dos países cuja economia e meios de educação estão insuficientemente desenvolvidos, em cujo caso os trabalhos leves estariam permitidos desde os 12 anos, sempre e quando esteja estabelecida uma idade mínima para admissão ao emprego em 14 anos, já que estas idades estão vinculadas.” (p. 49). A mesma fonte afirma que o Código da Infância e da Adolescência somente regulamenta o trabalho dos adolescentes, sem estabelecer normas para as crianças.

A legislação do Uruguai, por meio do Decreto nº 852/71, de 16 de dezembro de 1971, facultou ao Instituto Nacional do Menor (INAME), atual INAU, autorizar a contratação de menores a partir de 13 anos em trabalhos não-industriais leves e fora do horário escolar.

Considerando que a Convenção ratificada revoga normas internas contrárias, o estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Uruguai entende que foram modificados o Código da Criança (já revogado) e o Decreto nº 852/71 que, inicialmente, permitia a autorização de trabalho para menores a partir de 12 anos. A partir da ratificação da Convenção, qualquer autorização prevista em ambos os diplomas legais somente se aplicaria a maiores de 13 anos.

O novo Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 165, determina que o INAU revisará as autorizações que concedeu em relação ao emprego de crianças e adolescentes entre 13 e 15 anos. Apenas serão permitidos trabalhos leves, que por sua natureza ou pelas condições em que se apresentam não prejudiquem o desenvolvimento físico, mental ou social dos mesmos, nem coloquem obstáculos à sua escolaridade. O art. 166 determina que o Estado promoverá programas de apoio integral para eliminar paulatinamente o trabalho destas crianças e adolescentes.

Posteriormente, o INAU adotou a posição de não outorgar autorizações para trabalho a menores de 15 anos.

Art. 8

1. A autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas.
2. Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido.

A legislação da Argentina trata do assunto por meio dos Decretos nº 4910/57 (que encarrega a fiscalização do regime legal de trabalho dos menores de 18 anos em atividades artísticas ao Ministério de Trabalho) e 4364/66 (que estabelece as condições de liberação

das autorizações: o período de trabalho não pode passar da meia-noite, deve-se resguardar sua saúde e moralidade, o trabalho não pode prejudicar a instrução e deve respeitar um repouso de 14 horas consecutivas).

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil na Argentina afirma que, na prática, as autorizações previstas no Decreto n° 4910/57 são concedidas pelos organismos encarregados da inspeção do trabalho nas jurisdições provinciais e na Cidade de Buenos Aires.

O documento “Aplicação das normas internacionais do trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações” solicita ao governo argentino o envio de uma cópia do Decreto n° 4364/66 que, como vimos, estabelece que para fiscalizar o regime legal de trabalho de menores de 18 anos em atividades artísticas e, em especial, para conceder ou negar as autorizações respectivas solicitadas ao MTEySS, devem respeitar-se as seguintes condições: (1) o período de emprego não poderá exceder a meia-noite; (2) deverá garantir-se a saúde e a moralidade destas crianças e adolescentes, assegurando-lhes um bom tratamento e que o emprego noturno não prejudique sua instrução; (3) estas crianças e adolescentes devem ter um repouso de pelo menos 14 horas consecutivas; (4) não poderá conceder-se nenhuma permissão quando em razão da natureza do espetáculo ou da filmagem ou das condições em que são executados, exista qualquer tipo de perigo para a vida, a saúde ou a moralidade de uma criança ou adolescente; (5) nos trâmites para a solicitação da autorização, em primeiro lugar deve-se verificar que quem a solicita seja pessoa habilitada para isto pelo código civil, ou seja, pais ou tutores; (6) em seguida, se encaminha a solicitação ao Conselho Nacional do Menor e da Família, Diretoria de Proteção ao Menor; (7) com a opinião favorável deste organismo, se concede a autorização pertinente, precedida por parecer jurídico.

Embora haja o entendimento, pelo governo argentino, de que referido Decreto cumpre o que é solicitado pelo art. 8, a Comissão de Peritos ainda aguarda esclarecimentos.

No Brasil, a possibilidade de crianças e adolescentes participarem de atividades artísticas encontra uma primeira proibição no artigo 405 da CLT. Como essa proibição foi inserida por meio de uma norma jurídica de 1967 (Decreto-lei n° 229, de 28.2.1967), contata-se que a lista em questão encontra-se superada. O art. 406 determina que a autoridade judiciária poderá autorizar a participação de menores de 18 anos em tais atividades, desde que a representação tenha fim educativo, ou que a peça de que participe não seja prejudicial à sua formação moral, e desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos, sem prejudicar a sua formação moral.

O Estatuto da Criança e Adolescente, em seu artigo 149, dispõe que compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, por meio de alvará, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos, ensaios e certames de beleza.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai não faz menção à adaptação desse dispositivo à legislação paraguaia. Posteriormente, a CONAETI confirmou a não localização de normativa interna paraguaia que trate do tema.

No Uruguai, o novo Código da Infância e da Adolescência não traz nenhuma norma clara em relação ao tema.

Art. 9

1. A autoridade competente tomará todas as medidas necessárias, inclusive a instituição de sanções apropriadas, para garantir a efetiva vigência das disposições desta Convenção.
2. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente designarão as pessoas responsáveis pelo cumprimento das disposições que dão efeito à Convenção.
3. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente prescreverão os registros ou outros documentos que devem ser mantidos e postos à disposição pelo empregador; esses registros ou documentos conterão nome, idade ou data de nascimento, devidamente autenticados sempre que possível, das pessoas que emprega ou que trabalham para ele e tenham menos de dezoito anos de idade.

Na Argentina, pode-se afirmar que a CONAETI cumpre o papel de autoridade competente, por ser encarregada da elaboração de propostas para a regulamentação das Convenções 138 e 182 da OIT, pelo Plano Nacional e por mecanismos de monitoração.

O artigo 52 da LCT obriga o empregador a manter um livro especial com dados dos trabalhadores, porém não exige a anotação da idade dos mesmos. A Comissão de Peritos da OIT sugere modificação legislativa que obrigue que os registros façam constar a idade e data do nascimento dos menores de idade que trabalham.

A Secretaria do Trabalho, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), implementou o Programa de Formação e Informação Sistemática em Matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com o objetivo fornecer treinamento aos fiscais do trabalho em relação à problemática do trabalho infantil.

No Brasil, em relação ao dispositivo que prevê a designação das pessoas responsáveis pelas disposições que dão cumprimento à Convenção, a Portaria no. 365/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego determina que a CONAETI tem, entre suas atribuições, elaborar propostas para a regulamentação da Convenção 138 e 182 da OIT; verificar a conformidade das referidas Convenções com outros diplomas legais vigentes, visando promover as adequações legislativas porventura necessárias; propor mecanismos para o monitoramento da aplicação da Convenção 182; acompanhar a implementação das medidas adotadas para a aplicação dos dispositivos das Convenções 138 e 182 no Brasil.

A CLT prevê o registro de todo empregado em Carteira de Trabalho, o que inclui o trabalhador menor de 18 anos.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, existem Delegacias Regionais em cada um dos 27 estados brasileiros, sendo que em cada unidade foram criadas Comissões Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil, posteriormente denominadas Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente (Gectipas).

Os Grupos Especiais foram extintos em outubro de 2004, em função de novas regras na carreira dos auditores fiscais, o que preocupa as entidades de combate à exploração da mão-de-obra infantil, uma vez que além de fiscalizar, os Gectipas influenciavam políticas públicas locais e nacionais, capacitavam diferentes instituições e fiscalizavam a qualidade e realização das Jornadas Ampliadas. O Ministério do Trabalho entende que a nova regra servirá para estender a capacitação no combate ao trabalho infantil a todo o corpo técnico do órgão.

No Paraguai, o Conselho Nacional da Infância, subordinado à Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência, aprovou a criação em sua estrutura de uma Comissão Temática de Trabalho Infantil, o que fez com que o tema do trabalho infantil ficasse integrado ao tema mais amplo das políticas para a infância. Uma questão que se coloca é como esta Comissão Temática construirá um diálogo com empregadores e trabalhadores.

Quanto aos registros que devem ser mantidos e colocados à disposição pelo empregador quando os trabalhadores têm menos que dezoito anos, os mesmos estão previstos no Código do Trabalho (art. 123) e no Código da Infância e da Adolescência (arts. 55 a 61).

Enquanto o Código do Trabalho (art. 123) determina que todo empregador que ocupe menores de idade ou aprendizes menores de idade deverá registrá-los em livro especial, o Código da Infância e da Adolescência determina que o Conselho Municipal pelos Direitos da Criança e do Adolescente (CODENI) deverá ter um registro especial do adolescente trabalhador, a ser encaminhado à autoridade regional do trabalho. Além disso, todo empregador está obrigado a proporcionar as informações solicitadas pelo Ministério da Justiça e do Trabalho e pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CODENI), devendo também registrar a contratação de serviços de um adolescente dentro de setenta e duas horas (art. 60). Este registro deve estar acompanhado de cópia do contrato de trabalho do adolescente e de sua inscrição no sistema de seguridade social. O documento legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai sugere a urgente regulamentação do art. 60 do CNA.

No Uruguai, o INAU e o Ministério do Trabalho e Seguridade Social são os organismos encarregados de zelar pelo efetivo cumprimento da Convenção 138.

Em relação aos cadastros, o artigo 167 do novo Código da Infância e da Adolescência determina que, para trabalhar, os adolescentes deverão contar com um carnê de habilitação fornecido pelo INAU, do qual deverão constar, além de dados pessoais, o consentimento para trabalhar do adolescente e seus responsáveis, exame médico e comprovação de haver completado o ciclo obrigatório de ensino ou o nível alcançado.

Conforme o art. 177 da mesma norma, o INAU determinará os documentos que o empregador deverá levar e manter à disposição da autoridade competente. Estes documentos deverão indicar o nome, sobrenome, data de nascimento devidamente certificada, data de admissão, tarefa, categoria, horário, descansos intermediários e semanal e data de saída, de todas as pessoas menores de 18 anos empregadas por ele ou que trabalhem para ele.

Compete ao INAU, por fim, o controle das condições de trabalho dos menores de idade, sem prejuízo das competências do Poder Executivo.

Convenção 182 (Piores Formas de Trabalho Infantil)

Art. 1

Todo País Membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.

Na Argentina, o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social implementou o Programa de Formação e Informação Sistemática em matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O programa depende da Secretaria do Trabalho. Executa ainda o Programa Luz da Infância, para a prevenção e erradicação de exploração sexual comercial infantil na Província de Misiones, em parceria com a OIT.

No âmbito da CONAETI-Arg, presidida pelo MTEySS, divulgou-se em 2002 uma primeira versão do Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do qual faziam parte o Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural, que compreende crianças menores de 14 anos que trabalham no meio rural ou sejam considerados como muito vulneráveis a esta problemática, e o Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina, que propõe a implementação de programas locais, apoiados com recursos federais. Em 2006 foi aprovada a versão final do Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Como resultado da intervenção da Secretaria de Trabalho, a Superintendência de Riscos de Trabalho, a Coordenação de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, formularam um projeto de decreto que determina as tarefas que constituem o trabalho infantil perigoso. No entanto, ainda não existe uma decisão sobre o assunto.

No nível local, registra-se a campanha contra a exploração sexual infantil em Buenos Aires, levada a cabo a partir de agosto de 2005 pelo Governo da Cidade de Buenos Aires. Com o slogan “Sem clientes não há prostituição infantil”, a campanha cobriu de cartazes as ruas da cidade invocando o público em geral e as vítimas a denunciar os proxenetas e clientes pela Linha 102, disponível 24 horas. Na Província de Corrientes, foi lançado em agosto de 2005 o Programa “Crescer sem trabalho infantil”, uma campanha de conscientização cujo público-alvo principal são as escolas.

No Brasil, o principal programa de ação relativo à Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil é o Plano Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil, elaborado pela CONAETI-Br.

Porém, existem inúmeros outros planos e ações que contribuem para os objetivos da Convenção, quais sejam: Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil, a campanha “Trabalho infantil doméstico: não leve essa idéia para dentro de sua casa!”, a inclusão do Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, criação do Grupo de Estudos Relativos ao Trabalho Infante-Juvenil Doméstico (GETID), campanha “Criança no lixo nunca mais”, Programa Sentinela (combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes), Programa Bolsa Família e desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Para a Erradicação do Trabalho Infantil,

no âmbito do Ministério da Saúde. Em 2006, o governo brasileiro aprovou o Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos coordena o Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cujo principal programa em andamento é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR). A SEDH oferece um serviço de Disque Denúncia Nacional. Desde 2003 funciona a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que elaborou, em 2004, a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. A SEDH também chefia a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) funcionam os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que desenvolvem ações de combate ao trabalho infantil e de enfrentamento a situações de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

No Paraguai, o Decreto nº 18.835, de 7 de outubro de 2002, criou a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (CONAETI), com o objetivo geral de prevenir e eliminar progressivamente o trabalho infantil e proteger o trabalho dos adolescentes. Sob a coordenação geral da Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência (SNNA), foram aprovados os Decretos do Poder Executivo nº 4269 de 06/12/04 e nº 2645 de 08/06/04, que criam o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho dos Adolescentes.

Em maio de 2005 foi lançado o Programa Abraço, uma iniciativa nacional para a diminuição progressiva do trabalho infantil nas ruas de 11 municípios do país, coordenado pela Rede de Promoção e Proteção Social e da Secretaria de Ação Social da Presidência da República do Paraguai.

Outra importante iniciativa foi a criação de uma Comissão Temática de Trabalho Infantil no âmbito do Conselho Nacional da Infância.

Em setembro de 2006, a ONG Kuña Roga, com o apoio da OIT e o apoio da prefeitura de Encarnación e da Secretaria da Infância e Adolescência da Presidência da República, lançaram a campanha de sensibilização “Encarnación, rompamos o silêncio. Una-se ao combate contra a exploração da infância e adolescência”, que discute o trabalho infantil doméstico e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Encarnación.

No Uruguai, o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) foi criado por meio do Decreto do Poder Executivo nº 367/2000 de 8 de dezembro de 2000, vinculado à Inspeção Geral do Trabalho e da Seguridade Social do Ministério do Trabalho e da Seguridade Social. O CETI elaborou um Plano Nacional de Ação para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, que possui diversas linhas de ação, envolvendo aspectos

legais e judiciais, o programa de sensibilização pública, o programa de educação e o programa de alternativas no campo econômico.

No documento CEACR: Solicitação Direta Individual sobre a Convenção 182, Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 Uruguai (ratificação: 2001), o governo uruguaio informa que as principais dificuldades de aplicação da Convenção são o caráter informal do trabalho infantil, a invisibilidade do fenômeno, especialmente nas atividades executadas em meio familiar, as regras culturais que identificam o trabalho de crianças e adolescentes como uma forma de socialização e de manutenção da tradição, a insuficiência de inspetores de trabalho, a falta de informação especializada e permanente sobre trabalho infantil, a insuficiência de recursos econômicos para atuar de forma adequada e a falta de informações estatísticas sobre as infrações detectadas.

Art. 2

Para os efeitos desta Convenção, o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 anos.

Na Argentina, a Lei n° 26.061/05, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em seu artigo 2º, considera criança toda a pessoa de até os 18 anos de idade.

No Brasil, a Lei 8069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera criança toda pessoa de até 12 anos de idade e adolescente aquele entre 12 e 18 anos.

No Paraguai, a Lei n° 2169/03, que estabelece a maioridade, define como criança toda pessoa humana da concepção até os 13 anos de idade; adolescente a toda pessoa humana dos 14 anos até os 17 anos de idade e maior de idade toda a pessoa humana com mais de 18 anos completos. Em caso de dúvida sobre a idade de uma pessoa, entre criança e adolescente, deve prevalecer a condição de criança; e entre adolescente e maior de idade, a condição de adolescente.

No Uruguai, a Lei n° 17.823/04, Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 1º, define como criança todo ser humano até 13 anos de idade e por adolescente os maiores de 13 anos e menores de 18 anos de idade.

Embora Brasil, Paraguai e Uruguai diferenciem em seus Códigos “criança” de “adolescente”, categorias que são operacionais para legislações e/ou políticas públicas referentes à escolarização e leis de trânsito, entre outras, estas não trazem nenhum efeito jurídico no que se refere à Convenção 182, uma vez que os quatro países têm legislações que proíbem o trabalho penoso, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.

Art. 3

Para os efeitos desta Convenção, a expressão ‘as piores formas de trabalho infantil’ compreende:

- (a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de criança, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

Na Argentina, a Constituição Nacional, em seu artigo 15, consagra a abolição da escravidão e qualifica como crime todo ato de compra e venda de pessoas.

A proteção contra a escravidão/servidão e práticas análogas também encontra respaldo no Código Penal que, em seu artigo 140, prevê como sendo crime o ato de reduzir uma pessoa à servidão. O art. 127-bis penaliza quem promover ou facilitar a entrada no país de menor de 18 anos para exercer a prostituição, com agravante quando a vítima tiver menos de 13 anos.

A Lei nº 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em seu artigo 9º, determina que as crianças e adolescentes têm direito a não serem submetidos, entre outras situações, a seqüestro ou tráfico para qualquer fim.

A Lei nº 25.632, Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional (Convenção de Palermo), aprova a citada convenção e seus protocolos complementares para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças e contra o tráfico ilícito de migrantes por terra, mar e ar.

A Lei nº 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia.

A Lei nº 25.871, Lei de Migrações (2003), art. 116, introduz a figura penal do tráfico de pessoas (a ação de realizar, promover ou facilitar a travessia ilegal de pessoas pelos limites fronteiriços nacionais a fim de obter algum benefício, direta ou indiretamente), com agravante quando a vítima for menor de idade (art. 121).

A Lei nº 24.429 extingue o serviço militar obrigatório e o substituiu pelo serviço militar voluntário para homens e mulheres com idade entre 18 e 24 anos de idade. Em situações excepcionais, o Poder Executivo poderá convocar, nos termos da Lei nº 17.531, os cidadãos que no ano da prestação do serviço venham a completar 18 anos. Nessa situação, alguém que faça dezoito anos em dezembro, poderá ser convocado, por exemplo, em fevereiro desse ano, com a idade de 17 anos. Isto ocorrendo, apenas haverá uma contradição ao disposto no art. 3º. da Convenção, se a excepcionalidade prevista tiver como fim o combate armado.

A Lei nº 25.616 aprova o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados, que determina que os Estados Partes adotarão todas as medidas possíveis para assegurar que membros de suas forças armadas menores de 18 anos não participem diretamente de hostilidades.

No Brasil, o Código Penal classifica como crime a redução à condição análoga a de escravo, quer submetendo alguém a trabalhos forçados ou a uma jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, com aumento da pena se o crime for cometido contra criança ou adolescente (art. 149); a frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203); o aliciamento para o fins de emigração (art. 206) e o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, configurando agravante se a vítima for menor de 18 anos (art. 207).

Com a Lei nº 11.106, de 2005, o tráfico internacional e o tráfico interno de pessoas para fins de prostituição foram tipificados nos artigos 231 e 231-A do Código Penal, com agravamento de pena quando a vítima for criança ou adolescente.

O Brasil é signatário da Convenção de Palermo (Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004) e seus Protocolos Adicionais (Decretos nº 5.016 e nº 5.017, ambos de 12 de março de 2004) referentes ao tráfico de trabalhadores migrantes e de pessoas.

O Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.

A Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), regulamentada pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, determina em seu art. 19 que a obrigação para com o serviço militar, em tempos de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o brasileiro completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.

O art. 20 determina que será permitida aos brasileiros a prestação do Serviço Militar como voluntário, a partir do ano em que completarem 17 (dezessete) anos. O art. 41, § 1º permite que os voluntários para a prestação do Serviço Militar inicial, apresentem-se a partir da data em que completarem 16 (dezesseis) anos de idade. O art. 239 determina que, para efeito do Serviço Militar, cessará a incapacidade civil do menor, na data em que completar 17 (dezessete) anos. Os voluntários que, no ato de incorporação ou matrícula, tiverem 17 (dezessete) anos incompletos deverão apresentar documento hábil, de consentimento do responsável. Desde que estas condições de recrutamento não permitam a utilização de crianças em conflitos armados, não há contradição com o art. 3º. da Convenção.

O Decreto nº 5.006, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, que determina que os Estados Partes adotarão todas as medidas possíveis para assegurar que membros de suas forças armadas menores de 18 anos não participem diretamente de hostilidades.

No Paraguai, a Constituição Nacional, especialmente nos artigos 10, 11 e 13, proíbe a escravidão, as servidões pessoais e o tráfico de pessoas. O art. 54 determina que a família, a sociedade e o Estado têm a obrigação de garantir proteção à criança contra o abandono, a desnutrição, a violência, o abuso, o tráfico e a exploração.

O Código do Trabalho, em seu art. 10, não reconhece como válido nenhum pacto ou convênio de trabalho em que se estipule a perda da liberdade pessoal.

O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 54, proíbe o trabalho de adolescentes em atividades perigosas ou nocivas para sua saúde física, mental ou moral. Exploração promovida pelos próprios pais, tutores ou encarregados, segundo o artigo 73, pode resultar na perda do pátrio poder.

O Código Penal prevê o crime de privação da liberdade (art. 124); tráfico de menores (art. 223), desterro de pessoas para fora do território nacional (art. 125) e tráfico de pessoas para o exterior com fins de prostituição (art. 129).

O Paraguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seu protocolo adicional referente ao tráfico de pessoas; do Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados; e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai afirma que não existe norma interna que proíba taxativamente o recrutamento de jovens menores de 18 anos, assim como não há regulamentação sobre o ingresso de jovens abaixo dessa idade em Academias de Formação nas Forças Armadas, Policiais, etc. Na legislação interna (Lei nº 569/75, do Serviço Militar), existe uma exceção que permite o alistamento de jovens com menos de 18 anos para que cumpram esta idade durante o serviço militar obrigatório.

Apesar dos esforços realizados por alguns setores do governo e da sociedade civil e dos avanços realizados na adoção de normas internacionais de direitos humanos que proíbem o recrutamento de menores de 18 anos de idade, continuam sendo registrados casos de seu recrutamento forçado ao serviço militar obrigatório. Em função desta realidade, foi criado no país a Coalizão para acabar com a utilização de crianças soldados, com a participação da Anistia Internacional, Movimento de Objeção de Consciência e com apoio do Unicef Paraguai. A grande questão, neste caso, é garantir que as crianças que porventura ainda sejam recrutadas no país fiquem resguardadas de qualquer possibilidade de participação em conflito armado.

No Uruguai, o Código Penal (Lei nº 9.414, de 1934) tipifica, em seu art. 280, a aquisição, transferência e comércio de escravos e a redução de outros homens à escravidão. Em relação à criança e ao adolescente, o art. 283 tipifica a subtração ou retenção de uma pessoa menor de idade de seus pais, tutores ou curadores, o art. 267, o rapto de mulher menor de 15 anos, e o art. 268, o rapto de solteira honesta maior de 15 e menor de 18 anos, com ou sem seu consentimento.

O art. 9º do Código Nacional da Infância e da Adolescência determina que toda criança e adolescente tem, entre outros, direito intrínseco à vida, à dignidade e à liberdade. O artigo 15, alíneas c, g e h referem-se à proteção especial do Estado contra a exploração econômica ou qualquer tipo de trabalho nocivo para a saúde, a educação ou para o desenvolvimento físico, espiritual ou moral de crianças e adolescentes; situações que coloquem em perigo sua segurança, como detenções e traslados ilegítimos; e situações que coloquem em perigo sua identidade, como adoções ilegítimas e venda.

O governo uruguaio indica em sua memória que não foi observado nenhum caso de escravidão, venda ou tráfico de crianças, nem o recrutamento forçado para sua utilização em conflitos armados. A Comissão de Peritos (CEACR; 2005) observa que o art. 280 do Código Penal só se refere ao comércio de escravos e observa que, ao que parece, a legislação nacional não contém nenhuma disposição que proíba a venda e o tráfico de crianças como forma de escravidão.

O Uruguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seus protocolos adicionais referente ao tráfico de migrantes e de pessoas e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia.

A Lei Orgânica Militar (1941) estabelece que, para integrar o corpo militar serão exigidos 18 anos completos. No Uruguai não existe serviço militar obrigatório. O direito uruguaio não admite a participação de menores de idade em nenhuma atividade militar, nem em conflitos armados.

Além disso, o Uruguai ratificou, em setembro de 2003, o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados.

O art. 13 do Código da Infância e da Adolescência determina que as crianças e adolescentes não podem tomar parte de hostilidades em conflitos armados, nem receber preparação para eles.

(b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;

Na Argentina, o Código Penal, artigo 125, reprime com reclusão ou prisão por um período de 4 a 10 anos aqueles que promoverem ou facilitarem a exploração sexual comercial de menores de 18 anos, mesmo com o consentimento da vítima. O mesmo diploma legal, em seu artigo 128, reprime com prisão a produção ou publicação de imagens pornográficas em que se exibam menores de 18 anos, bem como produções ao vivo de espetáculos com cenas pornográficas envolvendo menores de 18 anos.

Estão em tramitação no congresso argentino diversas iniciativas legislativas que procuram modificar o art. 128 do Código Penal, penalizando a posse de pornografia infantil e sua difusão por qualquer meio, inclusive a Internet.

A Lei n° 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em seu artigo 22, proíbe a exposição, difusão ou divulgação de dados, informações e imagens de crianças e adolescentes, quando lesionem sua dignidade ou reputação.

A Lei n° 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 227, parágrafo 4º, prevê punição severa para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este artigo encontra-se regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, com as respectivas sanções penais (artigos 240, 241 e 244-A).

A Lei n° 10.764, de 12 de novembro de 2003, altera os artigos 240 a 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando a pena, prevendo o agravamento para quem comete o crime prevalecendo-se em razão do exercício de cargo ou função, e tipificando de maneira mais abrangente os crimes de exposição da imagem da criança de forma pejorativa na Internet.

O Decreto n° 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil.

O documento Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho, 2005 (I) Relatório da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações (p. 222) expressa preocupação em relação ao número de crianças que, no Brasil, são exploradas sexualmente com fins comerciais. Solicita ao governo que comunique informações sobre a aplicação prática das sanções.

No Paraguai, o Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 31, expressamente proíbe a utilização de crianças em atividades de comércio sexual, bem como na elaboração, produção ou distribuição de publicações pornográficas com crianças.

O Código Penal prevê os crimes de coação sexual, com agravante quando a vítima tiver menos de 18 anos (art. 128) e o proxenetismo contra menores de 18 anos, com agravante quando a vítima tiver menos de 14 anos (art. 139).

O Paraguai ratificou, em agosto de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai ressalta que não existe proibição expressa, nem sanção, com relação à utilização de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e publicações.

No Uruguai, o Código Penal, em seu artigo 278, tipifica a exibição pornográfica, delito cometido por aquele que oferece publicamente espetáculos teatrais ou cinematográficos obscenos, ou que transmite audições ou efetua publicações de idêntico caráter. Não há referência à participação de menores de 18 anos. O art. 274 (corrupção de maior de 15 e menor de 18 anos) prevê situação de proxenetismo.

O artigo 11 do Código da Infância e Adolescência determina que toda criança e adolescente tem direito a que se respeite a privacidade de sua vida; tem direito a que não se utilize sua imagem de forma lesiva, nem se publique nenhuma informação que o prejudique e possa dar lugar a individualização de sua pessoa. O art. 15, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes em relação a toda forma de abandono, abuso sexual ou exploração da prostituição. O art. 130 define como maltrato e abuso de criança ou adolescente as seguintes situações: maltrato físico, maltrato psíquico-emocional, prostituição infantil, pornografia, abuso sexual e abuso psíquico e físico.

O Uruguai ratificou, em julho de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

(c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes;

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil na Argentina não menciona a existência de qualquer artigo do Código Penal que aborde a utilização de crianças em outros delitos penais que não seja o tráfico de entorpecentes (art. 204, modificado pela Lei 23.737).

A Lei n° 23.737, Regime Penal de Entorpecentes, em seu artigo 11, prevê que as penas serão aumentadas nos casos em que os criminosos vierem a utilizar menores de dezoito anos ou em prejuízo dos mesmos. As sanções serão agravadas nas hipóteses em que os delitos ocorrerem nas imediações de escolas ou em qualquer outro lugar que estudantes freqüentem com objetivo de realizar atividades educativas, esportivas e sociais. O artigo 36 dispõe sobre a perda do pátrio poder nos casos em que haja envolvimento de crianças com o tráfico de entorpecentes realizado pelos pais.

A legislação do Brasil prevê que é crime corromper ou facilitar corrupção de pessoa menor de 18 anos, com ela praticando ou sendo induzida a praticar ato ilícito (Lei n° 2252/1954).

A Lei n° 6.368/76, que dispõe sobre o tráfico ilícito e o uso de substâncias entorpecentes, criminaliza condutas e prevê, no inciso III do art. 18, penas maiores sempre que o crime vitimar ou decorrer de associação com menores de 21 anos.

O artigo 54 da Constituição Nacional do Paraguai prevê a proteção da criança contra o abandono, a desnutrição, a violência, o abuso, o tráfico e a exploração. O Código da Infância e da Adolescência prevê a obrigação de se denunciar qualquer violação dos direitos das crianças ou adolescentes.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai ressalta que não existe disposição legal penal, que estabeleça sanções para quem utiliza as crianças e adolescentes em atividades ilícitas, tais como furtos e roubos.

O Código Penal paraguaio, por sua vez, dispõe que os menores que não completaram 14 anos estão isentos de responsabilidade penal, o que estaria levando os adultos a utilizarem as crianças até essa faixa etária para realizarem atividades ilícitas.

No que se refere às drogas, a Lei n° 1340/88, que modifica e atualiza a Lei n° 357/72 que Reprime o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Perigosas e Outros Delitos Afins e Estabelece Medidas de Prevenção e Recuperação de Fármaco-dependentes, estabelece penas elevadas para quem realiza tráfico de entorpecentes e dispõe que se considera um agravante quando as vítimas ou intermediários utilizados são menores de idade.

No Uruguai, o art. 15 do Código da Infância e Adolescência, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes de situações que ponham em risco sua vida ou incitem à violência, como o uso e o comércio de armas. Esta regulamentação parece insuficiente diante do que prevê o art. 3 (c) da Convenção.

(d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Art 4

1. Os tipos de trabalho a que se refere o artigo 3° (d) deverão ser determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, levando em consideração as normas internacionais pertinentes, particularmente os parágrafos 3° e 4° da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.
2. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores interessadas, deverá identificar onde são praticados esses tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1° deste artigo.

3. A relação dos tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste artigo deverá ser periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Na Argentina, os artigos 176 e 191 da LCT proibem a realização de tarefas penosas, perigosas ou insalubres a menores de 18 anos. O artigo 112 da LCT proíbe os trabalhos agrícolas perigosos.

Em abril de 2005 foi concluída a Consulta Nacional (uma consulta tripartite e outra virtual por parte do Ministério da Justiça e Direitos Humanos) para a identificação dos trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. O esforço conjunto de diversos órgãos governamentais produziu um projeto de decreto, feito pela Superintendência de Riscos Laborais, que determina quais são estes trabalhos. Está pendente a aprovação do Decreto.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu art. 7º., inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veda o trabalho penoso ou em locais que prejudiquem o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de crianças e adolescentes. Existe, inclusive, dispositivo proibindo o trabalho noturno.

Por sua vez, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), art. 405, proíbe o trabalho noturno, ou em locais e serviços perigosos, insalubres ou moralmente danosos.

A princípio, a legislação brasileira encontra-se adaptada a esses dispositivos da convenção, porém, existem duas situações que devem ser registradas:

(1) A Portaria SIT/MTE nº 04, de 21.3.2002, permite que parecer técnico de profissional habilitado em segurança e medicina do trabalho autorize o trabalho/aprendizagem em condições de periculosidade ou insalubridade a adolescentes menores de 18 anos;

(2) Trabalho doméstico de adolescente trazido de outra comarca. Muitas vezes estas crianças prestam serviços domésticos, podendo ficar vulneráveis a qualquer um dos riscos apontados pela Convenção.

Esse tema tem sido objeto de debate pela Comissão Especial do Trabalho Infantil (CETID) e pelo Grupo de Estudos Relativos ao Trabalho Infante-Juvenil Doméstico (GETID), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Ministério do Trabalho e Emprego, em 2000, instituiu comissão formada por representantes do Governo Federal, do Ministério Público do Trabalho, dos empregadores e dos trabalhadores, sendo que em 17 de janeiro de 2001 foi apresentada a lista com as 82 atividades que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Em maio de 2005, a CONAETI-Br instituiu uma Subcomissão para Análise e Redefinição das Atividades Perigosas ou Insalubres em Relação ao Trabalho Infantil, que está revisando a lista em vigor.

No Paraguai, a Constituição Nacional, em seu artigo 53, dispõe sobre a proteção da criança e de seu desenvolvimento harmônico e integral que, por sua vez, constitui-se em uma obrigação da família, da sociedade e do Estado.

Em relação ao adolescente, o artigo 54 prevê garantias aos adolescentes que trabalham, destacando-se os direitos trabalhistas de prevenção à saúde; direitos individuais relativos à liberdade, respeito e dignidade, e direito a ser submetido periodicamente a exames médicos.

O Código da Infância e da Adolescência prevê a criação de um Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência que deverá regular e integrar os programas e ações no nível nacional, estadual e municipal. Esse mesmo código, em seu artigo 54, determina, sem prejuízo do Código do Trabalho, a proibição do trabalho de adolescentes em qualquer lugar subterrâneo ou abaixo da água, bem como outras atividades perigosas ou nocivas para a sua saúde física, mental ou moral.

Em relação ao trabalho subterrâneo, a memória do governo paraguaio entende que a aplicação da normativa é delicada, uma vez que na maioria das minas a exploração se realiza sobre a superfície e não existe uma proibição taxativa nesse sentido.

No Código do Trabalho, o artigo 125 enumera uma série de serviços proibidos para menores de 18 anos, como por exemplo: tarefas ou serviços suscetíveis de afetar a moralidade ou os bons costumes; trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos superiores à jornada estabelecida, ou superiores à força física, ou que possam impedir ou retardar o desenvolvimento físico normal.

A memória enviada pelo governo paraguaio afirma que, na prática, não existe uma determinação sobre quais são as atividades que podem impedir ou retardar o desenvolvimento normal dos adolescentes ou que estabeleça proteções especiais para os mesmos. A qualificação de periculosidade ou insalubridade de um local de trabalho se realiza mediante um procedimento administrativo que inclui a todos os trabalhadores, sem distinção de idade para sua aplicação. Recomenda-se, neste sentido, um procedimento especial para a qualificação em razão da idade dos trabalhadores.

O Decreto n° 4951, de 22 de março de 2005, que regulamentou a Lei n° 1657/2001 (que "ratifica a Convenção 182 (OIT), que proíbe as piores formas de trabalho infantil e estabelece o alinhamento imediato de ações para a sua eliminação") aprovou a lista de 26 atividades que "por sua natureza ou pela condição em que se realizam, colocam em grave risco a saúde física, mental, social ou moral de crianças e adolescentes, interferindo com sua escolarização ou lhe exigindo combinar grandes jornadas de trabalho com sua atividade educativa".

No Uruguai, o art. 163 do Código da Infância e Adolescência obriga o Estado a proteger as crianças ou adolescentes que trabalham contra toda forma de exploração econômica e

contra o desempenho de qualquer tipo de trabalho perigoso, nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, espiritual, moral ou social. Proíbe todo trabalho que não lhe permita gozar de bem-estar em companhia de sua família ou responsáveis ou comprometa sua formação educacional.

O art. 164 do Código da Infância e Adolescência determina que o INAU estabelecerá, em caráter de urgência, a lista de tarefas a serem incluídas na categoria de trabalho perigoso ou nocivo para a saúde de crianças e adolescentes ou para seu desenvolvimento físico ou moral, a ser terminantemente proibido, qualquer que seja a idade daquele que pretenda trabalhar ou se encontre em relação de trabalho. A Lista de Trabalhos Perigosos elaborada pelo Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) já está pronta. Aguarda-se sua transformação em Decreto.

A memória do governo uruguaio relativa à Convenção 182 (anterior à aprovação do Código da Infância e Adolescência) faz referência a uma série de normativas internas sobre o tema, quais sejam:

- (1) Decreto n° 851/71 de 16/12/71, que remete à Inspeção Geral do Trabalho e da Seguridade Social “a confecção de uma lista nominal de trabalhos considerados insalubres ou perigosos para a saúde e a segurança do menor, a ser enviada anualmente ao INAME” e estabelece que o INAME “poderá proibir o emprego de menores nas atividades insalubres ou perigosas ou exigir a repetição do exame médico em todos os casos que, a seu juízo, o justifiquem”;
- (2) CIT n° 13, ratificado pelo Decreto Lei 8.950 de 5/4/933, assim como seu decreto regulamentador de 15/9/52, proibem empregar menores de 18 anos em trabalhos de pintura industrial que impliquem no uso de cerusita, sulfato de chumbo ou qualquer produto que contenha ditos pigmentos;
- (3) CIT n° 136, ratificado pela Lei n° 14.567 de 30/8/1976, “proíbe o emprego de menores de 18 anos em trabalhos que incluam exposição a benzeno ou a produtos que o conttenham”;
- (4) Lei 5.032 de 21/7/914, art. 4 e art. 32 do Decreto 647/78 de 21/11/78, que regulamenta a Lei no. 14.785 (Estatuto do Trabalhador Rural) estabelecem uma proibição absoluta para as mulheres e crianças no que se refere ao emprego na limpeza e reparo de motores em marcha, máquinas e outros agentes de transmissão perigosa;
- (5) Decreto n° 647/78 de 21/11/78 proíbe o trabalho de menores de 18 anos no meio rural quando prejudicar sua saúde, sua vida ou sua moral; quando for excessivamente fatigante, insalubre ou perigoso para a preservação física ou moral da criança;
- (6) Decreto de 9/1/1942 proíbe o trabalho de menores de 18 anos como operários ou aprendizes em fiações de algodão;
- (7) Decreto de 14/9/1945 fixa em 18 anos a idade mínima para trabalhar em estabelecimentos que preparem, empreguem ou manipulem aminas aromáticas;
- (8) Decreto de 8/5/1950, que regulamenta as leis 11.146 e 10.667, “dispõem que os menores de 18 anos não poderão ser admitidos em estabelecimentos que fabriquem pão, massas, e macarrão fresco, a menos que exista autorização da autoridade competente para aprendizagem ou para tarefas indicadas na autorização”;
- (9) Resolução do Conselho da Criança de 4/11/69 “proíbe o emprego de menores de 18 anos no levantamento ou transporte de volumes ou cargas, qualquer que seja o peso”;

- (10) Resolução do Conselho da Criança de 10/12/71 “proíbe que menores de 18 anos sejam empregados ou trabalhem a bordo de embarcações na qualidade de paioleiros ou foguistas”;
- (11) Resolução de 10 de março de 2003, do INAU, não autoriza a realização de tarefas de colheita de cítricos a menores de 18 anos;
- (12) Lei 10.471, de 3/3/1944, “proíbe o trabalho de menores de 18 anos na exploração de florestas, montanhas e turfas”;
- (13) Decreto nº 372/99, de 26/11/1999, “proíbe o trabalho de menores de 18 anos em tarefas de colheita florestal e naquelas que impliquem em manejo de agrotóxicos”;
- (14) Decreto de 22/1/36, regulamenta a Lei 5032 de 21/07/914 “estabelece como idade mínima 20 anos para os trabalhadores de câmaras frigoríficas”;
- (15) Lei 11.577 de 14/10/950 “proíbe empregar menores de 21 anos em trabalhos insalubres, durante o horário noturno”.

Art 5

Todo País Membro, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão efeito à presente Convenção.

Na Argentina, além da CONAETI, existe o Programa de Informação, Estatística e Monitoramento em Matéria de Trabalho Infantil (SIMPOC), a cargo da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais (Ministério da Justiça) e o Cadastro Nacional de Informações sobre Menores Extraviados, no âmbito do Ministério da Justiça, que centraliza, organiza e efetua o cruzamento de informações de todo o país. O Registro Nacional funciona na órbita do Programa Nacional de Prevenção à Subtração e ao Tráfico de Crianças e dos Delitos contra a sua Identidade.

No Brasil, além do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), da CONAETI e da Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico – CETID, existe o Projeto Presidente Amigo da Criança, lançado em 2002, que comprometeu a atual gestão federal com 21 metas estabelecidas pelo documento “Um Mundo pelas Crianças”, da ONU, especificamente no que se refere a promover vidas saudáveis, educação de qualidade, proteção contra o abuso, a exploração e a violência e combate ao HIV/AIDS. Para acompanhar a execução do compromisso de metas e de gestão foi criada a Rede de Monitoramento Amiga da Criança.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego foi elaborado o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, uma publicação que reúne informações colhidas pelos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente - GECTIPA, a partir das ações de fiscalização, por eles coordenadas.

No Paraguai, o Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 37, prevê a criação do Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência a fim de regulamentar e integrar os programas e ações nos três níveis: federal, estadual e municipal. O Decreto nº 18.835, de 7 de outubro de 2002, criou a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente (CONAETI-Py).

No Uruguai, conforme memória apresentada pelo governo, os organismos competentes para realizar o controle do cumprimento da Convenção 182 são o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social, através da Inspeção Geral do Trabalho (IGTSS) e do INAU.

O art. 218 do Código da Infância e Adolescência determina que o INAU deverá desenvolver o Sistema Nacional de Informações sobre a Infância e Adolescência, que deverá incluir dados sobre a criança ou adolescente sob sua responsabilidade e das instituições que o atendem. O art. 219 determina que este sistema deverá gerar dados que permitam um adequado acompanhamento da atenção à criança ou adolescente e da evolução da mesma, assim como gerar as informações necessárias para a formulação das políticas da criança e do adolescente.

Art 6

1. Todo País Membro elaborará e desenvolverá programas de ação para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil.
2. Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as relevantes instituições governamentais e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração, conforme o caso, opiniões de outros grupos interessados.

Na Argentina, existe o Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do qual fazem parte o Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural e o Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina. Registra-se também a existência do Programa de Formação e Informação Sistêmica em matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Programa Luz da Infância, voltado para a prevenção e erradicação de exploração sexual comercial infantil na Província de Misiones, em parceria com a OIT.

No Brasil, o principal programa de ação relativo à convenção sobre as piores formas de trabalho é o Plano Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil, elaborado pela CONAETI. Registra-se ainda o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, a Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e, mais recentemente, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

No Paraguai, a criação da Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência (SNNA) foi um importante avanço em matéria de proteção dos direitos das crianças. A SNNA é o principal organismo executivo do Estado paraguaio em matéria de atenção à criança e ao adolescente e desempenha o papel de articular o Sistema Nacional de Proteção criado por lei. Trabalhou na elaboração do Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência (PNA) e de seus dois planos setoriais: Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho dos Adolescentes. Registra-se também o Programa “Abraço” (Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas ruas), destinado a beneficiar meninos e meninas de rua.

No Uruguai, o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) possui um Plano de Ação, de âmbito nacional, para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, que possui diversas linhas de ação, envolvendo aspectos legais e judiciais, um programa de sensibilização pública, um programa de educação e um programa de alternativas no campo econômico.

Nos quatro países, estes programas são implementados em consulta com as instituições governamentais e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração, conforme o caso, opiniões de outros grupos interessados, sendo as comissões ou comitês nacionais o local desta interlocução.

Art 7

1. Todo País Membro deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a efetiva aplicação e cumprimento das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a elaboração e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, outras sanções.
2. Todo País Membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, deverá adotar medidas efetivas e num prazo determinado, com o fim de:
 - (a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
 - (b) proporcionar a necessária e apropriada assistência direta para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;
 - (c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e conveniente, à formação profissional;
 - (d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e
 - (e) levar em consideração a situação especial das meninas.
3. Todo País Membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão efeito a esta Convenção.

Na Argentina, além dos planos e políticas indicados nos itens anteriores, registra-se que entre 2001 e 2005 foi implementado pela OIT/IPEC o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, do qual a Argentina participou com o Programa Luz da Infância, na Província de Misiones.

Embora não se destinem especificamente ao combate ao trabalho infantil, existem importantes programas levados a efeito pelo governo argentino para auxiliar crianças em situação de vulnerabilidade. Entre eles estão o Plano Chefes de Família (Mulheres e Homens) Desempregados (PJJHD), criado em 2002, para ajudar economicamente os chefes de família de ambos os sexos (com filhos menores de 18 anos). O benefício consiste em um valor mensal de 150 pesos argentinos, compatível com o recebimento de bolsas ou transferências financeiras de outros programas sociais.

Outro programa implementado como resposta à crise é o chamado Renda para o Desenvolvimento Humano (ou Famílias pela Inclusão Social) que cobre lares com crianças menores de 18 anos, cujos rendimentos sejam insuficientes e que não participem do PJJHD, nem recebam outras transferências de renda familiar. Os objetivos desse programa consistem em promover o desenvolvimento, a saúde e a permanência no sistema educativo das crianças, mediante o pagamento de transferências monetárias às famílias beneficiárias. O Plano Nacional de Famílias pela Inclusão Social tem por objetivo a transferência voluntária dos beneficiários do Plano Chefes de Família, com três ou mais filhos.

Para amortizar o impacto da crise no setor educacional, ampliou-se o Programa Nacional de Bolsas Estudantis. Sua população beneficiária é formada por alunos de 13 a 19 anos, pertencentes a famílias de poucos recursos que estejam cursando o nível secundário ou EGB3/Polimodal^{xxxii}. Estes recebem uma bolsa anual de 400 pesos argentinos. O objetivo do programa é incrementar os anos de permanência na escola dos jovens das famílias mais vulneráveis, estimular sua assistência e promoção, reduzir a quantidade de jovens que não estudam dentro do nível de escolaridade obrigatória e melhorar suas condições futuras .

Na área de responsabilidade social corporativa, destaca-se o Programa Pró-Menino, cujo objetivo específico é contribuir para a manutenção no sistema educacional formal de um mínimo de 600 crianças entre 6 e 12 anos. O programa tem uma cobertura de 3000 crianças trabalhadoras de diversas zonas do país. Os beneficiários são selecionados segundo diversos critérios de vulnerabilidade, como por exemplo, crianças pertencentes a lares com registro de necessidades básicas insatisfeitas, crianças que trabalham, baixo rendimento escolar, repetência escolar freqüente, com déficit alimentar, abandono escolar, etc. O Pró-Menino é um programa da empresa Movistar, gerido conjuntamente com o terceiro setor e vinculado à CONAETI e em parceria com a OIT.

Em relação a sanções penais, estas já se encontram inseridas na legislação interna, porém falta modernizar e atualizar outros temas, como, por exemplo, a questão da divulgação de pornografia infantil na internet.

No que se refere à autoridade competente, a CONAETI, que é presidida pelo MTEySS, tem ocupado esta posição desde sua criação.

No Brasil, em termos da instituição de sanções penais, a legislação brasileira praticamente abarca todas as condutas atacadas pela convenção. Em sua primeira memória, o governo brasileiro faz referência ao projeto de lei do Ministério da Justiça, enviado ao Presidente da República, que acrescenta artigo ao Código Penal, criminalizando a exploração do trabalho infantil.

O governo vem ampliando, desde setembro de 2003, o Programa de Duração Determinada (PDD), da OIT/IPEC, sobre as piores formas de trabalho infantil. As atividades e estratégias previstas pelo PDD representam um modelo para o plano nacional de eliminação do trabalho infantil em cinco estados selecionados: Alagoas, Brasília, Maranhão, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Entre 2001 e 2005 foi implementado pela OIT/IPEC o “Programa de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Argentina, Brasil e Paraguai”, levado a efeito em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), é um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce, cujo objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil no país, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a jornada ampliada. O público-alvo são famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos em atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até 100 reais mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social.

Em 2006, o governo integrou o PETI ao PBF, com o objetivo de ampliar a cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ao PETI e estender as ações sócio-educativas às crianças e jovens do Programa Bolsa Família.

Atualmente, o PETI está implantado em 3.039 municípios, alcançando 1 milhão e 10 mil crianças e adolescentes. Com a integração com o PBF, o governo prevê uma cobertura de 3 milhões e 200 mil crianças e adolescentes.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando o seu desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futura inserção no mercado. O público-alvo é formado por jovens que, prioritariamente, estejam fora da escola; que participem ou tenham participado de outros programas sociais

O Programa Sentinela é um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual. Foi criado para atender a determinação da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. É operacionalizado por intermédio de centros ou serviços de referência, bases físicas implantadas nos municípios. Nesses espaços são executadas ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes, tais como abordagem educativa, atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, acompanhamento permanente, abrigo por 24 horas (quando for o caso) e oferta de retaguarda ao sistema de garantia de direitos.

Em relação à designação de autoridade competente para dar cumprimento às disposições da Convenção, a Portaria nº. 365/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego determina que a CONAETI tem, entre suas atribuições, elaborar propostas para a regulamentação da Convenção 138 e 182 da OIT; verificar a conformidade das referidas convenções com outros diplomas legais vigentes, visando efetivar as adequações legislativas porventura necessárias; propor mecanismos para o monitoramento da aplicação da Convenção 182; acompanhar a implementação das medidas adotadas para a aplicação dos dispositivos das Convenções 138 e 182 no Brasil.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai, assim como a primeira memória enviada pelo governo paraguaio, ressaltam a necessidade de realização de algumas adequações legislativas, bem como impulsionar tais reformas com políticas públicas voltadas para a infância, com o apoio de campanhas de difusão e conscientização.

Entre 2001 e 2005 foi implementado pela OIT/IPEC o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, levado a efeito em Ciudad del Este.

A Rede de Proteção Social é um esforço interministerial de coordenação dos ministérios da Área Social, coordenado pela Secretaria de Ação Social, direcionado para a população extremamente pobre. A Rede tem dois componentes: o subprograma Família busca apoiar

as famílias dos 34 municípios mais pobres do país mediante transferências condicionadas de recursos e a ampliação das ofertas de serviços na comunidade; e o Sub-programa Abraço (Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas Ruas) tem por objetivo atender 1.500 crianças trabalhadoras de rua do Departamento Central e suas famílias, para a erradicação do trabalho infantil nas ruas, mediante apoio escolar, assistência à geração de renda para os pais, transferência condicionada de recursos e microcréditos.

Em termos de autoridade competente, o Conselho Nacional da Infância, coordenado pela Secretaria Nacional da Infância, criou uma comissão técnica de trabalho infantil, que estará à frente deste tema.

O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Uruguai afirma ser necessário introduzir, de forma clara e explícita, na legislação uruguaia a criminalização de determinadas condutas, além de, evidentemente, introduzir a correspondente sanção penal para cada conduta a ser combatida. Também considera que, no que se refere à sanção penal da exploração infantil, a legislação nacional é escassa, encontrando apenas alguns artigos no Código Penal que se referem a figuras delitivas vinculadas à violação, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e estupro (art. 272 a 275), além do art. 279B, que determina que os pais ou responsáveis que permitam ou favoreçam que seus filhos trabalhem, violando as normas proibitivas consagradas no Código da Infância e da Adolescência, incorrerão em delito.

A memória enviada pelo Governo também se refere a uma carência na legislação uruguaia em relação penalização da exploração do trabalho de crianças e adolescentes, uma vez que o Código Penal apenas prevê figuras delitivas vinculadas à violação, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e estupro. Apenas indiretamente se prevê, no referido corpo normativo, a penalização aos pais quando não cumprirem seus deveres inerentes ao pátrio poder, colocando em perigo a saúde moral ou intelectual do filho menor de idade.

Em relação a programas sociais, destaca-se o Programa *Del Cardal*, que desenvolve uma experiência de erradicação, em convênio com o INAU. Objetiva a eliminação progressiva das piores formas de trabalho infantil, possibilitando que crianças de 5 a 14 anos (especialmente as que vivem em situação de rua) desenvolvam suas potencialidades, cobrindo as necessidades básicas de saúde, alimentação, educação e recreação. É composto por um programa de bolsas, um programa de ampliação do turno escolar e um programa de apoio às famílias mediante processos de capacitação e/ou micro-empresendimentos econômicos.

O Projeto Pró-Menino, com recursos fornecidos por uma empresa privada internacional, desenvolve uma experiência com meninos de rua, com financiamento proveniente de doações, no marco do INAU, e com execução mista Estado-ONG. Objetiva melhorar a qualidade de vida das crianças, reinserindo-as no sistema escolar a partir de um convênio com as famílias e as escolas. Inclui três componentes básicos: um programa de bolsas para crianças, um programa de reforço educacional formal e informal, um programa de apoio às famílias mediante processos de capacitação e/ou micro-empresendimentos econômicos.

O Projeto 300, executado pelo INAU, de acordo com seus Programas de Rua, em convênio com uma ONG dedicada à infância, oferece uma bolsa para crianças em situação de rua, para que possam sair desta realidade. Os recursos provêm de doações de particulares. A bolsa consiste na entrega de vale-alimentação a cada 15 dias para cada criança.

Existem programas transversais que, embora não direcionados especificamente ao trabalho infantil, atendem a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Programa de Infância e da Família (PIIAF) da Secretaria da Presidência da República, objetiva melhorar as condições de vida e a inserção social de crianças e adolescentes em situação de risco social e de seu grupo familiar. O Plano CAIF (Centros de Atenção à Infância e à Família) é um compromisso do Estado e da sociedade civil organizada em Associações Civas a serviço de crianças menores de 4 anos e de suas famílias, na busca de equidade social, superação das condições de exclusão e marginalidade. Os Centros CAIF oferecem atendimento educacional, alimentar e de saúde, assim como apoio interdisciplinar para as crianças e suas famílias.

A memória do governo uruguaio relativa à Convenção 182 identifica como autoridade competente o INAU. De acordo com o estabelecido no artigo 1º. da Lei nº. 15.977/88, o INAU “é a entidade que dirige todos os aspectos relacionados à vida e ao bem-estar dos menores, desde sua gestação até sua maioridade”. De sua parte, prossegue a memória, o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social é o segundo órgão com competências específicas em matéria de trabalho de crianças e adolescentes, uma vez que tem como uma de suas missões fiscalizar as condições de trabalho em geral.

Os planos nacionais de erradicação do trabalho infantil na Argentina, Brasil e Paraguai incorporam as perspectivas de gênero. Nas políticas públicas implementadas nestes países, as meninas têm sido priorizadas especialmente nos programas de exploração sexual comercial infantil e de combate ao trabalho infantil doméstico, em função do predomínio do gênero feminino entre as vítimas.

Art 8

Os países-membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das disposições desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacionais, incluindo o apoio ao desenvolvimento social e econômico, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

O Brasil é um país doador da OIT para Haiti, Angola e Moçambique, no que se refere a programas de combate às piores formas de trabalho infantil. O Paraguai tem iniciativas de intercâmbio com a Argentina em termos de trabalho infantil perigoso e de inspeção do trabalho. O Uruguai também mantém iniciativas de intercâmbio com a Argentina, relacionadas à inspeção de trabalho.

No âmbito da ajuda recíproca dentro do Mercosul, destaca-se a Declaração Sócio-laboral e a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil. Registra-se, também, a existência de proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes levado à cabo por IPEC/OIT na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), em processo de análise nos respectivos ministérios de relações exteriores^{xxxiii}.

Em julho de 2002, no âmbito do Mercosul, foi aprovada a agenda de trabalho para o desenvolvimento de um plano subregional para a erradicação do trabalho infantil. Em dezembro deste mesmo ano, aconteceu uma oficina de continuidade do Plano Subregional, que propôs a realização de um encontro das comissões nacionais de erradicação do trabalho infantil.

Em maio de 2003 aconteceu em Assunção, Paraguai, o Primeiro Encontro de Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile, com a presença de governos, centrais sindicais e organizações patronais. Foram apresentados os avanços em matéria de aplicação das Convenções 138 e 182 da OIT e nos Planos Nacionais para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Como resultado do evento, foi assinada a Declaração das Comissões Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil dos Países do Mercosul e Chile, onde os países se comprometem a (1) apoiar o Paraguai em relação à ratificação da Convenção 138 (já realizada); (2) promover a cooperação entre Comissões Nacionais para levar adiante planos e programas de ação para a erradicação do trabalho infantil e elevar a idade mínima de admissão ao emprego; e (3) articular ações com os órgãos sociolaborais do Mercosul, especialmente o Subgrupo 10 e a Comissão Sócio-laboral. O encontro fortaleceu o trabalho desenvolvido pelas Comissões, dando-lhes visibilidade nos próprios órgãos sociolaborais do Mercosul e potencializou a cooperação horizontal entre os países do Cone Sul. Seguiram-se reuniões em Buenos Aires, em 2004, e em Montevideú, em 2005.

No âmbito do Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil foi elaborado o Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile, publicado pela OIT (Documento de Trabalho, nº 169, 2003). Trata-se de um trabalho coordenado entre especialistas dos ministérios do trabalho dos países do Mercosul e Chile, que tem como objetivo ampliar a visão da inspeção do trabalho para um modelo pedagógico, que permita integrá-la aos sistemas nacionais de proteção da criança e do adolescente.

Em 2004, o Módulo 3 do Subgrupo 10 apresentou a proposta de realização de uma Campanha Gráfica de erradicação e combate ao trabalho infantil, que teve o apoio da OIT. Ela foi levada a efeito nos quatro países, com sucesso. Em 2005 e 2006 as campanhas foram executadas individualmente e localmente, por país.

Ainda no que se refere ao Subgrupo 10, está em discussão a proposta de um Plano Regional de Inspeção de Trabalho, que incluiu formação e capacitação de inspetores de trabalho e possibilidades de inspeções conjuntas. Durante a realização da XIII Reunião Ordinária do Subgrupo 10 (Buenos Aires, junho de 2006), foi sugerido que as recomendações do Mercosul em termos do fortalecimento da inspeção de trabalho fossem elevadas à categoria de resolução.

Na XXII Reunião Ordinária do Subgrupo 10 do Mercosul, realizada em Montevideú, em outubro de 2005, a delegação Argentina apresentou uma proposta de um Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, que tem como propósito dar diretrizes e objetivos fundamentais para desenvolver uma política regional para a prevenção e erradicação do trabalho infantil no Mercosul.

São objetivos específicos do Plano Regional (1) harmonizar a Declaração Sócio-laboral do Mercosul com as normas internacionais e gerar mecanismos de supervisão, controle e seguimento das referidas normas; (2) conhecer a dimensão, o alcance e a diversidade do trabalho infantil na região e (3) fortalecer mecanismos institucionais de cooperação horizontal para dar cumprimento à normativa nacional e regional para a prevenção e erradicação do trabalho infantil.

O Plano prevê a criação de uma Unidade Executora, organismo tripartite de caráter regional cujo objetivo será coordenar, planificar e avaliar todas as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil no âmbito do Mercosul. A Unidade Executora terá o apoio de uma secretaria técnica rotativa.

Em julho de 2006, o Grupo Mercado Comum (GMC) aprovou a “Resolução nº 36/06 - Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul”. A transformação do Plano em Resolução o torna obrigatório. Vale destacar que seu objetivo específico 3 (fortalecer mecanismos institucionais de cooperação horizontal para dar cumprimento à normativa nacional e regional para a prevenção e erradicação do trabalho infantil) se desdobrará nas seguintes atividades: I. Desenhar planos de intervenção conjunta para prevenir e erradicar modalidades de trabalho infantil existentes nas zonas de fronteira; II. Planificar e implementar um programa permanente de sensibilização, informação e formação em matéria de trabalho infantil nos países do Mercosul; III. Sistematizar e difundir ações exitosas de prevenção e erradicação desenvolvidas em cada um dos países.

Na mesma data, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) decidiu recomendar aos países que compõem o bloco econômico que coordenem suas ações e seus organismos para consolidar a prevenção do trabalho infantil, por meio da harmonização de medidas e da atualização informativa. Por sugestão do senador Sérgio Zambiasi, presidente da CPC, a recomendação incluirá um pedido para que os países do bloco igualmente se empenhem em um trabalho conjunto contra a prostituição infantil e o trabalho escravo.

Ainda em termos de Mercosul, destaca-se a *Iniciativa NIÑ@SUR*, que desde 2004 (XXVI Reunião do Conselho Mercado Comum) tem sido discutida no âmbito da Reunião das Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. A *Iniciativa NIÑ@SUR* tem como fundamento promover a articulação dos esforços nacionais voltados ao cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança e à adequação legislativa nacional aos instrumentos internacionais sobre a matéria. Entre seus objetivos imediatos, está a promoção de coordenações temáticas entre os Estados para o tratamento das questões de exploração sexual, tráfico, pornografia infantil, restituição, trabalho infantil, trabalhadores migrantes e suas famílias.

Nas áreas de desenvolvimento social e econômico, erradicação da pobreza e educação universal, podem ser citadas as iniciativas para impulsionar um sistema integrado de saúde do Mercosul, uma parceria da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e dos Ministérios de Saúde da Argentina, Brasil e Paraguai; o Grupo de Trabalho Itaipu/Saúde, formado por representantes de todas as esferas da gestão de saúde no Brasil e no Paraguai; as propostas de políticas conjuntas para o enfrentamento da AIDS nos municípios fronteiriços, levadas a efeito pelos coordenadores dos programas de AIDS do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e a iniciativa Brasil+ 6, para expandir a atenção e o apoio a mulheres grávidas, crianças e adolescentes nas áreas de HIV/AIDS

e sífilis, em função da qual o governo brasileiro está doando medicamentos anti-retrovirais a seis países, incluindo Bolívia e Paraguai.

Na área de cooperação jurídica internacional, o instrumento mais avançado em termos de colaboração entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai para o enfrentamento da criminalidade é o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul, assinado em 1996, em San Luis, na Argentina. Em seus 31 artigos, o Protocolo define as regras de assistência mútua e de cooperação nos procedimentos judiciais relacionados com assuntos penais.

Brasil, Paraguai e Argentina, assim como Bolívia e Chile, também são signatários do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, de 1999. O Plano objetiva a coordenação de esforços das Forças de Segurança e/ou Policiais e demais Organismos de Controle de cada Estado Parte e Associado do Mercosul no combate a organizações criminais relacionadas, entre outros temas, com o tráfico de crianças e as migrações clandestinas.

Em junho de 2000, o Conselho do Mercado Comum, reunido em Buenos Aires, aprovou uma Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul, que determina que os Estados Partes reafirmem a plena vigência das disposições da Convenção Sobre os Direitos da Criança e da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Crianças, comprometendo-se a realizar todas as ações necessárias para seu efetivo cumprimento; e que aqueles Estados Partes que não tenham ratificado alguma delas, deverão realizar as ações internas para sua rápida ratificação e vigência.

2.3 Quadros comparativo de las medidas adotadas para garantir a aplicação das convenções 138 e 182 da OIT

Convenção 138 sobre Idade Mínima para Admissão em Emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 1° Todo País Membro no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e leve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.</p>	<p>- Criação da CONAETI-Arg (2000). - Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006).</p>	<p>- Criação da CONAETI-Br (2002). - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (1996) - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004).</p>	<p>- Criação da CONAETI-Py (2002). - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes (2003-2008). - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA (2004).</p>	<p>- Criação do CETI (2000). - Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
<p>Artigo 2° 1. Todo País Membro que ratificar esta Convenção especificará, em declaração anexa à ratificação, uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; ressalvado o disposto nos artigos 4° e 8° desta Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior a essa idade será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação. 2. Todo País Membro que ratificar esta Convenção poderá notificar ao Diretor Geral da Secretaria Internacional do Trabalho, por declarações subsequentes, que estabelece uma idade mínima superior à anteriormente definida.</p>	<p>- Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 14 ANOS. - Lei de Contrato de Trabalho n° 20.744 (LCT), em seu artigo 189, proíbe a ocupação de menores de 14 anos.</p>	<p>- Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 16 ANOS. - A Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.</p>	<p>- Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 14 ANOS. - A Lei 2332, de 2003, que aprova a Convenção 138, fixa em 14 anos a idade mínima de admissão ao emprego.</p>	<p>- Idade declarada pelo país no momento de ratificação da Convenção: 15 ANOS. - O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 162, fixa em 15 anos a idade mínima para que adolescentes trabalhem em empregos públicos ou privados, em todos os setores de atividade econômica, salvo exceções (INAU).</p>

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>3. A idade mínima fixada nos termos do parágrafo 1º deste artigo não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.</p> <p>4. Não obstante o disposto no parágrafo 3º deste artigo, o País Membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.</p> <p>5. Todo País Membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, de conformidade com a disposição do parágrafo anterior, incluirá em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação desta Convenção, nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, declaração:</p> <p>a) de que subsistem os motivos dessa providência ou</p> <p>b) de que renuncia ao direito de se valer da disposição em questão a partir de uma determinada data.</p>				

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 3º</p> <p>1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.</p> <p>2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o parágrafo 1º deste artigo.</p> <p>3. Não obstante o disposto no parágrafo 14 deste artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente</p>	<p>-A Lei de Contrato de Trabalho, artigos 176 e 191, proíbe a menores de 18 anos a realização de tarefas penosas, perigosas ou insalubres.</p> <p>-O art. 112 da Lei nº 22.248 (Regime Nacional de Trabalho Agrário) proíbe a menores de 18 anos a ocupação em trabalhos penosos, perigosos ou insalubres, conforme determina a regulamentação.</p>	<p>-A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos.</p>	<p>-O Código do Trabalho, artigo 125, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em tarefas ou serviços suscetíveis de afetar sua moralidade ou bons costumes; relacionados a bebidas alcoólicas; trabalhos de ambulantes (salvo autorização especial); trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos que possam interferir no desenvolvimento físico normal, cujas jornadas sejam superiores à estabelecida; trabalho noturno nos períodos previstos no art. 122 - crianças de 15 a 18 anos, das 22 às 6 horas (exclui o trabalho doméstico) e de 13 a 15 anos, das 20 às 8 horas - bem como, outros previstos em lei.</p> <p>-Em seu artigo 180, estabelece que poderão trabalhar em atividades agrícolas, pecuárias, florestais e similares, os maiores de 15 anos e, excepcionalmente, os de 14 anos.</p> <p>-O art. 179 estabelece que os menores de idade não poderão realizar trabalhos vinculados ao manejo de tratores, moinhos a vapor, colheitadeiras e outras máquinas.</p> <p>-O Código da Infância e da Adolescência determina, no art. 54, a proibição do trabalho adolescente, sem prejuízo ao estabelecido no Código do</p>	<p>-O art. 163 do Código da Infância e da Adolescência proíbe todo trabalho que não permita à criança ou ao adolescente gozar de bem-estar em companhia de sua família ou responsáveis ou entorpeça sua formação educativa.</p> <p>-Para que este artigo seja colocado em prática, é imprescindível que o Uruguai aprove a lista de trabalhos que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, elaborada pelo CETI.</p> <p>-O artigo 168 determina que anualmente todos os menores de 18 anos que trabalharem serão submetidos obrigatoriamente a exame médico, a fim de comprovar se a tarefa que realizam é superior à sua capacidade física. Em caso afirmativo, deverão abandonar o trabalho por outro mais adequado.</p> <p>-Em relação ao trabalho noturno, o art. 172 determina que os adolescentes não poderão ser empregados das 22 horas às 06 horas da manhã seguinte, salvo autorização do INAU.</p>

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 4º</p> <p>1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação.</p> <p>2. Todo País Membro que ratificar esta Convenção listará em seu primeiro relatório sobre sua aplicação, a ser submetido nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as categorias que possam ser excluídas de conformidade com o parágrafo 1º deste artigo, dando as razões dessa exclusão, e indicará, nos relatórios subsequentes, a situação de sua lei e prática com referência às categorias excluídas e a medida em que foi dado ou se pretende dar efeito à Convenção com relação a essas categorias.</p>	<p>-Não existem exceções.</p>	<p>-Não existem exceções.</p>	<p>Trabalho, em qualquer lugar subterrâneo ou sob a água e em outras atividades perigosas ou nocivas à sua saúde física, mental ou moral.</p> <p>-O Paraguai ainda não enviou memória relativa à Convenção.</p>	<p>-Não existem exceções</p> <p>-Inicialmente se haviam excluído a indústria têxtil (permissão-se a menores entre 16 e 18 anos jornadas completas, com a prévia autorização do pai, mãe, tutor ou encarregado do então Conselho da Criança), a indústria de calçados e a de couro. Tais exclusões, justificadas pela situação econômica do país, já não existem mais.</p>

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>3. Não será excluído do alcance da Convenção, de conformidade com este artigo, emprego ou trabalho protegido pelo artigo 3 desta Convenção.</p> <p>Artigo 5º</p> <p>1. O País Membro, cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, se as houver, limitar inicialmente o alcance de aplicação desta Convenção.</p> <p>2. Todo País Membro que se servir do disposto no parágrafo 1º deste artigo especificará, em declaração anexa à sua ratificação, os setores de atividade econômica ou tipos de empreendimentos aos quais aplicará as disposições da Convenção.</p> <p>3. As disposições desta Convenção serão aplicáveis, no mínimo, a: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade; água e gás; serviços sanitários; transporte, armazenamento e comunicações; plantações e outros empreendimentos agrícolas de fins comerciais, excluindo, porém, propriedades familiares e de pequeno porte</p>	<p>-Não existem exceções.</p>	<p>-Não existem exceções.</p> <p>-O decreto n.º 4.134/2002, que promulga a Convenção, restringe seu âmbito de aplicação a minas e pedreiras, indústrias manufatureiras, construção, serviços de eletricidade, gás e água, sanitários, transporte e armazenamento, comunicações e plantações e outros empreendimentos agrícolas que produzam especialmente para o comércio, excluídas as empresas familiares ou de pequeno porte que trabalhem para o mercado local e que não empreguem regularmente trabalhadores assalariados.</p> <p>-No entanto, o art. 7º., inciso XXXIII da Constituição proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. No entendimento de juristas especializados no tema, deve prevalecer o texto constitucional, em detrimento da restrição prevista no art. 5 da Convenção. Vale lembrar que o art. 19 da Constituição da OIT impede que convenção</p>	<p>-O Paraguai ainda não enviou memória relativa à Convenção.</p>	<p>-Não existem exceções.</p>

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
que produzam para o consumo local e não empreguem regularmente mão-de-obra remunerada. 4. Todo País Membro que tiver limitado o alcance de aplicação desta Convenção, nos termos deste artigo, a) indicará em seus relatórios, nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a situação geral com relação ao emprego ou trabalho de jovens e crianças nos setores de atividade excluídos do alcance de aplicação desta Convenção e todo progresso que tenha sido feito no sentido de uma aplicação mais ampla de suas disposições; b) poderá, em qualquer tempo, estender formalmente o alcance de aplicação com uma declaração encaminhada ao Diretor Geral da Secretaria Internacional do Trabalho.		ratificada prevaleça em detrimento de norma interna mais favorável.		
Artigo 6º Esta Convenção não se aplicará a trabalho feito por crianças e jovens em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho	-O artigo 187, parágrafo 2º, da LCT prevê a participação de crianças e adolescentes, entre 14 e 18 anos, em programas de aprendizagem e orientação profissional e a Lei 25013, em seu art. 1º, regula	A Constituição Federal prevê o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, sendo que esse dispositivo constitucional foi regulamentado por meio da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro	-O artigo 119 do Código do Trabalho excetua da aplicação da normativa o trabalho realizado por menores de idade em escolas profissionais sempre que se realize com fins de formação profissional	-O artigo 166 do Código da Infância e da Adolescência determina que se consideram programas de educação no trabalho aqueles realizados pelo INAU ou por instituições sem fins lucrativos, que ten

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>feito por pessoas de no mínimo quatorze anos de idade em empresas em que esse trabalho for executado dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, onde as houver, e constituir parte integrante de:</p> <p>a) curso de educação ou treinamento pelo qual é principal responsável uma escola ou instituição de treinamento;</p> <p>b) programa de treinamento principalmente ou inteiramente numa empresa, que tenha sido aprovado pela autoridade competente, ou</p> <p>c) programa de orientação vocacional para facilitar a escolha de uma profissão ou de especialidade de treinamento.</p>	<p>o contrato de trabalho de aprendizagem, reconhecendo-lhe natureza trabalhista.</p>	<p>de 2000 ("Lei do Aprendiz"), que alterou artigos da CLT.</p>	<p>e seja aprovado e fiscalizado por autoridades competentes.</p>	<p>ham exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do aluno, que prevaleçam sobre os aspectos produtivos.</p> <p>-A Lei 16.873, de 1997, estabelece requisitos e outorga benefícios a empresas que incorporem jovens em quatro modalidades contratuais:</p> <p>prática de trabalho para estudantes, bolsas de trabalho, contrato de aprendizagem e aprendizagem simples. A lei, no entanto, não faz referência a idade mínima.</p>
<p>Artigo 7º</p> <p>1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que:</p> <p>a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e</p> <p>b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua</p>	<p>-Sem previsão legal.</p> <p>-Poderia ser considerado trabalho leve aquele previsto no artigo 189, parágrafo 2º, da CLT, que permite o trabalho de menores de 14 anos em empresa que somente tenham membros da família e desde que a ocupação não seja nociva, prejudicial ou perigosa e a Lei nº 22.248, que trata do Regime Nacional de Trabalho Agrário, que permite o trabalho de crianças e adolescen</p>	<p>-Não existe previsão de trabalhos leves no Brasil, uma vez que o trabalho só é permitido para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.</p>	<p>-Não existe previsão.</p> <p>-O estudo legislativo sugere a elaboração de uma lista de trabalhos leves para crianças a partir de 13 anos.</p>	<p>O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 165, determina que o INAU revisará as autorizações que concedeu em relação ao emprego de crianças e adolescentes entre 13 e 15 anos. Apenas serão permitidos trabalhos leves, que por sua natureza ou pelas condições em que se apresentam não prejudiquem o desenvolvimento físico, mental ou social dos mesmos, nem obstaculizem sua escolaridade.</p>

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>capacidade de se beneficiar da instrução recebida.</p> <p>2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização compulsória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do parágrafo 1º deste artigo.</p> <p>3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado.</p> <p>4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o País Membro que se tiver servido das disposições do parágrafo 4o. do artigo 2º poderá, enquanto continuar assim procedendo, substituir as idades de treze e quinze anos pelas idades de doze e quatorze anos e a idade de quinze anos pela idade de quatorze anos dos respectivos parágrafos 1º e 2º deste artigo.</p>	<p>tes em propriedade agrária explorada pela própria família. No entanto, em ambas as hipóteses, não existe previsão de uma idade mínima.</p>			

Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 8º</p> <p>1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas.</p> <p>2. Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido.</p>	<p>-Decreto nº 4910/57: responsabiliza o Ministério do Trabalho pela fiscalização do regime legal de trabalho de menores de 18 anos em atividades artísticas.</p> <p>-Decreto nº 4364/66: estabelece as condições de liberação das autorizações: o período de trabalho não pode passar da meia-noite, deve-se resguardar sua saúde e moralidade, o trabalho não pode prejudicar a instrução e deve respeitar-se um repouso de 14 horas consecutivas.</p>	<p>-Estatuto da Criança e Adolescente, artigo 149, dispõe que compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, por meio de alvará, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos, ensaios e certames de beleza.</p>	<p>-Não existe previsão no Código da Infância.</p>	<p>- O Código da Infância e da Adolescência não traz nenhuma norma em relação ao tema.</p>
<p>Artigo 9º</p> <p>1. A autoridade competente tomará todas as medidas necessárias, inclusive a instituição de sanções apropriadas, para garantir a efetiva vigência das disposições desta Convenção.</p> <p>2. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente designarão as pessoas responsáveis pelo cumprimento das disposições que dão efeito à Convenção.</p> <p>3. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente prescreverão os registros ou outros documentos que devem ser mantidos e postos a disposição pelo</p>	<p>CONAETI-Arg.</p> <p>-O artigo 52 da LCT obriga o empregador a manter um livro especial com dados dos trabalhadores, porém, não exige a anotação da idade dos mesmos.</p>	<p>CONAETI-Br.</p> <p>-A CLT prevê o registro de todo empregado na carteira de trabalho, o que inclui o trabalhador menor de 18 anos.</p>	<p>-Conselho Nacional da Infância/ Comissão Temática de Trabalho Infantil - Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência.</p> <p>-Os registros que devem ser mantidos e colocados à disposição pelo empregador quando os trabalhadores têm menos que dezoito anos estão previstos no Código do Trabalho (art. 123) e no Código da Infância e da Adolescência (arts. 55 a 61).</p>	<p>-INAU e Ministério do Trabalho e da Seguridade Social.</p> <p>-Em relação aos cadastros, o artigo 167 do Código da Infância e da Adolescência determina que, para trabalhar, os adolescentes deverão contar com carnê de habilitação fornecido pelo INAU, no qual deverão constar, além dos dados pessoais, o consentimento para trabalhar do adolescente e seus responsáveis, exame médico e comprovação de haver completado o ciclo obrigatório de ensino ou o nível alcançado. Conforme o art. 177 da mesma norma, o INAU determinará os do</p>



Convenção 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
empregador: esses registros ou documentos conterão nome, idade ou data de nascimento, devidamente autenticados sempre que possível, das pessoas que emprega ou que trabalham para ele e tenham menos de dezoito anos de idade.				documentos que o empregador deverá levar e ter a disposição da autoridade competente.

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 1º. Todo País Membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.</p>	<p>-Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006) -Programa Luz da Infância, para a prevenção e erradicação de exploração sexual comercial infantil -Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural -Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina</p>	<p>-Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) -Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (2003) -Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002) -Programa Sentinela -Programa Bolsa Família -Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente (2004) -Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (2006)</p>	<p>-Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes (2003-2008) -Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA (2004) -Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas Ruas (Programa Abraço).</p>	<p>-Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
<p>Artigo 2º Para os efeitos desta Convenção, o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 anos.</p>	<p>-A Lei 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em seu artigo 2º, considera criança toda pessoa até os 18 anos.</p>	<p>-O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera criança toda pessoa até 12 anos de idade e adolescente aquela entre 12 e 18 anos. -A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não deve ser entendida como uma</p>	<p>-A Lei nº 2169/03, que "Estabelece a Maioridade", define como criança toda pessoa até os 13 anos de idade e adolescente aquele entre 14 e 18 anos. -A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não deve ser entendida como uma</p>	<p>O Código da Infância e da Adolescência, em seu artigo 1º., define como criança todo ser humano até 13 anos de idade e por adolescente aos maiores de 13 anos e menores de 18 anos de idade. -A diferenciação que a normativa interna faz entre "criança" e "adolescente" não</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Artigo 3º Para os efeitos desta Convenção, a expressão 'as piores formas de trabalho infantil' compreende:				
(a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados	-Constituição Nacional, artigo 15, consagra a abolição da escravidão e qualifica como crime todo ato de compra e venda de pessoas. -Código Penal, artigo 140, prevê ser crime o ato de reduzir uma pessoa à servidão. O art. 127-bis penaliza quem promover ou facilitar a entrada no país de menor de 18 anos para exercer a prostituição, com agravante quando a vítima tiver menos de 13 anos. -Lei nº 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, artigo 9º, determina que as crianças e adolescentes têm direito a não serem submetidos, entre outras situações, a sequestros ou tráfico para qualquer fim.	contradição ao artigo 2º da Convenção, uma vez que a legislação brasileira proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.	contradição ao artigo 2º da Convenção, uma vez que a legislação paraguaia proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.	deve ser entendida como uma contradição ao artigo 2º da Convenção, uma vez que a legislação uruguaia proíbe aos menores de 18 anos trabalhar em atividades perigosas, insalubres ou danosas à sua formação moral e educacional.
(b) a exploração do trabalho infantil, incluindo o tráfico de crianças para serem utilizadas em conflitos armados		-Código Penal classifica como crime a redução a condição análoga à de escravo, com aumento da pena se o crime é cometido contra criança ou adolescente (art. 149); a frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203); o aliciamento para o fim de emigração (art. 206) e o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, configurando agravante se a vítima é menor de 18 anos (art. 207). -Lei nº 11.106, de 2005, tipifica nos artigos 231 e 231-A do Código Penal o tráfico internacional e o tráfico interno de pessoas para fins de prostituição, com agravamento de pena quando a vítima for criança ou adolescente.	-Constituição Nacional, nos artigos 10, 11 e 13, proíbe a escravidão, as servidões pessoais e o tráfico de pessoas. O art. 54 determina que a família, a sociedade e o Estado têm a obrigação de garantir proteção à criança contra o abandono, a desnutrição, a violência, o abuso, o tráfico e a exploração. -Código do Trabalho, art. 10, não reconhece como válido nenhum pacto ou convênio de trabalho em que se estipule a perda da liberdade pessoal. -Código da Infância e da Adolescência, artigo 54, proíbe o trabalho de adolescentes em atividades perigosas ou nocivas para sua saúde física, mental ou moral. Quando a exploração é promovida pelos	-Código Penal (Lei nº 9.414, de 1934), art. 280, tipifica a aquisição, transferência e comércio de escravos e a redução de outros homens à escravidão; art. 283 tipifica a subtração ou retenção de uma pessoa menor de idade de seus pais, tutores ou curadores; art. 267, o rapto de mulher menor de 15 anos e art. 268, o rapto de solteira honesta maior de 15 e menor de 18 anos, com ou sem seu consentimento. -O art. 9º do Código da Infância e da Adolescência determina que toda criança e adolescente tem, entre outros, direito intrínseco à vida, à dignidade e à liberdade. O artigo 15, incisos c, g e h referem-se à proteção especial

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
de migrantes. No caso da "trata" não é indispensável que as vítimas cruzem as fronteiras para que se configure o ato delitivo, enquanto que este é um elemento necessário no "tráfico".)	<p>-Lei nº 25.632, Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e seus protocolos complementares para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e contra o tráfico ilícito de migrantes por terra, mar e ar.</p> <p>- Lei nº 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia.</p> <p>-Lei nº 25.871, Lei de Migrações (2003), art. 116, introduz a figura penal do tráfico de pessoas (a ação de realizar, promover ou facilitar o cruzamento ilegal de pessoas pelos limites fronteiriços nacionais, a fim de obter benefício, direta ou indiretamente), com agravante quando a vítima for menor de idade (art. 121).</p> <p>-Lei nº 24.429 extingue o serviço militar obrigatório e o substituiu pelo serviço militar voluntário para homens e mulheres com idade entre 18 e 24 anos de idade. Em situações excepcionais, o Poder Executivo poderá convocar, nos termos da Lei nº 17.531, os cidadãos que no ano da prestação do serviço venham</p>	<p>-Decreto nº 5.015, promulga a Convenção de Palermo, de 12 de março de 2004. Decretos nº 5.016 e nº 5.017, ambos de 12 de março de 2004, promulgam seus Protocolos Adicionais referentes ao tráfico de trabalhadores migrantes e de pessoas.</p> <p>-Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.</p> <p>-Lei nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), regulamentada pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, determina em seu art. 19 que a obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o brasileiro completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.</p> <p>-O art. 20 determina que será permitida aos brasileiros a prestação do Serviço Militar como voluntário, a partir do ano em que completarem 17 (dezesete) anos. O art. 41, § 1º permite que os voluntários para a prestação do Serviço</p>	<p>próprios pais, tutores ou encarregados, segundo o artigo 73, poderá resultar na perda do pátrio poder.</p> <p>-Código Penal prevê o crime de privação da liberdade (art. 124); tráfico de menores (art. 223), desterro de pessoas para fora do território nacional (art. 125) e tráfico de pessoas para o exterior com fins de prostituição (art. 129).</p> <p>-O Paraguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seu protocolo adicional referente ao tráfico de pessoas; do Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados; e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia..</p> <p>-O estudo legislativo da OIT sobre trabalho infantil no Paraguai afirma que não existe norma interna que proíba taxativamente o recrutamento de jovens menores de 18 anos, assim como, não existe proibição, ou melhor, regulamentação sobre o ingresso de jovens abaixo dessa idade em Academias de Formação</p>	<p>do Estado contra exploração econômica ou qualquer tipo de trabalho nocivo para a saúde, educação ou para o desenvolvimento físico, espiritual ou moral de crianças e adolescentes; situações que coloquem em perigo sua segurança como detenções e traslados ilegítimos; e situações que coloquem em perigo sua identidade, como adoções ilegítimas e vendas.</p> <p>-O governo uruguayo indica em sua memória que não se há observado nenhum caso de escravidão, venda ou tráfico de crianças, nem o recrutamento forçado para sua utilização em conflitos armados. A Comissão de Peritos (CEACR, 2005) observa que o art. 280 do Código Penal só se refere ao comércio de escravos e observa que, ao que parece, a legislação nacional não contém nenhuma disposição que proíba a venda e o tráfico de crianças como forma de escravidão.</p> <p>-O Uruguai é signatário da Convenção Internacional contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seus protocolos adicionais referente ao tráfico de migrantes e de pessoas e do Protocolo Relativo à Venda de Crianças,</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	<p>a completar 18 anos. Nessa situação, alguém que faça dezoito anos em dezembro, poderá ser convocado, por exemplo, em fevereiro desse ano, com a idade de 17 anos. Isto ocorrendo, apenas haverá uma contradição ao disposto no art. 3-a da Convenção se a excepcionalidade prevista tiver como fim o combate armado.</p> <p>-Lei n° 25.616 aprova o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados.</p>	<p>Militar apresentam-se a partir da data em que completarem 16 (dezesseis) anos de idade. O art. 239 determina que, para efeito do Serviço Militar, cessará a incapacidade civil do menor na data em que completar 17 (dezesete) anos. Os voluntários que não foram incorporados ou matriculados terão 17 (dezesete) anos incompletos deverão apresentar documento hábil de consentimento do responsável. Desde que estas condições de recrutamento não permitam a utilização de crianças em conflitos armados, não há contradição com o art. 3, a da Convenção.</p> <p>-Decreto n° 5.006, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.</p>	<p>das Forças Armadas, Policiais e etc. Na legislação interna (Lei n° 5697/75, do Serviço Militar), existe uma exceção que permite o alistamento de jovens com menos de 18 anos para que cumpram esta idade durante o Serviço Militar Obrigatório.</p> <p>-Apesar dos esforços realizados por alguns setores do Governo e da sociedade civil e do progresso na adoção de normas internacionais de direitos humanos que proibem o recrutamento de menores de 18 anos de idade, continuavam sendo registrados casos de seu recrutamento forçado ao Serviço Militar Obrigatório. Em função desta realidade, foi criado no país a Coalizão de Crianças-Soldados, com a participação da Anistia Internacional, Movimento de Objeção de Consciência e apoio do Unicef Paraguai.</p> <p>A grande questão neste caso é garantir que as crianças recrutadas no país fiquem resguardadas de qualquer possibilidade de participação em conflito armado.</p>	<p>a Prostituição Infantil e a Utilização de Crianças em Pornografia..</p> <p>-A Lei Orgânica Militar (1941) estabelece que, para integrar o corpo militar, se exigirá 18 anos completos. No Uruguai não existe serviço militar obrigatório. O direito uruguai não admite a participação de menores de idade em nenhuma atividade militar, nem em conflitos armados.</p> <p>-Além disso, o Uruguai ratificou, em setembro de 2003, o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em Conflitos Armados.</p> <p>-O art. 13 do Código da Infância e da Adolescência determina que as crianças e adolescentes não podem tomar parte das hostilidades em conflitos armados, nem receber preparação para eles.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
(b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;	<p>-Código Penal, artigo 125, reprime com reclusão ou prisão, por um período de 4 a 10 anos, aqueles que promoverem ou facilitarem a exploração sexual comercial de menores de 18 anos, mesmo com o consentimento da vítima; artigo 128, reprime com prisão a produção ou publicação de imagens pornográficas em que se exibam menores de 18 anos, bem como produções ao vivo de espetáculos com cenas pornográficas envolvendo menores de 18 anos.</p> <p>-Estão em tramitação no Congresso argentino diversas iniciativas legislativas que procuram modificar o art. 128 do Código Penal, penalizando a posse de pornografia infantil e sua difusão por qualquer meio, inclusive a Internet.</p> <p>-Lei n° 26.061, Lei de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, artigo 22, proíbe a exposição, difusão ou divulgação de dados, informações e imagens de crianças e adolescentes, quando lesionem sua dignidade ou reputação.</p> <p>-Lei n° 25.763 aprova o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Utilização de</p>	<p>-Constituição Federal, artigo 227, parágrafo 4º, prevê punição severa para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este artigo encontra-se regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, com as respectivas sanções penais (artigos 240, 241 e 244-A).</p> <p>-Lei n° 10.764, de 12 de novembro de 2003, altera os artigos 240 a 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando a pena, prevenindo o agravamento para quem comete o crime prevalecendo-se de exercício de cargo ou função e tipificando de maneira mais abrangente os crimes de exposição da imagem da criança de forma pejorativa na Internet.</p> <p>-Decreto n° 5.007, de 8 de março de 2004, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantil.</p>	<p>-Código da Infância e da Adolescência, artigo 31, expressamente proíbe a utilização de crianças em atividades de comércio sexual, bem como a elaboração, produção ou distribuição de publicações pornográficas com crianças.</p> <p>-Código Penal prevê os crimes de coação sexual, com agravante quando a vítima tiver menos de 18 anos (art. 128) e o proxenetismo contra menores de 18 anos, com agravante quando a vítima tiver menos de 14 anos (art. 139).</p> <p>-O Paraguai ratificou, em agosto de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.</p>	<p>-Código Penal, artigo 278, tipifica a exibição pornográfica, delito cometido por aquele que oferece publicamente espetáculos teatrais ou cinematográficos obscenos, ou que transmite audições ou efêua publicações de idêntico caráter. Não há referência à participação de menores de 18 anos; art. 274 (corrupção de maior de 15 e menor de 18 anos) prevê situação de proxenetismo.</p> <p>-Código da Infância e Adolescência, artigo 11, determina que toda criança e adolescente tem direito a que se respeite a privacidade de sua vida. Tem direito a que não se utilize sua imagem de forma lesiva, nem se publique nenhuma informação que o prejudique e possa dar lugar à individualização de sua pessoa. O art. 15, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes em relação a toda forma de abandono, abuso sexual ou exploração da prostituição. O art. 130 define como maltrato e abuso de criança ou adolescente as seguintes situações: maltrato físico, maltrato psíquico-emocional, prostituição infantil, porno</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.			grafia, abuso sexual e abuso psíquico e físico. -O Uruguai ratificou, em julho de 2003, o Protocolo Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Utilização de Crianças em Pornografia, que complementa a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.
(c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes;	-Regime Penal de Entorpecentes, Lei nº 23.737, artigo 11, prevê que as penas serão aumentadas nos casos em que os criminosos vierem a utilizar menores de dezoito anos ou em prejuízo dos mesmos. As sanções serão agravadas nas hipóteses em que os delitos ocorrerem nas imediações de escolas ou em qualquer outro lugar que estudantes frequentem com objetivo de realizar atividades educativas, esportivas e sociais. O artigo 36 dispõe sobre a perda do pátrio poder nos casos em que haja envolvimento de crianças com o tráfico de entorpecentes realizado pelos pais.	-A legislação brasileira prevê que é crime corromper ou facilitar corrupção de pessoa menor de 18 anos, com ela praticando ou induzindo-a a praticar ato ilícito (Lei nº 2252/1954). -A Lei 6.368/76, que dispõe sobre o tráfico ilícito e o uso de substâncias entorpecentes, criminaliza condutas e prevê, no inciso III do art. 18, penas maiores sempre que o crime vitimar ou decorrer de associação com menores de 21 anos.	-Lei nº 1340/88, que modificou e atualizou a Lei nº 357/72, estabelece penas elevadas para quem realiza tráfico de entorpecentes e dispõe que seja considerada agravante quando as vítimas ou intermediários utilizados são menores de idade.	- O art. 15 do Código da Infância e Adolescência, que trata da proteção especial, obriga o Estado a proteger especialmente crianças e adolescentes de situações que ponham em risco sua vida ou incitem a violência, como o uso e o comércio de armas.
(d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a	- Os artigos 176 e 191 da LCT proíbem a realização de tarefas penosas, perigosas ou insalubres a menores de 18 anos. O artigo 112 da LCT	-Constituição Federal, art. 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.	-Constituição Nacional, artigo 53, dispõe sobre a proteção da criança e de seu desenvolvimento harmônico e integral que, por sua vez, constituiu-se	-A memória do governo uruguai relativa à Convenção 182 faz referência a uma série de decretos, leis e resoluções sobre o tema.

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>saúde, a segurança e a moral da criança.</p> <p>Artigo 4º</p> <p>1. Os tipos de trabalho a serem determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, levando em consideração as normas internacionais pertinentes, particularmente os parágrafos 3º e 4º da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.</p> <p>2. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores interessadas, deverá identificar onde são praticados esses tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste artigo.</p> <p>3. A relação dos tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste artigo deverá ser periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.</p>	<p>proibe os trabalhos agrícolas perigosos.</p> <p>-Em abril de 2005 se concluiu a Consulta Nacional para a identificação dos trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. O esforço conjunto de diversos órgãos governamentais produziu um projeto de decreto, feito pela Superintendência de Riscos Laborais, que determina quais são estes trabalhos. Está pendente a aprovação do Decreto.</p>	<p>-Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veda o trabalho penoso ou em locais que prejudiquem o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de crianças e adolescentes e proíbe o trabalho noturno.</p> <p>-Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), art. 405, proíbe o trabalho noturno, ou em locais e serviços perigosos, insalubres ou moralmente danosos.</p> <p>-O Ministério do Trabalho e Emprego, em 2000, instituiu comissão formada por representantes do Governo Federal, do Ministério Público do Trabalho, dos empregadores e dos trabalhadores, sendo que em 17 de janeiro de 2001 foi apresentada a lista com as 82 atividades que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executadas, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.</p> <p>Em maio de 2005, a CONAETI instituiu uma Subcomissão para Análise e Redefinição das Atividades Perigosas ou Insalubres em Relação ao Trabalho Infantil, que está revisando a lista em vigor.</p>	<p>em uma obrigação da família, da sociedade e do Estado: o artigo 54 prevê garantias aos adolescentes que trabalham, destacando-se os direitos trabalhistas de prevenção à saúde: direitos individuais relativos à liberdade, respeito e dignidade e direito a ser submetido periodicamente a exames médicos.</p> <p>-Código da Infância e da Adolescência prevê a criação de um Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência que deverá regular e integrar os programas e ações no nível nacional, estadual e municipal.; artigo 54 determina, sem prejuízo do Código do Trabalho, a proibição do trabalho de adolescentes em qualquer lugar subterrâneo ou abaixo da água, bem como, outras atividades perigosas ou nocivas para a sua saúde física, mental ou moral; artigo 125 enumera uma série de serviços proibidos para menores de 18 anos, como por exemplo: tarefas ou serviços suscetíveis de afetar a moralidade ou os bons costumes; trabalhos perigosos ou insalubres; trabalhos superiores à jornada estabelecida, ou superiores a força física.</p>	<p>-Código da Infância e Adolescência, art. 164, determina que o INAU estabelecerá, em caráter de urgência, a lista de tarefas a serem incluídas na categoria de trabalho perigoso ou nocivo para a saúde de crianças e adolescentes ou para seu desenvolvimento físico ou moral, que serão terminantemente proibidas, qualquer que seja a idade de daquele que pretenda trabalhar ou se encontre em relação de trabalho. A Lista de Trabalhos Perigosos elaborada pelo Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) já está pronta. Aguarda-se sua transformação em Decreto.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>Artigo 5º Todo País Membro, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão efeito à presente Convenção.</p>	<p>-CONAETI-Arg -Programa de Informação e Estatística e Monitoramento em Matéria de Trabalho Infantil (SIMPOC), a cargo da Subsecretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais (Ministério do Trabalho). -Registro Nacional de Informação de Menores Extraviados, no âmbito do Ministério da Justiça, que centraliza, organiza e realiza o cruzamento de informações de todo o país.</p>	<p>-Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico – CETID e CONAETI-Br -Projeto Presidente Amigo da Criança, lançado em 2002, e Rede de Monitoramento Amiga da Criança. -Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e Adolescente (Ministério do Trabalho).</p>	<p>ou que possam impedir ou retardar o desenvolvimento físico normal. -Decreto nº 4951, de 22 de março de 2005, que regulamentou a Lei nº 1657/2001 (que "ratifica a Convenção 182 (OIT), que proíbe as piores formas de trabalho infantil e estabelece as linhas de ação imediata para sua eliminação") aprovou a lista de 26 atividades que "por sua natureza ou pela condição em que se realizam, colocam em grave risco a saúde física, mental, social ou moral de crianças e adolescentes, interferindo com sua escolarização ou lhe exigindo combater grandes jornadas de trabalho com sua atividade educativa".</p>	
			<p>-Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência - CONAETI-Py</p>	<p>-Ministério do Trabalho e da Segurança Social, através da Inspeção Geral do Trabalho (IGTSS) e INAU. -Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI). -O art. 218 do Código da Infância e Adolescência determina que o INAU deverá desenvolver o Sistema Nacional de Informações sobre a Infância e Adolescência, que deverá incluir dados sobre crianças ou adolescentes sob</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>- O Registro Nacional funciona na órbita do Programa Nacional de Prevenção à Subtração e ao Tráfico de Crianças e dos Delitos contra a sua Identidade.</p>	<p>- Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural.</p> <p>- Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina.</p> <p>- Programa de Formação e Informação Sistemática em matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Programa Luz da Infância.</p>	<p>- Plano Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.</p> <p>- Política Nacional de Saúde Para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (em fase de elaboração).</p>	<p>- Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência.</p> <p>- Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência (PNA).</p> <p>- Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA.</p> <p>- Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho dos Adolescentes.</p> <p>- Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas Ruas (Programa Abraço).</p>	<p>suas responsabilidades e das instituições que os atendem.</p> <p>- Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
<p>Artigo 6º</p> <p>1. Todo País Membro elaborará e desenvolverá programas de ação para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil.</p> <p>2. Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as relevantes instituições governamentais e organizações de empregadores e trabalhadores, levando em consideração, conforme o caso, opiniões de outros grupos interessados.</p>	<p>- Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Programa Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Rural.</p> <p>- Programa para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Urbano na República Argentina.</p> <p>- Programa de Formação e Informação Sistemática em matéria de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Programa Luz da Infância.</p>	<p>- Plano Nacional de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.</p> <p>- Política Nacional de Saúde Para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>- Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (em fase de elaboração).</p>	<p>- Sistema Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Infância e da Adolescência.</p> <p>- Plano Nacional de Ação pela Infância e Adolescência (PNA).</p> <p>- Plano Nacional de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESNA.</p> <p>- Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho dos Adolescentes.</p> <p>- Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas Ruas (Programa Abraço).</p>	<p>- Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Uruguai (2003-2005).</p>
<p>Artigo 7º</p> <p>1. Todo País Membro deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a efetiva aplicação e cumprimento das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a elaboração e aplicação de sanções penais ou, conforme o</p>	<p>- No que se refere a sanções penais, estas já se encontram inseridas na legislação interna, porém falta modernizar e atualizar outros temas, como, por exemplo, a questão da divulgação de pornografia infantil na Internet.</p>	<p>- Em termos da instituição de sanções penais, a legislação brasileira praticamente abarca todas as condutas atacadas pela Convenção. Necessidade de artigo no Código Penal criminalizando a exploração do trabalho infantil.</p>	<p>- Necessidade de realizar algumas adequações legislativas, bem como campanhas de difusão e conscientização sobre a gravidade do problema, e de adoção de políticas públicas.</p> <p>- Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de</p>	<p>- Necessidade de introduzir na legislação uruguaia a criminalização clara e explícita de determinadas condutas; no que se refere à sanção penal da exploração infantil, a legislação nacional é escassa.</p> <p>- Programa Del Cardal; Projeto Pro-Criança; Projeto 300; Pro</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<p>caso, outras sanções.</p> <p>2. Todo País Membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, deverá adotar medidas efetivas e num prazo determinado com o fim de:</p> <p>(a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;</p> <p>(b) proporcionar a necessária e apropriada assistência direta para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;</p> <p>(c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e conveniente, à formação profissional;</p> <p>(d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e</p> <p>(e) levar em consideração a situação especial das meninas.</p> <p>3. Todo País Membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão efeito a esta Convenção.</p>	<p>-Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Infantil Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, do qual a Argentina participou com o Programa Luz da Infância, na Província de Misiones.</p> <p>-Embora não se destinem especificamente ao combate ao trabalho infantil, existem importantes programas levados a efeito pelo governo argentino para auxiliar crianças em situação de vulnerabilidade: o programa Chefes de Família (Mulheres e Homens) Desempregados (PJJD), o programa Renda para o Desenvolvimento Humano (ou Famílias pela Inclusão Social) e o Programa Nacional de Bolsas Estudantis.</p> <p>-Na área de responsabilidade social corporativa, destaca-se o Programa Pro-Criança, da Movistar, gerido conjuntamente com o terceiro setor e vinculado à CONAETI e à OIT.</p> <p>-No que se refere à autoridade competente, a CONAETI, que é presidida pelo MTEySS, tem ocupado esta posição desde sua criação.</p>	<p>-Programa de Duração Determinada (PDD) Programa de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Argentina, Brasil e Paraguai, da OIT/IPEC; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Bolsa Família (PBF); Projeto Agente Social e Humano e Programa Sentinela.</p> <p>-Em relação à designação de autoridade competente para dar cumprimento às disposições da Convenção, a Portaria nº 365/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego determina que a CONAETI tem, entre suas atribuições, elaborar propostas para a regulamentação das Convenções 138 e 182 da OIT; verificar a conformidade das referidas Convenções com outros diplomas legais vigentes, visando as adequações legislativas porventura necessárias; propor mecanismos para o monitoramento da aplicação da Convenção 182; acompanhar a implementação das medidas adotadas para a aplicação dos dispositivos das Convenções 138 e 182 no Brasil.</p>	<p>Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, da OIT/IPEC.</p> <p>-Rede de Proteção Social (Subprograma Família e Subprograma Abraços/Programa Nacional para a Diminuição Progressiva do Trabalho Infantil nas Ruas).</p> <p>-Em termos da autoridade competente, o Conselho Nacional da Infância, coordenado pela Secretaria Nacional da Infância, criou uma comissão técnica de trabalho infantil, que está à frente deste tema.</p> <p>-O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes (2003-2008) incorpora a perspectiva de gênero.</p>	<p>grama de Infância e Família (PIIAF) e Plano CAIF</p> <p>-Em relação à autoridade responsável, o Comitê Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CETI) vem cumprindo este papel.</p> <p>-A memória do governo uruguaio relativa à Convenção 182 identifica como autoridades competentes o INAU e o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Artigo 8º Os países-membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das disposições desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacionais, incluindo o apoio ao desenvolvimento social e econômico, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.	<p>-O Plano Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2006). Incorpora a perspectiva de gênero.</p> <p>-Intercâmbio com Paraguai e Uruguai em termos de combate ao trabalho infantil perigoso e à inspeção do trabalho.</p> <p>Mercosul: -Declaração Sócio-laboral e a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile.</p> <p>-Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho nº 169, 2003).</p> <p>-Campanha gráfica.</p> <p>-Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho.</p> <p>-Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06).</p> <p>-Iniciativa NIN@SUR.</p>	<p>-O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) incorpora a perspectiva de gênero.</p> <p>-País doador da OIT para Haiti, Angola e Moçambique, no que se refere a programas de combate às piores formas de trabalho infantil.</p> <p>Mercosul: -Declaração Sócio-laboral e a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile.</p> <p>-Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho nº 169, 2003).</p> <p>-Campanha gráfica.</p> <p>-Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho.</p> <p>-Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06).</p> <p>-Iniciativa NIN@SUR.</p>	<p>-Iniciativas de intercâmbio com a Argentina em termos de combate ao trabalho infantil perigoso e de inspeção de trabalho.</p> <p>Mercosul: -Declaração Sócio-laboral e a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile.</p> <p>-Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho nº 169, 2003).</p> <p>-Campanha gráfica.</p> <p>-Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho.</p> <p>-Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06).</p> <p>-Iniciativa NIN@SUR.</p>	<p>-Iniciativas de intercâmbio com a Argentina em termos de inspeção do trabalho.</p> <p>Mercosul: -Declaração Sócio-laboral e a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Plano Subregional para a Erradicação do Trabalho Infantil.</p> <p>-Encontros das Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e Chile.</p> <p>-Guia para a implementação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile (OIT, Documento de Trabalho nº 169, 2003).</p> <p>-Campanha gráfica.</p> <p>-Discussão de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho.</p> <p>-Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, aprovado em julho de 2006 (Resolução GMC nº 36/06).</p> <p>-Iniciativa NIN@SUR.</p>

Convenção 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (1999)

Artigo	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
	<p>-Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul.</p> <p>-Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile.</p> <p>-Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC:</p> <p>-Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.</p> <p>-Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>-Iniciativa NIÑ@SUR.</p> <p>-Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul.</p> <p>-Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile.</p> <p>-Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC:</p> <p>-Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.</p> <p>- Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>-Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul.</p> <p>-Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile.</p> <p>-Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p> <p>OIT/IPEC:</p> <p>Proposta de acordo trilateral no marco do programa de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.</p> <p>-Grupo de Operadores de Direito.</p>	<p>-Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal para o Mercosul.</p> <p>-Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional no Mercosul, República da Bolívia e República do Chile.</p> <p>-Complementação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em matéria de Tráfico de Menores entre os Estados Partes do Mercosul.</p>

Capítulo III

Recomendações e observações gerais

A identificação das lacunas legislativas é fundamental para a definição dos requisitos mínimos comuns que permitam aos países do Mercosul dispor de um marco normativo subregional adequado em matéria de trabalho infantil e adolescente.

Nos capítulos precedentes foram feitas inúmeras recomendações específicas no âmbito nacional. Trata-se agora de fazer recomendações no âmbito subregional.

Note-se que o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, em seu artigo 1º., determina que o Parlamento substituirá a Comissão Parlamentar Conjunta e sua efetiva instalação realizar-se-á até 31 de dezembro de 2006.

Em função disto, tomou-se a decisão de encaminhar algumas recomendações diretamente ao Parlamento, segundo as competências estabelecidas no artigo 4 do Protocolo Constitutivo.

Entre as competências do Parlamento do Mercosul definidas no art. 4 destacam-se:

4.3 Elaborar e publicar anualmente um informe sobre a situação dos Direitos Humanos nos Estados Partes

Recomendação:

Recomenda-se que neste documento anual o Parlamento priorize a situação da criança e do adolescente em geral, e a situação do trabalho infantil e das piores formas de trabalho infantil, em particular.

No informe, o capítulo sobre crianças e adolescentes deverá dar especial enfoque à questão da criança migrante e de suas necessidades específicas em termos de atendimento e proteção, assim como à questão do tráfico de crianças e adolescentes, especialmente para fins de exploração laboral e sexual comercial.

Para a elaboração do informe anual sobre direitos humanos, o Parlamento do Mercosul deverá ouvir os diversos setores governamentais, a sociedade civil e os organismos internacionais que trabalhem diretamente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

4.4 Encaminhar Requerimentos de Informações^{xxxv} e opiniões aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul

Recomendação:

Os Requerimentos de Informação a serem enviados aos órgãos consultivos e decisórios da estrutura do Mercosul, além de instrumentos de interlocução e possível pressão política,

são importantes fontes de dados para a reflexão e o debate parlamentar. Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul, em sua rotina político-institucional, utilize este instrumento regimental para agilizar e aprofundar os debates e discussões sobre o trabalho infantil e as piores formas de trabalho infantil.

Desta forma, e na qualidade de órgão consultivo do Conselho do Mercado Comum, estará fortalecendo seus laços com o Grupo Mercado Comum, a Comissão de Comércio do Mercosul e o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES).

4.8 Realizar reuniões semestrais com o Fórum Consultivo Econômico-Social - FCES^{xxxxvi}

Recomendação:

Desde sua criação, o FCES tem sido um órgão fundamental para que a sociedade civil possa expressar-se sobre diversas matérias que reflitam a preocupação e as aspirações dos setores que a integram: representações dos empregadores, trabalhadores e setores diversos. Suas competências incluem: realizar investigações, estudos, seminários ou eventos de natureza similar sobre questões econômicas e sociais de relevância para o Mercosul; estabelecer relações e realizar consultas com instituições nacionais ou internacionais públicas e privadas e contribuir para uma maior participação da sociedade no processo de integração regional.

Recomenda-se que o Parlamento inclua o tema do trabalho infantil e das piores formas de trabalho infantil na pauta das reuniões semestrais com o Fórum Consultivo Econômico Social, levando contribuições para o debate. Politicamente, a articulação do Parlamento com o FCES, ambos órgãos consultivos na estrutura do Mercosul, transformará a ambos em aliados de peso na luta pelos direitos das crianças e no apoio à implementação do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

4.9 Organizar reuniões públicas sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, com entidades da sociedade civil e do setor produtivo

Recomendação:

As reuniões públicas com entidades da sociedade civil e do setor produtivo são espaços fundamentais para o aprofundamento do debate, a discussão de propostas legislativas e o comprometimento público dos atores envolvidos.

Recomenda-se que o Parlamento, logo após a aprovação de seu Regimento Interno, promova um ciclo de reuniões públicas para discutir estratégias de erradicação do trabalho infantil. Deste ciclo de reuniões públicas deverão fazer parte reuniões específicas sobre migração e sobre o tráfico de seres humanos, especialmente crianças e adolescentes.

Recomenda-se que, em consonância com o que prevê o Objetivo Específico 2 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, o Parlamento do Mercosul promova uma grande reunião pública para discutir o tema da migração entre os países do Mercosul e seu papel como uma das causas do trabalho infantil e suas modalidades.

4.12 Elaborar pareceres sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requerem aprovação legislativa

Recomendação:

Recomenda-se que os pareceres sobre projetos de normas que tratem diretamente ou afetem a situação de crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil levem em consideração as observações e recomendações apresentadas no Capítulo 2 deste relatório.

Recomenda-se que para a elaboração destes pareceres sejam realizadas reuniões públicas para permitir um debate o mais amplo possível com a sociedade civil e o setor produtivo.

Recomenda-se que o Parlamento priorize em seus trabalhos a proposta de criação do Fundo Social Especial (FSE), destinado a dar atenção especial aos setores da população em situação de pobreza extrema e exclusão, previsto no documento presidencial “Iniciativa de Assunção sobre a Luta contra a Pobreza Extrema” (2005).

Recomenda-se que o Parlamento fique atento às atividades previstas no Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, colocando-se como parceiro.

Recomenda-se dar especial atenção ao Objetivo Específico 1 do Plano, que é harmonizar a Declaração Sócio-laboral com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes que garantem os direitos da criança.

Recomenda-se que, ainda em consonância com o que prevê o Objetivo Específico 1 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul (Res. GMC 36/06), o Parlamento do Mercosul participe ativamente do debate sobre a revisão e incorporação à Declaração Sócio-laboral do Mercosul das normas vinculadas ao trabalho infantil surgidas posteriormente à aprovação daquela, tais como a Convenção 182, a Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre a erradicação do trabalho infantil, entre outras.

4.13 Propor projetos de normas do Mercosul para consideração por parte do Conselho do Mercado Comum

Recomendação:

Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul, a partir do acúmulo de discussões realizadas em diferentes fóruns e organismos (Subgrupo 10, Comissão Sócio-laboral, Fórum Consultivo Econômico-Social, Unidade Executiva do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul), proponha normas que reforcem o combate e a erradicação do trabalho infantil no Mercosul.

Recomenda-se dar especial atenção ao Objetivo Específico 1 do Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, que é harmonizar a Declaração Sócio-laboral com as normas internacionais assumidas pelos Estados Partes, que garantem os direitos da criança

4.14 Elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais, orientados à harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes, que serão comunicados aos Parlamentos nacionais para sua consideração

Recomendação:

Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul crie em sua estrutura uma “Comissão da Criança e do Adolescente”, de caráter permanente, que tenha como competência dar seguimento aos avanços e lacunas legislativas dos países no que se refere à Declaração Sócio-laboral, à Declaração dos Presidentes e aos compromissos internacionais.

Caberá ainda à referida “Comissão da Criança e do Adolescente” realizar reuniões públicas sobre o tema e elaborar os estudos e projetos previstos no artigo 4.14 do Protocolo Constitutivo.

Recomenda-se que dentro desta Comissão seja formada uma subcomissão voltada especificamente ao tema do trabalho infantil e que sua primeira tarefa seja fazer um levantamento das propostas de projetos de lei em tramitação nos parlamentos dos Estados Partes do Mercosul, para posterior exame e decisão de estratégias políticas.

Recomenda-se que esta subcomissão leve em consideração as observações sobre lacunas normativas e propostas de mudanças legislativas que fazem parte do presente relatório, dando especial ênfase a alguns temas recorrentes:

- listas atualizadas dos trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança;
- trabalho infantil doméstico;
- exigência do registro de trabalhadores adolescentes;
- utilização, procura e oferta de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
- utilização, procura e oferta de crianças e adolescentes para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes; e
- tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial.

4.15 Desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os parlamentos nacionais com o objetivo de assegurar o cumprimento dos objetivos do Mercosul, particularmente aqueles relacionados com a atividade legislativa

Recomendação:

Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul desenvolva com os parlamentos nacionais ações e trabalhos conjuntos sobre o trabalho infantil e sua erradicação, enfatizando o combate a suas piores formas, notadamente o tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual comercial. O levantamento de matérias legislativas, recomendado no item anterior, deverá servir de base para este trabalho, no que se refere à atividade legislativa.

Recomenda-se a realização de estudos legislativos conjuntos sobre temas como a aplicação da normativa em matéria de trabalho infantil, reformas penais para os casos de

exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tráfico de crianças e adolescentes, e pornografia infantil.

Recomenda-se a ação conjunta do Parlamento do Mercosul e dos parlamentos nacionais na realização de campanhas no nível regional e de grandes seminários temáticos.

Recomenda-se a ação conjunta do Parlamento do Mercosul e dos parlamentos nacionais na aprovação da proposta de criação do Fundo Social Especial (FSE), destinado a dar atenção especial aos setores da população em situação de pobreza extrema e exclusão, previsto no documento presidencial “Iniciativa de Assunção sobre a Luta contra a Pobreza Extrema” (2005).

Recomenda-se que o Parlamento do Mercosul e os parlamentos nacionais trabalhem juntos na formação de legisladores em temas relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, sob o marco dos instrumentos internacionais relativos ao trabalho infantil.

Recomenda-se a realização da reunião anual das comissões temáticas de cada Parlamento (incluindo o do Mercosul) que tenham como atribuição a criança e o adolescente e o mundo do trabalho, para acompanhamento de projetos, avaliação da situação de país e avaliação do Plano Subregional.

O relatório “A Eliminação do Trabalho Infantil: Um Objetivo ao Nosso Alcance”, lançado durante 95^a. Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 2006), indica caminhos de superação do problema do trabalho infantil em todo o mundo.

Em termos de Mercosul, pode-se aventar que será fundamental o protagonismo de seu Parlamento no esforço coordenado de transversalização^{xxxvii} do trabalho infantil, tendo como objetivo influenciar processos, políticas e programas que têm um impacto significativo na prevenção, redução e eliminação deste flagelo.

O Parlamento do Mercosul poderá, igualmente, ser um importante parceiro no grande desafio proposto pela OIT em 2006: que se atinja o objetivo da abolição efetiva do trabalho infantil, empenhando-se na eliminação de todas as piores formas de trabalho infantil até 2016, com a concepção e implementação de medidas adequadas de duração determinada até ao fim de 2008.

Finalmente, o Parlamento do Mercosul poderá cumprir o papel importantíssimo de coordenar o urgente e necessário compromisso político na região, no sentido de que os governos, além dos planos de combate ao trabalho infantil, adotem políticas públicas eficazes de redução da pobreza, de ampliação e priorização da educação de crianças e adolescentes e de defesa dos direitos humanos.

Bibliografía

ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José; GOMES, Ana Virgínia; MOURÃO ROMERO, Adriana; SPRANDEL, Marcia Anita e VILLAFANE UDRY, Tiago - *Análise e Recomendações para a Melhor Regulamentação e Cumprimento da Normativa Nacional e Internacional sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil*. (Documento de Trabalho nº 171). Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas/ Programa IPEC Sudamérica [2003].

ARGENTINA. *Infancia y adolescencia: trabajo y otras actividades económicas. Primera encuesta. Análisis de resultados en cuatro subregiones de la Argentina*. MTEySS/INDEC/ OIT, 2006.

ARGENTINA. *Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil*. CONAETI/ MTEySS, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente*. Brasília, Ministério de Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

COMISIÓN DE EXPERTOS EN APLICACIÓN DE CONVENIOS Y RECOMENDACIONES (CEACR)

Observación general – Paraguay. Publicación: 2005.

Observación general – Paraguay. Publicación: 2006.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Argentina (Ratificación: 1996) Publicación: 2005.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Brasil (Ratificación: 2001) Publicación: 2005.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Publicación: 1997.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Publicación: 1999.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Publicación: 2003.

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Publicación: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Argentina (Ratificación: 1996) Envío: 2001.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Argentina (Ratificación: 1996) Envío: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Brasil (Ratificación: 2001) Envío: 2005.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Envío: 1999.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad Mínima, 1973 Uruguay (Ratificación: 1977) Envío: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Argentina (Ratificación: 2001) Envío: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Argentina (Ratificación: 2001) Envío: 2005.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Brasil (Ratificación: 2000) Envío: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Brasil (Ratificación: 2000) Envío: 2005.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Uruguay (Ratificación: 2001) Envío: 2004.

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999 Uruguay (Ratificación: 2001) Envío: 2005.

DONO, Liliana; FILGUEIRA, Fernando e SANTESTEVAN, Ana - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre el trabajo infantil y adolescente en Uruguay*. (Documento de Trabajo nº 173). Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas/ Programa IPEC Sudamérica [2003].

FERNÁNDEZ, José Enrique e DE LOS CAMPOS, Hugo - *Análisis de las políticas y programas sociales en Uruguay: la acción pública para prevenir y combatir el trabajo de niños, niñas y adolescentes*. Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas / CIESU/IPEC Sudamérica, 176 p. (Serie: Documento de Trabajo, 186) [2004].

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – Memoria presentada por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo, correspondiente al período que culmina el 31 de mayo de 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar cumplimiento a las disposiciones del CONVENIO 138, sobre la edad mínima de admisión al empleo, cuya ratificación ha sido registrada el 3 de mayo de 1977 [s/d].

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – Memoria presentada por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del trabajo correspondiente al período que culmina el 31 de mayo de 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar cumplimiento a las disposiciones del CONVENIO 182, sobre las peores formas de trabajo infantil, 1999, cuya ratificación ha sido registrada el 3 de agosto del 2001 [s/d].

GOBIERNO DE PARAGUAY. Memoria presentada por el de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo correspondiente al período que culmina el 31 de mayo del 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar efectividad a las disposiciones del CONVENIO 182, sobre las Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999, cuya ratificación ha sido registrada el 7 de marzo de 2001. [s/d].

GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. GABINETE DO MINISTRO. ASSESSORIA INTERNACIONAL – *Convenção nº 182: Primeiro relatório apresentado pelo Governo do Brasil* [s/d].

GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. GABINETE DO MINISTRO. ASSESSORIA INTERNACIONAL – *2a. Memória Convenção n° 182: Primeiro relatório apresentado pelo Governo do Brasil* [s/d].

GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. GABINETE DO MINISTRO. ASSESSORIA INTERNACIONAL – *Convenção sobre a idade mínima para admissão ao emprego, 1973 (Número 138). Corresponde ao período compreendido entre setembro de 2003 a maio de 2004* [s/d].

KÖHN GALLARDO, Marcos A. – *Aplicación de la Legislación en Argentina y Paraguay*. Colección Buenas Prácticas y Lecciones Aprendidas en la prevención y erradicación de la explotación sexual comercial (ESC) de niñas, niños y adolescentes. Asunción, OIT/IPEC [2005].

LITTERIO, Liliana Hebe - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulamentación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Argentina* (mimeo) [2005].

LOPEZ BENITEZ, Verónica Diana - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Paraguay*. (Documento de Trabajo n° 183). Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas/ Programa IPEC Sudamérica [2004].

MERCOSUR/ GRUPO MERCADO COMÚN – Resolución n° 36/06. *Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el MERCOSUR*. XXXI GMC EXT. – Córdoba, 18/VII/06.

MERCOSUR/CONSEJO MERCADO COMÚN

Declaração Sócio-laboral do Mercosul. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema. Asunción, 20/06/2005.

Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Montevideo, 09/12/2005.

Declaración sobre los Derechos Humanos de los Presidentes del Mercosur y Estados Asociados. Montevideo, 09/12/2005.

MINOTTO GOMES, Isadora – *Aplicação da Legislação no Brasil*. Coleção Boas Práticas e Lições Aprendidas em prevenção e erradicação da exploração sexual comercial (ESC) de meninas, meninos e adolescentes. Assunção, OIT/IPEC [2005].

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, *Informe del Director General – La eliminación del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance*. Conferência Internacional do Trabalho, 95ª. Reunião [2006].

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, *Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones*. Conferência Internacional do Trabalho, 93ª. Reunião [2005].

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – *Conclusiones*. 16ª. Reunión Regional Americana. Brasília, 2 a 5 de maio [2006].

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – *Trabajo Infantil Rural en Canindeyu Paraguay*. Paraguay, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/ SECRETARIA INTERNACIONAL DO TRABALHO - *O Fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance*. Escritório da OIT no Brasil, abril de 2006.

PARAGUAY. *Construir otro Paraguay para los niños, niñas y adolescentes. Política Nacional de Niñez y Adolescencia – POLNA. Plan Nacional de Acción por la Niñez y la Adolescencia – PNA. Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes. Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Paraguay*. Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia, Consejo Nacional de la Niñez y la Adolescencia. Movimiento por la Paz, el Desarme y la Libertad, OIT. Junio de 2005.

SOARES FILHO, JOSÉ – *Alguns aspectos da reforma do judiciário*. Recife, mimeo, 2005.

SPRANDEL, Marcia Anita; CARVALHO, Henrique José e ROMERO, Adriana Mourão – *A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas legislações de Argentina, Brasil e Paraguai: alternativas de harmonização para o MERCOSUL*. Assunção, OIT/IPEC [2002].

SPRANDEL, Marcia Anita (coord), LINARES, Ângela Gabriela Espínola e KRAUTSTOFL, Elena – *Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações*. Unicef/TACRO. Curitiba, Itaipu Binacional [2005].

URUGUAY. *Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Uruguay 2003 – 2005*. Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil CETI; MTySS/ Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social; Instituto Interamericano del Niño [s/d].

ZAMBIASI, Sérgio - Parecer nº 1.042, de 2006, do Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o PDS nº 410, de 2006 (PDC nº 2.266-A, de 2006, na origem), que aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05, do Conselho do Mercado Comum, e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.

Notas

- i O Mercado Comum do Sul - Mercosul - é um processo de integração entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, criado com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Em julho de 2006, a Venezuela aderiu ao bloco. São países associados Bolívia, Equador, Peru, Chile e Colômbia.
- ii Comissão Parlamentar Conjunta - órgão representativo dos Parlaentos dos Estados Parte no âmbito do Mercosul. Compete-lhe, em obediência ao processo legislativo de cada Estado Parte, incorporar ao direito positivo interno normas emanadas dos órgãos do Mercosul. A Comissão tem caráter consultivo e deliberativo, podendo ainda formular propostas.
- iii http://www.oit.org.pe/ipecc/documentos/diamundial_mintra_ar.pdf
- iv <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>
- v www.dgeec.gov.py
- vi http://www.oit.org.pe/ipecc/boletin/documentos/estadistica_ti_uy.pdf
- vii No Módulo de Trabalho Infantil e Adolescente, formulário adicionado à Pesquisa Contínua de Domicílios (ECH), do Instituto Nacional de Estatística (INE).
- viii Pesquisa rural e de localidades com menos de 5.000 habitantes, produzida pela OPYPA-MGAP, que também realizou um estudo denominado Pesquisa sobre Emprego, Renda e Condições de Vida em Localidades Rurais (ER), entre outubro de 1999 e janeiro de 2000.
- ix Documento disponível em:
http://www.oitbrasil.org.br/info/download/relatorio_global2006.pdf
- x Reformada e sancionada em Santa Fé, em 1994. O art. 75, inciso 23, reafirma proteção especial à infância, às mulheres, aos anciãos e aos incapacitados.
- xi A Declaração Sócio-laboral adota uma série de princípios e direitos do trabalho que representam o reconhecimento de um nível mínimo de direitos dos trabalhadores no âmbito do Mercosul, que corresponde às convenções fundamentais da OIT.
- xii Nesta Declaração, os Ministros do Trabalho se comprometem a promover ações para impulsionar o desenvolvimento econômico e social que contribua para mitigar a pobreza e reduzir o trabalho infantil; manifestam seu enérgico rechaço às piores formas de trabalho infantil e se comprometem a redobrar os esforços na região para avançar no tratamento desta problemática.
- xiii Os Estados Partes declaram, fundamentalmente, seu compromisso orientado para o fortalecimento dos Planos Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, e a harmonização normativa em relação às Convenções 138 e 182 da OIT.
- xiv O SG 10 (Assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social) é um dos 14 subgrupos de trabalho ligados ao Grupo Mercado Comum (órgão executivo do Mercosul, formado por técnicos e especialistas em integração, cujas funções são propor projetos de decisão do Mercado Comum e fixar programas de trabalho que garantam avanços). O Subgrupo 10 atualmente acrescentou “trabalho infantil” à sua denominação. Seu módulo operativo 3 prioriza o emprego decente, as migrações e o trabalho infantil.

- xv Comissão Parlamentar Conjunta - órgão representativo dos Paramentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul. Compete-lhe, em obediência ao processo legislativo de cada Estado Parte, incorporar ao direito positivo interno normas emanadas dos órgãos do Mercosul. A Comissão tem caráter consultivo e deliberativo, podendo ainda formular propostas. Em 1997, a CPC firmou a Declaração da Comissão Parlamentar do Mercosul e Chile sobre Trabalho Infantil, que estabelece o compromisso de harmonizar as legislações e as políticas para a erradicação do trabalho infantil nos países que integram o Mercosul e o Chile.
- xvi A Comissão Sócio-laboral é um organismo de controle da aplicação da Declaração Sócio-laboral do Mercosul, relacionado diretamente com o Grupo Mercado Comum (GMC). É o único organismo tripartite dentro da estrutura institucional do Mercosul.
- xvii Destaca-se o Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul. Este Comunicado, de 2003, destaca a necessidade de priorizar a dimensão social do Mercosul e de adotar medidas conjuntas por parte dos países que o integram, entre outras coisas, para erradicar o trabalho infantil e estabelecer as pautas a serem seguidas.
- xviii A primeira memória deve ser enviada um ano depois da entrada em vigor da convenção. Por exemplo, se foi ratificada em 2004, a Convenção entra em vigor em 2005 e a primeira memória deverá ser enviada em 2006. Depois dessa primeira memória, o ciclo de comunicação de memórias segue seu curso normal. No caso das convenções fundamentais ou prioritárias, a memória deve ser enviada a cada dois anos. No caso das outras convenções, a memória deve ser enviada a cada cinco anos, segundo o calendário adotado.
- xix Disponível em http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_eti_argentina.pdf
- xx O PETI tem como público-alvo crianças de 7 a 16 anos em situação de trabalho, que recebem bolsas mensais e participam da jornada escolar ampliada.
- xxi Disponível em:
<http://www.mtb.gov.br/Empregador/FiscaTrab/CombateTrabalhoInfantil/CONAETI/PlanoErradicacao/Default.asp>
- xxii Conforme o art. 131 do ECA, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- xxiii Disponível em http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_esci_py.pdf
- xxiv Disponível em http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_paraguay.pdf
- xxv Disponível em http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_uruguay.pdf
- xxvi A Deputada Marta Maffei e outros apresentaram ao Congresso Nacional Projeto de Lei que modifica a LCT, elevando a idade mínima de admissão ao emprego a 16 anos.
- xxvii Ver sobre o assunto o artigo “Aspectos laborales del nuevo Código de la Niñez y la Adolescencia”, de César Signorelli, de novembro de 2004, acessado em <http://oit.org.pe/ipec/boletin> em 10/12/2005.
- xxviii Art. 1º Fica proibido o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos nas atividades constantes do Anexo I.
§ 1º A proibição do caput deste artigo poderá ser elidida por meio de parecer técnico circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado em segurança e saúde no trabalho, que ateste a não exposição a riscos que possam comprometer a saúde e a segurança dos adolescentes, o qual deverá ser depositado na unidade

- descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego da circunscrição onde ocorrerem as referidas atividades.
- § 2º Sempre que houver controvérsia quanto à efetiva proteção dos adolescentes envolvidos nas atividades constantes do referido parecer, o mesmo será objeto de análise por Auditor Fiscal do Trabalho, que tomará as providências legais cabíveis.
- xxix Art. 406 - O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 3º do art. 405:
- I - desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral;
- II - desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.
- xxx a) não prejudique a saúde e o desenvolvimento; b) não sejam de natureza que prejudique a assistência à escola, a participação em programas de orientação e formação profissional aprovados pela autoridade competente ou o aproveitamento do ensino recebido.
- xxxi Em junho de 2006, o departamento de normas da OIT alterou o texto do art. 3(a) da Convenção 182, substituindo a palavra “tráfico” por “trata”. Em português não existe esta diferenciação entre “tráfico” e “trata”, como na língua espanhola. Em espanhol, o objetivo da “trata” é a exploração da pessoa e a finalidade do “tráfico” é a entrada ilegal de migrantes. No caso da “trata” não é indispensável que as vítimas cruzem as fronteiras para que se configure o ato delitivo, enquanto que este é um elemento necessário no “tráfico”.
- xxxii Na Argentina, nas províncias que aderem a Lei Federal de Educação, denomina-se Educação Geral Básica (EGB) ao ciclo de estudos obrigatórios de 9 anos dividido em EGB I: 1º, 2º e 3º ano de escolarização; EGB II: 4º, 5º e 6º ano de escolarização e EGB III: 7º, 8º e 9º ano de escolarização. Uma vez terminados os estudos de EGB o aluno termina o ciclo de educação obrigatório e pode optar por prosseguir com a educação Polimodal (ciclo de 3 anos com distintas modalidades) que, uma vez concluído, o habilita para cursar estudos de nível superior. Recentemente aconteceram mudanças: EGB3 é agora ESB (Educação Secundária Básica).
- xxxiii O “Programa de Prevenção e Erradicação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Argentina, Brasil e Paraguai”, levado a efeito pela OIT/IPEC de 2001 a 2005, foi uma iniciativa de grande êxito em termos de ajuda recíproca no combate às piores formas de trabalho infantil na região. Além da criação de um Comitê Trinacional formado por governos e sociedade civil de Argentina, Brasil e Paraguai, uma das principais conquistas do programa foi a criação de um Grupo de Operadores de Direito, que elaborou um Guia de Procedimentos que facilita e agiliza os trâmites legais na prevenção e luta contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos três países.
- xxxiv Note-se que a estrutura e funcionamento do Parlamento ainda vão ser definidos, por ocasião da elaboração de seu Regimento Interno (art. 14).
- xxxv Note-se que o funcionamento do Parlamento vai ser definido quando da elaboração de seu Regimento Interno (art. 14). Só então teremos uma definição clara de como funcionarão os Requerimentos de Informação. No caso do congresso nacional brasileiro, tais proposições são garantidas na Constituição, como instrumento que obriga o Poder Executivo a informar o Poder Legislativo sobre suas ações. Eles são

admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Parlamento ou atinente à sua competência fiscalizadora; não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija; sua aprovação depende de decisão da Mesa Diretora; se deferidos, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer; as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente à proposição em curso no Parlamento, serão incorporadas ao respectivo processo; o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

- xxxvi O Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul (FCES), é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos Estados Partes do Mercosul, e integra sua estrutura institucional, estabelecida com o Protocolo de Ouro Preto. Sua seção constitutiva foi em 31 de maio de 1996, na cidade de Buenos Aires, e nesta oportunidade aprovou-se o regulamento interno, que foi homologado poucos dias após, em 21 de junho do mesmo ano, por meio da Resolução nº 68/96 do Grupo Mercado Comum (GMC).
- xxxvii A transversalização do trabalho infantil pode ser definida de uma forma mais formal como (1) o processo de avaliação das implicações para crianças trabalhadoras ou para aquelas em risco de serem crianças trabalhadoras, de qualquer ação planejada, em especial legislação, políticas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis; (2) uma estratégia para que as preocupações relativas ao trabalho infantil façam parte integrante da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas – política, econômica e social – para redução tanto da oferta como da procura de trabalho infantil, especialmente das piores formas de trabalho infantil; e (3) um processo cujo objetivo é a total eliminação do trabalho infantil o mais rapidamente possível.



LEGISLACIÓN COMPARADA

El trabajo de niños, niñas
y adolescentes en los
países del Mercosur

Copyright © Organización Internacional del Trabajo 2007
Primera edición 2007

Las publicaciones de la Oficina Internacional del Trabajo gozan de la protección de los derechos de propiedad intelectual en virtud del protocolo 2 anexo a la Convención Universal sobre Derecho de Autor. No obstante, ciertos extractos breves de estas publicaciones pueden reproducirse sin autorización, con la condición de que se mencione la fuente. Para obtener los derechos de reproducción o de traducción, deben formularse las correspondientes solicitudes a la Oficina de Publicaciones (Derechos de autor y licencias), Oficina Internacional del Trabajo, CH-1211 Ginebra 22, Suiza, o por correo electrónico a: pubdroit@ilo.org, solicitudes que serán bien acogidas.

OIT-IPEC

SPRANDEL, Marcia Anita; ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José y AKIO MOTONAGA Alexandre

Legislación comparada sobre trabajo de niñas, niños y adolescentes en los países del Mercosur

Brasilia, Oficina Internacional del Trabajo, 2006. 129 p.

Trabajo infantil, estudio comparativo, aspecto jurídico, convenio de la OIT, Mercosur. 13.01.2

ISBN: 978-92-2-019544-4 (versión impresa)

ISBN: 978-92-2-019545-1 (Web pdf)

Datos de catalogación de la OIT

Las denominaciones empleadas, en concordancia con la práctica seguida en las Naciones Unidas, y la forma en que aparecen presentados los datos en las publicaciones de la OIT no implican juicio alguno por parte de la Oficina Internacional del Trabajo sobre la condición jurídica de ninguno de los países, zonas o territorios citados o de sus autoridades, ni sobre la delimitación de sus fronteras.

La responsabilidad de las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otros aportes firmados incumbe exclusivamente a sus autores, y su publicación no significa que la OIT las sancione.

Las referencias a firmas o a procesos o productos comerciales no implican aprobación alguna por la Oficina Internacional del Trabajo, y el hecho de que no se mencionen firmas o procesos o productos comerciales no implica desaprobación alguna.

Las publicaciones de la OIT pueden obtenerse en las oficinas locales de la OIT en muchos países, o pidiéndolas a: Las Flores 275, San Isidro, Lima 27-Perú, Apartado Postal 14-124, Lima, Perú.

Vea nuestro sitio en la red: www.oit.org.pe/ipec

Impreso en Brasil

ADVERTENCIA

El uso de un lenguaje que no discrimine ni marque diferencias entre hombres y mujeres es una de las preocupaciones de nuestra organización. Sin embargo, no hay acuerdo entre los lingüistas sobre la manera de hacerlo en nuestro idioma.

En tal sentido y con el fin de evitar la sobrecarga gráfica que supondría utilizar en español *o/a* para marcar la existencia de ambos sexos, hemos optado por emplear el masculino genérico clásico, en el entendido de que todas las menciones en tal género representan siempre a hombres y mujeres.

Siglas

SIDA	Síndrome de la Inmunodeficiencia Adquirida
ANEP/CEP	Administración Nacional de Educación Pública
ANONG	Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales
ASU	Acción Sindical Uruguaya
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
CAIF	Centros de Atención a la Infancia y la Familia
CDN	Convención sobre los Derechos del Niño
CEACR	Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones
CESITEP	Central Sindical de Trabajadores del Estado Paraguayo
CETI	Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil
CETID	Comisión Especial del Trabajo Infantil
CGT	Confederación General del Trabajo
CIT	Conferencia Internacional del Trabajo
CLL	Consolidación de las Leyes Laborales - (CLT, en portugués)
CMC	Consejo del Mercado Común
CNA	Código de la Niñez y la Adolescencia
CNT	Central Nacional de Trabajadores
CODENI	Consejerías Municipales por los Derechos del Niño, Niña y Adolescente
COETI	Coordinadora para la Erradicación del Trabajo Infantil
CONAETI-Arg	Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (Argentina)
CONAETI-Py	Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente (Paraguay)
CONAETI-Br	Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (Brasil)
CONANDA	Consejo Nacional de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes
CONATRAE	Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Esclavo
CONFEE	Confederación de Funcionarios y Empleados del Estado
COPRETIS	Comisiones Provinciales de Trabajo Infantil
CPC	Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur
CPT	Confederación Paraguaya de Trabajadores
CREA	Centro de Referencia Especializada en Asistencia Social
CUT	Central Unitaria de Trabajadores
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
EANNA	Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes
ENA	Estatuto del Niño y del Adolescente
ECH	Encuesta Continua de Hogares
EGB	Educación General Básica
EPH	Encuesta Permanente de Hogares
ER	Encuesta sobre empleo, ingresos y condiciones de vida de los hogares rurales

ESNA	Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes
FCES	Foro Consultivo Económico-Social
FNT	Foro Nacional del Trabajo
FSE	Fondo Social Especial
GBA	Gran Buenos Aires
GECTIPAS	Grupos Especiales de Combate al Trabajo Infantil y de Protección al Trabajador Adolescente
GETID	Grupo de Estudios Relativos al Trabajo Infanto-Juvenil Doméstico
GERTRAF	Grupo de Represión al Trabajo Forzoso
GMC	Grupo Mercado Común
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística
IGTSS	Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social
IIN	Instituto Interamericano del Niño
INAU	Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay
INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censo
INE	Instituto Nacional de Estadística
INFAMILIA	Programa Integral de Infancia, Adolescencia y Familia en Riesgo
IPEC	Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil
LCT	Ley de Contrato de Trabajo
MDJ/INJU	Ministerio de Deporte y Juventud
MDS	Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre
MERCOSUL	Mercado Común del Sur
MGAP	Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca
MSP	Ministerio de Salud Pública
MTE	Ministerio de Trabajo y Empleo
MTEySS	Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social
NOA	Noroeste Argentino
NEA	Nordeste Argentino
OIT	Organización Internacional del Trabajo
ONG	Organización No Gubernamental
ONU	Organización de las Naciones Unidas
OPS	Organización Panamericana de la Salud
OPYPAMGAP	Oficina de Programación y Política Agropecuaria del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca
PAI	Programa de Acciones Integradas y Referencias de Enfrentamiento de la Violencia Sexual contra niños, niñas y adolescentes en el territorio brasileño
PBF	Programa Bolsa (Beca) Familia
PDD	Programa de Duración Determinada
PIIAF	Programa de Infancia y Familia
PIT/CNT	Plenario Intersindical de Trabajadores- Central Nacional de Trabajadores
PJJHD	Plan Jefas y Jefes de Hogar Desempleados
PNA	Plan Nacional de Acción por la Niñez y Adolescencia
PNAD	Estudio Nacional sobre Trabajadoras del Hogar
PETI	Programa de Erradicación del Trabajo Infantil
SEDH	Secretaría de Estado de los Derechos Humanos



SG	Subgrupo
SIMPOC	Programa de Información, Estadística y Monitoreo en Materia de Trabajo Infantil
SIPIA	Sistema Nacional de Información para la Infancia y la Adolescencia
SIT/MTE	Secretaría de Inspección del Trabajo del Ministerio de Trabajo y Empleo
SNNA	Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia
SUAS	Sistema Único de Asistencia Social
UIA	Unión Industrial Argentina
UNICEF	Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia

Índice

Presentación	11
Resumen ejecutivo	13
Introducción	37
Capítulo I El trabajo infantil en los países del Mercosur	41
Capítulo II Análisis normativo	
2.1 <i>Instrumentos internacionales</i>	47
2.2 <i>Perfil legislativo nacional</i>	51
2.3 <i>Cuadro comparativo – Medidas adoptadas para garantizar la aplicación de los convenios de la OIT relativos al trabajo infantil</i>	93
Capítulo III Observaciones generales y recomendaciones	115
Bibliografía	121
Notas	125

Presentación

La constitución e instalación del Parlamento del Mercosur, en este segundo semestre del 2006, es uno de los momentos más importantes de la vida política moderna de América del Sur. La nueva institución nace en un momento de profundas transformaciones geopolíticas en la región, como la profundización de un inédito sentimiento de unidad sudamericana y de valorización de sus culturas.

El Parlamento del Mercosur consolida el Bloque desde el punto de vista institucional, sumándose al Grupo Mercado Común, que representa al Poder Ejecutivo, y al Tribunal de Solución de Controversias, instancia jurídica. Pero más allá de eso, por sus características, el Parlamento del Mercosur crea las condiciones objetivas y estructurales para la construcción de la “ciudadanía del Mercosur”.

En ese sentido, además de las cuestiones económicas, la integración debe también contemplar la asimetría de derechos sociales, que presupone la existencia de políticas públicas y legislaciones comunes. Este estudio sobre trabajo infantil en la región, realizado en conjunto con la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que identifica las diferentes situaciones legales y propone soluciones, es un ejemplo del futuro papel del Parlamento del Mercosur.

Por ello presentamos con orgullo este trabajo, de una alta calidad técnica, con la certeza que el Parlamento del Mercosur transformará su diagnóstico y sus recomendaciones en propuestas concretas legales, en el marco de sus competencias en materia de elaboración de estudios y anteproyectos de normas nacionales orientados a la armonización de la legislación de los Estados Partes.

*Senador Sergio Zambiasi
Presidente Pro Tempore de la
Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur y
de la Sección-Brasil de la CPCM*

Brasilia, junio del 2007

Resumen ejecutivo

El presente estudio forma parte del componente legislativo del Plan Subregional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en los países del Mercosur, financiado por OIT-PEC, que incluye como una de las áreas fundamentales la adaptación legislativa y normativa.

En el ámbito del Mercosur, existe igualmente el compromiso de adecuación de las legislaciones nacionales al contenido de los Convenios de la OIT 138 sobre edad mínima de admisión al trabajo o al empleo (1973) y 182 sobre la prohibición de las peores formas de trabajo infantil (1999), cuyos principios y derechos están relacionados con aquellos referidos en la Declaración de Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo de la OIT y en el Convenio Internacional de los Derechos del Niño de la ONU.

En julio del 2002, los países del Mercosur y Chile aprobaron una Agenda de Trabajo para el desarrollo del Plan Subregional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en los Países del Mercosur, del cual forma parte la recomendación de incrementar los esfuerzos para la armonización legislativa en los diferentes países integrantes del bloque regional¹.

Teniendo como paradigma tales normas y como fundamento la defensa y la protección de los derechos de niños, niñas y adolescentes y la prevención y erradicación del trabajo infantil, el presente estudio identifica la legislación nacional e internacional relacionada con el trabajo de niños, niñas y adolescentes vigente en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, señalando las contradicciones y vacíos existentes y haciendo las recomendaciones para su mejor regulación, adaptación y cumplimiento. Tales recomendaciones deberán ser apoyadas técnica y políticamente por la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur (CPC), transformada en diciembre del 2006 en el Parlamento del Mercosur.

Para la elaboración del estudio, se partió del análisis comparativo de documentos de la OIT referentes a los análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre el trabajo de los niños, niñas y adolescentes en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay², realizados entre el 2003 y 2006. Se trató también de identificar los cambios ocurridos en cada país después de la publicación de estos documentos, ya sea en términos de adhesión a las normas internacionales, o con relación a legislaciones nacionales, programas de Gobierno, datos de censos sobre trabajo infantil y acciones de redes de entidades de la sociedad civil. También fueron incorporadas las observaciones sobre los cuatro países identificadas en los informes de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones de la OIT (CEACR).

¹ Cabe observar que no están incluidas en este trabajo informaciones sobre Venezuela, que recientemente ingresó al bloque y sobre los países asociados al Mercosur: Bolivia, Ecuador, Perú, Chile y Colombia.

² Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre el trabajo de niños, niñas y adolescentes en Brasil. (Documento de Trabajo n° 171). [2003]; Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre el trabajo infantil y adolescente en Uruguay. (Documento de Trabajo n° 173). [2003]; Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Paraguay. (Documento de Trabajo n° 183). [2004] e Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Argentina. (Documento de Trabajo n° 203). [2006]

El Capítulo I caracteriza brevemente el trabajo infantil en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, presentando estadísticas generales y los principales sectores identificados. Aunque los documentos que sirvieron de base a este trabajo hayan sido producidos en momentos diferentes, cubriendo áreas geográficas desiguales y con metodologías distintas, se trató de presentar, en la medida de lo posible, la misma cantidad y calidad de información.

El Capítulo II identifica los instrumentos internacionales vigentes en materia de trabajo infantil en el Mercosur, la posición de los Estados Partes con relación a éstos y el perfil legislativo de cada país. El siguiente cuadro comparativo fue elaborado a partir del análisis de la posición de los cuatro países con relación a cada uno de los artículos de los Convenios de la OIT 138 y 182, con sugerencias para adaptaciones legislativas, siempre que sean necesarias.

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 1° Todo País Miembro, en el cual tenga vigencia este Convenio, se comprometerá a seguir una política nacional que asegure la efectiva abolición del trabajo infantil y leve, progresivamente, la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo a un nivel adecuado al pleno desarrollo físico y mental del joven.</p>	<p>- Creación de la CONAETI-Arg (2000). - Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006).</p>	<p>- Creación de la CONAETI-Br (2002). - Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI) (1996) - Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004).</p>	<p>- Creación de la CONAETI-Py (2002). - Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes (2003-2008). - Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA (2004).</p>	<p>- Creación del CETI (2000). - Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en Uruguay (2003-2005)-</p>
<p>Artículo 2° 1. Todo país miembro que ratifique este Convenio especificará, en declaración anexa a la ratificación, una edad mínima para la admisión al empleo o trabajo en su territorio y en los medios de transporte registrados en su territorio eximiendo lo dispuesto en los artículos 4° y 8° de este Convenio, ninguna persona con edad inferior a esa edad será admitida a empleo o trabajo en cualquier ocupación. (...) 3. La edad mínima fijada en los términos del Párrafo 1° de este artículo no será inferior a la edad de conclusión de la escolaridad obligatoria o, en cualquier hipótesis, no inferior a los 15 años. 4. No obstante lo dispuesto en el Párrafo 3° de este Artículo, el País Miembro, cuya</p>	<p>- Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 14 AÑOS. - Ley de Contrato de Trabajo n° 20.744 (LCT), en su artículo 189, prohíbe la ocupación de los menores de 14 años.</p>	<p>- Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 16 años. - La Enmienda Constitucional n° 20, del 15 de diciembre de 1998, prohíbe el trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años.</p>	<p>- Edad declarada por el país en el momento de la ratificación del Convenio: 14 AÑOS. - La Ley 2332, del 2003, que aprueba el Convenio 138, fija en 14 años la edad mínima para la admisión al empleo.</p>	<p>- Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 15 AÑOS. - El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 162, fija en 15 años la edad mínima para que adolescentes trabajen en empleos públicos o privados, en todos los sectores de actividad económica, salvo excepciones (INAU).</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>economía y condiciones de enseñanza no estén suficientemente desarrolladas, podrá, después de consultar a las organizaciones de empleadores y trabajadores concernientes, si las hay, definir inicialmente, una edad mínima de 14 años. (...)</p> <p>Artículo 3º</p> <p>1. No será inferior a los 18 años la edad mínima para la admisión a cualquier tipo de empleo o trabajo que, por su naturaleza o circunstancias en que sea ejecutado, pueda perjudicar la salud, la seguridad y la moral del joven.</p> <p>2. Serán definidos por ley o reglamentos nacionales o por la autoridad competente, después de la consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores concernientes, si las hay, las categorías de empleo o trabajo las cuales se aplica el párrafo 1º de este artículo.</p> <p>3. No obstante lo dispuesto en el párrafo 14 de este artículo, la ley o reglamento nacional o la autoridad competente podrá, luego de consultar a las organizaciones de empleadores y de trabajadores concernientes, si las hay, autorizar el empleo o trabajo a partir de</p>	<p>-La Ley de Contrato de Trabajo, Artículos 176 y 191, prohíbe a menores de 18 años la realización de tareas penosas, peligrosas o insalubres.</p> <p>-El art. 112 de la Ley nº 22.248 (Régimen Nacional de Trabajo Agrario) prohíbe a los menores de 18 años la ocupación en trabajos penosos, peligrosos o insalubres, conforme determina el reglamento.</p>	<p>-La Constitución Federal, en su artículo 7º, Inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre para menores de 18 años.</p>	<p>-El Código del Trabajo, artículo 125, prohíbe el trabajo de menores de 18 años en tareas o servicios susceptibles de afectar su moralidad o buenas costumbres; relacionados a bebidas alcohólicas; trabajos de ambulantes (salvo autorización especial); trabajos peligrosos o insalubres; trabajos que puedan interferir en el desarrollo físico normal, cuyas jornadas sean superiores a la establecida; trabajo nocturno en los períodos previstos en el art. 122 -jóvenes de 15 a 18 años, de las 22 a las 6 horas (excluye el trabajo doméstico) y de 13 a los 15 años, de las 20 a las 8 horas) así como, otros que sean previstos en ley.</p> <p>En su artículo 180 establece que podrán trabajar en actividades agrícolas, pecuarias, forestales y similares, los mayores de 15 años y excepcionalmente, los de 14 años.</p>	<p>-El art. 163 del Código de la Niñez y la Adolescencia prohíbe todo trabajo que no permita al niño, niña o adolescente gozar de bienestar en compañía de su familia o responsables o entorpezca su formación educativa.</p> <p>Para que este artículo sea puesto en práctica, es imprescindible que Uruguay apruebe la lista de trabajos que, por su naturaleza o circunstancias en que es realizado, pueda perjudicar la salud, la seguridad y la moral del joven, elaborada por CETI.</p> <p>-El artículo 168 determina que anualmente todos los menores de 18 años que trabajen serán sometidos obligatoriamente a exámenes médicos, a fin de comprobar si la tarea que realizan es superior a su capacidad física. En caso afirmativo, deberán abandonar el trabajo por otro más adecuado.</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>los 16 años de edad, siempre y cuando estén plenamente protegidas la salud, la seguridad y la moral de los jóvenes involucrados y les proporcione instrucción y formación adecuada y específica en el sector de la actividad pertinente (...)</p>			<p>-El art. 179 establece que los menores de edad no podrán realizar trabajos vinculados al manejo de tractores, motores a vapor, cosechadoras y otras máquinas. -El Código de la Niñez y de la Adolescencia determina, en el art. 54, la prohibición de trabajo adolescente, sin perjuicio del Trabajo, en cualquier lugar subterráneo o bajo el agua y en otras actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral.</p>	<p>Con relación al trabajo nocturno, el art. 172 determina que los y las adolescentes no podrán ser empleados de las 22 horas a las 06 horas de la mañana siguiente, salvo autorización de INAU.</p>
<p>Artículo 4° 1. La autoridad competente, después de consultar con las organizaciones de empleadores y de trabajadores concientes, si las hay, podrá, en la medida de ser necesario, excluir de la aplicación de este Convenio un limitado número de categorías de empleo o trabajo al respeto de las cuales se levanten reales y especiales problemas de aplicación. (...)</p>	<p>-No existen excepciones</p>	<p>-No existen excepciones</p>	<p>- Al momento de la publicación de este documento, Paraguay todavía no ha enviado la memoria relativa al Convenio</p>	<p>-No existen excepciones Inicialmente se habían excluido la industria textil (permiéndose a menores entre 16 y 18 años jornadas completas, con la previa autorización del padre, madre, tutor o encargado del actual Consejo del Niño), la industria de calzados y la de cuero. Tales exclusiones, justificadas por la situación económica del país, ya no existen más.</p>
<p>Artículo 5° 1. El país miembro, cuya economía y condiciones administrativas no estén suficientemente desarrolladas, podrá, después de consultar con las</p>	<p>-No existen excepciones</p>	<p>-No existen excepciones</p>	<p>-Al momento de la publicación de este documento, Paraguay todavía no ha enviado la memoria relativa al Convenio</p>	<p>-No existen excepciones</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>organizaciones de empleadores y de trabajadores, si las hay, limitar inicialmente el alcance de aplicación de este Convenio (...).</p> <p>Artículo 6° Este Convenio no se aplicará al trabajo hecho por niños y jóvenes en escuelas de educación vocacional o técnica o en otras instituciones de entrenamiento en general o al trabajo realizado por personas menores de 14 años de edad en empresas en que ese trabajo sea ejecutado dentro de las condiciones prescritas por la autoridad competente, después de consultar con las organizaciones de empleadores y de trabajadores concernientes, donde las haya (...).</p>	<p>-El artículo 187, párrafo 2°, de la LCT prevé la participación de niños, niñas y adolescentes, entre 14 y 18 años, en programas de aprendizaje y orientación profesional y la Ley 25013, en su art. 1°, regula el contrato de trabajo de aprendizaje, reconociéndole la naturaleza laboral.</p>	<p>-La Constitución Federal prevé el trabajo en la condición de aprendiz a partir de 14 años. Ese dispositivo constitucional fue regulado por medio de la Ley n° 10.097, del 19 de diciembre del 2000 ("Ley del Aprendiz"), que alteró artículos de CLL.</p>	<p>-El artículo 119 del Código del Trabajo exime de la aplicación de la normativa. El trabajo realizado por menores de edad en escuelas profesionales siempre y cuando se realice con fines de formación profesional y sea aprobado y fiscalizado por autoridades competentes.</p>	<p>-El artículo 166 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que se consideren programas de educación en el trabajo aquellos realizados por el INAU o por instituciones sin fines lucrativos, que tengan exigencias pedagógicas relativas al desarrollo personal y social del alumno, que prevean sobre los aspectos productivos.</p> <p>-La Ley 16.873 de 1997 establece requisitos y otorga beneficios a empresas que incorporen a jóvenes en cuatro modalidades contractuales: práctica de trabajo para estudiantes, subsidios de trabajo, contrato de aprendizaje y aprendizaje simple. La ley, sin embargo, no hace referencia a la edad mínima.</p>
<p>Artículo 7° 1. Las leyes o reglamentos nacionales podrán permitir el empleo o trabajo a personas entre 13 y 15 años en servicios ligeros que: a) no perjudiquen su salud o desarrollo, y</p>	<p>-Sin previsión legal. Podría ser considerado trabajo liviano aquel previsto en el artículo 189, párrafo 2°, de LCT, que permite el trabajo de menores de 14 años en empresas que solamente tengan miembros de la familia y</p>	<p>-No existe previsión de trabajos ligeros en Brasil, ya que el trabajo solamente está permitido para mayores de 16 años, excepto en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años.</p>	<p>-No existe previsión. El estudio legislativo sugiere la elaboración de una lista de trabajos ligeros para niños y niñas a partir de los 13 años.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 165, determina que el INAU revisará las autorizaciones que concedió con relación al empleo de niños, niñas y adolescentes entre los 13 y 15 años. Apenas serán permiti</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>b) no perjudiquen su asistencia a la escuela, su participación en programas de orientación vocacional o de entrenamiento aprobados por la autoridad competente o su capacidad de beneficiarse de la instrucción recibida. (...).</p>	<p>siempre y cuando la ocupación no sea nociva, perjudicial o peligrosa y la Ley nº 22248, que trata del Régimen Nacional del Trabajo Agrario, que permite el trabajo de niños, niñas y adolescentes en propiedad agraria explotada por la propia familia. Sin embargo, en ambas hipótesis, no existe previsión de una edad mínima.</p>			<p>lidos trabajos ligeros, que por su naturaleza o por las condiciones en que se realicen no perjudiquen el desarrollo físico, mental o social de los mismos, ni obstaculicen su escolaridad.</p>
<p>Artículo 8º 1. La autoridad competente, después de consultar con las organizaciones de empleadores y de trabajadores concernientes, si las hay, podrá, mediante licencias concedidas en casos individuales, permitir excepciones para la prohibición de empleo o trabajo prevista en el Artículo 2º de este Convenio, para finalidades como la participación en representaciones artísticas. (...).</p>	<p>-Decreto nº 4910/57 que entrega al Ministerio de Trabajo la fiscalización del régimen legal de trabajo a los menores de 18 años en actividades artísticas. -Decreto nº 4364/66 que establece las condiciones de liberación de las autorizaciones: el período de trabajo no puede pasar de la media noche, se debe resguardar su salud y moral, el trabajo no puede perjudicar la instrucción y debe respetarse un reposo de 14 horas consecutivas.</p>	<p>-Estatuto del Niño y del Adolescente, artículo 149, dispone que compete a la autoridad judicial disciplinar, por medio de portaria, autorizar, por medio de licencia, la participación de niño, niña y adolescente en espectáculos públicos, concursos y certámenes de belleza.</p>	<p>-No existe previsión en el Código de la Niñez.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia no presenta ninguna norma con relación al tema.</p>
<p>Artículo 9º 1. La autoridad competente tomará todas las medidas necesarias, inclusive la institución de sanciones apropiadas, para garantizar la efectiva vigencia de las disposiciones de este Convenio.</p>	<p>-CONAETI - Arg -El artículo 52 de LCT obliga al empleador a mantener un libro especial con datos de los trabajadores. Sin embargo, no exige la anotación de la edad de los mismos.</p>	<p>-CONAETI - Br -La CLL prevé la inscripción de todos los empleados en el registro de trabajo, lo que incluye a los trabajadores menores de 18 años.</p>	<p>-Consejo Nacional de la Niñez / Comisión Temática de Trabajo Infantil - Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia con relación a los registros que deben ser mantenidos y puestos a disposición por el empleador cuando los trabajadores tienen menos de</p>	<p>-INAU y Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. -El artículo 167 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que para trabajar, los adolescentes deberán contar con carné de habilitación entregado por el INAU, en el cual deberán constar,</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>2. Las leyes o reglamentos nacionales o la autoridad competente designarán a las personas responsables del cumplimiento de las disposiciones que dan efecto al Convenio.</p> <p>3. Las leyes o reglamentos nacionales o la autoridad competente prescribirán los registros u otros documentos que deben ser mantenidos y puestos a disposición por el empleador: esos registros o documentos contendrán nombre, edad o fecha de nacimiento, debidamente autenticados siempre y cuando sea posible, de las personas que emplea o que trabajan para él y tengan menos de 18 años de edad.</p>			<p>18 años. Está previsto en el Código del Trabajo (art. 123) y en el Código de la Niñez y la Adolescencia (arts. 55 a 61)</p>	<p>además de datos personales, el consentimiento para trabajar del adolescente y sus responsables, examen médico y comprobación de haber completado el ciclo obligatorio de enseñanza o el nivel alcanzado. Conforme al art. 177 de la misma norma, el INAU determinará los documentos que el empleador deberá llevar y tener la disposición de la autoridad competente.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Art. 1º Todo país miembro que ratifique el presente Convenio deberá adoptar medidas inmediatas y eficaces que garanticen la prohibición y la eliminación de las peores formas de trabajo infantil con carácter de urgencia.</p>	<p>-Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006). -Programa Luz de Infancia, para la prevención y erradicación de la explotación sexual comercial infantil. -Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural. -Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina.</p>	<p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente. (2004). -Plan Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo (2003). -Plan Nacional de Combate a la Violencia Sexual Infantil-Juvenil (2002). -Programa Centinela. -Programa Beca (Bolsa) Familia. -Política Nacional de Salud para la Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajador Adolescente (2004). -Política Nacional de Combate a la Trata de Personas (en elaboración).</p>	<p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes (2003-2008). -Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA (2004). -Programa nacional para la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles (Programa Abrazo).</p>	<p>-Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en Uruguay (2003-2005).</p>
<p>Artículo 2º Para los efectos de este Convenio, el término niño se aplicará a toda persona menor de 18 años.</p>	<p>-Ley nº 26.061, de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, en su artículo 2º considera niño a toda persona hasta los 18 años.</p>	<p>-El Estatuto del Niño y del Adolescente, en su artículo 2º, considera niño toda persona menor de 12 años de edad y adolescente a quien tiene entre 12 y 18 años. -La diferencia que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, ya que la legislación brasilera prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o perjudiciales para su formación moral y educativa.</p>	<p>-La Ley nº 2169/03, que "Establece la Mayoría de Edad", define como niño a toda persona menor de 13 años de edad y adolescente a quien tiene entre 14 y 18. -La diferencia que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, ya que la legislación paraguaya prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o perjudiciales para su formación moral y educativa.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 1º, define como niño a todo ser humano menor de 13 años de edad y como adolescentes a los mayores de 13 años y menores de 18 años de edad. -La diferencia que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, ya que la legislación uruguaya prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o perjudiciales para su formación moral y educativa.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 3° Para los efectos de este Convenio, la expresión de las peores formas de trabajo infantil comprende:</p> <p>(a) todas las formas de esclavitud o prácticas análogas a la esclavitud, como venta y tráfico de niños, sujeción por deuda y servidumbre, trabajo forzado u obligatorio, inclusive reclutamiento forzado u obligatorio de niños para participar en conflictos armados</p> <p>(OBSERVACIÓN: En junio del 2006 el departamento de normas de OIT alteró el texto del art. 3 (a) del Convenio 182, sustituyendo la palabra "tráfico" por "trata". En portugués no existe esta diferenciación entre "tráfico" y "trata", como en el idioma español. En español, el objetivo de la "trata" es la explotación de la persona y la finalidad del "tráfico" es la entrada ilegal de inmigrantes. En el caso de la "trata" no es indispensable que las víctimas crucen las fronteras para que se configure el acto delictivo, mientras que éste es un elemento necesario en el "tráfico".)</p>	<p>-Constitución Nacional, artículo 15, consagra la abolición de la esclavitud y califica como crimen todo acto de compra y venta de personas. -Código Penal, artículo 140, prevé que es un crimen el acto de someter una persona a la servidumbre. El art. 127-bis penaliza a quien promueva o facilite la entrada al país a menores de 18 años para ejercer la prostitución, con agravante cuando la víctima tenga menos de 13 años. -Ley nº 26.061 de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, Artículo 9°, determina que los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a ser sometidos, entre otras situaciones, a secuestros o tráfico para cualquier fin. -Ley nº 25.632, Convenio Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y sus protocolos complementarios para prevenir, reprimir y sancionar el tráfico de personas, especialmente mujeres y niños y contra el</p>	<p>-Código Penal clasifica como crimen la reducción a la condición análoga a la de esclavo, con aumento de la pena si el crimen es cometido contra niños o adolescente (art. 149); la frustración de derecho asegurado por ley laboral (art. 203); la incitación para fines de emigración (art. 206) y la incitación de desplazamiento de trabajadores de un local a otro del territorio nacional, configurando agravante si la víctima es menor de 18 años (art. 207). -Ley nº 11.106, del 2005, tipifica en los artículos 231 y 231-A del Código Penal o tráfico internacional y el tráfico interno de personas para fines de prostitución, con agravamiento de pena cuando la víctima es niño, niña o adolescente. -Decreto nº 5.015, promulgado el Convenio de Palermo, del 12 de marzo del 2004. Decretos nº 5.016 y nº 5.017, ambos del 12 de marzo del 2004 promulgan sus Protocolos adicionales referentes al</p>	<p>-Constitución Nacional, artículos 10, 11 y 13, prohíbe la esclavitud, la servidumbre personal y el tráfico de personas. El art. 54 determina que la familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de garantizar protección al niño contra el abandono, la desnutrición, la violencia, el abuso, el tráfico y la explotación. -Código del Trabajo, art. 10, no reconoce como válido ningún pacto o convenio de trabajo en que se estipule la pérdida de la libertad personal. -Código de la Niñez y la Adolescencia, artículo 54, prohíbe el trabajo de adolescentes en actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral. Cuando la explotación es promovida por los propios padres, tutores o encargados, según el Artículo 73, puede resultar en la pérdida de la patria potestad. -Código Penal prevé el crimen de privación de la libertad (art. 124); tráfico de menores (art. 223), Salida de personas</p>	<p>-Código Penal (Ley nº 9.414, de 1934), art. 280, tipifica la adquisición, transferencia y comercio de esclavos y la reducción de otros hombres a la esclavitud; art. 283 tipifica la sustracción o retención de una persona menor de edad, de sus padres, tutores o curadores; art. 267 el rapto de mujer menor de 15 años y art. 268 el rapto de soltera honesta mayor de 15 y menor de 18 años, con o sin su consentimiento. -El art. 9°, del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que todo niño, niña y adolescente tiene, entre otros, derecho intrínseco a la vida, a la dignidad y a la libertad. El artículo 15, incisos c, g y h se refieren a la protección especial del Estado contra explotación económica o cualquier tipo de trabajo nocivo para la salud, educación o para el desarrollo físico, espiritual o moral de niños y adolescentes; situaciones que pongan en peligro su seguridad como detenciones</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>tráfico ilícito de migrantes por tierra, mar y aire.</p> <p>-Ley nº 25.763 que aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños y Niñas en Pornografía.</p> <p>-Ley nº 25.871, Ley de Migraciones (2003), art. 116, introduce la figura penal del tráfico de personas (la acción de realizar, promover o facilitar el cruce ilegal de personas por los límites fronterizos nacionales con el fin de obtener directa o indirectamente un beneficio), con agravante cuando la víctima es menor de edad (art. 121).</p> <p>-Ley nº 24.429 que extingue el servicio militar obligatorio y lo sustituye por el servicio militar voluntario para hombres y mujeres con edad entre 18 y 24 años de edad. En situaciones excepcionales, el Poder Ejecutivo podrá convocar, en los términos de la Ley nº 17.531, a los ciudadanos que en el año de la prestación del servicio completen 18 años. En esa situación, alguien que cumpla 18 años en diciembre, podrá ser convocado, por ejemplo, en febrero de ese año, con la edad de 17 años. Ocurriendo esto, habrá una contradicción</p>	<p>tráfico de trabajadores migrantes y de personas.</p> <p>-Decreto nº 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo al Convenio sobre los Derechos del Niño referente a la venta de niños, la prostitución infantil y pornografía infantil.</p> <p>-Ley nº 4.375/1964 del Servicio Militar, regulada por el Decreto nº 57.654, del 20 de enero de 1966, determina en su art. 19 que la obligación para con el Servicio Militar, en tiempo de paz, comienza en el 1º día de enero del año en que el brasilero cumpla 18 años de edad y subsistirá hasta el 31 de diciembre del año en que cumpla 45 años.</p> <p>-El art. 20 determina que será permitida a los brasileros la prestación del Servicio Militar como voluntario, a partir del año en que cumplan 17. El art. 41, inciso 1º permite que los voluntarios para la prestación del Servicio Militar inicial, se presenten a partir de la fecha en que cumplan 16 años de edad. El art. 239 determina que, para efecto del Servicio Militar, cesará la incapacidad civil del menor, en la fecha en que cumpla 17 años. Los voluntarios que, en el acto de incorpora</p>	<p>hacia afuera del territorio nacional (art. 125) y tráfico de personas hacia el exterior con fines de prostitución (art. 129).</p> <p>-Paraguay es signatario del Convenio Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de su protocolo adicional referente al tráfico de personas; del Protocolo Facultativo del Convenio sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de Niños en los Conflictos Armados; y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.</p> <p>-El estudio legislativo de OIT sobre trabajo infantil en Paraguay afirma que no existe norma interna que prohíba tajantemente el reclutamiento de jóvenes menores de 18 años. Tampoco existe prohibición, o regulación sobre el ingreso de jóvenes menores a esta edad en Academias de Formación en las Fuerzas Armadas. Policías, etc. En la legislación interna (Ley nº 569/75, del Servicio Militar), existe una excepción que permite el alistamiento de jóvenes con menos de 18 años para que cumplan esta edad durante el Servicio Militar Obligatorio.</p>	<p>y traslados ilegítimos; y situaciones que pongan en peligro su identidad, como adopciones ilegítimas y ventas.</p> <p>-El Gobierno uruguayo indica en su informe que no se ha observado ningún caso de esclavitud, venta o tráfico de niños ni el reclutamiento forzado para su utilización en conflictos armados. La Comisión de Expertos (CEACR; 2005) observa que el art. 280 del Código Penal solamente se refiere al comercio de esclavos y observa que, al parecer, la legislación nacional no contiene ninguna disposición que prohíba la venta y el tráfico de niños como forma de esclavitud.</p> <p>-Uruguay es signatario del Convenio Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de sus protocolos adicionales referente al tráfico de migrantes y de personas y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.</p> <p>-La Ley Orgánica Militar (1941) establece que para integrar el cuerpo militar se exigirá 18 años completos. En Uruguay no existe servicio militar obligatorio. El derecho uruguayo no admite la parti</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
(b) utilización, búsqueda y oferta de niños para fines de prostitución, de producción de material pornográfico o espectáculos pornográficos;	<p>a lo dispuesto en el art. 3.º del Convenio si la excepción prevista tiene como finalidad el combate armado.</p> <p>-Ley nº 25.616 aprueba el Protocolo Facultativo del Convenio sobre los Derechos del Niño relativo a la Participación de Niños en los Conflictos Armados.</p>	<p>ción o matrícula, tengan 17 años incompletos deberán presentar documento hábil, de consentimiento del responsable. Siempre y cuando estas condiciones de reclutamiento no permitan la utilización de niños en conflictos armados, no hay contradicción con el art. 3º del Convenio.</p> <p>-Decreto nº 5.006, del 8 de marzo del 2004, que promulga el Protocolo Facultativo al Convenio sobre los Derechos del Niño Relativo a la Participación de Niños en Conflictos Armados.</p>	<p>-A pesar de los esfuerzos realizados por algunos sectores del Gobierno y de la sociedad civil y del progreso en la adopción de normas internacionales de derechos humanos que prohíben el reclutamiento de menores de 18 años de edad, se continuarán registrando casos de reclutamiento forzado al Servicio Militar Obligatorio. En función de esta realidad, fue creada en el país la coalición para acabar con la utilización de niños soldados, con la participación de Amnistía Internacional, Movimiento de Objeción de Conciencia y el apoyo de UNICEF. El gran problema, en este caso, es garantizar que los niños que puedan ser reclutados en el país, estén protegidos frente a cualquier posibilidad de participación en conflicto armado.</p>	<p>cipación de menores de edad en ninguna actividad militar ni en conflictos armados.</p> <p>-Además, Uruguay ratificó, en septiembre del 2003, el Protocolo Facultativo del Convenio sobre los Derechos del Niño relativo a la Participación de Niños en los Conflictos Armados.</p> <p>-El art. 13 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que los niños y adolescentes no pueden formar parte de las hostilidades en conflictos armados, ni recibir preparación para ello.</p>
	<p>-Código Penal, artículo 125, establece pena de reclusión o prisión, durante un período de 4 a 10 años, a quienes que promuevan o faciliten la explotación sexual comercial de menores de 18 años, aunque sea con el consentimiento de la víctima; artículo 128, reprime con prisión la producción o publicación de imágenes pornográficas en que se exhi</p>	<p>-Constitución Federal, artículo 227, párrafo 4º, prevé punición severa para la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes. Este artículo se encuentra regulado en el Estatuto del Niño y del Adolescente, con las respectivas sanciones penales (artículos 240, 241 y 244-A).</p> <p>-Ley nº 10.764, del 12 de noviembre del 2003, modifica</p>	<p>-Código de la Niñez y la Adolescencia, artículo 31, prohíbe tajantemente la utilización de niños en actividades de comercio sexual, así como en la elaboración, producción o distribución de publicaciones pornográficas con niños.</p> <p>-Código Penal prevé los crímenes de coacción sexual, con agravante cuando la víctima tenga menos de 18 años (art.</p>	<p>-Código Penal, artículo 278, tipifica la exhibición pornográfica, delito cometido por aquel que ofrece públicamente espectáculos teatrales o cinematográficos obscenos, el que transmite audiciones o efecúa publicaciones de idéntico carácter. No hay referencia a la participación de menores de 18 años; art. 274 (corrupción de mayor de 15 y menor</p>

Convenio núm.182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>ban menores de 18 años, así como producciones en vivo de espectáculos con escenas pornográficas involucrando a menores de 18 años.</p> <p>-Están en trámite en el Congreso argentino diversas iniciativas legislativas que buscan modificar el art. 128 del Código Penal, penalizando la posesión de pornografía infantil y su difusión por cualquier medio, inclusive la Internet.</p> <p>-Ley nº 26.061, de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, artículo 22, prohíbe la exposición, difusión o divulgación de datos, informaciones e imágenes de niños niñas y adolescentes, cuando lesionen su dignidad o reputación.</p> <p>-Ley nº 25.763 aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños y niñas en Pornografía, que complementa el Convenio de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>	<p>los artículos 240 al 243 del Estatuto del Niño y el Adolescente, aumentando la pena, previendo el agravamiento para quien comete el crimen particularmente en razón del ejercicio de cargo o función y tipificando de manera más amplia los crímenes de exposición de la imagen del niño de forma perjudicial en la Internet.</p> <p>-Decreto nº 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo al Convenio sobre los Derechos del niño referente a la venta de niños, niñas para la prostitución y para la pornografía infantil.</p>	<p>128) y el proxenetismo contra menores de 18 años, con agravante cuando la víctima tenga menos de 14 años (art. 139).</p> <p>-Paraguay ratificó, en agosto del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa el Convenio de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>	<p>de 18 años) prevé situación de proxenetismo.</p> <p>-Código de la Niñez y Adolescencia, artículo 11, determina que todo niño y adolescente tiene derecho a que se respete la privacidad de su vida. Tiene derecho a que no se utilice su imagen de forma lesiva, ni se publique ninguna información que lo perjudique y pueda dar lugar a la identificación de su persona. El art. 15, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger especialmente a niños, niñas y adolescentes con relación a toda forma de abandono, abuso sexual o explotación de la prostitución. El art. 130 define como maltrato y abuso de niño, niñas o adolescente las siguientes situaciones: maltrato físico, maltrato psicológico-emocional, prostitución infantil, pornografía, abuso sexual y abuso psíquico y físico.</p> <p>-Uruguay ratificó, en julio del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en Pornografía, que complementa el Convenio de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
(c) utilización, búsqueda y oferta de niños para actividades ilícitas, particularmente para la producción y tráfico de drogas conforme definidos en los tratados internacionales pertinentes;	- Régimen Penal de Estupefacientes, Ley n° 23.737, artículo 11, prevé que las penas serán aumentadas en los casos en que los criminales utilicen menores de 18 años o en perjuicio de los mismos. Las sanciones serán agravadas en caso que los delitos ocurran en las inmediaciones de escuelas o en cualquier otro lugar que los estudiantes frecuentan con el objetivo de realizar actividades educativas, deportivas y sociales. El artículo 36 dispone sobre la pérdida de la patria potestad en los casos donde haya vinculación de niños con el tráfico de estupefacientes realizado por los padres.	- La legislación brasilera prevé que es crimen corromper o facilitar la corrupción de persona menor de 18 años, practicando o induciéndola a practicar acto ilícito (Ley n° 2252/1954). - La Ley 6.368/76, que dispone sobre el tráfico ilícito y el uso de sustancias estupefacientes, criminaliza conductas y prevé, en el inciso III del art. 18, penas mayores cuando el crimen provoca víctimas o es derivado de la asociación con menores de 21 años.	- Ley n° 1340/88, que modificó y actualizó la Ley n° 3577/72, establece penas elevadas para quien realiza tráfico de estupefacientes y dispone que se considere un agravante cuando las víctimas o intermediarios utilizados son menores de edad.	- El art. 15 del Código de la Niñez y Adolescencia, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger especialmente a niños, niñas y adolescentes de situaciones que pongan en riesgo su vida o inciten a la violencia, como el uso y el comercio de armas.
(d) trabajos que, por su naturaleza o por las circunstancias en que son realizados, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño. Artículo 4° 1. Los tipos de trabajo a los que se refiere el Artículo 3° (d) deberán ser determinados por la legislación nacional o por la autoridad competente, después de consultar a las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesados, tomando	- Los artículos 176 y 191 de LCT prohíben la realización de tareas penosas, peligrosas o insalubres a menores de 18 años. El artículo 112 de LCT prohíbe los trabajos agrícolas peligrosos. - En abril del 2005, se concluyó la Consulta Nacional para la identificación de los trabajos que, por su naturaleza o por las condiciones en que se realicen, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño o niña. El esfuerzo conjunto	- Constitución Federal, art. 7° inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre a menores de 18 años. - Estatuto del Niño y del Adolescente (ENA) prohíbe el trabajo penoso o en locales que perjudiquen el desarrollo físico, psíquico, moral y social de niños, niñas y adolescentes y prohíbe el trabajo nocturno. - CLT, art. 405, prohíbe el trabajo nocturno, o en locales y servicios peligrosos, insalubres o moralmente perjudiciales.	- Constitución Nacional, artículo 53, dispone sobre la protección al niño y su desarrollo armónico y integral que, a su vez, se constituye en una obligación de la familia, de la sociedad y del Estado; artículo 54 prevé garantías a los adolescentes que trabajan, destacándose los derechos laborales de prevención a la salud; derechos individuales relativos a la libertad, respeto y dignidad y derecho a ser sometido periódicamente a exámenes médicos.	- La memoria del gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 hace referencia a una serie de decretos, leyes y resoluciones sobre el tema. - Código de la Niñez y Adolescencia, art. 164, determina que INAU establecerá con carácter de urgencia la lista de tareas a ser incluidas en la categoría de trabajo peligroso o nocivo para la salud de niños y adolescentes o para su desarrollo físico o moral, que estarán terminantemente prohibidas, cualquiera sea la

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>en consideración las normas internacionales pertinentes, particularmente los párrafos 3º y 4º de la Recomendación sobre las Peores Formas de Trabajo Infantil, de 1999.</p> <p>2. La autoridad competente, después de consultar a las organizaciones de empleadores y trabajadores interesados, deberá identificar el lugar en que son practicados esos tipos de trabajo determinados en los términos del párrafo 1º de este Artículo.</p> <p>3. La relación de los tipos de trabajo determinados en los términos del párrafo 1º de este artículo deberá ser periódicamente examinada y, si es necesario, revisada en consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesados.</p>	<p>de diversos órganos gubernamentales produjo un proyecto de decreto, elaborado por la Superintendencia de Riesgos Laborales, que determina cuáles son estos trabajos. Está pendiente la aprobación del Decreto.</p>	<p>-El Ministerio de Trabajo y Empleo, en el 2000, instituyó una comisión formada por representantes del Gobierno Federal, del Ministerio Público de Trabajo, de los empleadores y de los trabajadores. El 17 de enero del 2001 fue presentada la lista con las 82 actividades que, por su naturaleza o por las circunstancias en que son realizados, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño.</p> <p>-En Mayo del 2005, CONAETI instituyó una Subcomisión para Análisis y Redefinición de las Actividades Peligrosas o Insalubres con Relación al Trabajo Infantil, que está revisando la lista en vigencia.</p>	<p>-Código de la Niñez y la Adolescencia prevé la creación de un Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia que deberá regular e integrar los programas y acciones a nivel nacional, estadual y municipal: el artículo 54 determina, sin perjuicio del Código del Trabajo, la prohibición del trabajo de adolescentes en cualquier lugar subterráneo o bajo el agua, así como, otras actividades peligrosas o nocivas para la salud física, mental o moral; el artículo 125 enumera una serie de servicios prohibidos para menores de 18 años, como por ejemplo: tareas o servicios susceptibles de afectar la moral o las buenas costumbres; trabajos peligrosos o insalubres; trabajos superiores a la jornada establecida, o superiores a la fuerza física, o que puedan impedir o retardar el desarrollo físico normal.</p> <p>-Decreto n° 4951, del 22 de marzo del 2005, que reguló la Ley n° 1657/2001 que reguló el Convenio 182 (OIT), que prohíbe las peores formas de trabajo infantil y establece los lineamientos de acción inmediata para su eliminación, aprobó la lista de</p>	<p>edad del que pretenda trabajar o se encuentre en situación de trabajo. El Listado de Trabajos Peligrosos elaborado por el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI) ya está listo y cuenta con resolución de INAU. Se espera su transformación en Decreto.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 5º</p> <p>Todo país miembro, después de consultar con las organizaciones de empleadores y de trabajadores, establecerá o designará mecanismos apropiados para monitorear la aplicación de las disposiciones que dan efecto al presente Convenio.</p>	<p>-CONAETI - Arg</p> <p>-Programa de Información, Estadística y Monitoreo en Materia de Trabajo Infantil (SIMPOC), a cargo de la Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales (Ministerio de Trabajo).</p> <p>-Registro Nacional de Información de Personas Menores Extraviadas, en el ámbito del Ministerio de Justicia, que centraliza, organiza y cruza las informaciones de todo el país.</p> <p>-El Registro Nacional funciona en el ámbito del Programa Nacional de Prevención de la Sustracción y Tráfico de Niños y de los Delitos contra su Identidad.</p>	<p>-Foro Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil, Consejo Nacional de los Derechos del Niño y del Adolescente (CONANDA) Comisión Especial de Trabajo Infantil Doméstico – CETID y CONAETI.</p> <p>-Proyecto Presidente Amigo del Niño, lanzado en el 2002, y Red de Monitoreo Amiga del Niño.</p> <p>-Mapa de Indicadores del Trabajo del Niño y Adolescente (Ministerio de Trabajo).</p> <p>- Frente Parlamentar pelos Derechos del Niño Federal y estaduais</p> <p>-Coordinación Nacional de TI del Ministerio Público del Trabajo</p> <p>- Comisiones Municipales PETI</p>	<p>26 actividades que "por su naturaleza o por la condición en que se realizan, ponen en grave riesgo la salud física, mental, social o moral de niños, niñas y adolescentes, interfiriendo con su escolaridad o exigiéndole combinar grandes jornadas de trabajo con su actividad educativa".</p> <p>-Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia</p> <p>-CONAETI - Py</p>	<p>-Ministerio de Trabajo y Seguridad Social a través de la Inspección General del Trabajo (IGTSS) e INAU.</p> <p>-Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI).</p> <p>-El art. 218 del Código de la Niñez y Adolescencia determina que el INAU deberá desarrollar el Sistema Nacional de Información sobre Niñez y Adolescencia, que deberá incluir datos sobre el niño o adolescente bajo su responsabilidad y de las instituciones que lo atienden.</p>
<p>Artículo 6º</p> <p>1. Todo país miembro elaborará y desarrollará programas de acción para eliminar, con prioridad, las peores formas de</p>	<p>-Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del</p>	<p>-Plan Nacional de Combate y Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>- Plan Nacional de Derechos Humanos</p>	<p>-Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia.</p> <p>-Plan Nacional de Acción</p>	<p>-Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en Uruguay (2003-2005).</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>trabajo infantil.</p> <p>2. Esos programas de acción deberán ser elaborados e implementados en consulta con las relevantes instituciones gubernamentales y organizaciones de empleadores y trabajadores, tomando en consideración, según el caso, opiniones de otros grupos interesados.</p>	<p>Trabajo Infantil Rural.</p> <p>-Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina.</p> <p>-Programa de Formación e Información Sistemática en materia de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Programa Luz de Infancia.</p>	<p>- Plan Nacional de la Educación</p> <p>- Plan Nacional de Combate de la Violencia Sexual Infanto-Juvenil.</p> <p>-Política Nacional de Salud Para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Nacional para el Combate de la Trata de Personas, aprobado por Decreto Presidencial n° 5948.</p>	<p>por la Niñez y Adolescencia (PNA).</p> <p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA.</p> <p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes.</p> <p>-Programa Nacional para la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles (Programa Abrazo).</p>	
<p>Artículo 7°</p> <p>1. Todo país miembro deberá adoptar todas las medidas necesarias para asegurar la efectiva aplicación y cumplimiento de las disposiciones que dan efecto a este Convenio, inclusive la elaboración y aplicación de sanciones penales o, según el caso, otras sanciones.</p> <p>2. Todo país miembro, considerando la importancia de la educación para la eliminación del trabajo infantil, deberá adoptar medidas efectivas y en un plazo determinado con el fin de:</p> <p>(a) impedir la ocupación de niños, y niñas en las peores formas de trabajo infantil;</p> <p>(b) proporcionar la necesaria y apropiada asistencia directa para retirar a los niños y niñas de las peores formas de trabajo</p>	<p>-En lo que se refiere a sanciones penales, estas ya se encuentran incluidas en la legislación interna, sin embargo, falta modernizar y actualizar otros temas, como, por ejemplo, la cuestión de la divulgación de pornografía infantil en la Internet.</p> <p>-Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de Niños, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, del cual Argentina participó con el Programa Luz de Infancia, en la Provincia de Misiones.</p> <p>-Aunque no se destinen específicamente al combate al trabajo infantil, existen importantes programas llevados a cabo por el Gobierno argen</p>	<p>-En términos de institución de sanciones penales, la legislación brasilera prácticamente abarca todas las conductas abordadas por el convenio.</p> <p>- Necesidad de un artículo en el Código Penal criminalizando la explotación del trabajo infantil.</p> <p>-Programa de Duración Determinada (PDD) Programa de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes en Argentina, Brasil y Paraguay, de OIT/IIPEC;</p> <p>Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI);</p> <p>Programa Beca Familia (PBF);</p> <p>Proyecto Agente Joven de Desarrollo Social y Humano y Programa Centinela.</p>	<p>-Necesidad de proceder a realizar algunas adecuaciones legislativas, así como la realización de campañas de difusión y concientización sobre la gravedad del problema y la adopción de políticas públicas.</p> <p>-Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de Niños, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, de OIT/IIPEC.</p> <p>-Red de Protección Social (Subprograma Familia y Subprograma Abrazo para la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles).</p> <p>-En términos de autoridad competente, el Consejo Nacional de la Niñez, coordinado</p>	<p>-Necesidad de introducir de forma clara y explícita en la legislación uruguaya que determinadas conductas son consideradas crímenes. En lo que se refiere a la sanción penal de la explotación infantil, la legislación nacional es escasa.</p> <p>-Programa del Cardal: Proyecto Pro-niño; Proyecto 300; Programa de Infancia y Familia (PIIAF) y Plan CAIF</p> <p>-Con relación a la autoridad responsable, el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI) viene cumpliendo este papel.</p> <p>- El informe del Gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 identifica como autoridades competentes al INAU y al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>infantil y asegurar su rehabilitación e integración social;</p> <p>(c) garantizar el acceso de todo niño y niña retirado de las peores formas de trabajo infantil a la educación fundamental gratuita y, en lo posible y conveniente, a la formación profesional;</p> <p>(d) identificar niños y niñas particularmente expuestos a riesgos y entrar en contacto directo con ellos; y</p> <p>(e) tomar en consideración la situación especial de las niñas.</p> <p>3. Todo país miembro designará la autoridad competente responsable de la aplicación de las disposiciones que dan efecto a este Convenio.</p>	<p>tino para el auxilio a niños en situación de vulnerabilidad: el programa Jefes y Jefes de Hogar Desempleados (PJJHD), el programa Ingresos para el Desarrollo Humano (o Familias por la Inclusión Social) y el Programa Nacional de Becas Estudiantiles.</p> <p>-En el área de responsabilidad social empresarial, se destaca el Programa Proñoño, de Movistar, administrado conjuntamente con el tercer sector y vinculado a CONAETI - Arg y OIT.</p> <p>-En lo que se refiere a la autoridad competente, CONAETI - Arg, que es presidida por MITEySS, está ocupando esta posición desde su creación.</p> <p>-El Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006) incorpora la perspectiva de género.</p>	<p>-Con relación a la designación de autoridad competente para dar cumplimiento a las disposiciones del convenio, la Disposición Ministerial n° 365/2002 del Ministerio de Trabajo y Empleo determina que CONAETI tiene, entre sus atribuciones, la de elaborar propuestas para la regulación de los Convenios 138 y 182 de la OIT; verificar su conformidad con otras normas legales vigentes, promover las adecuaciones legislativas necesarias; proponer mecanismos para el monitoreo de la aplicación del Convenio 182; acompañar la implementación de las medidas adoptadas para la aplicación de los dispositivos de los Convenios 138 y 182 en el país.</p> <p>-El Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004) incorpora la perspectiva de género.</p>	<p>por la Secretaría Nacional de la Niñez, creó una Comisión Técnica de Trabajo Infantil, que está al frente de este tema.</p> <p>-El Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes (2003-2008) incorpora la perspectiva de género.</p>	
<p>Artículo 8°</p> <p>Los países miembros tomarán las debidas medidas para colaborar mutuamente en la aplicación de las disposiciones de este Convenio por medio de mayor cooperación y/o asis</p>	<p>-Intercambio con Paraguay y Uruguay en términos de combate al trabajo infantil peligroso y a la inspección del trabajo.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial</p>	<p>-País donador de la OIT para Haití y Angola y Mozambique, en lo que se refiere a programas de combate a las peores formas de trabajo infantil.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y Declaración Presidencial</p>	<p>-Iniciativas de intercambio con Argentina en términos de combate al trabajo infantil peligroso y de inspección del trabajo</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial</p>	<p>-Iniciativas de intercambio con Argentina en términos de inspección de trabajo.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
tencia internacional, incluyendo el apoyo al desarrollo social y económico, a los programas de erradicación de la pobreza y a la educación universal. el caso, opiniones de otros grupos interesados.	<p>sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil. -Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile. -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile. (OIT, Documento de Trabajo, nº 169, 2003). -Campana Gráfica. -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo. -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC Nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil. -Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile. -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile. (OIT, Documento de Trabajo, nº 169, 2003). -Campana gráfica. -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo. -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil. -Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile. -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile. (OIT, Documento de Trabajo, nº 169, 2003). -Campana gráfica. -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo. -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>-Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile. -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile. (OIT, Documento de Trabajo, nº 169, 2003). -Campana gráfica. -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo. -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC nº 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur.

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes. -Grupo de Operadores de Derecho.</p>	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes. - Grupo de Operadores de Derecho.</p>	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes. -Grupo de Operadores de Derecho.</p>	

El Capítulo III presenta recomendaciones en el ámbito subregional, dirigidas directamente al Parlamento del Mercosur, de acuerdo con sus competencias, tal como están definidas en el artículo 4 del Protocolo Constitutivo. Ellas son:

Competencia del Parlamento de Mercosur	Recomendación
Elaborar y publicar anualmente un informe sobre la situación de los derechos humanos en los Estados Partes	<p>Se recomienda que el Parlamento otorgue prioridad en este documento anual a la situación del niño, niña y del adolescente en general, y a la situación del trabajo infantil y de las peores formas de trabajo infantil, en particular. En el informe, el capítulo sobre niños, niñas y adolescentes deberá dar especial enfoque al problema del niño migrante y de sus necesidades específicas en términos de atención y protección, así como al problema de la trata de niños, niñas y adolescentes, especialmente para explotación sexual comercial.</p> <p>Para la elaboración del informe anual sobre derechos humanos, el Parlamento del Mercosur deberá oír a los diversos sectores de los Gobiernos, sociedad civil y organismos internacionales que trabajen directamente con niños, niñas y adolescentes en situación de vulnerabilidad.</p>
Solicitar informaciones y opiniones a los órganos decisorios y consultivos del Mercosur	<p>Las Solicitudes de Información, a ser enviados a los órganos consultivos y decisivos de la estructura del Mercosur, además de instrumentos de interlocución y posible presión política, son importantes fuentes de datos para la reflexión y el debate parlamentario. Se recomienda que el Parlamento del Mercosur, en su rutina político-institucional, utilice este instrumento reglamentario para agilizar y profundizar los debates y discusiones sobre trabajo infantil y peores formas de trabajo infantil.</p> <p>De esta forma, y en la calidad de órgano consultivo del Consejo del Mercado Común fortalecerá sus lazos con el Grupo Mercado Común, la Comisión de Comercio del Mercosur y el Foro Consultivo Económico-Social (FCES).</p>
Realizar reuniones semestrales con el Foro Consultivo Económico-Social - FCES	<p>FCES, desde su creación, es un órgano fundamental para que la sociedad civil pueda expresarse sobre diversas materias que reflejen la preocupación y aspiraciones de los sectores que lo integran: representaciones de los empleadores, trabajadores y sectores diversos. Entre sus competencias está realizar investigaciones, estudios, seminarios o eventos de naturaleza similar sobre asuntos económicos y sociales de relevancia para el Mercosur; establecer relaciones y realizar consultas con instituciones nacionales o internacionales públicas y privadas y contribuir a una mayor participación de la sociedad en el proceso de integración regional.</p> <p>Se recomienda que el Parlamento coloque en pauta el tema del trabajo infantil y de las peores formas de trabajo infantil en las reuniones semestrales con el Foro Consultivo Económico-Social, presentando contribuciones al debate.</p> <p>Políticamente, la articulación del Parlamento con FCES, ambos órganos consultivos en la estructura del Mercosur, los transformará en aliados de peso en la lucha por los derechos de los niños y en el apoyo a la implementación del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.</p>
Organizar reuniones públicas sobre temas vinculados al desarrollo del proceso de integración, con entidades de la sociedad civil y del sector productivo	<p>Las reuniones públicas con entidades de la sociedad civil y del sector productivo son espacios fundamentales para la profundización del debate, discusiones de propuestas legislativas y compromisos públicos de los actores involucrados.</p> <p>Se recomienda que el Parlamento, inmediatamente después de la aprobación de su Reglamento Interno, promueva un ciclo de reuniones públicas para discutir estrategias de erradicación del trabajo infantil. De este ciclo de reuniones públicas deberán hacer parte reuniones específicas sobre migraciones y sobre trata de seres humanos, especialmente niños, niñas y adolescentes</p> <p>Se recomienda que, en concordancia con lo que prevé el Objetivo Específico 2 del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infan-</p>

Competencia del Parlamento de Mercosur	Recomendación
	<p>til en el Mercosur, el Parlamento del Mercosur promueva una gran reunión pública para discutir el tema de la incidencia de las migraciones entre los países del Mercosur en las causas del trabajo infantil y en las modalidades en que se presenta.</p>
<p>Elaborar criterios sobre todos los proyectos de normas del Mercosur que requieren aprobación legislativa.</p>	<p>Se recomienda que los criterios sobre proyectos de normas que traten directamente o afecten la situación de niños, niñas y adolescentes víctimas del trabajo infantil tomen en consideración las observaciones y recomendaciones presentadas en el Capítulo 2 de este informe.</p> <p>Se recomienda que para la elaboración de estos criterios sean realizadas reuniones públicas para permitir un debate lo más amplio posible con la sociedad civil y el sector productivo.</p> <p>Se recomienda que el Parlamento otorgue prioridad, en sus trabajos, a la propuesta de creación del Fondo Social Especial (FSE), destinado a dar atención especial a los sectores de la población en situación de pobreza extrema y exclusión, previsto en el documento presidencial "Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema" (2005).</p> <p>Se recomienda que el Parlamento esté atento a las actividades previstas en el Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, colocándose como socio.</p> <p>Se recomienda dar especial atención al Objetivo Específico 1 del Plan, que es armonizar la Declaración Sociolaboral con las normas internacionales asumidas por los Estados Partes, que garanticen los derechos del niño.</p> <p>Se recomienda que, siempre en concordancia con lo que prevé el Objetivo Específico 1 del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur (Res. GMC 36/06), el Parlamento del Mercosur participe activamente del debate sobre la revisión e incorporación a la Declaración Sociolaboral del Mercosur de las normas vinculadas al trabajo infantil surgidas posteriormente a su aprobación, tales como el Convenio 182, la Declaración de los Presidentes del Mercosur sobre la erradicación del trabajo infantil, entre otras.</p>
<p>Proponer proyectos de normas del Mercosur para su consideración por el Consejo del Mercado Común</p>	<p>Se recomienda que el Parlamento del Mercosur, a partir de la acumulación de discusiones realizadas en diferentes foros y organismos (Subgrupo de Trabajo n° 10, Comisión Sociolaboral, Foro Consultivo Económico-Social, Unidad Ejecutora del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur), proponga normas que refuercen el combate y la erradicación del trabajo infantil en el Mercosur.</p> <p>Se recomienda dar especial atención al Objetivo Específico 1 del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, que es armonizar la Declaración Sociolaboral con las normas internacionales asumidas por los Estados Partes, que garanticen los derechos del niño.</p>
<p>Elaborar estudios y anteproyectos de normas nacionales, orientados hacia la armonía de las legislaciones nacionales de los Estados Partes, que serán comunicados a los Parlamentos nacionales para su consideración</p>	<p>Se recomienda que el Parlamento del Mercosur cree en su estructura una "Comisión del Niño, Niña y del Adolescente", de carácter permanente, que tenga como competencia dar seguimiento en relación a los avances y faltas legislativas de los países en lo que se refiere a la Declaración Sociolaboral, a la Declaración de los Presidentes y a los compromisos internacionales. Corresponderá aún a la referida "Comisión del Niño y del Adolescente" realizar reuniones públicas sobre el tema y elaborar los estudios y proyectos previstos en el Artículo 4.14 del Protocolo Constitutivo.</p> <p>Se recomienda que dentro de esta comisión sea formada una subcomisión dedicada específicamente al tema del trabajo infantil y que su primera tarea sea hacer un levantamiento de las propuestas de proyecto de ley en tramitación en los parlamentos de los Estados Partes del Mercosur, para su posterior examen y decisión de estrategias políticas.</p> <p>Se recomienda que esta subcomisión tome en consideración las observaciones sobre faltas normativas y propuestas de cambios legislativos que forman parte del presente informe, dando especial énfasis a algunos temas recurrentes: listas actualizadas de los trabajos que, por su naturaleza o por</p>

Competencia del Parlamento de Mercosur	Recomendación
	<p>las circunstancias en que son realizados, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño: trabajo infantil doméstico; exigencia del registro de trabajadores adolescentes; utilización, búsqueda y oferta de niños para fines de prostitución, de producción de material pornográfico o espectáculos pornográficos; utilización, búsqueda y oferta de niños y niñas para actividades ilícitas, particularmente para la producción y trata de drogas conforme definidos en los tratados internacionales pertinentes; y tráfico de niños, niñas y adolescentes para fines de explotación sexual comercial.</p>
<p>Desarrollar acciones y trabajos conjuntos con los Parlamentos nacionales, con el objetivo de asegurar el cumplimiento de los objetivos del Mercosur, en particular los que están relacionados con la actividad legislativa</p>	<p>Se recomienda que el Parlamento del Mercosur desarrolle con los Parlamentos nacionales acciones y trabajos conjuntos sobre el trabajo infantil y su erradicación, enfatizando el combate a sus peores formas, notadamente la trata de niños, niñas y adolescentes para explotación sexual comercial. El levantamiento de materias legislativas, recomendado en el ítem anterior, deberá servir de base para este trabajo, en lo que se refiere a la actividad legislativa.</p> <p>Se recomienda la realización de estudios legislativos conjuntos sobre temas tales como la aplicación de la normativa en materia de trabajo infantil, reformas penales para los casos de explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes, trata de niños y adolescentes y pornografía infantil.</p> <p>Se recomienda la acción conjunta del Parlamento del Mercosur y de los Parlamentos nacionales en la realización de campañas en el ámbito regional y de grandes seminarios temáticos.</p> <p>Se recomienda la acción conjunta del Parlamento del Mercosur y de los Parlamentos nacionales en la aprobación de la propuesta de creación del Fondo Social Especial (FSE), destinado a dar atención especial a los sectores de la población en situación de pobreza extrema y exclusión, previsto en el documento presidencial "Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema" (2005).</p> <p>Se recomienda que el Parlamento del Mercosur y los Parlamentos nacionales trabajen juntos en la formación de legisladores en temas relacionados a los derechos de los niños, niñas y adolescentes en el marco de los instrumentos internacionales relativos al trabajo infantil.</p> <p>Se recomienda la reunión anual de las comisiones temáticas de cada Parlamento (incluyendo el del Mercosur) dedicadas al tema del niño, niña y adolescente y el mundo del trabajo, para seguimiento de proyectos, evaluación de las situaciones de país y evaluación del Plan Subregional.</p>

Será fundamental, pues, el protagonismo del Parlamento del Mercosur en el gran desafío propuesto por OIT en el 2006: lograr la abolición efectiva del trabajo infantil empeñándose en la eliminación de todas las peores formas de trabajo infantil para el 2016, con la concepción e implementación de medidas adecuadas de duración determinada hasta fines del 2008.

El Parlamento del Mercosur podrá cumplir, igualmente, el importantísimo rol de coordinar el urgente y necesario compromiso político en la región, con miras a que los Gobiernos, además de los planes de combate al trabajo infantil, adopten políticas públicas eficaces de reducción de la pobreza, de ampliación y prioridad de la educación de niños y adolescentes y de defensa de los derechos humanos.

Con este trabajo, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y el Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (IPEC) pretenden contribuir al éxito del proceso

de armonización legislativa en los países del Mercosur y del cumplimiento de la normativa internacional para garantizar la protección de los derechos del niño.

Hechas las recomendaciones y, después de ser presentadas ante la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur / Parlamento del Mercosur, deberán ser traducidas en perfeccionamientos legislativos fundamentales para la prevención y erradicación del trabajo infantil en el Cono Sur.

Introducción

Uno de los objetivos del Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (IPEC) de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) es analizar la legislación vigente en los países del Mercado Común del Sur (Mercosur)¹, identificando los vacíos existentes en el conjunto de convenios, recomendaciones, normas y tratados internacionales referentes al tema del trabajo infantil.

El presente estudio forma parte del componente legislativo del Plan Subregional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en los países del Mercosur, financiado por OIT/IPEC, que incluye como áreas fundamentales, además de la adaptación legislativa y normativa, la adecuación estadística, la creación y/o ampliación de los sistemas de inspección laboral, el fortalecimiento de los agentes sociales, la implementación de programas de acción directa y la creación de un observatorio de políticas nacionales.

Obsérvese que no están incluidas en este trabajo informaciones sobre Venezuela, que recientemente ingresó al bloque y sobre los países asociados al Mercosur, que son Bolivia, Ecuador, Colombia, Chile y Perú.

En el ámbito del Mercosur, existe igualmente el compromiso de adecuación de las legislaciones nacionales al contenido de los Convenios 138 y 182 de la OIT (cuyos principios y derechos están relacionados con los que se expresan en la Declaración de Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo de la OIT) y de la Convención Internacional de los Derechos del Niño de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El Convenio 138 sobre edad mínima de admisión al trabajo o empleo (1973) determina que los Estados Partes deberán desarrollar una política nacional de trabajo infantil que asegure su efectiva abolición y tiene el objetivo central de establecer grados mínimos de edad para la admisión al empleo y al trabajo como forma de prevenir y eliminar el trabajo infantil. Prevé que la edad mínima no podrá ser inferior a la edad de conclusión de la escolaridad obligatoria o, en cualquier caso, no inferior a 15 años, facultando a los países – cuya economía y condiciones de enseñanza no estén suficientemente desarrolladas – a optar por la edad mínima de 14 años.

La Convención sobre los Derechos del Niño (1989) reconoce, sin distinción de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política, origen nacional o social, posición económica y nacimiento, que todo niño tiene derecho a la supervivencia sana, desarrollo pleno y protección contra toda forma de discriminación, explotación y abuso. Determina, en su artículo 32, que los Estados Partes deben garantizar el derecho del niño de estar protegido contra la explotación económica y contra el desempeño de cualquier trabajo que pueda ser peligroso o interferir en su educación, o que sea nocivo para su salud y para su desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social. Define como niño a toda persona menor de 18 años.

La Declaración sobre los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo (1998) fue adoptada en la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT cincuenta años después de

la Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU. Son cuatro los principios que rigen los derechos fundamentales: libre asociación y reconocimiento del derecho de negociación colectiva; eliminación de todas las formas de trabajo forzado; efectiva abolición del trabajo infantil; y la eliminación de la discriminación con relación al empleo y a la ocupación.

El Convenio 182 sobre la prohibición de las peores formas de trabajo infantil (1999) tiene como objetivo la adopción, por los Estados ratificadores, de un conjunto de medidas, que incluye la elaboración e implementación de programas nacionales de acción, con miras a la eliminación de las peores formas de trabajo infantil, definidas como: trabajo forzado y prácticas análogas; prostitución y participación en la producción de pornografía; participación en actividades ilícitas, como tráfico de estupefacientes y otros tipos de trabajo susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad o la moral de los niños. Considera niño a toda persona menor de 18 años.

En julio de 2002, los países del Mercosur y Chile aprobaron una agenda de trabajo para desarrollo del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, con una duración de tres años a partir de su aprobación (2006-2009), entre cuyos objetivos se encuentra la armonización de la Declaración Sociolaboral del Mercosur con las normas internacionales asumidas por los Estados Parte, que garantizan los derechos de la niñez, así como generar los mecanismos de supervisión, control y seguimiento de dicha normativa.

Teniendo como paradigma tales normas y como fundamento la defensa de la protección de los derechos de niños, niñas y adolescentes y la prevención y erradicación del trabajo infantil, el presente estudio identifica la legislación nacional e internacional relacionada con el trabajo de niños y adolescentes vigente en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, señalando las contradicciones y vacíos existentes y haciendo las recomendaciones para su mejor reglamentación, adaptación y cumplimiento. Tales recomendaciones deberán ser apoyadas técnica y políticamente por la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur (CPC)ⁱⁱ, que será transformada, en diciembre del 2006, en el Parlamento del Mercosur.

Para la elaboración del trabajo, se partió del análisis comparativo de los siguientes documentos de la Organización Internacional del Trabajo:

1. Análisis y Recomendaciones para la Mejor Regulación y Cumplimiento de la Normativa Nacional e Internacional sobre el Trabajo de Niños, Niñas y Adolescentes en el Brasil. (Documento de Trabajo n° 171). [2003]
2. Análisis y Recomendaciones para la Mejor Regulación y Cumplimiento de la Normativa Nacional e Internacional sobre el Trabajo Infantil y Adolescente en Uruguay. (Documento de Trabajo n° 173). [2003]
3. Análisis y Recomendaciones para la Mejor Regulación y Cumplimiento de la Normativa Nacional e Internacional sobre Trabajo de Niños, Niñas y Adolescentes en Paraguay. (Documento de Trabajo n° 183) . [2004]
4. Análisis y Recomendaciones para la Mejor Regulación y Cumplimiento de la Normativa Nacional e Internacional sobre Trabajo de Niños, Niñas y Adolescentes en Argentina. (Documento de Trabajo n° 203). [2006]

Se trató también de identificar los cambios ocurridos en cada país después de la publicación de estos documentos, tanto en términos de adhesión a normativas internacionales, como con relación a legislaciones nacionales, programas de gobierno, datos de censo sobre trabajo infantil y acciones realizadas por entidades de la sociedad civil.

El Capítulo I caracteriza brevemente el trabajo infantil en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, presentando estadísticas generales y describiendo los principales sectores identificados.

El Capítulo II identifica los instrumentos internacionales vigentes en materia de trabajo infantil en el Mercosur, la posición de los Estados Partes con relación a estos y el perfil legislativo de cada país.

El Capítulo III ofrece recomendaciones para la adaptación de las legislaciones nacionales en términos de vacíos normativos y de requisitos mínimos comunes para enfrentar el tema del trabajo infantil.

Con este trabajo, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y el Programa Internacional para la Eliminación del Trabajo Infantil pretenden contribuir al proceso de armonización legislativa en los países del Mercosur y facilitar el cumplimiento de la normativa internacional para garantizar la protección de los derechos de niños, niñas y adolescentes.

Las recomendaciones hechas, una vez encaminadas a la Comisión Parlamentaria del Mercosur (CPC) – Parlamento del Mercosur, que tiene entre sus atribuciones realizar los estudios necesarios para lograr armonizar las legislaciones de los Estados Partes y someterlas a los Congresos Nacionales, deberán traducirse en mejoras legislativas fundamentales para la prevención y erradicación del trabajo infantil en los países del Cono Sur.

Capítulo I

El trabajo infantil en los países del Mercosur

A continuación serán presentados algunos datos sobre el trabajo infantil en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Se buscó reducir al máximo las informaciones, incluyendo apenas – y siempre que estuviesen disponibles – referencias a la magnitud por sexo y por grupo etario; dimensión del fenómeno en el área rural y urbana; referencias al trabajo doméstico; relación entre educación y trabajo infantil y dimensiones del trabajo familiar y del trabajo por cuenta propia.

Aunque los documentos que sirvieron de base a este trabajo hayan sido producidos en momentos diferentes, cubriendo áreas geográficas desiguales y con metodologías distintas, se buscó presentar, en la medida de lo posible, la misma cantidad y calidad de información.

En Argentina, la fuente actualizada es el documento “Trabajo Infantil en Argentina: avances en su medición”ⁱⁱⁱ, que presenta los resultados preliminares de la “Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes (EANNA)”, referente a los últimos cuatro meses del 2004, divulgado por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS) y por la Organización Internacional del Trabajo (OIT), el 12 de junio del 2005. En abril del 2006, estos mismos datos fueron publicados en el documento “Infancia y adolescencia: trabajo y otras actividades económicas. Primera encuesta: análisis de resultados en cuatro subregiones de Argentina”, editado por MTEySS, Instituto Nacional de Estadísticas y Censo (INDEC) y OIT.

En Brasil, la fuente es la Investigación Nacional por Muestras de Domicilio (PNAD)^{iv} del 2005, producida por el Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística (IBGE), referente al mes de septiembre del 2005.

En Paraguay, la Encuesta Permanente de Hogares 2004 (EPH)^v, ejecutada entre los meses de septiembre y diciembre de aquel año por la Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC).

En Uruguay, la fuente es el documento “El trabajo infantil y adolescente en Uruguay y su impacto sobre la educación”^{vi}, publicado por el Unicef en el 2003, que tiene como base de datos la “Encuesta Continua de Hogares” (ECH) del Instituto Nacional de Estadística (INE), realizada en el segundo semestre de 1999, en localidades con más de cinco mil habitantes.

En Argentina, los datos fueron recogidos en la región del Gran Buenos Aires (GBA), en la provincia de Mendoza y en dos subregiones del país integradas por tres provincias del noroeste (NOA): Jujuy, Salta y Tucumán, y dos del noreste (NEA): Formosa y Chaco. La

muestra para las cuatro subregiones fue de 14 mil domicilios. El conjunto de la población cubierta representa, aproximadamente, el 50% del restante del país.

Los resultados de la investigación demuestran que el trabajo infantil comprende el 6,5% de los niños y el 20% de los adolescentes. Su magnitud varía según el sexo, afectando principalmente a niños y adolescentes de sexo masculino. En contrapartida, las actividades domésticas intensas están más difundidas entre las mujeres, especialmente las adolescentes. Por su parte, el porcentaje de niños de 5 a 13 años que trabajan es mayor en las zonas rurales que en las urbanas y la diferencia resulta aún mayor en el caso de los adolescentes. En las zonas rurales el 35,5% de los adolescentes realiza alguna actividad laboral.

La mayor proporción de niños y adolescentes trabajadores corresponde a la provincia de Mendoza, mientras que las subregiones NEA y NOA se caracterizan por una elevada proporción de niños, niñas y adolescentes en actividades domésticas intensas. Cuatro actividades laborales concentran el 63% de los niños trabajadores y el 56% de los adolescentes. Entre ellas, se incluyen actividades de riesgo que se encuadran en las peores formas de trabajo infantil, como la de recolectores de papel y la venta en las calles en condiciones precarias.

La forma preponderante de trabajo es la ayuda a los padres y otros familiares. Sin embargo, cerca del 30% de los niños, niñas y adolescentes trabajan por cuenta propia, evidenciando una relación de trabajo particularmente desprotegida para los grupos de edades analizados. El 18,6% de los niños trabajan entre 10 y 36 horas semanales y el 15% de los jóvenes trabaja al menos, 36 horas semanales, lo que corresponde al tiempo completo de la jornada adulta. En el área rural, el 10% de los niños y más del 15% de las niñas realizan sus actividades de trabajo en el horario nocturno, casi el 30% de los niños desarrolla sus actividades en las calles y/o medios de transporte. El promedio de las remuneraciones de los niños y adolescentes es reducida: los niños reciben, mensualmente, el equivalente a 21 dólares y los adolescentes el equivalente a 97 dólares. Apenas el 10% de los jóvenes que ejercen actividades laborales recibe algún beneficio laboral.

El principal déficit educativo asociado a la condición laboral – la exclusión del sistema educacional – se manifiesta claramente entre los adolescentes, una vez que cerca del 26% de los que trabajan no frecuentan la escuela. Esta situación es particularmente significativa en las áreas rurales y en las subregiones del NEA y del NOA, que incluyen a las provincias más pobres de Argentina. Las razones del abandono del sistema educativo están vinculadas a factores de oferta (escasez de escuelas cercanas, falta de vacantes y otras). Esto se expresa en elevados porcentajes de ausencias, atrasos y repeticiones de año.

Los niños y adolescentes que trabajan comenzaron a hacerlo muy temprano (las niñas a los 9 años y medio, en promedio, y los adolescentes alrededor de 14 años). El inicio es todavía más precoz para los niños y niñas residentes en áreas rurales, que empiezan a trabajar un año antes que sus pares urbanos, en promedio.

En Brasil, 5,3 millones de niños, niñas y adolescentes trabajaban en el 2004, lo que representa el 11,8% de los niños y adolescentes de 5 a 17 años de edad; el 1,5% de los que

tenían de 5 a 9 años (cerca de 250 mil); el 10,1% de los que tenían de 10 a 14 años (1,7 millones) y el 31,1% en el grupo de 15 a 17 años de edad.

La divulgación de la PNAD 2005 demostró que el número de niños de 5 a 14 años de edad que trabajaban creció un 10,3% en relación al 2004. Del 2004 al 2005, el nivel de la ocupación (porcentaje de ocupados en el total de la población de 10 años de edad o más) pasó del 1,5% al 1,8% en el grupo de las edades de 5 a 9 años; del 10,1% al 10,8% en el de 10 a 14 años; y del 31,1% al 30,8% en el de 15 a 17 años.

El aumento del 10,3% del número de niños y niñas ocupados de 5 a 14 años de edad fue influenciado por el crecimiento en la categoría de los trabajadores en la producción para el propio consumo, típica de la actividad agrícola, y, en menor grado, en la categoría de los no remunerados, también concentrada en esa actividad. La concentración en actividades agrícolas de niños, niñas y adolescentes ocupados disminuía con el aumento de la edad, lo mismo ocurrió con los trabajos sin contrapartida de remuneración.

En el 2005, la actividad agrícola concentraba el 76,7% del grupo etario ocupado entre 5 y 9 años de edad, estando el 58,7% en el grupo etario de 10 a 14 años y el 32,9% en el de 15 a 17 años. Las categorías de los trabajadores sin contrapartida de remuneración (no remunerados, en la producción para consumo propio o en la construcción para el propio uso) agrupaban al 91,3% de los niños de 5 a 9 años de edad ocupados en el 2005; el 71,6% del grupo de 10 a 14 años de edad y el 33,0% de los niños y niñas de 15 a 17 años de edad.

En el 2005, el nivel de la ocupación masculina en el grupo de edad de 5 a 7 años permaneció en el 15,6% y el de la femenina, 8,6%. El indicador del contingente masculino se mantuvo más elevado que el del femenino en los tres grupos de edad: fue del 2,4% frente al 1,1% entre los niños de 5 a 9 años; del 14,3 % frente al 7,2% en el grupo de edades de 10 a 14 años; y del 39,0% frente al 22,6% entre los adolescentes de 15 a 17.

La participación de niños, niñas y adolescentes en la actividad económica presentó diferencias regionales importantes. La región Sudeste fue la que tuvo menor nivel de ocupación de los niños y adolescentes (8,6%), seguida de la región Centro-Oeste (10,5%). En el otro extremo, quedó el Nordeste (15,9%), seguido por la región Sur (14,0%). El porcentaje en la región Norte fue del 13,1%.

En los resultados del 2004 y 2005 con la misma cobertura geográfica abarcada por la PNAD hasta el 2003 (sin las áreas rurales de Rondonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará y Amapá), se verifica que el nivel de la ocupación del grupo de 5 a 17 años de edad presentó tendencia a declinar en 10 años. Del 2001 al 2005, la participación del grupo ocupado en la franja de edad de 5 a 9 años pasó del 1,8% al 1,6%; en la de 10 a 14 años, del 11,6% al 10,3%; y en la de 15 a 17 años, del 31,5% al 30,3%. En 1995, esos indicadores estaban, respectivamente, en un 3,2%, 18,7% y 44,0%.

En Paraguay, en el 2004, los menores de 18 años representaban cerca del 43% de la población total del país (2.462.000 personas).

Alrededor de 322.000 niños, niñas y adolescentes de 5 a 17 años (17,7% del total de personas de 5 a 17 años) trabajaban realizando actividades económicas, remuneradas (al menos 1 hora en una semana en cualquier empresa) o no remuneradas (al menos 15 horas en empresas explotadas por la familia).

La proporción es superior en áreas rurales, donde cerca de 23 de cada 100 personas de 5 a 17 años de edad realizan alguna actividad económica, en comparación con 13 de cada 100 en áreas urbanas.

El documento demuestra que el 37,7% de las personas de 5 a 17 años de edad realizan tareas en el propio hogar, lo que corresponde a aproximadamente 687.000 personas. La incidencia de este tipo de actividad es mayor en áreas rurales, donde 46 de cada 100 personas de este grupo colaboran con las actividades de casa, lo que en las áreas urbanas se reduce a cerca de 30 de cada 100.

En el grupo de edad de 10 a 14 años la tasa de ocupación es del 20,8% (28,6% de los hombres y el 12,8% de las mujeres). En el grupo etario de 15 a 19 años, el 52,8% estaban ocupados (67,8% de los hombres y 37,7% de las mujeres).

Un problema a ser enfrentado en Paraguay es la tradición de utilización de “criaditas”, niñas trabajadoras domésticas que viven en una familia que las recibe en condición de gran vulnerabilidad frente a todo tipo de abuso y violaciones de sus derechos.

Según la Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia (SNNA), existen en el país cerca de 40 mil “criaditas” de 6 a 12 años de edad, 12 mil apenas en Asunción.

Aproximadamente 69 de cada 100 niños y adolescentes que realizan alguna actividad económica asisten regularmente a una institución de enseñanza formal y existen diferencias en términos de área de residencia y grupos de edad. Los niveles de asistencia escolar son superiores en las áreas urbanas y en los grupos de edad menores.

En Uruguay, las informaciones sobre trabajo infantil comenzaron a ser recolectadas en la Encuesta Continua de Hogares (ECH/INE), en el segundo semestre de 1999^{vii}, en localidades con más de cinco mil habitantes. El trabajo realizado por Unicef concluyó que en Uruguay, en 1999, en las áreas urbanas, uno de cada cien niños y niñas entre 5 y 11 años de edad y uno de cada veinte entre 12 y 14 años estaba trabajando. De la misma forma, uno de cada cinco adolescentes entre 15 y 17 años trabajaba en dicho periodo.

Según el documento de la Unicef, en 1999, en las áreas urbanas, había aproximadamente 34.000 niños y adolescentes trabajadores, de los cuales 10.110 vivían en Montevideo; 6.900 en el área metropolitana y 17.000 en el resto del país. El 7,9% de esta población (2.700 niños) correspondía al grupo de edad de 5 a 11 años de edad. Los niños y niñas de 5 a 11 años trabajadores representaban cerca del 15% del total de la población de dicho grupo etario.

Por otro lado, la información recogida mediante la encuesta rural de la Oficina de Programación y Política Agropecuaria del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca^{viii} (ER – OPYPA – MGAP) permite indicar que en las áreas rurales, prácticamente una de

cada tres personas mayores de 13 y menores de 18 años de edad participaba en actividades laborales en el segundo semestre de 1999.

Combinando ambas fuentes de información (ECH – INE y ER – OPYPA – MGAP), se puede afirmar que en el segundo semestre de 1999, entre los niños y niñas adolescentes (de 5 a 17 años de edad) que trabajaban en las áreas urbanas y los adolescentes trabajadores (de 14 a 17 años) del medio rural, este fenómeno incluía a 47.900 personas en todo el país. A pesar de no existir información confiable y precisa sobre la dimensión del trabajo infantil (de 5 a 13 años de edad) en las áreas menores de 5.000 habitantes, es posible estimar que la incidencia porcentual que este fenómeno tiene en el medio rural no difiere significativamente de las zonas urbanas (el 1% para el grupo de edad de 5 a 11 años de edad y el 5% para los mayores de 11 y menores de 14 años).

Siendo así, a la cifra de 47.900 niños y adolescentes trabajadores a la que se había llegado deberían sumarse 1.800 niños del medio rural que probablemente participen de actividades laborales. En consecuencia, se puede estimar que a fines de 1999 aproximadamente 50.000 niños y adolescentes (entre 5 y 17 años de edad) trabajaban en todo el país (áreas urbanas y rurales).

El documento de Unicef indica que el volumen más significativo de adolescentes con dedicación exclusiva al estudio está en las localidades urbanas. También en el medio urbano se constata un crecimiento significativo de las tasas de ocupación entre una edad y otra: del 4,4% a los 14 años al 6,7% a los 15 años, y llega al 20,8% a los 17 años. En el medio rural, la tasa de ocupación ya parte de un nivel superior (20,4%) y llega al 43,7% a los 17 años.

La tasa de ocupación entre adolescentes provenientes de hogares más desfavorecidos es casi un 55% superior a la registrada entre los que provienen de familias de renta media y alta. En lo que se refiere a la relación entre educación y trabajo, de acuerdo con las características de Uruguay, sería prácticamente imposible articular inserción laboral y asistencia educativa. Las jornadas de trabajo de cinco a siete horas diarias en promedio, las elevadas tasas de deserción que se registran en la educación para la totalidad de la población y, particularmente, para los que trabajan, determinan que la asistencia a la escuela y la inserción en el mercado de trabajo constituyen dos condiciones que difícilmente se pueden combinar.

Aunque existan particularidades locales, como se observa, el trabajo infantil presenta algunas características comunes en los cuatro países del Mercosur. En todos ellos, la situación de pobreza acaba llevando a que millares de familias que no presentan niveles de vida e ingresos satisfactorios, recurran a las actividades económicas de los niños, niñas y adolescentes.

Otro estímulo al trabajo precoz en la región es la dificultad de acceso y permanencia en la escuela, entre cuyas causas está la casi total ausencia de metodologías y contenidos de enseñanza y de orientación profesional adaptados a la realidad de niños, niñas y adolescentes en situación de riesgo y vulnerabilidad social.

El informe “La eliminación del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance”, lanzado durante la 95ª Conferencia Internacional del Trabajo (Ginebra, 2006), afirma que el número de niños y niñas trabajadores disminuyó globalmente cerca del 11% durante los últimos cuatro años, mientras que el número de niños y niñas que realiza trabajos peligrosos disminuyó un 26%.^{ix}

Los progresos más importantes se están registrando en América Latina y el Caribe, donde el número de niños y niñas que trabajan disminuyó cerca de dos tercios en los últimos cuatro años. En la actualidad, según la misma fuente, apenas el 5% de los niños y niñas entre 5 y 14 años de la región trabaja.

Sin embargo, los datos sobre trabajo infantil en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay demuestran que se hacen necesarias nuevas inversiones para la eliminación total del problema. Es fundamental, en este sentido, que se firme un amplio compromiso político en la región, para que los Gobiernos, además de los planes de combate al trabajo infantil, adopten políticas públicas eficaces de reducción de la pobreza, de ampliación y prioridad de la educación de niños, niñas y adolescentes y de defensa de los derechos humanos. Estas consideraciones serán retomadas en la conclusión del trabajo.

Capítulo II

Análisis normativo

Este trabajo tiene el objetivo de realizar un conjunto de recomendaciones para adaptaciones legislativas a los países miembros del Mercosur, con miras a que los principios internacionales contenidos en los Convenios 138 y 182 de la OIT, así como en la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño sean insertados en los ordenamientos jurídicos de cada país.

Para eso, inicialmente se analiza la posición de cada país en relación a los principales instrumentos internacionales referidos al tema del trabajo infantil. En un segundo momento, se analiza la incorporación de estos compromisos internacionales a la normativa interna de los países.

2.1 Instrumentos internacionales

Los principales Instrumentos Internacionales en el área del trabajo infantil son los Convenios 138 y 182 de la OIT, así como la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño. Estas tres convenciones conforman un conjunto de derechos y garantías correlativas que van dirigidas a la protección integral del niño, niña y adolescente, como sujetos de derecho, debiendo ser comprendidos en forma conjunta y orgánica. De la misma forma, al implementar los dispositivos de cada una de ellas, los estados deben desarrollar acciones que tengan en cuenta las disposiciones contenidas en los demás tratados.

Además de estas tres convenciones, otro importante instrumento en la lucha contra el trabajo infantil es la Declaración sobre Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo (adoptada por la OIT en 1998), entre los cuales está la abolición efectiva del trabajo infantil.

En los cuatro países analizados, el derecho interno de los países determina la jerarquía de los tratados internacionales firmados por sus gobernantes. Así, el art. 75, inciso 22, de la Constitución Nacional de Argentina, determina que:

"Corresponde al Congreso aprobar o desechar tratados concluidos con las demás naciones y con las organizaciones internacionales y los concordatos con la Santa Sede. Los tratados y concordatos tienen jerarquía superior a las leyes.

La Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre; la Declaración Universal de Derechos Humanos; la Convención Americana sobre Derechos Humanos; el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y su Protocolo Facultativo; la Convención sobre la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio; la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial; la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer; la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes; la Convención sobre los Derechos del Niño; en las condiciones de su vigencia, tienen jerarquía constitucional, no derogan artículo alguno de la primera parte de esta Constitución y deben entenderse complementarios de los derechos y garantías por ella reconocidos. Sólo podrán ser denunciados, en su caso, por el Poder Ejecutivo nacional, previa aprobación de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara.

Los demás tratados y convenciones sobre derechos humanos, luego de ser aprobados por el Congreso, requerirán del voto de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara para gozar de la jerarquía constitucional”.

O sea, la legislación de Argentina otorga a los tratados internacionales jerarquía superior a la de las leyes. Las normas de los instrumentos internacionales sobre derechos humanos tienen jerarquía constitucional y deben ser entendidas como complementarias a los derechos y garantías reconocidas por la Constitución. Los otros tratados internacionales sobre derechos humanos, entre los cuales las Convenciones en examen, para ser aprobadas por el Congreso, requieren el voto de dos tercios de los miembros de cada Cámara para gozar de jerarquía constitucional.

En Brasil, con la “Reforma del Poder Judicial”, aprobada por medio de la Enmienda Constitucional nº 45, del 31 de diciembre del 2004, el párrafo 3º del art. 5º de la Constitución Federal determina que “los tratados y convenciones internacionales sobre derechos humanos que fuesen aprobados, en cada Casa del Congreso Nacional, en dos turnos, por tres quintos de los votos de los respectivos miembros, serán equivalentes a las enmiendas constitucionales”.

Los instrumentos de análisis fueron aprobados por el Congreso Nacional Brasileiro antes de la Reforma Constitucional. Había entonces el entendimiento, firmado por el Supremo Tribunal Federal, órgano máximo del Poder Judicial, por el cual los tratados y las Convenciones suscritas por Brasil tenían fuerza de ley ordinaria dentro del ordenamiento jurídico.

En el entendimiento de juristas de renombre en el país, como Lélío Bentes, Ministro del Tribunal Superior del Trabajo, no habría sentido en la existencia de dos categorías de tratados internacionales en vigencia en el país, una con carácter de enmienda constitucional y otra con carácter de ley ordinaria. Esta corriente jurídica no ve la necesidad de una nueva votación de los acuerdos y convenciones anteriores a la Reforma y defiende su tratamiento inmediato como enmienda constitucional.

En Paraguay, conforme los artículos 137 y 141 de la Constitución Nacional:

Artículo 137 - DE LA SUPREMACÍA DE LA CONSTITUCIÓN

La ley suprema de la República es la Constitución. Ésta, los tratados, convenios y acuerdos internacionales aprobados y ratificados, las leyes dictadas por el Congreso y otras disposiciones jurídicas de inferior jerarquía, sancionadas en consecuencia, integran el derecho positivo nacional en el orden de prelación enunciado.

Quienquiera que intente cambiar dicho orden, al margen de los procedimientos previstos en esta Constitución, incurrirá en los delitos que se tipificarán y penarán en la ley.

Esta Constitución no perderá su vigencia ni dejará de observarse por actos de fuerza o fuera derogada por cualquier otro medio distinto del que ella dispone.

Carecen de validez todas las disposiciones o actos de autoridad opuestos a lo establecido en esta Constitución.

Artículo 141 - DE LOS TRATADOS INTERNACIONALES

Los tratados internacionales validamente celebrados, aprobados por ley del Congreso, y cuyos instrumentos de ratificación fueran canjeados o depositados, forman parte del ordenamiento legal interno con la jerarquía que determina el Artículo 137.

O sea, en Paraguay, ratificación de un tratado o convención internacional se realiza por medio de ley nacional, teniendo predominancia sobre las disposiciones legales inferiores. Esto significa que las leyes y normas jurídicas de inferior jerarquía deben adecuar sus disposiciones a las normas internacionales ratificadas.

En Uruguay, la armonía del artículo 7º, inciso 85 y del artículo 168, inciso 20 de la Constitución de la República, teniendo como base el Considerando IV, del Decreto del 25 de junio de 1951 y el Decreto del 15 de febrero de 1952, referentes a la publicación y entrada en vigencia de los Tratados y Convenciones Internacionales, determina que la legislación nacional está condicionada por las normas internacionales vigentes. O sea, en Uruguay la ratificación de un tratado o convención internacional tiene fuerza de ley nacional. Uruguay es el país que más convenciones internacionales tiene ratificado, constituyendo una tradición nacional la adopción de acuerdos internacionales referentes a los principios fundamentales que regulan los derechos humanos en el ámbito internacional.

Artículo 168. - Al Presidente de la República, actuando con el Ministro o Ministros respectivos, o con el Consejo de Ministros, corresponde:

20) Concluir y suscribir tratados, necesitando para ratificarlos la aprobación del Poder Legislativo.

Artículo 85. - A la Asamblea General compete:

7º) Decretar la guerra y aprobar o reprobado por mayoría absoluta de votos del total de componentes de cada Cámara, los tratados de paz, alianza, comercio y las convenciones o contratos de cualquier naturaleza que celebre el Poder Ejecutivo con potencias extranjeras.

Argentina ratificó la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño por medio de la Ley nº 23.849; el Convenio 138 por medio de la Ley 24.650, del 11 de noviembre de 1996 y el Convenio 182 por medio de la Ley 25.255, del 5 de febrero del 2001.

Con relación al trabajo infantil y juvenil, los principales textos legales que tratan del asunto son la Constitución de la Nación Argentina^x, la Ley de Contrato de Trabajo (LCT) nº 20.744, reglamentada por el Decreto nº 390/1976, en especial los artículos 187 al 195 y la Ley 26.061, Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, del 28 de septiembre del 2005, cuyo artículo 25 trata del derecho al trabajo de adolescentes, además de las demás normas, como por ejemplo, el Código Penal (1912).

Brasil ratificó la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño por medio del Decreto nº 99.710, del 21 de noviembre de 1990; el Convenio 182 fue ratificado por medio del Decreto nº 4.134, del 15 de febrero del 2002 y el Convenio 182 por medio del Decreto nº 3.597, del 12 de septiembre del 2000.

Las relaciones laborales, en Brasil, sufrieron una fuerte regulación en la década del 40, incluso en relación a los derechos de los niños, niñas y adolescentes, tanto que la “Consolidación de las Leyes Laborales” (CLL), aprobada en 1943, especialmente en su Capítulo IV, Título III, presenta dispositivos específicos que buscan proteger y tutelar el trabajo del menor de 18 años.

En 1988, mediante la promulgación de una nueva Constitución Federal, se produjo el reconocimiento de los derechos de los niños, incluso el principio de la protección integral:

Artículo 227:

Es deber de la familia, de la sociedad y del Estado asegurar al niño y al adolescente, con absoluta prioridad, el derecho a la vida, a la salud, a la alimentación, a la educación, a la diversión, a la profesionalización, a la cultura, a la dignidad, al respeto, a la libertad y a la convivencia familiar y comunitaria, además de ponerlos a salvo de toda forma de negligencia, discriminación, explotación, violencia, crueldad y opresión.

Posteriormente, mediante la aprobación del Estatuto del Niño y del Adolescente (Ley nº 8.069/90), se lograron nuevos avances en términos de protección y garantías a los niños y adolescentes.

Esos tres textos legales: Constitución Federal de 1998, Consolidación de las Leyes Laborales (CLL) y el Estatuto del Niño y Adolescente (ENNA) forman los instrumentos legales básicos que dan normas y resguardan los derechos de los niños, niñas y adolescentes, lo que – evidentemente – no excluye otras normas también relevantes, como por ejemplo, el Código Penal (Ley nº 2848/1940).

En Paraguay, la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño fue ratificada por medio de la Ley nº 57 de 1990; el Convenio 138 fue ratificado por medio de la Ley nº 2332, del 27 de noviembre del 2003 y el Convenio 182 por medio de la Ley nº 1657, del 10 de enero del 2001.

Paraguay pasó por un gran proceso de reformas legislativas a partir de la década de 1990, lo que incluye la adopción de una nueva Constitución Nacional en 1992, la promulgación de un nuevo Código del Trabajo en 1993, posteriormente modificado por la Ley nº 496 de 1995, así como, la aprobación de una nueva Ley General de Educación (Ley nº 1.264) en 1998 y la promulgación de un nuevo Código de la Niñez y de la Adolescencia (Ley nº 1.680) en el 2001.

En Uruguay, la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño fue ratificado por medio de la Ley nº 16.137, del 28 de septiembre de 1990; el Convenio 138 fue ratificado por medio del Decreto Ley nº 14.567, del 30 de noviembre de 1976; y el Convenio 182 por medio de la Ley nº 17.298, del 15 de marzo del 2001.

Las normas que tratan de la materia, ahora en análisis, se encuentran dispersas en diversos niveles jerárquicos del ordenamiento jurídico, caracterizándose todavía por la fragmentación. Se destacan la Constitución Nacional y el Código de la Niñez y la Adolescencia (Ley nº 17.823, del 7 de septiembre del 2004).

La Constitución Nacional prevé que la niñez y juventud serán protegidas contra la explotación y abuso, incluso contra el abandono corporal, intelectual o moral de sus padres y tutores. Se prevé también que el trabajo de los menores de 18 años será especialmente reglamentado y limitado.

El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 3º, determina que todo niño y adolescente tiene derecho a medidas especiales de protección que su condición de sujeto en desarrollo exige por parte de su familia, de la sociedad y del Estado. El art. 163

determina que en el caso de niños o adolescentes que trabajen, el Estado queda obligado a protegerlos contra toda forma de explotación económica.

En el ámbito del Mercosur, del cual los cuatro países son Estados Partes, se tiene la Declaración Sociolaboral del Mercosur^{xi}, firmada por los presidentes de los cuatro países en diciembre de 1998, la Declaración de los Ministros de Trabajo del Mercosur sobre Trabajo Infantil (2000)^{xii}, la Declaración Presidencial de los Países del Mercosur sobre Erradicación del Trabajo Infantil (2002)^{xiii} y otras declaraciones sobre el tema, producidas por organizaciones de trabajadores y de empleadores de la región.

El compromiso del Mercosur con el pacto global de erradicación del trabajo infantil se concreta además en los acuerdos del Subgrupo de trabajo 10^{xiv}, en la actuación de la Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC)^{xv}, en la Comisión Sociolaboral y en las Declaraciones Presidenciales^{xvi}.

Vale destacar, el Primer Encuentro de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile, realizado en mayo del 2003, y su declaración final en la cual los firmantes entre otras cosas, se comprometieron a promover la cooperación entre comisiones nacionales para llevar adelante planes y programas de acción tendientes a erradicar al trabajo infantil y articular acciones con los órganos sociolaborales del Mercosur, especialmente el Subgrupo 10 y la Comisión Sociolaboral.

2.2 Perfil legislativo nacional

A partir de los estudios legislativos nacionales disponibles y de información complementaria, se elaboró un perfil nacional de la situación de la normativa en materia de trabajo infantil y adolescente. Forma parte del análisis, la elaboración de un cuadro comparativo que registra la situación en la subregión.

El objetivo de este capítulo es verificar en que medida la legislación de cada país del Mercosur fue adaptada a los acuerdos internacionales bajo análisis y conocer la inserción de las referidas convenciones en cada ordenamiento jurídico, señalando eventuales vacíos.

El capítulo está organizado a partir de los instrumentos internacionales objeto del análisis y de sus artículos, a los que se han incorporado observaciones sobre los cuatro países y revisión de los estudios legislativos de la OIT, consulta a otras fuentes y revisión de los informes de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenciones y Recomendaciones (CEACR) de la OIT.

Además del compromiso de armonizar la legislación interna y la disposición de los Convenios 138 y 182 y de adoptar medidas políticas, económicas y sociales para asegurar su efectiva aplicación, los Estados se obligan a elaborar y comunicar memorias un año después de la entrada en vigencia de los Convenios.^{xviii} Estas memorias deben incluir cambios normativos, implementación de políticas y planes nacionales, sistema de registro e inspección, estadísticas, entre otros.

De acuerdo con el documento “Aplicación de las normas internacionales del trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones”, Argentina, Brasil y Uruguay enviaron las memorias solicitadas referentes a los Convenios 138 y 182. Más recientemente, Paraguay envió la memoria referente al Convenio 182.

Convenio 138 (Sobre la edad mínima de admisión al empleo)

Artículo 1

Todo Miembro para el cual esté en vigor el presente Convenio se compromete a seguir una política nacional que asegure la abolición efectiva del trabajo de los niños y eleve progresivamente la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo a un nivel que haga posible el más completo desarrollo físico y mental de los menores.

En Argentina, fue creada por el Decreto Presidencial n° 719/2000 la Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CONAETI-Arg), que tiene como atribución la coordinación, evaluación y seguimiento de esfuerzos a favor de la prevención y erradicación del trabajo infantil, así como la implementación de un Plan Nacional. La CONAETI-Arg, a partir de la Resolución del MTEySS n° 141, del 15 de agosto del 2003, pasó a integrar la Secretaría del Trabajo. La CONAETI- Arg tiene un Reglamento Interno que fue aprobado por todos sus Miembros pero todavía no está formalizada por ningún acto administrativo – Resolución, Decreto o Ley. El Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil ^{xix}, elaborado por la CONAETI-Arg y por el MTEySS, fue aprobado en el 2006.

La CONAETI-Arg está integrada por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social; Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto; Ministerio de Desarrollo Social; Ministerio de Economía; Ministerio de la Producción; Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología; Ministerio del Interior; Ministerio de Justicia y Derechos Humanos; Ministerio de Salud; Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios; Unión Industrial Argentina (UIA); Confederación General del Trabajo (CGT) y Conferencia Episcopal Argentina (Secretariado Nacional). Participaron en calidad de asesores el Unicef y OIT- IPEC.

A partir de la creación de la CONAETI-Arg, el Ministerio de Trabajo firmó el Convenio Marco 187/02, en el cual los signatarios se proponen a coordinar acciones para crear Comisiones Provinciales de Trabajo Infantil (COPRETIs). En diciembre del 2005, las comisiones provinciales ya estaban creadas y funcionando en 17 provincias argentinas. El Ministerio de Trabajo también forma parte del Programa Nacional de Acción en Materia de Trabajo Infantil (anexo IV del Pacto Federal del Trabajo, Ley n° 25.212), conjuntamente con OIT y Unicef.

El Programa Encuesta y Observación del Trabajo Infantil integra el Programa de Información, Estadística y Monitoreo en Materia de Trabajo Infantil de la OIT, resultado de un convenio entre el Ministerio de Trabajo e INDEC con OIT/IPEC. El programa está formado por dos bloques: Encuesta de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes (EANA) y Observatorio del Trabajo Infantil y Adolescentes.

En el ámbito de la Secretaría de Trabajo fue implementado, con el financiamiento de OIT-IPEC, el Programa “Luz de Infancia” para la Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial Infantil, con una experiencia piloto en la Provincia de Misiones.

En Brasil, en función de lo que determina el art. 88 del Estatuto del Niño y del Adolescente, fue creado en 1991 el Consejo Nacional del Derecho del Niño y del Adolescente (CONANDA). Entre las atribuciones del CONANDA se destaca la implementación de una Política de Atención Integral para la Niñez y Adolescencia. A partir de ahí fueron instalados veintisiete consejos estaduais (uno en cada estado brasileiro) y cerca de cuatro mil consejos municipales dedicados a la defensa del niño y el adolescente. El mismo artículo 88 determinó la manutención de fondos nacionales, estaduais y municipales vinculados a los respectivos consejos de los derechos del niño y del adolescente.

En 1996 fue creado el Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI)^{xx}, que consiste en el pago de un subsidio para el niño que frecuente la escuela, junto a la oferta de actividades complementarias, lúdicas, culturales, deportivas y de refuerzo escolar (en Jornada Ampliada de hasta 4 horas por día), que potencian el desarrollo de habilidades y de la autoestima del niño, asegurándole mayor oportunidad de éxito escolar. También involucra actividades socioeducativas e inserción productiva para el país.

En el Ministerio de Trabajo funciona desde el 2002 la Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil (CONAETI-Br) que elaboró el Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004)^{xxi} y tiene entre sus atribuciones verificar la adaptación de las Convenciones 38 y 182 y respectivo monitoreo de sus aplicaciones.

La CONAETI-Br está integrada por el Ministerio de Trabajo y Empleo (coordinador); Ministerio de Agricultura, Pecuaria y Abastecimiento; Ministerio de Cultura; Ministerio de Desarrollo Agrario; Ministerio de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior; Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre; Ministerio de Educación; Ministerio del Deporte; Ministerio de Justicia; Ministerio de Planeamiento, Presupuesto y Gestión; Ministerio de la Providencia Social; Ministerio de Salud; Ministerio de Turismo; Secretaría Especial de Derechos Humanos; Secretaría Especial de Políticas para las Mujeres; Secretaría Especial de Políticas de Promoción de la Igualdad Racial; Secretaría Nacional Antidrogas; Ministerio Público del Trabajo; Central Única de los Trabajadores; Confederación General de los Trabajadores; Confederación Nacional de los Trabajadores en la Agricultura; Fuerza Sindical; Social Democracia Sindical; Confederación de la Agricultura y Pecuaria de Brasil; Confederación Nacional del Comercio; Confederación Nacional de la Industria; Confederación Nacional de las Instituciones Financieras; Confederación Nacional del Transporte; Consejo Nacional de los Derechos del Niño y el Adolescente; Foro Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil; Organización Internacional del Trabajo y Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia.

En el ámbito del Ministerio de Trabajo y Empleo existe el Grupo de Represión al Trabajo Forzado (GERTRAF), creado con el objetivo de combatir el trabajo forzado. En los casos de trabajo de niños o de adolescentes encontrados en situación análoga a la de esclavos, a multa es aplicada en doble, sin perjuicio de la respectiva sanción penal.

Otra iniciativa fue el lanzamiento, en junio del 2006, de una revista de historietas llamada "Turma da Mônica" (Los amigos de Mónica) cuyo objetivo es contribuir a la reducción de la explotación de la mano de obra infantil. La publicación será distribuida a estudiantes de la red pública de enseñanza de todo el país por los Foros Estaduales de Prevención y

Erradicación del Trabajo Infantil. La historieta alerta sobre el trabajo infantil en actividades domésticas, en las calles, en los basurales y en el área rural con perspectiva de género y teniendo en cuenta el aspecto étnico. El objetivo de la publicación es aprovechar la popularidad de los personajes de Mauricio de Souza, entre los niños y niñas, para enfatizar la importancia de una niñez saludable y libre de la explotación económica.

La Subsecretaría de Promoción de los Derechos del Niño y el Adolescente de la Secretaría de Estado de Derechos Humanos, junto con la Presidencia de la República, tienen el Sistema Nacional de Informaciones para la Niñez y la Adolescencia (SIPIA), que recibe las denuncias de violencia (incluyendo trabajo infantil y explotación sexual comercial) contra niños, niñas y adolescentes registrados en los Consejos Tutelares^{xxii} de todo el país.

El Ministerio de Salud y la Organización Internacional del Trabajo (OIT) lanzaron en el 2006 la publicación “Módulos de Aprendizaje sobre la Salud y Seguridad en el Trabajo Infantil y Juvenil”, una cartilla sobre salud y seguridad en el trabajo juvenil que trae temas como la contaminación por agro-tóxicos, trabajos peligrosos e insalubres y actividades domésticas. La cartilla orienta en el diagnóstico de casos de explotación de trabajo infantil y prepara a los profesionales para actuar frente al problema.

Los avances verificados en la reducción del trabajo infantil en Brasil resultan de un esfuerzo de articulación estimulado por el Foro Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil y sus Foros Estadales, juntando actores del Gobierno y la sociedad civil, y articulando acciones de fiscalización por órganos de cumplimiento de la ley, como el Ministerio de Trabajo y el Ministerio Público del Trabajo, con programas de inclusión social y educacional.

En Paraguay, el Decreto n° 18.835, del 7 de octubre del 2002, creó la Comisión Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente – CONAETI-Py, instituida en la esfera del Ministerio de Justicia y Trabajo, cuya primera acción fue la elaboración de un Plan Estratégico de Acción dando prioridad a la elaboración de un plan nacional, la ratificación del Convenio 138 y la implementación del Convenio 182, comenzando por la elaboración del listado de trabajos peligrosos.

La CONAETI-Py está integrada por el Ministerio de Justicia y Trabajo; Ministerio de Educación y Culto; Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social; Secretaría de la Niñez y la Adolescencia; Secretaría de Acción Social; Secretaría de la Mujer; Coordinadora para la Erradicación del Trabajo Infantil- COETI; Federación de la Producción, la Industria y el Comercio- Feprinco; Asociación Rural del Paraguay; Central General de Trabajadores- CGT.; Central Unitaria de Trabajadores- CUT.; Confederación Paraguaya de Trabajadores- CPT.; Central Nacional de Trabajadores- CNT.; Confederación de Funcionarios y Empleados del Estado- CONFEE; Central Sindical de Trabajadores del Estado Paraguayo - CESITEP y OIT – IPEC y Unicef en la calidad de asesores.

Por los Decretos del Poder Ejecutivo 4269 del 06/12/04 y 2645 del 08/06/04, fueron aprobados el Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA y el Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil^{xxiii} y Protección del Trabajo de los Adolescentes^{xxiv}, partes del Plan Nacional de Acción por la Niñez y Adolescencia (PNA) coordinado por la Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia (SNNA).

Además de la SNNA, con status de ministerio e importantes avances en esa área la creación del Consejo Nacional de la Niñez y Adolescencia, de los Consejos Departamentales y Municipales y de las Consejerías Municipales por los Derechos del Niño, Niña y Adolescente (CODENI).

En Uruguay, el Órgano Nacional con Competencia Específica en Materia de Niñez es el Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay (INAU), antiguo Instituto Nacional del Menor (INAME). Al INAU le compete el control de las condiciones de trabajo de los menores de edad, sin perjuicio de las competencias del Poder Ejecutivo. El INAU tiene la misión de implementar y ejecutar políticas de prevención, protección, regularización, fiscalización, educación y capacitación de niños, niñas y adolescentes que ingresan de forma prematura al mercado de trabajo (por medio de la División de Inspección, Formación e Inserción Laboral del Adolescente).

En su memoria, el gobierno uruguayo registra que el INAU, por medio de la resolución del 10 de marzo del 2003, decidió no autorizar la tarea de recolección de cítricos a menores de 18 años. Registra también la resolución del 19 de diciembre del 2002, por la cual toda excepción vinculada a la edad de admisión a un empleo, extensión de jornada de trabajo, descansos especiales al trabajo nocturno será decidida en coordinación con el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI).

El Ministerio de Trabajo y Seguridad Social tiene en su estructura institucional la Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social (IGTSS). En diciembre del 2000, por Decreto del Poder Ejecutivo 367, fue creado el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI), vinculado al Ministerio.

El CETI elaboró su Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en Uruguay^{xv}, que comprende diferentes líneas de acción: Programa de Protección Legal y Judicial, Programa de Sensibilización Pública, Programa de Educación y Programa de Alternativas Económico-Productivas.

La composición del CETI es la siguiente: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (presidencia); Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay (secretaría técnica); Ministerio de Salud Pública; Ministerio del Interior; Ministerio de Educación y Cultura; Administración Nacional de Educación Pública; Plenario Intersindical de Trabajadores – Central Nacional de Trabajadores (PIT-CNT); Acción Sindical Uruguay (ASU); Cámara Nacional de Comercio; Cámara de Industrias del Uruguay; Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales (ANONG) y Red de Infancia de Niñez y Adolescencia de los Sectores Populares. En la calidad de asesores, participan representantes de UNICEF y del Instituto Interamericano del Niño (IIN). El CETI coordina comités departamentales de erradicación de trabajo infantil existentes en Maldonado, Rivera y Salto y está promoviendo la creación de nuevos comités en Durazno, San José y Montevideo.

El Código de la Niñez y la Adolescencia creó el Consejo Nacional Consultivo Honorario de los Derechos del Niño y Adolescente. Compete al Consejo, entre otras funciones, promover la coordinación y la integración de las políticas sectoriales de atención a la niñez y adolescencia y opinar, cuando sea solicitado, sobre leyes y otras normas y programas que tengan relación con la niñez y la adolescencia.

En el 2003 comenzó a funcionar el Programa Integral de Infancia, Adolescencia y Familia en Riesgo (INFAMILIA), financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo-BID y coordinado por la Secretaría de la Presidencia de la República, teniendo como co-ejecutores al INAU, la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP/CEP), el Ministerio de Salud Pública (MSP), el Ministerio de Deporte y Juventud (MDJ/INJU), y organizaciones de la sociedad civil (vía licitación).

Artículo 2

1. Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá especificar, en una declaración anexa a su ratificación, la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo en su territorio y en los medios de transporte matriculados en su territorio; a reserva de lo dispuesto en los artículos 4 a 8 del presente Convenio, ninguna persona menor de esa edad deberá ser admitida al empleo o trabajar en ocupación alguna.
2. Todo Miembro que haya ratificado el presente Convenio podrá notificar posteriormente al Director General de la Oficina Internacional del Trabajo, mediante otra declaración, que establece una edad mínima más elevada que la que fijó inicialmente.
3. La edad mínima fijada en cumplimiento de lo dispuesto en el párrafo 1 del presente artículo no deberá ser inferior a la edad en que cesa la obligación escolar, o en todo caso, a quince años.
4. No obstante las disposiciones del párrafo 3 de este artículo, el Miembro cuya economía y medios de educación estén insuficientemente desarrollados podrá, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, si tales organizaciones existen, especificar inicialmente una edad mínima de catorce años.
5. Cada Miembro que haya especificado una edad mínima de catorce años con arreglo a las disposiciones del párrafo precedente deberá declarar en las memorias que presente sobre la aplicación de este Convenio, en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo:
 - a) que aún subsisten las razones para tal especificación, o
 - b) que renuncia al derecho de seguir acogiéndose al párrafo 1 anterior a partir de una fecha determinada.

En Argentina, la Ley de Contrato de Trabajo n° 20.744 (LCT), en su artículo 189, prohíbe la ocupación de menores de 14 años en cualquier tipo de actividad, con o sin objetivo de lucro, con dos posibilidades de excepción: 1) el menor de 14 años que trabaja en una empresa que solo tenga miembros de familia, que esté debidamente autorizado, y la ocupación no sea nociva, perjudicial o peligrosa; 2) la situación en que el menor de 14 años debe necesariamente trabajar a fin de garantizar su subsistencia, estando debidamente autorizado y que la ocupación le permita obtener lo mínimo de instrucción escolar exigida.

La Ley Federal de Educación n° 24.195, en su artículo 10, determina que la Educación General Básica, obligatoria, deberá tener nueve años de duración, a partir de los seis años de edad. La Comisión de Expertos, en una solicitud directa individual hecha a Argentina en el año 2004, observó que, en virtud del art. 189, & 3, de la LCT, el ministerio podría conceder un permiso de trabajo a un menor de edad antes de finalizar la escolaridad obligatoria, cuando el trabajo es considerado indispensable para su supervivencia o la de su familia. Sin embargo, no se prevé ninguna edad mínima cuando se concede un permiso a un menor de edad que haya terminado su escolaridad obligatoria.

El gobierno argentino, en su memoria, respondió que si el ministerio autoriza el trabajo de un menor de edad que no haya terminado su escolaridad obligatoria, la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo prevista por la LCT, o sea, 14 años, se aplica. La Comisión registró con interés la indicación del Gobierno argentino, según la cual la ley federal de educación establece que la educación obligatoria se realiza entre los 5 y 15 años (art. 10 de la Ley).

El art. 107 de la Ley n° 22.428, que trata del Régimen Nacional del Trabajo Agrario autoriza a menores de 14 años a trabajar en empresas familiares desde que su trabajo no les impida asistir regularmente a la escuela.

El documento “Aplicación de las Normas Internacionales del Trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones”, llama la atención para las excepciones previstas en los artículos 32 y 187 de la LCT y hace referencia al cuestionamiento enviado al Gobierno argentino en función de la legislación nacional que regula la admisión a empleo o trabajo de niños, no aplicarse a relaciones de empleo que no derivan de contrato, como el trabajo realizado por jóvenes por cuenta propia.

En su memoria relativa al Convenio 138, el gobierno argentino, según la misma fuente, “guarda silencio en lo que respecta a los niños que desempeñan una actividad económica por cuenta propia. Indica asimismo que las actividades realizadas por menores en la vía pública fuera de un contexto normativo, no son actividades desempeñadas por cuenta propia, sino una estrategia de supervivencia” (OIT, 2005:214).

Ante estas informaciones, la Comisión de Expertos recuerda al gobierno que el Convenio se aplica a todos los sectores de actividad económica y que comprende todas las formas de empleo y trabajo, exista o no una relación de empleo contractual y sea o no remunerado el trabajo. Además, la comisión solicita nuevamente al gobierno que comunique informaciones sobre las medidas adoptadas o previstas para que se garantice la protección prevista en la Convención a Niños y adolescentes que trabajan por cuenta propia.

El documento “Aplicación de las normas internacionales del trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones” solicita al Gobierno que envíe informaciones sobre el proyecto de ley a ser enviado al Congreso Argentino, alterando el art. 189 de la LCT, elevando la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo de 14 para 15 años^{xxvi}.

La Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes garantiza, en el artículo 25, que los Organismos del estado deben garantizar el derecho de los adolescentes a la educación y reconocer su derecho a trabajar con las restricciones que imponen la legislación vigente y los convenios internacionales sobre la erradicación del trabajo infantil, debiendo ejercer la inspección del trabajo contra la explotación laboral de los niños, niñas y adolescentes.

Este derecho podrá limitarse solamente cuando la actividad laboral ocasione riesgo, peligro para el desarrollo, la salud física, mental y emocional de los adolescentes. Los organismos del estado, la sociedad y, en particular, las organizaciones sindicales, coordinarán sus esfuerzos para erradicar el trabajo infantil y limitar toda forma de trabajo legalmente autorizada cuando impidan o afecten su proceso evolutivo.

En Brasil, la Enmienda Constitucional n° 20, del 15 de diciembre de 1998, prohíbe el trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años.

En función de lo expuesto, el artículo 403 de la CLL fue alterado por la Ley n° 10.097, del 19 de diciembre del 2000, que eleva la edad mínima a los 16 años. El artículo 2° del Decreto n°

4.134, del 15 de febrero del 2002, que promulga el Convenio 138, prevé que la edad mínima para la admisión de empleo o trabajo en Brasil es de 16 años.

La Comisión de Expertos, en una solicitud directa individual hecha a Brasil en el año 2005, observó que el artículo 402 de la CLL dispone que los niños y niñas menores de la edad mínima especificada para la admisión al empleo o trabajo, que es de 16 años, pueden trabajar en talleres en los que sólo trabajen miembros de su familia y que estén bajo dirección del padre, de la madre o de la persona que tiene su custodia, excepto los trabajos nocturnos (art. 404) y trabajos peligrosos (art. 405). La Comisión recuerda que, en virtud del art. 2, inciso 1º, del Convenio 138, sobre la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo debe aplicarse al empleo o al trabajo en cualquier ocupación, a reserva de lo dispuesto en los art. 4 y 8 del Convenio.

La Comisión de Expertos entiende que, en virtud del inciso II del art. 405 de la CLL, los niños a partir de los 14 años podrían ser admitidos en un empleo o trabajo en las calles, plazas y locales públicos, siendo autorizados por el Juzgado de la Infancia y la Adolescencia. La Comisión pide al Gobierno que indique las medidas adoptadas para garantizar que ningún menor de 16 años sea admitido en un empleo en las calles, plazas o locales públicos.

Con relación a la finalización de la escolaridad obligatoria, que en Brasil es de 14 años, la Comisión opina que el tiempo entre la edad de finalización de la escolaridad obligatoria y la edad mínima de admisión de empleo, de 16 años, podría conducir a dificultades prácticas a los niños y niñas que no continúan en la educación secundaria superior o que no trabajan como aprendices a partir de los 14 años.

Actualmente, se tramitan en el Parlamento brasilero proyectos de ley que buscan tipificar como crimen la relación de empleo o trabajo con menores de 14 años. El estudio legislativo de Brasil también se preocupa con el art. 248 del Estatuto del Niño y del Adolescente (ENA), que en la práctica está avalando el desplazamiento de niños para el trabajo infantil doméstico.

En Paraguay, la Ley nº 2332/2003, que “ratifica el Convenio 138 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre la edad mínima para el trabajo”, fija en 14 años la edad mínima de admisión al empleo.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay registra que, hasta entonces, valía el dispositivo del Código del Trabajo que establece la edad mínima de 12 años para acceder a un contrato de trabajo. Tal criterio tiene origen en la década del 60, cuando el ciclo primario de enseñanza básica se completaba a los 12 años. La misma norma distingue entre trabajos en empresas industriales (15 años completos) y no industriales (14 años), actividades agrícolas (mayores de 14 años), en condiciones insalubres o peligrosas (18 años).

Con la nueva Ley General de Educación de 1998, el ciclo básico de enseñanza se completa con por lo menos 14 años.

El Código de Trabajo, según afirma el referido estudio legislativo, concuerda con lo estipulado en el Convenio 138, al establecer expresamente que los menores entre 13 y 15

años tengan horarios especiales de trabajo que no afecten su asistencia a una institución de enseñanza.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay recomienda que el Código Penal y el Código de la Niñez y Adolescencia sean modificados, de modo que se incorpore la edad mínima de 14 años. También sugiere la revocación del artículo 204 del Código del Trabajo, que permite que menores de 14 años a 18 años realicen horas extras de trabajo.

La Ley n° 2169/2003 establece la mayoría de edad a los 18 años, revocando el concepto de “adulto menor” (15 a 17 años) anteriormente vigente.

En Uruguay, el Código de la Niñez y Adolescencia, en su artículo 162, establece la edad mínima para que los adolescentes trabajen en empleos públicos y privados a los 15 años de edad, en todos los sectores de actividad económica, salvo excepciones. Entre estas están las autorizaciones concedidas por el INAU .

En la memoria enviada en mayo del 2003, el Gobierno uruguayo registra que por medio de la resolución del 10 de marzo del 2003 el INAU tomó la decisión de no autorizar la realización de tareas de cosecha de cítricos a niños, niñas y adolescentes menores de 18 años. Registra también la resolución anterior, del 19 de diciembre del 2002, por la cual toda excepción vinculada a la edad de admisión a un empleo, extensión de jornada de trabajo, descansos especiales o trabajo nocturno sea decidida en coordinación con el CETI.

Las excepciones pasibles de que sean autorizadas por el INAU previstas en el Código de la Niñez y la Adolescencia preocupan a los juristas uruguayos, conjuntamente con la ausencia de tratamiento de las formas de explotación infantil que se verifican en situación de informalidad. En función de esto el CETI anunció en el 2006 que formará una Comisión para elaborar una propuesta de reforma del artículo 162 del Código de la Niñez y de la Adolescencia.

Con ocasión del depósito del Convenio, la Comisión de Expertos en una solicitud directa individual hecha a Uruguay en el año 2004, acerca del Convenio 138 anotó la información del Gobierno uruguayo de que la edad mínima de admisión al trabajo o empleo establecida en el país era de 15 años, de acuerdo al Decreto n° 852/971, del 16 de diciembre de 1971, adoptado posteriormente al entonces vigente Código del Niño (Ley n° 9.342, del 6 de abril de 1934), que establecía en 14 años la edad mínima para admisión a un empleo. El Gobierno afirmaba, entonces, que el acto legislativo de ratificación del Convenio con la edad mínima especificada de 15 años tiene efectos directos en Uruguay, sin necesidad de otro acto legislativo posterior.

La Comisión de Expertos se mostró preocupada por el hecho de que el Código del Niño todavía esté vigente, a la época, y demostró interés en la tramitación, en el Parlamento Uruguayo, de un Proyecto del Código del Niño y del Adolescente. Como se ha visto, aprobado en el 2004, el Código de la Niñez y la Adolescencia, fija como edad mínima para la admisión a un empleo los 15 años.

El artículo 165 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que el INAU revisará las autorizaciones con relación al empleo de niños, niñas y adolescentes entre los 13 y 15 años y que solamente serán permitidos trabajos ligeros.

El artículo 166 determina que el Estado promoverá programas de apoyo integral para eliminar paulatinamente el trabajo de estos niños, niñas y adolescentes.

Artículo 3

1. La edad mínima de admisión a todo tipo de empleo o trabajo que por su naturaleza o las condiciones en que se realice pueda resultar peligroso para la salud, la seguridad o la moralidad de los menores no deberá ser inferior a dieciocho años.
2. Los tipos de empleo o de trabajo a que se aplica el párrafo 1 de este artículo serán determinados por la legislación nacional o por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, cuando tales organizaciones existan.
3. No obstante lo dispuesto en el párrafo 1 de este artículo, la legislación nacional o la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, cuando tales organizaciones existan, podrán autorizar el empleo o el trabajo a partir de la edad de dieciséis años, siempre que queden plenamente garantizadas la salud, la seguridad y la moralidad de los adolescentes, y que éstos hayan recibido instrucción o formación profesional adecuada y específica en la rama de actividad correspondiente.

En Argentina, la Ley de Contrato de Trabajo (LCT), en sus artículos 176 y 191, prohíbe a menores de 18 años la realización de tareas penosas, peligrosas e insalubres. El artículo 112 de la Ley n° 22.248 (Régimen Nacional de Trabajo Agrario) prohíbe a menores de 18 años trabajos penosos, peligrosos o insalubres. Conforme al documento legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Argentina, el artículo 191 de la LCT y el artículo 112 de la Ley n° 22.248 necesitan ser reglamentados. También necesita ser reglamentado el artículo 188 de la LCT, que ordena para los menores de 18 años la realización de exámenes médicos periódicos.

En Brasil, la Constitución Federal en su artículo 7º, inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre para menores de 18 años. La CLL, en sus artículos 404 y 405 prohíbe para menores de 18 años el trabajo nocturno; en locales y servicios peligrosos o insalubres y en locales o servicios que perjudiquen su moral.

La CLL en su artículo 405, II, inciso 2º, determina que el trabajo ejercido en las calles, plazas y otros lugares públicos, dependerá de previa autorización del Juez de la Niñez y Adolescencia, al que cabe verificar si la ocupación es indispensable para su propia subsistencia o la de sus padres, abuelos o hermanos y si de esa ocupación no podrá derivar prejuicios a su formación moral. El inciso 3º define como perjudicial para la moral del menor:

- a) El trabajo prestado de cualquier modo en teatros de revista, discotecas, casinos, cabaret, dancing y establecimientos análogos.
- b) En empresas circenses, en función de acróbatas, saltimbanqui, gimnasta y otras semejantes.
- c) De producción, composición, entrega o venta de escritos, impresos, afiches, diseños, grabados, pinturas, emblemas, imágenes y cualquier otro objeto que pueda, a juicio de la autoridad competente, perjudicar su formación moral.
- d) Consistente en la venta, al por menor, de bebidas alcohólicas.

En su artículo 406, la CLL permite a la autoridad judicial autorizar al menor de 18 años el trabajo a que se refieren las letras a y b del inciso 3º, desde que la representación tenga fin educativo o la obra en la que participe no pueda ser perjudicial a su formación moral y desde que se certifique que la ocupación del menor es indispensable a la propia subsistencia o a la de sus padres, abuelos o hermanos y no derive ningún perjuicio a su formación moral.

La CLL en su artículo 407 prevé que la verificación por la autoridad competente de que determinado trabajo ejecutado por el menor ocasione perjuicio a su salud, a su desarrollo físico o a su moral, podrá obligarlo a abandonar el servicio, debiendo la empresa proporcionar medios para que el menor cambie de función. En caso de que la empresa no tome las medidas posibles y recomendadas estará configurada la rescisión del contrato de trabajo.

La Comisión de Expertos, en una solicitud directa individual hecha a Brasil en el año 2005 sobre el Convenio 138, pide al Gobierno brasilero que indique las medidas tomadas para enmendar el artículo 1, inciso I, de la Disposición Ministerial n° 20/ 2001^{xxviii} (revocada por la Disposición Ministerial SIT/MTE n° 04, de 21.3.2002, que permite que el parecer técnico del profesional habilitado en seguridad y medicina del trabajo autorice el trabajo/aprendizaje en condiciones de peligro o insalubridad a los adolescentes con menos de 18 años) y del art. 406 de la CLL^{xxix} a fin de garantizar que solamente jóvenes entre 16 y 18 años puedan ser empleados en trabajos peligrosos si es que reciben instrucción o formación profesional adecuadas y específicas en la rama de la actividad correspondiente.

Entiende la Comisión de Expertos que las normas jurídicas citadas no están en conformidad con el artículo 3, inciso 3 del Convenio sobre que las autorizaciones pueden ser dadas a todos los menores de 18 años y no se dispone de instrucción previa o formación profesional adecuada y específica en el ramo de la actividad referida.

En Paraguay, el Código del Trabajo, en el artículo 125, prohíbe el trabajo a menores de 18 años en tareas o servicios que puedan afectar su moral o buenas costumbres; relacionados a bebidas alcohólicas, trabajos de ambulantes (salvo autorización especial); trabajos peligrosos o insalubres; trabajos que puedan interferir en el desarrollo físico normal, cuyas jornadas sean superiores a la establecida; trabajo nocturno en los periodos previstos en el artículo 122. Niños de 15 a 18 años, de las 22 a las 6 horas, (excluye el trabajo doméstico) y de los 13 a 15 años, de las 20 a las 8 horas- como también otros que sean previstos en la ley.

En su artículo 180 establece que podrán trabajar en actividades agrícolas, pecuarias, forestales y similares, los mayores de 15 años y con excepción los de 14 años. El artículo 179 establece que los menores de edad no podrán realizar trabajos vinculados al manejo de tractores, motores a vapor, recolectoras y otras máquinas.

El Código de la Niñez y la Adolescencia determina en el artículo 54, la prohibición el trabajo adolescente sin perjuicio de lo establecido en el Código de Trabajo, en cualquier lugar subterráneo o bajo el agua y en otras actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral.

El Decreto n° 4951, del 22 de marzo del 2005, reglamentó la Ley n° 1657/2001, que ratifica el Convenio 182 de la OIT, que prohíbe las peores formas de trabajo infantil y establece los lineamientos de acción inmediata para su eliminación y aprobó el listado de trabajo infantil peligroso.

El estudio legislativo de la OIT sobre el trabajo infantil en Paraguay, identifica como vacíos normativos la no existencia de una definición de “trabajo infantil”; la no determinación de la edad mínima en los Códigos respectivos (del Trabajo de la Niñez y de la Adolescencia); la no determinación de salario mínimo (para cada caso concreto); la no obligación de haber concluido la instrucción escolar básica y la no previsión de medidas de protección y control de la misma; la necesidad de prohibición más rigurosa de la realización de trabajos nocturnos y el derecho de gozar de descanso diario por lo menos 12 horas; la no obligatoriedad de los exámenes médicos (iniciales y periódicos) e inexistencia de sanciones administrativas y penales para los casos de infracción a la norma laboral y penal.

En Uruguay, el Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 15, determina que el Estado tiene la obligación de proteger especialmente a los niños, niñas y adolescentes de la explotación económica o cualquier tipo de trabajo nocivo para su salud, educación o para su desarrollo físico, espiritual o moral, incluido la explotación de la prostitución.

El artículo 163 obliga al Estado a proteger a los niños, niñas o adolescentes que trabajan contra toda forma de explotación económica y contra el desempeño de cualquier tipo de trabajo peligroso, nocivo para su salud o para su desarrollo físico, espiritual, moral o social. Prohíbe todo trabajo que no le permita gozar de bienestar en compañía de su familia o responsables o entorpezca su formación educativa. Para que este artículo sea puesto en práctica se deben aplicar los contenidos de listado de trabajo infantil peligroso aprobado recientemente por resolución del INAU.

El artículo 168 determina que anualmente todos los menores de 18 años que trabajen serán sometidos obligatoriamente a un examen médico a fin de comprobar si la tarea que realizan es superior a su capacidad física. En caso afirmativo, deberán abandonar el trabajo por otro más adecuado. La división técnica del INAU podrá otorgar autorizaciones por períodos más cortos para exigir la repetición del examen médico en todos los casos que a su juicio sean necesarios para garantizar una vigilancia eficaz, con relación a los riesgos que presenta el trabajo o el estado de salud del niño, niña o adolescente. El responsable del niño, niña o adolescente podrá impugnar el examen y requerir otro.

Con relación al trabajo nocturno, el artículo 172 determina que los adolescentes no podrán ser empleados de las 22 horas a las 6 horas de la mañana siguiente, salvo autorización del INAU.

Según la memoria del gobierno uruguayo, además del Código de la Niñez y la Adolescencia, se registran múltiples disposiciones nacionales que se refieren a este tema (decretos, resoluciones, etc.).

La Comisión de Expertos, en una solicitud directa individual hecha a Uruguay en el año 2004, sobre el Convenio 138, registra la adopción del decreto n° 372/99 que reglamenta las condiciones de trabajo del sector forestal. En virtud del art. 8 del Decreto, la autoridad

competente podrá autorizar el trabajo de menores de 18 años en este sector, desde que el trabajo presente pocos riesgos y requiera un esfuerzo físico reducido. La Comisión solicita al Gobierno más información sobre la naturaleza de los trabajos autorizados a los menores de 18 años en el sector forestal y que indique a partir de qué edad pueden ser autorizados a trabajar en el sector.

La resolución del INAU del 10 de marzo del 2003 determina que no se autorice la realización de tareas de cosecha de cítricos por niños, niñas y adolescentes menores de 18 años. En relación a la consulta con los actores sociales, esta se da en el ámbito del CETI, especialmente a partir de la decisión tomada por el INAU según la cual toda excepción vinculada a la edad de admisión al empleo, extensión de jornadas de trabajo, descansos especiales o trabajo nocturno se resuelve en coordinación con el Comité Nacional, donde está garantizada la representación de todos los sectores relacionados.

Artículo 4

1. Si fuere necesario, la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleadores y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, podrá excluir de la aplicación del presente Convenio a categorías limitadas de empleos o trabajos respecto de los cuales se presente problemas especiales e importantes de aplicación.
2. Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá enumerar, en la primera memoria sobre la aplicación del Convenio que presente en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo, las categorías que haya excluido de acuerdo con lo dispuesto en el párrafo 1 de este artículo, explicando los motivos de dicha exclusión, y deberá indicar en memorias posteriores el estado de su legislación y práctica respecto de las categorías excluidas y la medida en que aplica o se propone aplicar el presente Convenio a tales categorías.
3. El presente artículo no autoriza a excluir de la aplicación del Convenio los tipos de empleo o trabajo a que se refiere el artículo

Argentina y Brasil no tienen ninguna actividad excluida de la aplicación del Convenio 138. En Uruguay inicialmente se habían excluido la industria textil (permitiéndose a menores entre los 16 y 18 años jornadas completas, con una previa autorización del padre, madre, tutor o encargado del entonces Consejo del Niño), la industria de calzados y de cuero. Tales exclusiones, justificadas por la situación económica del país, ya no existen más. Paraguay todavía no ha emitido la primera memoria relativa al Convenio 138.

Artículo 5

1. El Miembro cuya economía y cuyos servicios administrativos estén insuficientemente desarrollados podrá, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleadores y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, limitar inicialmente el campo de aplicación del presente Convenio.
2. Todo Miembro que se acoja al párrafo 1 del presente artículo deberá determinar, en una declaración anexa a su ratificación, las ramas de actividad económica o los tipos de empresa a los cuales aplicará las disposiciones del presente Convenio.
3. Las disposiciones del presente Convenio deberán ser aplicables, como mínimo, a: minas y canteras; industrias manufactureras; construcción; servicios de electricidad, gas y agua; saneamiento; transportes, almacenamiento y comunicaciones, y plantaciones y otras explotaciones agrícolas que produzcan principalmente con destino al comercio, con exclusión de las empresas familiares o de pequeñas dimensiones que produzcan para el mercado local y que no empleen regularmente trabajadores asalariados.
4. Todo Miembro que haya limitado el campo de aplicación del presente Convenio al amparo de este artículo:
 - a) deberá indicar en las memorias que presente en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo la situación general del empleo o del trabajo de los menores y de los niños en las ramas de actividad que estén excluidas del campo de aplicación del presente Convenio y los progresos que haya logrado hacia una aplicación más extensa de las disposiciones del presente Convenio;
 - b) podrá en todo momento extender el campo de aplicación mediante una declaración enviada al Director General de la Oficina Internacional del Trabajo.

Argentina no hizo ningún tipo de exclusión.

En Brasil, el Decreto n° 4.134/2002, que ratifica el Convenio, restringe su ámbito de aplicación a minas y canteras, industrias manufactureras, construcción, servicios de electricidad, gas y agua, saneamiento, transporte y almacenamiento, comunicaciones y plantaciones y otros emprendimientos agrícolas que se produzcan especialmente para el comercio, excluidas las empresas familiares o de pequeño porte que trabajen para el mercado local y que no empleen regularmente trabajadores asalariados.

Sin embargo, el art. 7º, inciso XXXIII de la Constitución prohíbe cualquier trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz. En el entendimiento de juristas especializados en el tema, debe prevalecer el texto constitucional, en perjuicio de la restricción en el art. 5 del Convenio. Vale recordar que el art. 19 de la Constitución de la OIT impide que el Convenio ratificado prevalezca en perjuicio de la norma interna más favorable.

Paraguay todavía no ha remitido su primera memoria referente al Convenio 138.

Uruguay no tomó ninguna medida de restricción de la aplicación de la Convención 138.

Artículo 6

El presente Convenio no se aplicará al trabajo efectuado por los niños o los menores en las escuelas de enseñanza general, profesional o técnica o en otras instituciones de formación ni al trabajo efectuado por personas de por lo menos catorce años de edad en las empresas, siempre que dicho trabajo se lleve a cabo según las condiciones prescritas por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleadores y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, y sea parte integrante de:

- a) un curso de enseñanza o formación del que sea primordialmente responsable una escuela o institución de formación;
- b) un programa de formación que se desarrolle entera o fundamentalmente en una empresa y que haya sido aprobado por la autoridad competente; o
- c) un programa de orientación, destinado a facilitar la elección de una ocupación o de un tipo de formación.

En Argentina, el artículo 187, párrafo 2º, de la LCT prevé la participación de niños, niñas y adolescentes, entre 14 y 18 años, en programas de aprendizaje y orientación profesional y la Ley n° 25013, en su art. 1º, regula el contrato de trabajo de aprendizaje, reconociéndole naturaleza laboral.

La Comisión de Expertos, en una solicitud directa individual hecha a Argentina en el año 2001, sobre el Convenio 138, registra los Decretos n° 14538/44 y 6648/45, que regulan los registros de aprendizaje y de orientación profesional para los jóvenes de 14 a 18 años. La Comisión solicita al gobierno que indique si los decretos referidos siguen aun en vigor y si fueron consultadas al respecto las organizaciones de empleadores y de trabajadores de acuerdo con el Convenio.

En Brasil, la Constitución Federal prevé el trabajo en la condición de aprendiz a partir de los 14 años, siendo que ese dispositivo constitucional fue reglamentado por medio de la Ley n° 10.097, del 19 de diciembre del 2000 ("Ley del Aprendiz"), que alteró artículos de la CLL

La Ley n° 11.180, del 23 de septiembre del 2005, en su artículo 18, altera los art. 428 y 433 de la CLL, ampliando el contrato de aprendizaje hasta los 24 años y determinando las condiciones para el caso de aprendices portadores de alguna deficiencia.

La “Ley del Aprendiz”, reglamentada el día 30 de noviembre del 2005, también determina que todas las empresas deben contratar del 5% al 15% de aprendices y estos deben recibir salario mínimo; hora extra y Fondo de Garantía del 2%.

En Paraguay, según el estudio legislativo de la OIT, esta disposición ya se encuentra adaptada a la legislación paraguaya, específicamente en el artículo 119 del Código del Trabajo, que exceptúa de la aplicación de la normativa, el trabajo realizado por menores de edad en escuelas profesionales siempre que se realice con fines de formación profesional y sea aprobado y fiscalizado por autoridades competentes. El art. 122 del Código Penal prohíbe emplear aprendices a personas que hayan cometido delitos contra el pudor o la honestidad.

En Uruguay, el Código de la Niñez y la Adolescencia determina que se consideran programas de educación en el trabajo los que son realizados por el INAU o por instituciones sin fines lucrativos, que tengan exigencias pedagógicas relativas al desarrollo personal y social del alumno, que prevalezcan sobre los aspectos productivos. En consecuencia, la remuneración que recibe el alumno por el trabajo realizado o por la participación en la venta de productos de su trabajo no desvirtúa la naturaleza educativa de la relación. Este artículo, sin embargo, no hace referencia a una edad mínima.

La Ley n° 16.873, de 1997, establece requisitos y otorga beneficios a empresas que incorporen jóvenes en cuatro modalidades de contrato: prácticas de trabajo para ingresados, becas de trabajo, contrato de aprendizaje y aprendizaje simple. Dicha ley, sin embargo, no hace referencia a una edad mínima.

Artículo 7

1. La legislación nacional podrá permitir el empleo o el trabajo de personas de trece a quince años de edad en trabajos ligeros, a condición de que éstos:
 - a) no sean susceptibles de perjudicar su salud o desarrollo; y
 - b) no sean de tal naturaleza que puedan perjudicar su asistencia a la escuela, su participación en programas de orientación o formación profesional aprobados por la autoridad competente o el aprovechamiento de la enseñanza que reciben.
2. La legislación nacional podrá también permitir el empleo o el trabajo de personas de quince años de edad por lo menos, sujetas aún a la obligación escolar, en trabajos que reúnan los requisitos previstos en los apartados a) y b) del párrafo anterior.
3. La autoridad competente determinará las actividades en que podrá autorizarse el empleo o el trabajo de conformidad con los párrafos 1 y 2 del presente artículo y prescribirá el número de horas y las condiciones en que podrá llevarse a cabo dicho empleo o trabajo.
4. No obstante las disposiciones de los párrafos 1 y 2 del presente artículo, el Miembro que se haya acogido a las disposiciones del párrafo 4 del artículo 2 podrá, durante el tiempo en que continúe acogiéndose a dichas disposiciones, sustituir las edades de trece y quince años, en el párrafo 1 del presente artículo, por las edades de doce y catorce años, y la edad de quince años, en el párrafo 2 del presente artículo, por la edad de catorce años.

La legislación Argentina no posee ninguna norma específica que reglamente los trabajos ligeros. Sin embargo, el estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en el país informa que podrían ser considerados trabajos ligeros aquellos previstos en el artículo 189, párrafo 2º, de la LCT, que permite el trabajo de menores de 14 años en empresas que solamente

tengan miembros de la familia, siempre y cuando la ocupación no sea nociva, perjudicial o peligrosa y en la Ley n° 22248, que trata del Régimen Nacional de Trabajo Agrario, que permite el trabajo de niños, niñas y adolescentes en propiedad agraria explotada por la propia familia. En ambas hipótesis, no existe previsión de una edad mínima.

Esta misma argumentación fue llevada por el Gobierno argentino a la Comisión de Expertos de la OIT, en la Memoria del Convenio 138, con el argumento de que “la excepción prevista en el artículo 107 se fundamenta en una inveterada práctica social que descansa en una cuestión de naturaleza cultural atávica y sobre la cual la Comisión Nacional de Trabajo Agrario desarrolla una tarea de concienciación a fin de erradicar la explotación del trabajo infantil” (aplicación de las normas internacionales del trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones p. 214)

Con relación a tal posibilidad, el documento “Aplicación de las normas internacionales del trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones” afirma haber comprobado nuevamente que el artículo 189 de la LCT y el art. 107 de la Ley 22.248 no fijan la edad mínima de admisión a los trabajos ligeros. En función de esto, recuerda nuevamente al Gobierno que en función del art. 7º, párrafos 1 al 4 del Convenio 138, la legislación nacional podrá autorizar trabajos ligeros entre los 12 a 14 años, si son cumplidas las condiciones listadas^{xxx}.

En función de esto, la Comisión solicita al Gobierno que adopte las medidas necesarias para garantizar la aplicación del Convenio, previendo que el empleo en trabajos ligeros apenas se autorice a personas de 12 a 14 años, según las condiciones referidas. Solicita también que el Gobierno indique si la legislación nacional trae disposiciones que prescriban la duración, en horas, y las condiciones de empleo en trabajos ligeros, conforme el art. 7, párrafo 3 del Convenio y que envíe una copia de la misma.

En la legislación brasilera no existe la previsión de trabajo leve, una vez que la única excepción prevista para el trabajo de menores de 16 años es en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años.

No existe en Paraguay una lista con los trabajos considerados ligeros. El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay sugiere la elaboración de esta lista y entiende que “Paraguay podría incluirse entre uno de los países cuya economía y medios de educación están insuficientemente desarrollados, en cuyos casos los trabajos ligeros estarían permitidos desde los 12 años, siempre y cuando se establezca la edad mínima de admisión al trabajo o al empleo en los 14 años, ya que estas dos edades van ligadas.” (p.49). La misma fuente afirma que el Código de la Niñez y la Adolescencia solamente regula el trabajo de los adolescentes, sin establecer normas para los niños.

La legislación de Uruguay, por medio del Decreto n° 852/71, del 16 de diciembre de 1971, facultó al INAU para autorizar la contratación de menores a partir de los 13 años en trabajos no industriales ligeros y fuera del horario escolar.

Considerando que el Convenio ratificado deroga normas internas contrarias, el estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Uruguay entiende que fueron modificados el Código del Niño (ya revocado) y el Decreto n° 852/71 que, inicialmente, permitía la

autorización de trabajo para menores a partir de 12 años. A partir de la ratificación del Convenio, cualquier autorización prevista en ambos instrumentos legales solamente se aplicaría a mayores de 13 años.

El nuevo Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 165, determina que el INAU revisará las autorizaciones que concedió en relación al empleo de niños, niñas y adolescentes entre 13 y 15 años. Apenas serán permitidos trabajos ligeros que por su naturaleza o por las condiciones en que se presenten no perjudiquen el desarrollo físico, mental o social de los mismos, ni obstaculicen su escolaridad. El art. 166 determina que el Estado promoverá programas de apoyo integral para eliminar paulatinamente el trabajo de estos niños, niñas y adolescentes.

Posteriormente, el INAU adoptó la posición de no otorgar autorizaciones para trabajo a menores de 15 años.

Artículo 8

1. La autoridad competente podrá conceder, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, cuando tales organizaciones existan, por medio de permisos individuales, excepciones a la prohibición de ser admitido al empleo o de trabajar que prevé el artículo 2 del presente Convenio, con finalidades tales como participar en representaciones artísticas.
2. Los permisos así concedidos limitarán el número de horas del empleo o trabajo objeto de esos permisos y prescribirán las condiciones en que puede llevarse a cabo.

La legislación de Argentina trata del asunto por medio de los Decretos n° 4910/57 (que encarga la fiscalización de régimen legal de trabajo a los menores de 18 años en actividades artísticas al Ministerio de Trabajo) y 4364/66 (que establece las condiciones de liberación de las autorizaciones: el periodo de trabajo no puede pasar de la media noche, se debe resguardar su salud y moral, el trabajo no puede perjudicar la instrucción y debe respetarse un reposo de 14 horas consecutivas).

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Argentina afirma que, en la práctica, las autorizaciones previstas en el Decreto n° 4910/57 son concedidas por los organismos encargados de la inspección del trabajo en las jurisdicciones provinciales y en la Ciudad de Buenos Aires.

El documento “Aplicación de las normas internacionales del trabajo. 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones”, solicita al Gobierno argentino el envío de una copia del Decreto n° 4364/66 que, como se vio, establece que para fiscalizar el régimen legal del trabajo de menores de 18 años en actividades artísticas y en especial para acordar o negar las autorizaciones respectivas que se solicita al MTEySS, deben respetarse las siguientes condiciones: (1) el periodo de empleo no podrá exceder de la medianoche; (2) deberá garantizarse la salud y la moral de estos niños, niñas y adolescentes, asegurándoles un buen trato y que el empleo nocturno no perjudique su instrucción; (3) estos niños, niñas y adolescentes deben tener un descanso de por lo menos 14 horas consecutivas; (4) no podrá concederse ningún permiso cuando en razón de la naturaleza del espectáculo o de la película o de las condiciones en que se ejecute, exista cualquier tipo de peligro para la vida, la salud o la moral de un niño, niña o adolescente; (5) en los trámites en que se requiere autorización en primer lugar, se verifica que quienes solicitan sean personas habilitadas para esto por el código civil, padres o tutores; (6) en seguida, se envía la solicitud al Consejo Nacional del Menor y la familia, Dirección

de Protección del Menor; (7) con la opinión favorable de este organismo, se concede la autorización pertinente, previo dictamen jurídico.

Aunque exista el entendimiento, por el Gobierno argentino, de que el referido Decreto cumple lo que es solicitado por el artículo 8, la Comisión de Expertos todavía aguarda aclaraciones.

En Brasil, la posibilidad de que niños, niñas y adolescentes participen de actividades artísticas encuentra una primera prohibición en el artículo 405 de la CLL. Esa prohibición fue incluida por medio de una norma jurídica de 1967 (Decreto Ley n° 229, de 28.2.1967), constatándose que la mencionada lista está superada. El artículo 406 determina que la autoridad jurídica podrá autorizar la participación de menores de 18 años en tales actividades, siempre y cuando la representación tenga fin educativo o la obra en que participe no sea perjudicial para su formación moral, siempre y cuando certifique ser una ocupación indispensable para la propia subsistencia o la de sus padres, abuelos o hermanos y no produzca ningún perjuicio a su formación moral.

El Estatuto del Niño, Niña y el Adolescente, en su artículo 149, dispone que le compete a la autoridad judicial disciplinar o autorizar por medio de resolución, la participación del niño, niñas y adolescente en espectáculos públicos, ensayos y concursos de belleza.

El estudio legislativo de la OIT sobre el trabajo infantil en Paraguay no hace mención a la adaptación de este dispositivo a la legislación Paraguaya. Posteriormente, la CONAETI-Py confirmó la no localización de normativa interna paraguaya que trate del tema.

En Uruguay, el nuevo Código de la Niñez y la Adolescencia no trae ninguna norma clara sobre el tema.

Artículo 9

1. La autoridad competente deberá prever todas las medidas necesarias, incluso el establecimiento de sanciones apropiadas, para asegurar la aplicación efectiva de las disposiciones del presente Convenio.
2. La legislación nacional o la autoridad competente deberán determinar las personas responsables del cumplimiento de las disposiciones que den efecto al presente Convenio.
3. La legislación nacional o la autoridad competente prescribirá los registros u otros documentos que el empleador deberá llevar y tener a disposición de la autoridad competente. Estos registros deberán indicar el nombre y apellidos y la edad o fecha de nacimiento, debidamente certificados siempre que sea posible, de todas las personas menores de dieciocho años empleadas por él o que trabajen para él.

En Argentina, se puede afirmar que la CONAETI-Arg cumple con el papel de la autoridad competente, por estar encargada de la elaboración de propuestas para la reglamentación de los Convenios 138 y 182 de la OIT, en el Plan Nacional y a través de mecanismos de monitoreo.

El artículo 52 de la LCT obliga al empleador a mantener un libro especial con datos de los trabajadores, pero no exige la anotación de la edad de los mismos. La Comisión de Expertos de la OIT sugiere modificaciones legislativas que hagan obligatorio el registro de la edad y fecha de nacimiento de los menores de edad que trabajan.

La Secretaría de Trabajo, con financiamiento del BID, implementó el Programa de Formación e Información Sistemática en Materia de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil,

con el objetivo de capacitar a los inspectores de trabajo sobre la problemática de trabajo infantil.

En Brasil, con relación al dispositivo que prevé la designación de las personas responsables de las disposiciones que dan cumplimiento al Convenio, la Disposición Ministerial n° 365/2002 del Ministerio de Trabajo y Empleo determina entre las atribuciones de la CONAETI-Br está elaborar propuestas para la reglamentación de los Convenios 138 y 182 de la OIT; verificar la conformidad de los referidos Convenios con otros dispositivos legales vigentes, teniendo como objetivo las adecuaciones legislativas que sean necesarias; proponer mecanismos para el monitoreo de la aplicación del Convenio 182; hacer el seguimiento de la puesta en marcha de las medidas adoptadas para la aplicación de los dispositivos de los Convenios 138 y 182 en Brasil.

La CLL prevé el registro de todo empleado en el Registro de Trabajo, lo que incluye al trabajador menor de 18 años.

En el ámbito del Ministerio de Trabajo y Empleo, existen oficinas regionales en cada uno de los 27 estados Brasileños, siendo creadas en cada unidad Comisiones Estatales de Combate al Trabajo Infantil, posteriormente denominadas Grupos Especiales de Combate contra el Trabajo Infantil y de Protección al Trabajador Adolescente (Gectipas).

Los Grupos Especiales fueron suprimidos en octubre del 2004, en función de nuevas reglas de la carrera de auditores fiscales, lo que preocupa a las entidades de combate a la explotación de la mano de obra infantil, una vez que además de fiscalizar, los Gectipas influenciaban políticas públicas locales y nacionales, capacitaban a diferentes instituciones y fiscalizaban la calidad y realización de las Jornadas Ampliadas. El Ministerio de Trabajo entiende que la nueva regla servirá para extender la capacitación en el combate contra el trabajo infantil a todo el cuerpo técnico de la institución.

En Paraguay, el Consejo Nacional de la Niñez, que depende de la Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia aprobó la creación en su estructura de una Comisión Temática de Trabajo Infantil, lo que hizo que el tema del trabajo infantil quedara integrado al tema más amplio de las políticas de niñez. Una cuestión pendiente de definición es la forma en que esta Comisión Temática construirá un diálogo con las organizaciones de empleadores y de trabajadores.

Con relación a los registros que deben ser mantenidos y puestos a disposición por el empleador cuando los trabajadores tienen menos de 18 años, hay previsión en el Código del Trabajo (art. 123) y en el Código de la Niñez y la Adolescencia (art. 55 a 61).

Mientras el Código del Trabajo (art. 123) determina que todo empleador que ocupe menores de edad o aprendices menores de edad deberá registrarlos en un libro especial, el Código de la Niñez y la Adolescencia determina que las CODENIs deberán tener un registro especial del adolescente trabajador, que será enviado a la autoridad regional del trabajo. Además, todo empleador está obligado a proporcionar la información solicitada por el Ministerio de Justicia y Trabajo y CODENI, debiendo también registrar el contrato de los servicios de un adolescente trabajador, dentro de las setenta y dos horas siguientes a su incorporación (art. 60). Este registro debe ser hecho junto con una copia del contrato de trabajo del adolescente

y de su inscripción en el sistema de Seguridad Social. El documento legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay sugiere la urgente reglamentación del art. 60 del CNA.

En Uruguay el INAU y el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social son los organismos encargados del velar por el efectivo cumplimiento del Convenio 138.

Con relación a los registros, el artículo 167 del nuevo Código de la Niñez y la Adolescencia determina que para trabajar, los adolescentes deberán contar con carné de habilitación otorgado por el INAU, en el cual deberán constar, además de datos personales, consentimiento para trabajar del adolescente y sus responsables, examen médico y comprobación de haber completado el ciclo obligatorio de enseñanza o el nivel alcanzado.

Conforme el art. 177 de la misma norma, el INAU determinará los documentos que el empleador deberá llevar y tener a disposición de la autoridad competente. Estos documentos deberán indicar el nombre, apellido, fecha de nacimiento debidamente certificada, fecha de ingreso, tarea, categoría, horario, descansos intermedios y semanales y fecha de salida, de todas las personas menores de 18 años empleadas por él o que trabajen para él.

Compete al INAU, el control de las condiciones de trabajo de los menores de edad, sin perjuicio de las competencias del Poder Ejecutivo.

Convenio 182 (Sobre las Peores Formas de Trabajo Infantil)

Artículo 1

Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá adoptar medidas inmediatas y eficaces para conseguir la prohibición y la eliminación de las peores formas de trabajo infantil con carácter de urgencia.

En Argentina el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social implementó el Programa de Formación e Información Sistemática en Materia de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil con financiamiento del BID. El programa depende de la Secretaría de Trabajo. Ejecuta aún el Programa Luz de Infancia, para la prevención y erradicación de la explotación sexual comercial en la Provincia de Misiones, en conjunto con la OIT.

En el ámbito de la CONAETI-Arg., presidida por el MTEySS, se divulgó en el 2002 una primera versión del Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil, del cual formaban parte el Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural, dirigido a niños y niñas menores de 14 años que trabajan en el medio rural o que sean considerados como muy vulnerables a esta problemática y el Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina, que propone la implementación de programas locales, apoyados con recursos federales. En el 2006 fue aprobada la versión final del Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.

Como resultado de la intervención de la Secretaría del Trabajo, la Superintendencia de Riesgos de Trabajo, la Coordinación de Relaciones Internacionales del Ministerio de Trabajo y la Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia, formularon un proyecto de decreto que determina las actividades peligrosas. Sin embargo, aún no existe una decisión oficial sobre este asunto.

En el ámbito local, se registra la campaña contra la explotación sexual infantil en Buenos Aires, llevada a cabo a partir de agosto del 2005 por el Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, con el slogan “Sin clientes no hay prostitución infantil”, la campaña cubrió de afiches las calles de la ciudad invocando al público en general y a las víctimas a denunciar a los proxenetas y clientes por la línea 102, disponible 24 horas. En la provincia de Corrientes, fue lanzado en agosto del 2005 o el Programa “Crecer sin trabajo infantil”, una campaña de concienciación cuyo público principal son las escuelas.

En Brasil, el principal programa de acción relativo al Convenio sobre las peores formas de trabajo es el Plan Nacional de Enfrentamiento y Erradicación del Trabajo Infantil, elaborado por la CONAETI-Br.

Sin embargo, existen otros planes y acciones que contribuyen a conquistar los objetivos del Convenio, como por ejemplo: Plan Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo, Plan Nacional de Combate de la Violencia Sexual Infanto-Juvenil; campaña “Trabajo infantil doméstico: No lleve esa idea para dentro de su casa”; inclusión en el Plan Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil del Plan de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Doméstico; creación del Grupo de Estudios Relativos al Trabajo Infanto -Juvenil Doméstico (GETID); campaña “Niño en el basurero nunca más”; Programa Centinela de Combate contra la explotación sexual comercial de niños y adolescentes, Programa Bolsa (Beca) Familia y desarrollo de la Política Nacional de la Salud para la Erradicación del Trabajo Infantil, en el ámbito del Ministerio de Salud. En el 2006, el gobierno aprobó el Plan Nacional para el Combate a la Trata de Personas.

La Secretaría Especial de los Derechos Humanos coordina el Programa Nacional de Combate al Abuso y la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes, cuyo principal programa en marcha es el Programa de Acciones Integrales y Referenciales de Combate a la Violencia Sexual contra Niños, Niñas y Adolescentes en el Territorio Brasileiro (PAI). La SEDH ofrece un servicio de Disque Denuncia Nacional. Desde el 2003 funciona la Comisión Intersectorial de Combate a la Violencia Sexual contra Niños, Niñas y Adolescentes, que elaboró en el 2004 la Matriz Intersectorial de Combate a la Explotación Sexual Comercial de Niños y Adolescentes. La SEDH también dirige la Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Esclavo (CONATRAE).

Bajo la responsabilidad del Ministerio de Desarrollo Social y el Combate al Hambre (MDS) funcionan los Centros de Referencia Especializada en Asistencia Social (CREAS), parte integral del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), que desarrollan acciones de combate contra el trabajo infantil y enfrentamiento de situaciones de abuso y explotación sexual contra niños, niñas y adolescentes.

En Paraguay, el Decreto n° 18.835, del 7 de octubre del 2002, creó la Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente-CONAETI-Py, con el objetivo general de prevenir y eliminar progresivamente el trabajo infantil y proteger el trabajo de los adolescentes. Bajo la coordinación general de la Secretaría Nacional del la Niñez y la Adolescencia (SNNA), fueron aprobados los Decretos del Poder Ejecutivo n° 4269 del 06/12/04 y el n° 2645 del 08/06/04, que crean el Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños y Niñas y Adolescentes – ESNA y El Plan

Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes.

En mayo del 2005 fue lanzado el programa Abrazo, una iniciativa nacional para la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles de 11 municipios del país, coordinado por la Red de Promoción y Protección Social y la Secretaría de Acción Social de la Presidencia de la República del Paraguay.

Otra importante iniciativa fue la creación de una Comisión Temática de Trabajo Infantil en el ámbito del Consejo Nacional de la Niñez.

En septiembre del 2006, la ONG Kuña Roga con el apoyo de la OIT y el respaldo de la Municipalidad de Encarnación y de la Secretaría de la Niñez y la Adolescencia de la Presidencia de la República lanzaron una campaña de sensibilización “Encarnación, rompamos el silencio. Únete al combate contra la explotación de la niñez y adolescencia”, que discute el trabajo infantil doméstico y la explotación sexual comercial de niños y adolescentes en la ciudad de Encarnación.

En Uruguay, el CETI, fue creado por medio del Decreto del Poder Ejecutivo n° 367/2000 del 8 de diciembre del 2000, vinculado a la Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. El CETI elaboró un Plan Nacional de Acción para la prevención y erradicación del trabajo infantil, que incluye diversas líneas de acción que abarcan aspectos legales y judiciales, de sensibilización pública, de educación y de alternativas en el campo económico.

El gobierno uruguayo, en una solicitud directa individual hecha a Uruguay, informa que las principales dificultades de aplicación del Convenio son el carácter informal del trabajo infantil, la invisibilidad del fenómeno, especialmente en las actividades ejecutadas en el medio familiar, las reglas culturales que identifican el trabajo de niños, niñas y adolescentes como una manifestación de la tradición y forma de socialización, la insuficiencia de inspectores de trabajo, la falta de información especializada y permanente sobre trabajo infantil, la insuficiencia de recursos económicos para actuar de forma adecuada y la falta de informaciones estadísticas sobre las infracciones detectadas.

Artículo 2

A los efectos del presente Convenio, el término «niño» designa a toda persona menor de 18 años.

En Argentina, la Ley n° 26.061/05, Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, en su artículo 2º, considera niño a toda persona hasta los 18 años de edad.

En Brasil la Ley 8069/1999, Estatuto del Niño y el Adolescente, en su artículo 2º, considera niño a toda persona hasta los 12 años de edad y adolescente aquellos entre los 12 y los 18.

En Paraguay, la Ley n° 2169/03, que Establece la Mayoría de Edad, define como niño toda persona humana desde la concepción hasta los 13 años de edad; adolescente a toda persona humana de los 14 años hasta los 17 años de edad y mayor de edad a toda persona humana con más de 18 años cumplidos. En el caso de duda sobre la edad de una persona,

se debe presumir entre niño y adolescente la condición de niño y entre adolescente y mayor de edad la condición de adolescente.

En Uruguay, la Ley n° 17.823/04, Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 1°, define como niño a todo ser humano hasta los 13 años de edad y por adolescente a los mayores de 13 años y menores de 18 años de edad.

A pesar de que, en Brasil, Paraguay y Uruguay diferencien en sus Códigos “niño” de “adolescente”, categorías que son operativas para legislaciones y/o políticas públicas referentes a la escolarización y leyes de tránsito, entre otras, estas no traen ningún efecto jurídico en lo que se refiere al Convenio 182, ya que los cuatro países tienen una legislación que prohíbe el trabajo penoso, peligroso o insalubre a menores de 18 años.

Artículo 3

A los efectos del presente Convenio, la expresión «las peores formas de trabajo infantil» abarca:

- a) todas las formas de esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, como la venta y la trata de niños, la servidumbre por deudas y la condición de siervo, y el trabajo forzoso u obligatorio, incluido el reclutamiento forzoso u obligatorio de niños para utilizarlos en conflictos armados;
- b) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la prostitución, la producción de pornografía o actuaciones pornográficas;
- c) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la realización de actividades ilícitas, en particular la producción y el tráfico de estupefacientes, tal como se definen en los tratados internacionales pertinentes, y
- d) el trabajo que, por su naturaleza o por las condiciones en que se lleva a cabo, es probable que dañe la salud, la seguridad o la moralidad de los niños.

En Argentina, la Constitución Nacional, en su artículo 15, consagra la abolición de la esclavitud y califica como crimen todo acto de compra y venta de personas.

La protección contra la esclavitud, servidumbre y prácticas análogas también encuentra respaldo en el Código Penal que en su art. 140 prevé como crimen el acto de reducir a una persona a la servidumbre. El art. 127-bis penaliza a quien promueve o facilita la entrada en el país a menores de 18 años para ejercer la prostitución, con agravantes cuando la víctima tenga menos de 13 años.

La Ley n° 26.061 de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, en su artículo 9° determina que los niños y adolescentes tienen derecho a no ser sometidos, entre otras situaciones, a secuestro o tráfico para cualquier fin.

La Ley n° 25.632, aprueba la Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional (Convención de Palermo) y sus protocolos complementarios para prevenir, reprimir y sancionar el tráfico de personas, especialmente mujeres y niños y contra el tráfico ilícito de migrantes por tierra, mar y aire.

La Ley n° 25.763 aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.

La Ley n° 25.871 de Migraciones (2003), art. 116, introduce la figura penal del tráfico de personas (la acción de realizar, promover o facilitar el cruce ilegal de personas por los límites fronterizos nacionales con el fin de obtener directa o indirectamente un beneficio), con agravantes cuando la víctima es menor de edad (art. 121).

La Ley n° 24.429 extingue el servicio militar obligatorio y lo substituye por el servicio militar voluntario para hombres y mujeres con edad entre los 18 y 24 años. En situaciones excepcionales, el Poder Ejecutivo podrá convocar, en los términos de la Ley n° 17.531, a los ciudadanos que en el año en curso de la presentación del servicio cumplan 18 años. En esa situación, alguien que cumpla 18 años en diciembre, podrá ser convocado, por ejemplo, en febrero de ese mismo año, a la edad de 17 años. Si esto ocurre, apenas habrá una contradicción en lo dispuesto en el art. 3° inciso a) del Convenio si la excepcionalidad prevista tiene como fin el combate armado.

La Ley n° 25.616 aprueba el Protocolo Facultativo del Convenio sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de niños en los conflictos armados, que determina que los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para asegurar que miembros de sus fuerzas armadas menores de 18 años no participen directamente en hostilidades.

En Brasil, el Código Penal clasifica como crimen la reducción a condición análoga a la de esclavo, tanto sometiéndolo a trabajos forzados o a jornadas exhaustivas, o sujetándolo a condiciones degradantes de trabajos; como restringiendo por cualquier medio, su locomoción en razón de deuda contraída con el empleador o con aumento de pena si el crimen es cometido contra niños, niñas o adolescentes (art.149); la frustración del derecho asegurado por ley laboral (art.203); la incitación para el fin de emigración (art. 206) y la incitación de trabajadores de un local a otro del territorio nacional, configurando agravantes si la víctima es menor de 18 años (art. 207).

Con la Ley n° 11.106, del 2005, el tráfico internacional o el tráfico interno de personas para fines de prostitución fueron tipificados en los artículos 231 y 231-A del Código Penal, con agravamiento de pena cuando la víctima es niño o adolescente.

Brasil es signatario de la Convención de Palermo (Decreto n° 5.015, del 12 de marzo del 2004) y sus Protocolos adicionales (Decreto n° 5.016 y n° 5.017, ambos del 12 de marzo del 2004) referentes al tráfico de trabajadores emigrantes y de personas.

El Decreto n° 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos del Niño referente a la venta de niños, la prostitución infantil y la pornografía infantil.

La Ley n° 4.375/1964 (Ley del Servicio Militar), reglamentada por el Decreto n° 57.654, del 20 de enero del 1966, determina en su art. 19 que la obligación con el Servicio Militar, en tiempo de paz, comienza el primer día de enero del año en que el brasilero cumpla 18 (dieciocho) años de edad y subsistirá hasta el 31 de diciembre del año en que cumpla 45 años (cuarenta y cinco) años.

El art. 20 determina que será permitida a los brasileros la prestación del Servicio Militar como voluntario, a partir del año en que cumplan 17 (diecisiete) años. El art. 41, inciso 1° permite que los voluntarios para la prestación del Servicio Militar inicial, se presenten a partir de la fecha en que cumplan 16 (dieciséis) años de edad. El artículo 239 determina que, para efecto del Servicio Militar, cesará la incapacidad civil del menor, en la fecha en que cumpla los 17 (diecisiete) años. Los voluntarios que, en el acto de la incorporación o matrícula, tengan 17 (diecisiete) años incompletos deberán presentar un documento

hábil, de consentimiento del responsable. Desde que estas condiciones de reclutamiento no permitan la utilización de niños en conflictos armados, no hay contradicción con el art. 3 inciso a) del Convenio.

El Decreto n° 5.006, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos del Niño Relativo a la Participación de Niños en Conflictos Armados que determina que los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para garantizar que miembros de sus fuerzas armadas menores de 18 años no participen directamente en hostilidades.

En Paraguay, la Constitución Nacional, especialmente en los artículos 10, 11 y 13, prohíbe la esclavitud, las servidumbres personales y el tráfico de personas. El art. 54 determina que la familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de garantizar protección al niño contra el abandono, la desnutrición, la violencia, el abuso, el tráfico y la explotación.

El Código del Trabajo, en su art. 10, no reconoce como válido ningún pacto de convenio de trabajo en que se estipule la pérdida de la libertad personal.

El Código de la Niñez y la Adolescencia, en el art. 54, prohíbe el trabajo del adolescente en actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral. Cuando la explotación es promovida por los propios padres, tutores o encargados, según el art. 73, puede resultar en la pérdida de la patria potestad.

El Código Penal prevé el crimen de privación de la libertad (art. 124); tráfico de menores (art. 223), Extrañamiento de personas fuera del territorio nacional (art. 125) y tráfico de personas hacia el exterior con fines de prostitución (art. 129).

Paraguay es signatario de la Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de su protocolo adicional referente al tráfico de personas; del Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de niños en los conflictos armados y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.

El estudio legislativo de la OIT sobre el trabajo infantil en Paraguay afirma que no existe norma interna que prohíba taxativamente el reclutamiento de jóvenes menores de 18 años, así como no existe prohibición o mejor reglamento sobre el ingreso de jóvenes menores de esa edad a Academias de Formación en las Fuerzas Armadas, Policiales, etc. En la legislación interna (Ley n° 569/75, del Servicio Militar), existe una excepción que permite el alistamiento de jóvenes con menos de 18 años para que cumplan esa edad durante el Servicio Militar Obligatorio.

A pesar de los esfuerzos realizados por algunos sectores del gobierno y de la sociedad civil y del progreso en la adopción de normas internacionales de derechos humanos que prohíben el reclutamiento de menores de 18 años de edad, se continuarían registrando casos de reclutamiento forzado al Servicio Militar Obligatorio. En función de esta realidad, fue creada en el país la Coalición para acabar con la utilización de niños soldados, con la participación de Amnistía Internacional, Movimiento de Objeción de Conciencia y apoyo de UNICEF Paraguay. La gran cuestión, en ese caso, es garantizar que los niños aún cuando

sean reclutados en el país, estén protegidos de cualquier posibilidad de participación en conflictos armados.

En Uruguay, el Código Penal (Ley n° 9.414, de 1934), tipifica en su art. 280, la adquisición, transferencia y comercio de esclavos y la reducción de otros hombres a la esclavitud. En relación al niño, niña y adolescente, el art. 283 tipifica la sustracción o retención de una persona menor de edad de sus padres, tutores o cuidadores, el art. 267 el rapto de mujer menor de 15 años y el art. 268 el rapto de soltera honesta mayor de 15 y menor de 18 años, con o sin su consentimiento.

El art. 9º del Código Nacional de la Niñez y la Adolescencia determina que todo niño, niña y adolescente tiene, entre otros, derechos intrínsecos a la vida, la dignidad y la libertad. El art. 15, incisos c, g y h se refieren a la protección especial del Estado contra la explotación económica o cualquier tipo de trabajo nocivo para la salud, educación o para el desarrollo físico, espiritual o moral de niños, niñas y adolescentes; situaciones que colocan en peligro su seguridad como detenciones y traslados legítimos; y situaciones que pongan en peligro su integridad, como adopciones ilegítimas y ventas.

El gobierno uruguayo indica en su memoria que no se ha observado ningún caso de esclavitud, venta o trata de niños ni el reclutamiento forzado para su utilización en conflictos armados. La Comisión de Expertos (CEACR; 2005) observa que el art. 280 del Código Penal sólo se refiere al comercio de esclavos y observa que, al parecer, la legislación nacional no contiene ninguna disposición que prohíba la venta o el tráfico de niños como forma de esclavitud.

Uruguay es signatario de la Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de sus protocolos adicionales referentes al tráfico de emigrantes y de personas y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.

La Ley Orgánica Militar (1941) establece que para integrar el cuerpo militar se exigirán 18 años cumplidos. En Uruguay no existe el servicio militar obligatorio. El derecho uruguayo no admite la participación de menores de edad en ninguna actividad militar ni en conflictos armados.

Además de esto, Uruguay ratificó en septiembre del 2003, el Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño Relativo a la Participación de los Niños en Conflictos Armados.

El art. 13 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que los niños, niñas y adolescentes no pueden formar parte de hostilidades en conflictos armados, ni recibir preparación para ello.

b) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la prostitución, la producción de pornografía o actuaciones pornográficas;

En Argentina, el Código Penal, art. 125, reprime con reclusión o prisión, durante un periodo de 4 a 10 años, a quienes promuevan o faciliten la explotación sexual comercial de menores

de 18 años, aún con el consentimiento de la víctima. El mismo diploma legal, en su art. 128, reprime con prisión la producción o publicación de imágenes pornográficas en que se exhiban menores de 18 años, así como producciones en vivo de espectáculos con escenas pornográficas donde participen menores de 18 años.

Están en tramitación en el Congreso argentino diversas iniciativas legislativas que buscan modificar el art. 128 del Código Penal, penalizando la posesión de pornografía infantil y su difusión por cualquier medio, inclusive Internet.

La Ley n° 26.061, Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, en su art. 22, prohíbe la exposición, difusión o divulgación de datos, información e imágenes de niños, niñas o adolescentes, cuando dañen su dignidad o reputación.

La Ley n° 25.763 aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.

En Brasil, la Constitución Federal, en su art. 227, párrafo 4º, prevé castigo severo para la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes. Este artículo se encuentra reglamentado en el Estatuto del Niño, Niña y el Adolescente, con las respectivas sanciones penales (artículos 240, 241 y 244-A).

La Ley n° 10.764, del 12 de noviembre del 2003, modifica los artículos 240 a 243 del Estatuto del Niño, Niña y del Adolescente, aumentando la pena, previendo el agravamiento para quien comete el crimen sobresaliéndose en razón del ejercicio de cargo o función y tipificando de manera más abarcable los crímenes de exposición de la imagen del niño de forma denigrante en Internet.

El Decreto n° 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos del Niño referente a la venta de niños, a la prostitución y a la pornografía infantil.

El documento “Aplicación de las Normas Internacionales del trabajo, 2005 (I) Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones” (p. 222) expresa preocupación con relación al número de niños y niñas que son explotados sexualmente con fines comerciales en Brasil. Solicita al gobierno que comunique informaciones sobre la aplicación práctica de las sanciones.

En Paraguay, el Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 31, prohíbe expresamente la utilización de niños en actividades de comercio sexual, así como la elaboración, producción o distribución de publicaciones pornográficas con niños.

El Código Penal prevé los crímenes de coacción sexual, con agravante cuando la víctima tenga menos de 18 años (art. 128) y el proxenetismo contra menores de 18 años, con agravante cuando la víctima tenga menos de 14 años (art. 139).

Paraguay ratificó, en agosto del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución infantil y la utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay resalta que no existe prohibición expresa, ni sanción, con relación a la utilización de niños y adolescentes en espectáculos públicos y publicaciones.

En Uruguay, el Código Penal, en su artículo 278, tipifica la exhibición pornográfica, delito cometido por quien ofrece públicamente espectáculos teatrales o cinematográficos obscenos, quien trasmite audiciones o efectúa publicaciones de idéntico carácter. No hay referencia a la participación de menores de 18 años. El art. 274 (corrupción de mayor de 15 años y menor de 18 años) prevé situación de proxenetismo.

El artículo 11 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que todo niño, niña y adolescente tiene derecho a que se respete la privacidad de su vida. Tiene derecho a que no se utilice su imagen de forma lesiva, ni que se publique ninguna información que lo perjudique y pueda dar lugar a la individualización de su persona. El art. 15, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger especialmente a niños, niñas y adolescentes con relación a toda forma de abandono, abuso sexual o explotación de la prostitución. El art. 130 define como maltrato y abuso de niños, niñas y adolescente las siguientes situaciones: maltrato físico, maltrato psíquico-emocional, prostitución infantil, pornografía, abuso sexual y abuso psíquico y físico.

Uruguay ratificó, en julio del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.

(c) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la realización de actividades ilícitas, en particular la producción y el tráfico de estupefacientes, tal como se definen en los tratados internacionales pertinentes,

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Argentina no menciona la existencia de cualquier artículo del Código Penal que aborde la utilización de niños, niñas y adolescentes en otros delitos penales que no sea el tráfico de estupefacientes (art. 204, modificado por la Ley 23.737).

La ley n° 23.737, Régimen Penal de Estupefacientes, en su artículo 11, previene que las penas serán aumentadas en casos en que los criminales utilicen menores de dieciocho años o en perjuicio de los mismos. Las sanciones serán agravadas en las hipótesis en que los delitos ocurrieren en las inmediaciones de escuelas o en cualquier otro lugar que los estudiantes frecuentan, con el objetivo de realizar actividades educativas, deportivas y sociales. El artículo 36 dispone sobre la pérdida de la patria potestad en los casos en que haya relación de niños o niñas con el tráfico de estupefacientes realizado por los padres.

La legislación de Brasil estipula que es un crimen corromper y facilitar la corrupción de persona menor de 18 años, practicando con ella o induciéndola a practicar acto ilícito (Ley n° 2252/1954).

La ley n° 6.368/76, que dispone sobre el tráfico ilícito y el uso de sustancias estupefacientes, criminaliza conductas y previene, en el inciso III del art. 18, penas mayores siempre que el crimen perjudique u ocurra en asociación con menores de 21 años.

El artículo 54 de la Constitución Nacional de Paraguay prevé la protección del niño o niña contra el abandono, la desnutrición, la violencia, el abuso, el tráfico y la explotación. El Código de la Niñez y la Adolescencia prevé la obligación de denunciar cualquier violación de los derechos de los niños y adolescentes.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay resalta que no existe disposición legal, penal, que establezca sanciones para quien utiliza a niños, niñas y adolescentes en actividades ilícitas, tales como hurtos y robos.

El Código Penal paraguayo, por su parte, dispone que los menores que no hayan completado los 14 años están exentos de responsabilidad penal, lo que estaría llevando a los adultos a utilizar a niños de ese grupo etario para realizar actividades ilícitas.

En lo que se refiere a las drogas, la Ley n° 1340/88, que modifica y actualiza la Ley n° 357/72 que Reprime el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Drogas Peligrosas y Otros Delitos Afines y Establece Medidas de Prevención y Recuperación de fármaco-dependientes, establece penas elevadas para quien realiza tráfico de estupefacientes y dispone que se considera una circunstancia agravante que las víctimas o intermediarios utilizados sean menores de edad.

En Uruguay, el art. 15 del Código de la Niñez y Adolescencia, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger especialmente a niños, niñas y adolescentes de situaciones que pongan en riesgo su vida o inciten a la violencia, como el uso y el comercio de armas. Esta reglamentación parece insuficiente frente a lo que prevé el art. 3, (c) del Convenio.

(d) el trabajo que, por su naturaleza o por las condiciones en que se lleva a cabo, es probable que dañe la salud, la seguridad o la moralidad de los niños.

Artículo 4

1. Los tipos de trabajo a que se refiere el artículo 3, d) deberán ser determinados por la legislación nacional o por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas y tomando en consideración las normas internacionales en la materia, en particular los párrafos 3 y 4 de la Recomendación sobre las peores formas de trabajo infantil, 1999.
2. La autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, deberá localizar dónde se practican los tipos de trabajo determinados a tenor del párrafo 1 de este artículo.
3. Deberá examinarse periódicamente y, en caso necesario, revisarse la lista de los tipos de trabajo determinados a tenor del párrafo 1 de este artículo, en consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas.

En Argentina, los artículos 176 y 191 de la LCT prohíben la realización de tareas penosas, peligrosas o insalubres a menores de 18 años. El artículo 112 de la LCT prohíbe los trabajos agrícolas peligrosos.

En abril del 2005, se concluyó la Consulta Nacional (una consulta tripartita y otra virtual realizada por el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos) para la identificación de los

trabajos que, por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral de niño, niñas y adolescentes. El esfuerzo conjunto de diversos órganos gubernamentales produjo un proyecto de decreto, hecho por la Superintendencia de Riesgos Laborales, que determina cuáles son estos trabajos. A la fecha de publicación de este estudio, el decreto aún está pendiente de aprobación.

En Brasil la Constitución Federal, en su art. 7º, inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre a menores de dieciocho años. El Estatuto del Niño y del Adolescente (ENA) veda el trabajo penoso o en locales que perjudiquen el desarrollo físico, psíquico, moral y social de niños y adolescentes. Existe, inclusive un dispositivo prohibiendo el trabajo nocturno.

Por su parte, la Consolidación de las Leyes Laborales (CLL), art. 405, prohíbe el trabajo nocturno, o en locales y servicios peligrosos, insalubres o moralmente dañinos.

En principio la legislación brasilera se encuentra adaptada a esos dispositivos del Convenio, sin embargo, existen dos situaciones que deben ser tenidas en cuenta:

(1) La Disposición Ministerial SIT /MTE nº 04, del 21.3.2002, permite que el dictamen técnico de profesional habilitado en seguridad y medicina del trabajo autorice el trabajo/aprendizaje en condiciones de peligrosidad o insalubridad a los adolescentes con menos de 18 años;

(2) Trabajo doméstico de adolescente traído de otra comarca. Muchas veces estos niños, niñas y adolescentes prestan servicios domésticos, pudiendo quedar vulnerables frente a cualquiera de los riesgos señalados por el Convenio.

Ese tema ha sido objeto de debate por la Comisión Especial del Trabajo Infantil (CETID) y por el Grupo Federal, del Ministerio Público del Trabajo Infante-Juvenil Doméstico (GETID), del Ministerio de Trabajo y Empleo.

El Ministerio de Trabajo y Empleo, en el 2000, instituyó una Comisión formada por representantes del gobierno Federal, del Ministerio Público del Trabajo, de los empleadores y de los trabajadores, siendo presentada la lista el 17 de enero del 2001, con las 82 actividades que, por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño.

En mayo del 2005, la CONAETI-Br instituyó una Subcomisión para Análisis y Redefinición de las Actividades Peligrosas o Insalubres con relación al trabajo infantil, que está revisando la lista vigente.

En Paraguay la Constitución Nacional, en su artículo 53, dispone sobre la protección al niño y su desarrollo armónico e integral que, por su parte, constituye una obligación de la familia, de la sociedad y del Estado.

Con relación al adolescente, el artículo 54 prevé garantías a los y las adolescentes que trabajan, destacándose los derechos laborales de prevención de la salud; derechos

individuales relativos a la libertad, respeto y dignidad y derecho a ser sometido periódicamente a exámenes médicos.

El Código de la Niñez y la Adolescencia prevé la creación de un Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia que deberá regular e integrar los programas y acciones en el ámbito nacional, departamental y municipal. Ese mismo Código, en su artículo 54, determina, sin perjuicio del Código del Trabajo, la prohibición del trabajo de adolescentes en cualquier lugar subterráneo o debajo del agua, así como otras actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral.

Con relación al trabajo subterráneo, la memoria del gobierno paraguayo entiende que la aplicación de la normativa es delicada, una vez que en la mayoría de las minas la exploración se realiza sobre la superficie y no existe una prohibición taxativa en ese sentido.

En el Código del Trabajo, el artículo 125 enumera una serie de servicios prohibidos para menores de 18 años, como por ejemplo: tareas o servicios susceptibles de afectar la moralidad y las buenas costumbres; trabajos peligrosos o insalubres; trabajos superiores a la jornada establecida, o superiores a la fuerza física, o que puedan impedir o retardar el desarrollo físico normal.

La memoria enviada por el gobierno paraguayo afirma que, en la práctica, no existe una determinación de cuáles son las actividades que pueden impedir o retardar el desarrollo normal de los y las adolescentes o establezcan protecciones especiales para los mismos. La calificación de peligrosidad o insalubridad de un local de trabajo se realiza mediante un procedimiento administrativo que incluye a todos los trabajadores, sin distinción de edades para su aplicación. Recomienda, en este sentido, un procedimiento especial para las calificaciones en razón de la edad de los trabajadores.

El Decreto n° 4951, del 22 de marzo del 2005, que reglamentó la Ley n° 1657/2001 que ratifica el Convenio 18 de la OIT, aprobó la lista de 26 actividades que “por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, ponen en grave riesgo la salud física, mental, social o moral de los niños, niñas y adolescentes, interfiriendo con su escolarización o exigiéndole combinar arduas jornadas de trabajo con su actividad educativa.

En Uruguay, el art. 163 del Código de la Niñez y la Adolescencia obliga al Estado a proteger a los niños, niñas y adolescentes que trabajan contra toda forma de explotación económica y contra el desempeño de cualquier tipo de trabajo peligroso o nocivo para su salud o para su desarrollo físico, espiritual, moral y social. Prohíbe todo trabajo que no le permita gozar de bienestar en compañía de su familia o responsables o entorpezca su formación educativa.

El art. 164 del Código de la Niñez y Adolescencia determina que el INAU establecerá con carácter de urgencia la lista de tareas a ser incluidas en la categoría de trabajo peligroso y nocivo para la salud de niños, niñas y adolescentes o para su desarrollo físico y moral, que estarán terminantemente prohibidas, cualquiera sea la edad del que pretenda trabajar o se encuentre en relación de trabajo. La Lista de Trabajos Peligrosos elaborada por el CETI ya está lista y cuenta con una resolución del INAU, pero se espera no obstante, la aprobación de un Decreto.

La memoria del gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 (anterior a la aprobación del Código de la Niñez y Adolescencia) hace referencia a una serie de normativas internas sobre el tema:

- (1) Decreto n° 851/71 del 16/12/1971, que remite a la Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social “la confección de una nómina de trabajos considerados insalubres o peligrosos para la salud y la seguridad del menor, que deberá ser enviada anualmente al INAU (Ex INAME) y establece que este organismo “podrá prohibir el empleo de menores en las actividades insalubres o peligrosas o exigir la repetición del examen médico en todos aquellos casos que a su juicio lo justifiquen”;
- (2) CIT 13, ratificado por Decreto Ley 8.950 de 5/4/1933, así como su decreto reglamentario del 15/9/52 prohíben emplear menores de 18 años en trabajos de pintura industrial que impliquen el uso de cerusa, sulfato de plomo o cualquier producto que contenga dichos pigmentos;
- (3) CIT 136 ratificado por Ley n° 14.567 del 30/8/1976 “prohíbe el empleo de menores de 18 años en trabajos que entrañen exposición al benceno o a productos que lo contengan”;
- (4) Ley 5.032 de 21/7/1914, art. 4 y art. 32 del Decreto 647/78 de 21/11/1978, que reglamenta la Ley n° 14.785 (Estatuto del Trabajador Rural) establecen una prohibición absoluta para las mujeres y niños en lo que se refiere al empleo en la limpieza y reparación de motores en marcha, máquinas y otros agentes de transmisión peligrosa;
- (5) Decreto n° 647/78 de 21/11/1978 prohíbe el trabajo de menores de 18 años en el medio rural, cuando perjudique su salud, su vida y su moralidad, cuando sea excesivamente fatigante, insalubre o peligroso para la preservación física o moral del niño;
- (6) Decreto de 9/1/1942 prohíbe el trabajo de menores de 18 años como obreros o aprendices en el hilado de algodón;
- (7) Decreto de 14/9/1945 fija en 18 años la edad mínima para trabajar en establecimientos que preparen, empleen o manipulen aminas aromáticas;
- (8) Decreto de 8/5/1950 que reglamenta las leyes 11.146 y 10.667 “dispone que los menores de 18 años no podrán ser admitidos en los establecimientos que fabriquen pan, masas y pastas frescas a menos que exista autorización de la autoridad competente para aprendizaje o para tareas indicadas en la autorización;
- (9) Resolución del Consejo del Niño de 4/11/1969 “prohíbe el empleo de menores de 18 años en el levantamiento o transporte de bultos o cargas, cualquiera sea el peso”;
- (10) Resolución del Consejo del Niño de 10/12/1971 “prohíbe a los menores de 18 años ser empleados o trabajar a bordo de buques, en calidad de pañoleros o de fogoneros”;
- (11) Resolución del 10 de marzo del 2003, de INAU, de no autorizar la realización de tareas de cosecha de cítricos a menores de 18 años”;

- (12) Ley 10.471 de 3/3/1944 “prohíbe el trabajo de menores de 18 años en la explotación de bosques, montes y turberas”,
- (13) Decreto n° 372/99 de 26/11/1999 que prohíbe el trabajo de menores de 18 años en tareas de cosecha forestal y en las que impliquen el manejo de agro tóxicos”;
- (14) Decreto de 22/1/36, reglamenta la Ley 5032 de 21/07/1914 “establece como edad mínima los 20 años para obreros de cámaras frigoríficas”;
- (15) Ley 577 de 14/10/1950 “prohíbe emplear a menores de 21 años en trabajos insalubres, durante el horario nocturno”.

Artículo 5

Todo Miembro, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores, deberá establecer o designar mecanismos apropiados para vigilar la aplicación de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio.

En Argentina existe el Programa de Información, Estadística y Monitoreo en Materia de Trabajo Infantil (SIMPOC), a cargo de la Subsecretaría de Reprogramación Técnica y Estudios Laborales (Ministerio de Trabajo) y el Registro Nacional de Información de Personas Menores Extraviadas, en el ámbito del Ministerio de Justicia, que centraliza, organiza y cruza las informaciones de todo el país. El Registro Nacional funciona en el ámbito del Programa Nacional de Prevención de la Sustracción y Tráfico de Niños y de los Delitos contra su Identidad.

En Brasil, además del Foro Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil, del Consejo Nacional de los Derechos del Niño y del Adolescente (CONANDA), de la CONAETI-Br y de la Comisión Especial del Trabajo Infantil Doméstico – CETID, existe el Proyecto Presidente Amigo del Niño, lanzando en el 2002, que comprometió a la actual gestión federal con 21 metas establecidas por el documento “Un Mundo por los Niños”, de la ONU, específicamente en lo que se refiere a promover vidas saludables, educación de calidad, protección contra el abuso, la explotación y la violencia y combate al VIH/SIDA. Para acompañar la ejecución del compromiso de metas y de gestión fue creada la Red de Monitoreo Amiga del Niño.

En el ámbito del Ministerio de Trabajo y Empleo fue elaborado el Mapa de Indicativos del Trabajo Infantil y Adolescente, una publicación que reúne informaciones recogidas por los Grupos Especiales de Combate al Trabajo Infantil y de Protección al Trabajador Adolescente – CECTIPA, a partir de las acciones de fiscalización, coordinadas por ellos.

En Paraguay, el Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 37, prevé la creación del Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia a fin de regular e integrar los programas y acciones en los tres niveles: nacional, departamental y municipal. El Decreto n° 18.835, del 7 de octubre del 2002, creó la Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo Adolescente (CONAETI-Py).

En Uruguay, conforme memoria presentada por el gobierno, los organismos competentes para realizar el control del cumplimiento del Convenio 182 son el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social a través de la Inspección General del Trabajo (IGTSS) y el INAU.

El art. 218 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que el INAU deberá desarrollar el Sistema Nacional de Información sobre Niñez y Adolescencia, que deberá incluir datos sobre el niño o adolescente bajo su responsabilidad y de las instituciones que lo atienden. El art. 219 determina que este Sistema deberá generar datos que permitan un adecuado seguimiento de la atención al niño, niña o adolescente y de la evolución de la misma, así como generar la información necesaria para la formulación de las políticas del niño, niña y el adolescente.

Artículo 6

1. Todo Miembro deberá elaborar y poner en práctica programas de acción para eliminar, como medida prioritaria, las peores formas de trabajo infantil.
2. Dichos programas de acción deberán elaborarse y ponerse en práctica en consulta con las instituciones gubernamentales competentes y las organizaciones de empleadores y de trabajadores, tomando en consideración las opiniones de otros grupos interesados, según proceda.

En Argentina, existe el Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil del cual forman parte el Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural y el Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina. Se registra también la existencia del Programa de Formulación e Información Sistémica en materia de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y del Programa Luz de Infancia, para la prevención y erradicación de explotación sexual comercial infantil en la Provincia de Misiones, con apoyo de la OIT.

En Brasil, el principal programa de acción relativo al Convenio 182 es el Plan Nacional de Combate y Erradicación del Trabajo Infantil, elaborado por la CONAETI-Br. Se registra además el Plan Nacional de Combate a la Violencia Sexual Infanto-Juvenil, la Política Nacional de Salud para la Erradicación del Trabajo Infantil y el recientemente aprobado Plan Nacional para el Combate de la Trata de Personas.

En Paraguay, la creación de la Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia (SNNA) fue un importante avance en materia de protección de los derechos de los niños. La SNNA es el principal organismo ejecutivo del Estado paraguayo en materia de atención al niño, niña y adolescente y cumple el papel de articular el Sistema Nacional de Protección creado por ley. Trabajó en la elaboración del Plan Nacional de Acción por la Niñez y Adolescencia (PNA) y de sus dos planes sectoriales: Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA y el Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes. Se registra también el Programa “Abrazo”, destinado a la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles.

En Uruguay, el CETI posee un Plan de Acción de ámbito nacional, para la prevención y erradicación del trabajo infantil, que posee diversas líneas de acción, involucrando aspectos legales y judiciales, de sensibilización pública, de educación y de alternativas en el campo económico.

En los cuatro países, estos programas son implementados en consulta con las instituciones gubernamentales y organizaciones de empleadores y de trabajadores, llevando en consideración conforme el caso, opiniones de otros grupos interesados, siendo las Comisiones o Comités nacionales el espacio de esta interlocución.

Artículo 7

1. Todo Miembro deberá adoptar cuantas medidas sean necesarias para garantizar la aplicación y el cumplimiento efectivos de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio, incluidos el establecimiento y la aplicación de sanciones penales o, según proceda, de otra índole.
2. Todo Miembro deberá adoptar, teniendo en cuenta la importancia de la educación para la eliminación del trabajo infantil, medidas efectivas y en un plazo determinado con el fin de:
 - a) impedir la ocupación de niños en las peores formas de trabajo infantil;
 - b) prestar la asistencia directa necesaria y adecuada para librar a los niños de las peores formas de trabajo infantil y asegurar su rehabilitación e inserción social;
 - c) asegurar a todos los niños que hayan sido librados de las peores formas de trabajo infantil el acceso a la enseñanza básica gratuita y, cuando sea posible y adecuado, a la formación profesional;
 - d) identificar a los niños que están particularmente expuestos a riesgos y entrar en contacto directo con ellos, y
 - e) tener en cuenta la situación particular de las niñas.
3. Todo Miembro deberá designar la autoridad competente encargada de la aplicación de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio.

En Argentina, además de los Planes y políticas señalados en los ítem anteriores, se registra que, entre el 2001 y el 2005, fue implementado por la OIT el Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de las Niñas, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina – Brasil – Paraguay, en el que Argentina participó con el Programa Luz de Infancia, en la provincia de Misiones.

Aunque no se destinen específicamente al combate del trabajo infantil, existen importantes programas realizados por el gobierno argentino para auxilio a niños y niñas en situación de vulnerabilidad. Entre ellos están el Plan Jefas y Jefes de Hogar Desempleados (PJJHD), creado en el 2002 para ayudar económicamente a los jefes de familia de ambos sexos con hijos e hijas menores de 18 años. El beneficio consiste en un subsidio mensual de 150 pesos argentinos, compatible con el otorgamiento de becas de estudio o transferencias de otros programas sociales.

Otro programa implementado como respuesta a la crisis es el llamado Ingreso para el Desarrollo Humano, o Familias por la Inclusión Social, que cubre hogares con niños y niñas menores de 18 años, cuyos ingresos sean insuficientes o que no participen del PJJHD, ni reciban otras transferencias de renta familiares. Los objetivos de dicho programa consisten en promover el desarrollo, la salud y la permanencia en el sistema educativo de los niños y niñas, mediante el pago de transferencias monetarias a las familias beneficiarias. El Plan Nacional de Familias por la Inclusión Social tiene por objetivo la transferencia voluntaria de los beneficiados del Plan Jefes y Jefas de Hogar, con tres o más hijos.

Para amortiguar el impacto de la crisis en el sector educativo, se amplió el Programa Nacional de Becas Estudiantiles. Su población beneficiada está formada por personas de 13 a 19 años, pertenecientes a familias de pocos recursos que estén cursando el nivel secundario o EGB3/Polimodal^{xxxii}. Estos reciben una bolsa anual de 400 pesos argentinos. El objetivo del programa es incrementar los años de permanencia en la escuela de los jóvenes de las familias más vulnerables, estimular su asistencia y promoción, reducir la cantidad de jóvenes que no estudian dentro del nivel de escolaridad obligatoria y aumentar las condiciones futuras.

En el área de responsabilidad social empresarial, se destaca el Programa Proniño, cuyo objetivo específico es contribuir a la permanencia en el sistema educativo formal de un

mínimo de 600 niños entre 6 y 12 años. El programa tiene una cobertura de tres mil niños y niñas que trabajan en diversas zonas del país. Los beneficiados son seleccionados según distintos criterios de vulnerabilidad, como por ejemplo, niños pertenecientes a hogares con registro de necesidades básicas insatisfechas, niños que trabajan, bajo rendimiento escolar, repeticiones escolares frecuentes, con déficit alimenticio, abandono escolar, etc.

En lo que se refiere a sanciones penales, éstas ya se encuentran establecidas en la legislación interna, sin embargo, falta modernizar y actualizar otros temas, como por ejemplo, la cuestión de la divulgación de la pornografía infantil en Internet.

Sobre la autoridad competente, la CONAETI-Arg, presidida por el MTEySS, desempeña este rol desde su creación.

En Brasil, en términos de institución de sanciones penales, la legislación prácticamente abarca todas las conductas incluidas en el Convenio. En su primera memoria, el gobierno brasilero hace referencia al proyecto de ley del Ministerio de Justicia, enviado al Presidente de la República, que añade un artículo al Código Penal, criminalizando la explotación del trabajo infantil.

El gobierno está ampliando, desde septiembre del 2003, el Programa de Duración Determinada (PDD), de la OIT/IPEC, sobre las peores formas de trabajo infantil. Las actividades y estrategias previstas por el PDD representan un modelo para el plan nacional de eliminación del trabajo infantil en 10 estados seleccionados: Alagoas, Brasilia, Maranhão, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo y. Entre el 2001 y 2005 fue implementado por la OIT/IPEC el “Programa de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial de Niños y Adolescentes en Argentina, Brasil y Paraguay”, realizado en Foz do Iguaçu, Estado de Paraná.

El Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI), es un programa de transferencia directa de renta del gobierno Federal para familias de niños, niñas y adolescentes involucrados en el trabajo precoz, cuyo objetivo es erradicar las peores formas de trabajo infantil en el país, aquellas consideradas peligrosas, penosas, insalubres o degradantes. Para eso, el PETI concede una beca a las familias de esos niños y niñas en reemplazo a la renta que traían a casa. En contrapartida, las familias tienen que matricular a sus hijos en la escuela y hacerlos frecuentar la Jornada Ampliada. El público objetivo son familias con niños, niñas y adolescentes en el grupo etario de los 7 a los 15 años involucrados en actividades consideradas como las peores formas de trabajo infantil.

El Programa Beca Familia (PBF) es un programa de transferencia de renta destinado a las familias en situación de pobreza, con renta per cápita de hasta 100 reales mensuales, que asocia a la transferencia del beneficio financiero, el acceso a los derechos básicos – salud, alimentación, educación y asistencia social.

En el 2006, el gobierno integró el PETI al PBF, con el objetivo de ampliar la cobertura de la atención de los niños, niñas y adolescentes en situación de trabajo infantil y extender las acciones socio-educativas.

Actualmente, el PETI está implantado en 3.039 municipios, alcanzando a más de un millón de niños, niñas y adolescentes. Con la integración con el PBF, el gobierno prevé una cobertura de más de tres millones de niños, niñas y adolescentes.

El Proyecto Agente Joven de Desarrollo Social y Humano es una acción de asistencia social destinada a jóvenes entre 15 y 17 años, que tiene como objetivo el desarrollo personal, social y comunitario. Proporciona capacitación teórica y práctica, por medio de actividades que no configuran trabajo, pero que posibilitan la permanencia del joven en el sistema de enseñanza, preparándoles para futuras inserciones en el mercado. El público-meta está formado por jóvenes que, prioritariamente, estén fuera de la escuela; que participen o hayan participado en otros programas sociales.

El Programa Centinela es un conjunto de acciones sociales especializadas y multiprofesionales dirigidas a niños, niñas y adolescentes y familias víctimas de la violencia sexual. Fue creado para dar cumplimiento al mandato de la Constitución Federal, del Estatuto del Niño y del Adolescente, de la Ley Orgánica de Asistencia Social y forma parte del Plan Nacional de Enfrentamiento a la Violencia Sexual Contra Niños y Adolescentes. Es operacionalizado por medio de servicios de referencia, bases físicas implantadas en los municipios. En esos espacios son ejecutadas acciones especializadas de atención y protección inmediata a los niños y adolescentes, tales como educación, atención multiprofesional especializada, apoyo psico-social y jurídico, acompañamiento permanente, refugio durante 24 horas (cuando corresponda) y oferta de retaguardia al sistema de garantía de derechos

Con relación a la designación de autoridad competente para dar cumplimiento a las disposiciones del convenio, la Disposición Ministerial n° 365/2002 del Ministerio de Trabajo y Empleo determina que la CONAETI-Br tiene entre sus atribuciones elaborar propuestas para la reglamentación de los Convenios 138 y 182 de la OIT; verificar su conformidad con otras normas legales vigentes, con miras a identificar las adecuaciones legislativas que puedan ser necesarias; proponer mecanismos para el monitoreo de la aplicación del Convenio 182; acompañar la implementación de las medidas adoptadas para la aplicación de los dispositivos de los Convenios 138 y 182 en Brasil.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay, así como la primera memoria enviada por el gobierno paraguayo, resaltan la necesidad de proceder con algunas adecuaciones legislativas, así como de impulsar tales reformas con políticas públicas en materia de niñez y el apoyo de campañas de difusión y concientización.

Entre el 2001 y 2005 fue implementado por la OIT/IPEC el Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de Niñas, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, realizado en Ciudad del Este.

La Red de Protección Social es un esfuerzo interministerial de coordinación de la oferta estatal de los ministerios del Área Social, coordinado por la Secretaría de Acción Social, enfocado en la población extremadamente pobre. La Red tiene dos componentes: el subprograma Familia que busca apoyar a las familias de los 34 municipios más pobres del país mediante transferencias condicionadas de recursos y la ampliación de las promesas de servicios en la comunidad; y el subprograma Abrazo, que tiene por objetivo la atención a 1.500 niños y niñas que trabajan en la calle en el Departamento Central y a sus familias,

con miras a la erradicación del trabajo infantil urbano, mediante apoyo escolar, asistencia para generación de ingresos para los padres, transferencia condicionada de recursos y micro créditos.

En términos de autoridad competente, el Consejo Nacional de la Niñez, coordinado por la Secretaría Nacional de la Niñez, creó una Comisión Técnica sobre Trabajo Infantil, que estará al frente de este tema.

El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Uruguay afirma que es necesario introducir de forma clara y explícita en la legislación del país que determinadas conductas son consideradas crimen, además de evidentemente introducir la correspondiente sanción penal para cada conducta a ser combatida. También considera que en lo que se refiere a la sanción penal de la explotación infantil, la legislación nacional es escasa, encontrando apenas algunos artículos en el Código Penal que se refieren a figuras delictivas vinculadas a la violación, corrupción de menores, atentado violento al pudor y estupro (art. 272 al 275), además del art. 279 B que determina que los padres o responsables que permitan o favorezcan que sus hijos e hijas trabajen, violando las normas prohibitivas consagradas en el Código de la Niñez y la Adolescencia incurrirán en delito.

La memoria enviada por el gobierno también se refiere a una carencia en la legislación uruguaya con relación a la penalización de la explotación del trabajo de niños, niñas y adolescentes, una vez que el Código Penal solo prevé figuras delictivas vinculadas a la violación, corrupción de menores, atentado violento al pudor y estupro. Apenas indirectamente se prevé en el referido cuerpo normativo, la penalización a los padres cuando no cumplen sus deberes inherentes a la patria potestad, colocando en peligro la salud moral o intelectual del hijo o hija menor de edad.

Con relación a programas sociales, se destaca el Programa del Cardal, que desarrolla una experiencia en convenio con el INAU. Tiene como objetivo la eliminación progresiva de las peores formas de trabajo infantil, posibilitando que niños y niñas entre 5 y 14 años, especialmente los que viven en la calle, desarrollen sus potencialidades, cubriendo las necesidades básicas de salud, alimentación, educación y recreación. Está compuesto por un programa de becas, un programa de contra turno escolar y un programa de apoyo a las familias mediante procesos de capacitación y/o micro-emprendimientos económicos.

El Proyecto Proniño, de iniciativa privada, desarrolla una experiencia con niños y niñas en situación de calle, en coordinación con el INAU a través de una ejecución mixta Estado-ONG. Tiene como objetivo mejorar la calidad de vida de los niños y niñas, reinsertarlos en el sistema escolar a partir de un convenio con las familias y las escuelas. Tiene tres componentes básicos: un programa de becas para niños, un programa de refuerzo educativo formal e informal y un programa de apoyo a las familias mediante procesos de capacitación y/o micro-emprendimientos económicos.

El Proyecto 300 es ejecutado por el INAU, de acuerdo con sus Programas de Calle, en convenio con una ONG de niñez. Ofrece una beca para niños y niñas que se encuentran en situación de calle, para que puedan salir de esta realidad. Sus fondos provienen de donaciones particulares. La beca consiste en la entrega del Tiquet Alimentación por 15 días para cada niño.

Existen programas transversales, que aunque no se refieran específicamente al trabajo infantil, atienden a niños, niñas y adolescentes en situación vulnerable. El Programa de Infancia y Familia (PILAF) de la Secretaría de la Presidencia de la República, tiene como objetivo mejorar las condiciones de vida y la inserción social de niños, niñas y adolescentes en situación de riesgo social y de su grupo familiar. El Plan Centros de Atención a la Infancia y la Familia (CAIF) es un compromiso del Estado y de la sociedad civil organizada en Asociaciones Civiles al servicio de niños y niñas menores de 4 años y de sus familias, en la búsqueda de equidad social, superación de las condiciones de exclusión y marginalidad. Los Centros CAIF ofrecen atención educativa, alimenticia y de salud, así como apoyo interdisciplinario para niños, niñas y sus familias.

La memoria del gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 identifica como autoridad competente al INAU. De acuerdo con lo establecido en el artículo 1º de la Ley nº 15.977/88, el INAU “es la entidad dirigente de todo lo relativo a la vida y bienestar de los menores desde su gestación hasta la mayoría de edad”. Por su parte, prosigue la memoria, el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social es el segundo órgano con competencias específicas en materia de trabajo de niños, niñas y adolescentes, ya que una de sus misiones es fiscalizar las condiciones de trabajo en general

Los planes nacionales de erradicación del trabajo infantil en Argentina, Brasil y Paraguay incorporan la perspectiva de género. En las políticas públicas implementadas en estos países las niñas están siendo consideradas como prioridad especialmente en los programas de explotación sexual comercial infantil y de combate al trabajo infantil doméstico, en función del predominio de género femenino entre las víctimas.

Artículo 8

Los Miembros deberán tomar medidas apropiadas para ayudarse recíprocamente a fin de aplicar las disposiciones del presente Convenio por medio de una mayor cooperación y/o asistencia internacionales, incluido el apoyo al desarrollo social y económico, los programas de erradicación de la pobreza y la educación universal.

Brasil es un país donador de la OIT para Haití, Angola y Mozambique, en lo que se refiere a programas de combate a las peores formas de trabajo infantil. Paraguay tiene iniciativas de intercambio con Argentina en términos de trabajo infantil peligroso y de inspección de trabajo. Uruguay también tiene iniciativas de intercambio con Argentina en términos de inspección de trabajo.

En el ámbito de la ayuda recíproca dentro del Mercosur, se destaca la Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil. Se registra, también, la existencia de una propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes, llevado a cabo por OIT/IPEC en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, que actualmente está en proceso de análisis en los respectivos ministerios de Relaciones Exteriores^{xxxiii}.

En julio del 2002, en el ámbito del Mercosur, fue aprobada la Agenda de Trabajo para el desarrollo de un Plan Subregional en materia de erradicación del trabajo infantil en diciembre de ese mismo año se realizó un taller de continuidad del Plan Subregional, que propuso la realización de un encuentro de las comisiones nacionales de erradicación del trabajo infantil.

En mayo del 2003 se realizó en Asunción, Paraguay, el Primer Encuentro de Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile, con la presencia de representantes de gobiernos, organizaciones de trabajadores y de empleadores. Como resultado del evento, se suscribió la Declaración de las Comisiones Nacionales de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil de los países del Mercosur y Chile en el que se comprometen a: 1) Apoyar a Paraguay para la ratificación del Convenio 138 de la OIT (ya realizada); 2) Promover la cooperación entre Comisiones Nacionales para llevar adelante planes y programas de acción para la erradicación del trabajo infantil y elevar la edad mínima de admisión al empleo; y 3) Articular acciones con los órganos sociolaborales del Mercosur, especialmente el Subgrupo de Trabajo 10 y la Comisión Sociolaboral. El encuentro fortaleció el trabajo desarrollado por las Comisiones, dándoles visibilidad en los propios órganos sociolaborales del Mercosur y fortaleció la cooperación horizontal entre los países del Cono Sur. Siguió las reuniones en Buenos Aires, 2004 y en Montevideo, 2005.

En el ámbito del Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil fue elaborada la Guía para la Implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile (OIT, 2003). Se trata de un trabajo coordinado entre especialistas de los ministerios de trabajo de los países del Mercosur y Chile, con el objetivo de ampliar la visión de la inspección de trabajo hacia un modelo pedagógico que permita integrarla a los sistemas nacionales de protección del niño, niña y el adolescente.

En el 2004, el Módulo III del Subgrupo de Trabajo 10 realizó, en los cuatro países, una Campaña Gráfica de combate al trabajo infantil con apoyo de OIT/IPEC. En el 2005 y 2006 la campaña fue complementada individual y localmente por cada país.

En el ámbito del Subgrupo de Trabajo 10, está en discusión la propuesta de un Plan Regional de Inspección de Trabajo, que incluyó formación y capacitación de inspectores de trabajo y posibilidades de inspecciones conjuntas. Durante la realización de la XIII Reunión Ordinaria del Subgrupo 10 (Buenos Aires, 2006), fue sugerido que las recomendaciones del Mercosur en términos de Fortalecimiento de la Inspección de Trabajo fuesen elevadas a resolución.

En la XXII Reunión Ordinaria del Subgrupo de Trabajo 10 del Mercosur, realizada en Montevideo, en octubre del 2005, la delegación Argentina presentó una propuesta de un Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, que tiene como propósito dar directrices y objetivos fundamentales para desarrollar una política regional para la prevención y erradicación del trabajo infantil en el Mercosur.

El Plan Regional busca: 1) Armonizar la Declaración Sociolaboral del Mercosur con las normas internacionales y generar mecanismos de supervisión, control y seguimiento de las referidas normas; 2) Conocer la dimensión, alcance y diversidad del trabajo infantil en la región y 3) Fortalecer mecanismos institucionales de cooperación horizontal para dar cumplimiento a la normativa nacional y regional para la prevención y erradicación del trabajo infantil.

El Plan prevé la creación de una Unidad Ejecutora, organismo tripartito de carácter regional cuyo objetivo será coordinar, planificar y evaluar todas las acciones de prevención

y erradicación del trabajo infantil en el ámbito del Mercosur. La Unidad Ejecutora tendrá el apoyo de una Secretaría Técnica rotatoria.

En julio del 2006, el Grupo Mercado Común (GMC) aprobó la “Resolución nº 36/06 – Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur”. La transformación del Plan en Resolución lo convierte en obligatorio. Vale destacar que su objetivo específico tres, referido al fortalecimiento de mecanismos institucionales de cooperación horizontal para dar cumplimiento a la normativa nacional y regional para la prevención y erradicación del trabajo infantil, se desarrollará a través de las siguientes actividades: a) Diseñar planes de intervención conjunta para prevenir y erradicar modalidades de trabajo infantil existentes en las zonas de frontera; b) Planificar e implementar un programa permanente de sensibilización, información e formación en materia de trabajo infantil en los países del Mercosur; c) Sistematizar y difundir acciones exitosas de prevención y erradicación desarrolladas en cada uno de los países.

En la misma fecha, la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur (CPC) decidió recomendar a los países que componen el bloque económico que coordinen sus acciones y sus organismos para consolidar la prevención de trabajo infantil, por medio de la combinación de medidas y de la actualización informativa. Por sugerencia del senador Sergio Zambiasi, Presidente de la CPC, la recomendación incluirá un pedido para que los países del bloque igualmente se empeñen en un trabajo conjunto contra la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes y el trabajo esclavo.

En el ámbito del Mercosur se destaca la Iniciativa NIÑ@SUR, que desde el 2004 (XXVI Reunión del Consejo Mercado Común) está siendo discutida en el ámbito de la Reunión de Altas Autoridades Competentes en Derechos Humanos y Cancillerías de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados. La Iniciativa NIÑ@SUR tiene como fundamento promover la articulación de los esfuerzos nacionales orientados al cumplimiento de la Convención de los Derechos del Niño y la adecuación legislativa nacional a los instrumentos internacionales sobre la materia. Entre sus objetivos inmediatos, está la promoción de coordinaciones temáticas entre los estados para el tratamiento de las cuestiones de explotación sexual, tráfico, pornografía infantil, trabajo infantil y trabajadores migrantes y sus familias.

En las áreas de desarrollo social y económico, erradicación de la pobreza y educación universal, cabe mencionar las iniciativas para impulsar un sistema integrado de salud del Mercosur, una iniciativa conjunta de la Organización Panamericana de Salud (OPS) y de los Ministerios de Salud de Argentina, Brasil y Paraguay; el Grupo de Trabajo Itaipú/Salud, formado por representantes de todas las esferas de la gestión de salud en Brasil y Paraguay; las propuestas de políticas conjuntas para el combate del VIH/SIDA en los municipios fronterizos, llevadas a cabo por los coordinadores de los programas de VIH/SIDA de Brasil, Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay; y la iniciativa Brasil+ 6, para expandir la atención y el apoyo a mujeres embarazadas, niños, niñas y adolescentes en las áreas de VIH/SIDA y sífilis, en función de la cual el gobierno brasileño está donando medicamentos antirretrovirales a seis países, incluyendo Bolivia y Paraguay.

En el área de cooperación jurídica internacional, el instrumento más avanzado en términos de colaboración entre Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay para el enfrentamiento de la

criminalidad es el Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia penal para el Mercosur, firmado en 1996. En sus 31 artículos, el Protocolo define las reglas de asistencia mutua y de cooperación en los procedimientos judiciales relacionados con asuntos penales.

Brasil, Paraguay y Argentina, así como Bolivia y Chile, también son signatarios del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la seguridad Regional en el Mercosur, 1999. El Plan tiene como objetivo la coordinación de esfuerzos de las Fuerzas de Seguridad y/o Policiales y demás Organismos de Control de cada Estado Parte y Asociado del Mercosur en el combate a organizaciones criminales relacionadas, entre otros temas, con el tráfico de niños y las migraciones clandestinas.

En junio del 2000, el Consejo del Mercado Común, reunido en Buenos Aires, aprobó una Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur, que reafirman la plena vigencia de las disposiciones de la Convención de los Derechos del Niño y de la Convención Interamericana sobre Restitución Internacional de Niños, comprometiéndose a realizar todas las acciones necesarias para su efectivo cumplimiento y que aquellos Estados Partes que no hayan ratificado alguna de ellas, deberán realizar las acciones internas para su rápida ratificación y vigencia.

2.3 Cuadro comparativo de las medidas adoptadas para garantizar la aplicación de los convenios de la OIT relativos al Trabajo Infantil

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 1° Todo Miembro para el cual esté en vigor el presente Convenio se compromete a seguir una política nacional que asegure la abolición efectiva del trabajo de los niños y eleve progresivamente la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo a un nivel que haga posible el más completo desarrollo físico y mental de los menores.</p>	<p>-Creación de la CONAETI-Arg (2000). -Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006).</p>	<p>-Creación de la CONAETI-Br (2002). -Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI) (1996). -Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004).</p>	<p>-Creación de la CONAETI-Py (2002). -Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes (2003-2008). -Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA (2004).</p>	<p>-Creación del CETI (2000). -Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Uruguay (2003-2005).</p>
<p>Artículo 2° 1. Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá especificar, en una declaración anexa a su ratificación, la edad mínima de admisión al empleo o al trabajo en su territorio y en los medios de transporte matriculados en su territorio; a reserva de lo dispuesto en los artículos 4 a 8 del presente Convenio, ninguna persona menor de esa edad deberá ser admitida al empleo o trabajar en ocupación alguna.</p> <p>2. Todo Miembro que haya ratificado el presente Convenio podrá notificar posteriormente al Director General de la Oficina Internacional del Trabajo, mediante otra declaración, que establece una edad mínima más elevada que la que fijó inicialmente.</p>	<p>-Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 14 AÑOS. -Ley de Contrato de Trabajo n° 20.744 (LCT), en su Artículo 189, prohíbe la ocupación de menores de 14 años.</p>	<p>-Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 16 AÑOS. -La Enmienda Constitucional n° 20, de 15 de diciembre de 1998, prohíbe el trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz, a partir de 14 años.</p>	<p>-Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 14 AÑOS. -La Ley 2332, de 2003, que aprueba la Convención 138, fija en 14 años la edad mínima de admisión al empleo.</p>	<p>-Edad declarada por el país en el momento de ratificación del Convenio: 15 AÑOS. -El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su Artículo 162, fija en 15 años la edad mínima para que adolescentes trabajen en empleos públicos o privados, en todos los sectores de actividad económica, salvo excepciones (INAU).</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>3. La edad mínima fijada en cumplimiento de lo dispuesto en el párrafo 1 del presente artículo no deberá ser inferior a la edad en que cesa la obligación escolar, o en todo caso, a quince años.</p> <p>4. No obstante las disposiciones del párrafo 3 de este artículo, el Miembro cuya economía y medios de educación estén insuficientemente desarrollados podrá, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, si tales organizaciones existen, especificar inicialmente una edad mínima de catorce años.</p> <p>5. Cada Miembro que haya especificado una edad mínima de catorce años con arreglo a las disposiciones del párrafo precedente deberá declarar en las memorias que presente sobre la aplicación de este Convenio, en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo:</p> <p>a) que aun subsisten las razones para tal especificación, o</p> <p>b) que renuncia al derecho de seguir acogiéndose al párrafo 1 anterior a partir de una fecha determinada.</p>				

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 3º</p> <p>1. La edad mínima de admisión a todo tipo de empleo o trabajo que por su naturaleza o las condiciones en que se realice pueda resultar peligroso para la salud, la seguridad o la moralidad de los menores no deberá ser inferior a dieciocho años.</p> <p>2. Los tipos de empleo o de trabajo a que se aplica el párrafo 1 de este artículo serán determinados por la legislación nacional o por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, cuando tales organizaciones existan.</p> <p>3. No obstante lo dispuesto en el párrafo 1 de este artículo, la legislación nacional o la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, cuando tales organizaciones existan, podrán autorizar el empleo o el trabajo a partir de la edad de dieciséis años, siempre que queden plenamente garantizadas la salud, la seguridad y la moralidad de los adolescentes, y que éstos hayan recibido instrucción o formación profesional adecuada.</p>	<p>-La Ley de Contrato de Trabajo, artículos 176 y 191, prohíbe a menores de 18 años la realización de tareas penosas, peligrosas o insalubres.</p> <p>-El art. 112 de la Ley nº 22.248 (Régimen Nacional de Trabajo Agrario) prohíbe a menores de 18 años la ocupación en trabajos penosos, peligrosos o insalubres, conforme determina la reglamentación.</p>	<p>-La Constitución Federal, en su artículo 7º, inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre para menores de 18 años.</p>	<p>-El Código del Trabajo, Artículo 125, prohíbe el trabajo de menores de 18 años en tareas o servicios susceptibles de afectar su moralidad o buenas costumbres; relacionadas a bebidas alcohólicas; trabajos de ambulantes (salvo autorización especial); trabajos peligrosos o insalubres; trabajos que puedan interferir en el desarrollo físico normal, cuyas jornadas sean superiores a la establecida; trabajo nocturno en los períodos previstos en el art. 122 - niños de 15 a 18 años, de las 22 a las 6 horas (excluido trabajo doméstico) y de 13 a 15 años, de las 20 a las 8 horas)- así como, otros que sean previstos en ley.</p> <p>-En su artículo 180 establece que podrán trabajar en actividades agrícolas, pecuarias, forestales y similares, los mayores de 15 años y con excepción de los de 14 años.</p> <p>-El art. 179 establece que los menores de edad no podrán realizar trabajos vinculados al manejo de tractores, motores a vapor, cosechadoras y otras máquinas.</p> <p>-El Código de la Niñez y de la Adolescencia determina, en el art. 54, la prohibición del trabajo adolescente, sin perjuicio de lo establecido en el Código</p>	<p>-El art. 163 del Código de la Niñez y la Adolescencia prohíbe todo trabajo que no permita al niño, niña o adolescente gozar de bienestar en compañía de su familia o responsables o entorpezca su formación educativa.</p> <p>-Para que este Artículo sea puesto en práctica, se debe considerar el listado de trabajos peligrosos elaborado por el CETI de Uruguay y que ya cuenta con una resolución aprobatoria del INAU.</p> <p>-El artículo 168 determina que anualmente todos los menores de 18 años que trabajen serán sometidos obligatoriamente a un examen médico, a fin de comprobar si la tarea que realizan es superior a su capacidad física. En caso afirmativo, deberán abandonar el trabajo por otro más adecuado.</p> <p>-Con relación al trabajo nocturno, el art. 172 determina que los adolescentes no podrán ser empleados de las 22 horas a las 06 horas de la mañana siguiente, salvo autorización del INAU.</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>da y específica en la rama de actividad correspondiente.</p> <p>Artículo 4°</p> <p>1. Si fuere necesario, la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleadores y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, podrá excluir de la aplicación del presente Convenio a categorías limitadas de empleos o trabajos respecto de los cuales se presente problemas especiales e importantes de aplicación.</p> <p>2. Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá enumerar, en la primera memoria sobre la aplicación del Convenio que presente en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo, las categorías que haya excluido de acuerdo con lo dispuesto en el párrafo 1 de este artículo, explicando los motivos de dicha exclusión, y deberá indicar en memorias posteriores el estado de su legislación y práctica respecto de las categorías excluidas y la medida en que aplica o se</p>	<p>-No existen excepciones.</p>	<p>-No existen excepciones.</p>	<p>del Trabajo, en cualquier lugar subterráneo o bajo el agua y en otras actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral.</p> <p>- Al momento de la publicación de este documento, Paraguay todavía no ha enviado la Memoria relativa al Convenio.</p>	<p>-No existen excepciones</p> <p>-Inicialmente se habían excluido a la industria textil (permiéndose a menores entre 16 y 18 años jornadas completas, con la previa autorización del padre, madre, tutor o encargado del entonces Consejo del Niño), la industria de calzados y la de cuero. Tales exclusiones, justificadas por la situación económica del país, ya no existen más.</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>propone aplicar el presente Convenio a tales categorías.</p> <p>3. El presente artículo no autoriza a excluir de la aplicación del Convenio los tipos de empleo o trabajo a que se refiere el artículo 3.</p>	<p>-No existen excepciones.</p>	<p>-No existen excepciones.</p> <p>-El Decreto n° 4.134/2002, que ratifica el Convenio, restringe su ámbito de aplicación a minas y canteras, industrias manufactureras, construcción, servicios de electricidad, gas y agua, saneamiento, transporte y almacenamiento, comunicaciones y plantaciones y otros emprendimientos agrícolas que produzcan especialmente para el comercio, excluidas las empresas familiares o de pequeño porte que trabajen para el mercado local y que no empleen regularmente a trabajadores con salario.</p> <p>-Sin embargo, el art. 7°, inciso XXXIII de la Constitución prohíbe cualquier trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz. En el entendimiento de juristas especializados en el tema, debe prevalecer el texto constitucional, en detrimento de la restricción prevista en el art. 5 del Convenio. Vale recordar que el art. 19 de la</p>	<p>-Al momento de la publicación de este documento, Paraguay todavía no ha enviado la Memoria relativa al Convenio.</p>	<p>-No existen excepciones.</p>
<p>Artículo 5°</p> <p>1. El Miembro cuya economía y cuyos servicios administrativos estén insuficientemente desarrollados podrá, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleados y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, limitar inicialmente el campo de aplicación del presente Convenio.</p> <p>2. Todo Miembro que se acoja al párrafo 1 del presente artículo deberá determinar, en una declaración anexa a su ratificación, las ramas de actividad económica o los tipos de empresa a los cuales aplicará las disposiciones del presente Convenio.</p>				
<p>3. Las disposiciones del presente Convenio deberán ser aplicables, como mínimo, a:</p> <p>minas y canteras; industrias manufactureras; construcción; servicios de electricidad, gas y agua; saneamiento; transpor</p>				

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>tes, almacenamiento y comunicaciones, y plantaciones y otras explotaciones agrícolas que produzcan principalmente con destino al comercio, con exclusión de las empresas familiares o de pequeñas dimensiones que produzcan para el mercado local y que no empleen regularmente trabajadores asalariados.</p> <p>4. Todo Miembro que haya limitado el campo de aplicación del presente Convenio al amparo de este artículo:</p> <p>a) deberá indicar en las memorias que presente en virtud del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo la situación general del empleo o del trabajo de los menores y de los niños en las ramas de actividad que estén excluidas del campo de aplicación del presente Convenio y los progresos que haya logrado hacia una aplicación más extensa de las disposiciones del presente Convenio;</p> <p>b) podrá en todo momento extender el campo de aplicación mediante una declaración enviada al Director General de la Oficina Internacional del Trabajo.</p>		<p>Constitución de la OIT impide que el Convenio ratificado prevalezca en detrimento de norma interna más favorable.</p>		

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 6° El presente Convenio no se aplicará al trabajo efectuado por los niños o los menores en las escuelas de enseñanza general, profesional o técnica o en otras instituciones de formación ni al trabajo efectuado por personas de por lo menos catorce años de edad en las empresas, siempre que dicho trabajo se lleve a cabo según las condiciones prescritas por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones interesadas de empleadores y de trabajadores, cuando tales organizaciones existan, y sea parte integrante de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) un curso de enseñanza o formación del que sea primordialmente responsable una escuela o institución de formación; b) un programa de formación que se desarrolle entera o fundamentalmente en una empresa y que haya sido aprobado por la autoridad competente; o c) un programa de orientación, destinado a facilitar la elección de una ocupación o de un tipo de formación. 	<p>-El artículo 187, párrafo 2°, de la LCT prevé la participación de niños, niñas y adolescentes, entre 14 y 18 años, en programas de aprendizaje y orientación profesional y la Ley 25013, en su art. 1°, regula el contrato de trabajo de aprendizaje, reconociéndole la naturaleza laboral.</p>	<p>-La Constitución Federal prevé el trabajo en la condición de aprendiz a partir de 14 años, siendo que ese dispositivo constitucional fue reglamentado por medio de la Ley n° 10.097, del 19 de diciembre del 2000 ("Ley del Aprendiz"), que alteró Artículos de la CLL.</p>	<p>-El Artículo 119 del Código del Trabajo exceptúa de la aplicación de la normativa, el trabajo realizado por menores de edad en escuelas profesionales siempre que se realice con fines de formación profesional y sea aprobado y fiscalizado por autoridades competentes.</p>	<p>-El artículo 166 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que se consideren programas de educación en el trabajo aquellos realizados por el INAU o por instituciones sin fines de lucro, que tengan exigencias pedagógicas relativas al desarrollo personal y social del alumno, que prevalezcan sobre los aspectos productivos. -La Ley 16.873, de 1997, establece requisitos y otorga beneficios a empresas que incorporen jóvenes en cuatro modalidades contractuales: práctica de trabajo para ingresados, becas de trabajo, contrato de aprendizaje y aprendizaje simple. La ley, en tanto, no hace referencia a la edad mínima.</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 7°</p> <p>1. La legislación nacional podrá permitir el empleo o el trabajo de personas de trece a quince años de edad en trabajos ligeros, a condición de que éstos:</p> <p>a) no sean susceptibles de perjudicar su salud o desarrollo; y</p> <p>b) no sean de tal naturaleza que puedan perjudicar su asistencia a la escuela, su participación o formación de orientación o programas profesional aprobados por la autoridad competente o el aprovechamiento de la enseñanza que reciben.</p> <p>2. La legislación nacional podrá también permitir el empleo o el trabajo de personas de quince años de edad por lo menos, sujetas aun a la obligación escolar, en trabajos que reúnan los requisitos previstos en los apartados a) y b) del párrafo anterior.</p> <p>3. La autoridad competente determinará las actividades en que podrá autorizarse el empleo o el trabajo de conformidad con los párrafos 1 y 2 del presente artículo y prescribirá el número de horas y las condiciones en que podrá llevarse a cabo dicho empleo o trabajo.</p>	<p>-Sin previsión legal.</p> <p>-Podría ser considerado trabajo leve aquel previsto en el Artículo 189, Párrafo 2°, de la LCT, que permite el trabajo de menores de 14 años en empresas que solamente tengan miembros de la familia y desde que la ocupación no sea nociva, perjudicial o peligrosa y la Ley n° 22248, que trata del Régimen Nacional del Trabajo Agrario, que permite el trabajo de niños, niñas y adolescentes en propiedad agraria explorada por la propia familia. Sin embargo, en ambas hipótesis, no existe previsión de una edad mínima.</p>	<p>-No existe previsión de trabajos ligeros en Brasil, una vez que el trabajo solo es permitido para menores de 16 años en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años.</p>	<p>-No existe previsión. El Studio legislativo sugiere la elaboración de una lista de trabajos livianos para niños a partir de 13 años.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su Artículo 165, determina que el INAU revisará las autorizaciones que concedió con relación al empleo de niños, niñas y adolescentes entre 13 y 15 años. Apenas serán permitidos trabajos ligeros, que por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan no perjudiquen el desarrollo físico, mental o social de los mismos, ni obstaculicen su escolaridad.</p>

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>4. No obstante las disposiciones de los párrafos 1 y 2 del presente artículo, el Miembro que se haya acogido a las disposiciones del párrafo 4 del artículo 2 podrá, durante el tiempo en que continúe acciéndose a dichas disposiciones, sustituir las edades de trece y quince años, en el párrafo 1 del presente artículo, por las edades de doce y catorce años, y la edad de quince años, en el párrafo 2 del presente artículo, por la edad de catorce años.</p>	<p>-Decreto n° 4910/57 que entrega al Ministerio de Trabajo, la fiscalización del régimen legal de trabajo a los menores de 18 años en actividades artísticas.</p> <p>-Decreto n° 4364/66 que establece las condiciones de liberación de las autorizaciones: el periodo de trabajo no puede pasar de la media noche, se debe resguardar su salud y moralidad, el trabajo no puede perjudicar la instrucción y debe respetarse un reposo de 14 horas consecutivas.</p>	<p>-Estatuto del Niño y Adolescente, Artículo 149, dispone que compete a la autoridad judicial disciplinaria, por medio de una portaria, autorizar, por medio de licencia, la participación del niño, niña o adolescente en espectáculos públicos, ensayos y certámenes de belleza.</p>	<p>-No existe previsión en el Código de la Niñez.</p> <p>-Consejo Nacional de la Niñez/ Comisión Temática de Trabajo Infantil - Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia no trae ninguna norma con relación al tema.</p>
<p>Artículo 8°</p> <p>1. La autoridad competente podrá conceder, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesados, cuando tales organizaciones existan, por medio de permisos individuales, excepciones a la prohibición de ser admitido al empleo o de trabajar que prevé el artículo 2 del presente Convenio, con finalidades tales como participar en representaciones artísticas.</p> <p>2. Los permisos así concedidos limitarán el número de horas del empleo o trabajo objeto de esos permisos y prescribirán las condiciones en que puede llevarse a cabo.</p>				

Convenio 138 sobre Edad Mínima de Admisión al Trabajo o al Empleo (1973)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 9°</p> <p>1. La autoridad competente deberá prever todas las medidas necesarias, incluso el establecimiento de sanciones apropiadas, para asegurar la aplicación efectiva de las disposiciones del presente Convenio.</p> <p>2. La legislación nacional o la autoridad competente deberán determinar las personas responsables del cumplimiento de las disposiciones que den efecto al presente Convenio.</p> <p>3. La legislación nacional o la autoridad competente prescribirá los registros u otros documentos que el empleador deberá llevar y tener a disposición de la autoridad competente. Estos registros deberán indicar el nombre y apellidos y la edad o fecha de nacimiento, debidamente certificados siempre que sea posible, de todas las personas menores de dieciocho años empleadas por él o que trabajen para él.</p>	<p>-CONAETI-Arg</p> <p>-El Artículo 52 de la LCT obliga al empleador a mantener un libro especial con datos de los trabajadores, sin embargo, no exige la anotación de la edad de los mismos.</p>	<p>-CONAETI-Br</p> <p>-La CLL prevé la inscripción de todo empleado en el registro de trabajo, lo que incluye al trabajador menor de 18 años.</p>	<p>-Con relación a los registros que deben ser mantenidos y puestos a disposición por el empleador cuando los trabajadores tienen menos de 18 años, hay previsión en el Código del Trabajo (art. 123) y en el Código de la Niñez y la Adolescencia (arts. 55 a 61).</p>	<p>-INAU y Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.</p> <p>-Con relación a los catastros, el Artículo 167 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que para trabajar, los y las adolescentes deberán contar con carné de habilitación facilitado por el INAU, en el cual deberán constar, además de datos personales, consentimiento para trabajar, del adolescente y sus responsables, examen médico y comprobación de haber completado el ciclo obligatorio de enseñanza o el nivel alcanzado. Conforme al art. 177 de la misma norma, el INAU determinará los documentos que el empleador deberá llevar y tener a disposición de la autoridad competente.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Art. 1 Todo Miembro que ratifique el presente Convenio deberá adoptar medidas inmediatas y eficaces para conseguir la prohibición y la eliminación de las peores formas de trabajo infantil con carácter de urgencia.</p>	<p>-Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006). -Programa Luz de Infancia, para la Prevención y erradicación de la explotación sexual comercial infantil. -Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural. -Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina.</p>	<p>-Plan Nacional de Prevención e Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004). -Plan Nacional Para la Erradicación del Trabajo Esclavo (2003). -Plan Nacional de Combate a la Violencia Sexual Infanto-Juvenil (2002). -Programa Centinela. -Programa Beca Familia. -Política Nacional de Salud Para la Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajador Adolescente (2004). -Plan Nacional de Combate a la Trata de Personas (2006).</p>	<p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes (2003-2008). -Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA (2004). -Programa nacional para la disminución progresiva del trabajo infantil en las Calles (Programa Abrazo).</p>	<p>-Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Uruguay (2003-2005).</p>
<p>Artículo 2º A los efectos del presente Convenio, el término «niño» designa a toda persona menor de 18 años.</p>	<p>-Ley 26.061, de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, en su Artículo 2º considera niño a toda persona hasta los 18 años</p>	<p>-El Estatuto del Niño y el Adolescente, en su Artículo 2º, considera niño persona hasta los 12 años de edad y adolescente aquel entre 12 y 18 años. -La diferenciación que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, una vez que la legislación brasilera prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o dañinas a su formación moral y educativa.</p>	<p>-La Ley nº 21.69/03, que "Establece la Mayoría de Edad", define como niño a toda persona hasta los 13 años de edad y adolescente aquel entre 14 y 18. -La diferenciación que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, una vez que la legislación paraguaya prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o dañinas a su formación moral y educativa.</p>	<p>-El Código de la Niñez y la Adolescencia, en su artículo 1º, define como niño a todo ser humano hasta los 13 años de edad y adolescentes a los mayores de 13 años y menores de 18 años de edad. -La diferenciación que la normativa interna hace entre "niño" y "adolescente" no debe ser entendida como una contradicción al artículo 2º del Convenio, una vez que la legislación uruguaya prohíbe a los menores de 18 años trabajar en actividades peligrosas, insalubres o dañinas a su formación moral y educativa.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 3° A los efectos del presente Convenio, la expresión «las peores formas de trabajo infantil» abarca:</p> <p>a) todas las formas de esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, como la venta y la trata de niños, la servidumbre por deudas y la condición de siervo, y el trabajo forzoso u obligatorio, incluido el reclutamiento forzoso u obligatorio de niños para utilizarlos en conflictos armados;</p>	<p>-Constitución Nacional, Artículo 15, consagra la abolición de la esclavitud y califica como crimen todo acto de compra y venta de personas.</p> <p>-Codigo Penal, Artículo 140, prevé que es un crimen el acto de reducir a una persona a la servidumbre. El art. 127-bis penaliza a quien promueve o facilita la entrada al país de un menor de 18 años para ejercer la prostitución, con agravante cuando la víctima tenga menos de 13 años.</p> <p>-Ley nº 26.061 de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, artículo 9°, determina que los niños y adolescentes tienen derecho a no ser sometidos, entre otras situaciones, a secuestros o tráfico para cualquier fin.</p> <p>-Ley nº 25.632, Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y sus protocolos complementarios para prevenir, reprimir y sancionar el tráfico de personas, especialmente mujeres y niños y contra el tráfico ilícito de migrantes por tierra, mar e aire.</p> <p>- Ley nº 25.763 aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución In</p>	<p>-Código Penal clasifica como crimen la reducción a condición análoga a la de esclavo, con aumento de la pena si el crimen es cometido contra niño, niña o adolescente (art. 149); la frustración de derecho asegurado por ley laboral (art. 203); la incitación para el fin de emigración (art. 206) y la incitación de trabajadores de un local para otro del territorio nacional, configurando agravante si la víctima es menor de 18 años (art. 207)</p> <p>-Ley nº 11.106, del 2005, tipifica en los Artículos 231 y 231-A del Código Penal o tráfico internacional y el tráfico interno de personas para fines de prostitución, con agravante de pena cuando la víctima es niño, niña o adolescente.</p> <p>-Decreto nº 5.015, promulga la Convención de Palermo, del 12 de marzo del 2004. Decretos nº 5.016 e nº 5.017, ambos del 12 de marzo del 2004 promulgan sus Protocolos adicionales referentes al tráfico trabajadores migrantes y de personas.</p> <p>-Decreto nº 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos del niño referente a la venta de niños, a la prostitución</p>	<p>-Constitución Nacional, Artículos 10, 11 e 13, prohíbe la esclavitud, la servidumbre personal y el tráfico de personas. El art. 54 determina que la familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de garantizar protección al niño contra el abandono, la desnutrición, la violencia, el abuso, e tráfico y la explotación.</p> <p>-Código del Trabajo, art. 10, no reconoce como válido ningún pacto o convenio de trabajo en que se estipule la pérdida de la libertad personal.</p> <p>-Código de la Niñez y la Adolescencia, Artículo 54, prohíbe el trabajo de adolescentes en actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral. Cuando la explotación es promovida por los propios padres, tutores o encargados, según el Artículo 73, puede resultar en la pérdida de la patria potestad.</p> <p>-Código Penal prevé el crimen de privación de la libertad (art. 124); tráfico de menores (art. 223); Extranamiento de personas para fuera del territorio nacional (art. 125) y tráfico de personas para el exterior con fines de prostitución (art. 129).</p> <p>-Paraguay es signatario de la</p>	<p>-Código Penal (Ley nº 9.414, de 1934), art. 280, tipifica la adquisición, transferencia y comercio de esclavos y la reducción de otros hombres a la esclavitud; art. 283 tipifica la sustracción o retención de una persona menor de edad de sus padres, tutores o curadores; art. 267 el rapto de mujer menor de 15 años y art. 268 el rapto de soltera honesta mayor de 15 y menor de 18 años, con o sin su consentimiento.</p> <p>-El art. 9° del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que todo niño, niña y adolescente tiene, entre otros, derecho intrínseco a la vida, a la dignidad y a la libertad. El artículo 15, incisos c, g y h se refieren a la protección especial del Estado contra explotación económica o cualquier tipo de trabajo nocivo para la salud, educación o para el desarrollo físico, espiritual o moral de niños y adolescentes; situaciones que coloquen en peligro su seguridad como detenciones y trasladados ilegítimos; y situaciones que coloquen en peligro su identidad, como adopciones ilegítimas y ventas.</p> <p>-El gobierno uruguayo indica en su memoria que no se</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>fantil y la Utilización de Niños en Pornografía.</p> <p>-Ley nº 25.871, Ley de Migraciones (2003), art. 116, introduce la figura penal del tráfico de personas (la acción de realizar, promover o facilitar el cruce ilegal de personas por los límites fronterizos nacionales con el fin de obtener directa o indirectamente un beneficio), con agravante cuando la víctima es menor de edad (art. 121).</p> <p>-Ley nº 24.429 extingue el servicio militar obligatorio y lo sustituye por el servicio militar voluntario para hombres y mujeres con edad entre 18 y 24 años de edad. En situaciones excepcionales, el Poder Ejecutivo podrá convocar, en los términos de la Ley nº 17.531, los ciudadanos que en el año de la prestación del servicio venga a completar 18 años. En esa situación, alguien que cumpla dieciocho años en diciembre, podrá ser convocado, por ejemplo, en febrero de ese año, con la edad de 17 años. Apenas ocurriendo esto, habrá apenas una contradicción a lo dispuesto en el art. 3 a, de la Convención se la excepción-idad prevista tenga como fin el combate armado.</p>	<p>infantil y a la pornografía infantil.</p> <p>-Ley nº 4.375/1964 (Ley del Servicio Militar), reglamentada por el Decreto nº 57.654, del 20 de enero de 1966, determina en su art. 19 que la obligación para con el Servicio Militar, en tiempo de paz, comienza en el 1º día de enero del año en que el brasilero cumple 18 (dieciocho) años de edad y subsistirá hasta el 31 de diciembre del año en que complete 45 (cuarenta y cinco) años.</p> <p>-El art. 20 determina que será permitida a los brasileros la prestación del Servicio Militar como voluntario, a partir del año en que completen 17 (diecisiete). El art. 41, § 1º permite que los voluntarios para la prestación del Servicio Militar inicial, se presenten a partir de la fecha en que completen, 16 (dieciséis) años de edad. El art. 239, determina que, para efecto del Servicio Militar, cesará la incapacidad civil del menor, en la fecha en que complete 17 (diecisiete) años. Los voluntarios que, en el acto de incorporación o matrícula, tengan 17 (diecisiete) años incompletos deberán presentar documento habilitado del consentimiento del</p>	<p>Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de su protocolo adicional referente al tráfico de personas; del Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de niños en los Conflictos Armados; y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía..</p> <p>-El estudio legislativo de la OIT sobre trabajo infantil en Paraguay afirma que no existe norma interna que prohíba tajantemente el reclutamiento de jóvenes menores de 18 años, así como, no existe prohibición, o mejor, reglamentación sobre el ingreso de jóvenes menores de esa edad en Academias de Formación en las Fuerzas Armadas, Policiales etc. En la legislación interna (Ley nº 569/75, del Servicio Militar), existe una excepción que permite el alistamiento de jóvenes con menos de 18 años para que cumplan esta edad durante el Servicio Militar Obligatorio.</p> <p>-A pesar de los esfuerzos realizados por algunos sectores del Gobierno y de la sociedad civil y del progreso en la adopción de normas internacionales de</p>	<p>ha observado ningún caso de esclavitud, venta o tráfico de niños ni el reclutamiento forzado para su utilización en conflictos armados. La Comisión de Peritos (CEACR; 2005) observa que el art. 280 del Código Penal solo se refiere al comercio de esclavos y observa que, al parecer, la legislación nacional no contiene ninguna disposición que prohíba la venta y el tráfico de niños como forma de esclavitud.</p> <p>-Uruguay es signatario de la Convención Internacional contra la Delincuencia Organizada Transnacional y de sus protocolos adicionales referentes al tráfico de migrantes y de personas y del Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de Niños en Pornografía.</p> <p>-La Ley Orgánica Militar (1941) establece que para integrar el cuerpo militar se exigirá 18 años completos. En Uruguay no existe servicio militar obligatorio. El derecho uruguayo no admite la participación de menores de edad en ninguna actividad militar ni en conflictos armados.</p> <p>-Además, Uruguay ratificó, en septiembre del 2003,</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>b) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la prostitución, la producción de pornografía o actuaciones pornográficas;</p>	<p>-Ley n° 25.616 aprueba el Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de Niños en los Conflictos Armados.</p>	<p>responsable. Desde que estas condiciones de reclutamiento no permitan la utilización de niños en conflictos armados, no hay contradicción con el art. 3, a de la Convención. -Decreto n° 5.006, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos del Niño Relativo a la Participación de Niños en Conflictos Armados.</p>	<p>derechos humanos que prohíben el reclutamiento de menores de 18 años de edad, se continuaría registrando casos de su reclutamiento forzado al Servicio Militar Obligatorio. En función de esta realidad, fue creado en el país la Coalición para acabar con la utilización de niños soldados, con la participación de la Amnistía Internacional, Movimiento de Objeción de Conciencia y apoyo de UNICEF Paraguay. El gran problema, en este caso, es garantizar que los niños que por ventura todavía sean reclutados en el país queden resguardados de cualquier posibilidad de participación en conflicto armado.</p>	<p>el Protocolo Facultativo de la Convención sobre los Derechos del Niño relativo a la participación de Niños en los Conflictos Armados. -El art. 13 del Código de la Niñez y la Adolescencia determina que los niños y adolescentes no pueden formar parte de las hostilidades en conflictos armados, ni recibir preparación para ellos.</p>
	<p>-Código Penal, Artículo 125, reprime con reclusión o prisión, por un periodo de 4 a 10 años, a aquellos que promuevan o faciliten la explotación sexual comercial de menores de 18 años, aún con el consentimiento de la víctima; artículo 128, reprime con prisión la producción o publicación de imágenes pornográficas en que se exhiban menores de 18 años, así como producciones en vivo de espectáculos con escenas</p>	<p>-Constitución Federal, Artículo 227, Párrafo 4°, prevé punición severa para la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes. Este artículo se encuentra reglamentado en el Estatuto del Niño y del Adolescente, con las respectivas sanciones penales (Artículos 240, 241 y 244-A). -Ley n° 10.764, del 12 de noviembre del 2003, altera los artículos 240 a 243 del Estatuto del Niño y el Adolescente, aumentando la pena, previniendo el agravamiento</p>	<p>-Código de la Niñez y la Adolescencia, artículo 31, expresamente prohíbe la utilización de niños en actividades de comercio sexual, así como en la elaboración, producción o distribución de publicaciones pornográficas con niños. -Código Penal prevé los crímenes de coacción sexual, con agravante cuando la víctima tenga menos de 18 años (art. 128) y el proxenetismo contra menores de 18 años, con agravante cuando la víctima</p>	<p>-Código Penal, artículo 278, tipifica la exhibición pornográfica, delito cometido por aquel que ofrece públicamente espectáculos teatrales o cinematográficos obscenos, o que transmita audiciones o efectúe publicaciones de idéntico carácter. No hay referencia a la participación de menores de 18 años; art. 274 (corrupción de mayor de 15 y menor de 18 años) prevé situación de proxenetismo. -Código de la Niñez y Adolescencia, Artículo 11, determina</p>

Convenio núm.182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>pornográficas involucrando a menores de 18 años.</p> <p>-Están en tramitación en el Congreso argentino diversas iniciativas legislativas que buscan modificar el art. 128 del Código Penal, penalizando la posesión de pornografía infantil y su difusión por cualquier medio, incluso la Internet.</p> <p>-Ley nº 26.061, de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes, Artículo 22, prohíbe la exposición, difusión o divulgación de datos, informaciones e imágenes de niños, niñas y adolescentes, cuando lesionen su dignidad o reputación.</p> <p>-Ley nº 25.763 aprueba el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>	<p>para quien comete el crimen sobresaliéndose en razón del ejercicio de cargo o función y tipificando de manera más amplia los crímenes de exposición de la imagen del niño de forma peyorativa en la Internet.</p> <p>-Decreto nº 5.007, del 8 de marzo del 2004, promulga el Protocolo Facultativo a la Convención sobre los Derechos de niños, niñas y adolescentes para la prostitución y la pornografía infantil.</p>	<p>tenga menos de 14 años (art. 139).</p> <p>-Paraguay ratificó, en agosto del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>	<p>que todo niño y adolescente tiene derecho a que se respete a la privacidad de su vida. Tiene derecho a que no se utilice su imagen de forma lasciva, ni se publique ninguna información que lo perjudique y pueda dar lugar a la individualización de su persona. El art. 15, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger especialmente a niños, niñas y adolescentes con relación a toda forma de abandono, abuso sexual o explotación de la prostitución. El art. 130 define como maltrato y abuso de niños, niñas o adolescentes a las siguientes situaciones: maltrato físico, maltrato psíquico-emocional, prostitución infantil, pornografía, abuso sexual y abuso psíquico y físico.</p> <p>-Uruguay ratificó, en julio del 2003, el Protocolo Relativo a la Venta de Niños, la Prostitución Infantil y la Utilización de los Niños en la Pornografía, que complementa la Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Niño.</p>
<p>(c) la utilización, el reclutamiento o la oferta de niños para la realización de actividades ilícitas, en particular</p>	<p>-Régimen Penal de Estuprefacientes, Ley nº 23.737, Artículo 11, prevé que las penas serán aumentadas</p>	<p>-La legislación brasilera prevé que es crimen corromper o facilitar la corrupción de una persona menor de 18</p>	<p>-Ley nº 1340/88, que modificó y actualizó la Ley nº 357/72, establece penas elevadas para quien realiza</p>	<p>-El art. 15 del Código de la Niñez y Adolescencia, que trata de la protección especial, obliga al Estado a proteger</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>la producción y el tráfico de estupefacientes, tal como se definen en los tratados internacionales pertinentes,</p> <p>(d) El trabajo que, por su naturaleza o por las condiciones en que se lleva a cabo, es probable que dañe la salud, la seguridad o la moralidad de los niños.</p> <p>Artículo 4º</p> <p>1. Los tipos de trabajo a que se refiere el artículo 3, d) deberán ser determinados por la legislación nacional o por la autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas y tomando en consideración las normas internacionales en la materia, en particular los párrafos 3 y 4 de la Recomendación sobre</p>	<p>en los casos en que los criminales utilicen menores de 18 años o en perjuicio de los mismos. Las sanciones serán agravadas en caso los delitos ocurran en las inmediaciones de escuelas o en cualquier otro lugar que estudiantes frecuenten con el objetivo de realizar actividades educativas, deportivas y sociales. El Artículo 36 dispone sobre la pérdida de la patria potestad en los casos en que haya vinculación de niños con el tráfico de estupefacientes realizado por los padres.</p>	<p>años, practicando con ella, o induciéndola a practicar, acto ilícito (Ley nº 2.252/1954).</p> <p>-La Ley 6.368/76, que dispone sobre el tráfico ilícito y el uso de sustancias estupefacientes, criminaliza conductas y prevé, en el inciso III del art. 18, penas mayores siempre que el crimen provoque víctima, o incurra en la asociación con menores de 21 años.</p>	<p>tráfico de estupefacientes y dispone que se considera un agravante cuando las víctimas o intermediarios utilizados son menores de edad.</p>	<p>especialmente a niños, niñas y adolescentes de situaciones que pongan en riesgo su vida o inciten a la violencia, como el uso y el comercio de armas.</p>
	<p>-Los Artículos 176 y 191 de la LCT prohíben la realización de tareas penosas, peligrosas o insalubres a menores de 18 años. El artículo 112 de la LCT prohíbe los trabajos agrícolas peligrosos.</p> <p>-En abril del 2005, se concluyó la Consulta Nacional para la identificación de los trabajos que, por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, sean susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño. El esfuerzo conjunto de diversos órganos gubernamentales produjo un proyecto de decreto, hecho por la Superintendencia de Riesgos Laborales, que</p>	<p>-Constitución Federal, art. 7º, inciso XXXIII, prohíbe el trabajo nocturno, peligroso o insalubre a menores de 18 años.</p> <p>-Estatuto del Niño y del Adolescente (ENA) prohíbe el trabajo penoso o en locales que perjudiquen el desarrollo físico, psíquico, moral y social de niños, niñas y adolescentes y prohíbe el trabajo nocturno.</p> <p>-CLL, art. 405, prohíbe el trabajo nocturno, o en locales y servicios peligrosos, insalubres o moralmente dañinos.</p> <p>-El Ministerio de Trabajo y Empleo, en el 2000, instituyó una comisión formada por</p>	<p>-Constitución Nacional, Artículo 53, dispone sobre la protección al niño y su desarrollo armónico e integral que, a su vez, se constituye en una obligación de la familia, de la sociedad y del Estado;</p> <p>Artículo 54 prevé garantías a los adolescentes que trabajan, destacándose los derechos laborales de prevención a la salud; derechos individuales relativos a la libertad, respeto y dignidad y derecho a ser sometido periódicamente a exámenes médicos.</p> <p>-Código de la Niñez y la Adolescencia prevé la Creación de un Sistema Nacional de Protección y Promoción de</p>	<p>-La memoria del gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 hace referencia a una serie de decretos, leyes y resoluciones sobre el tema.</p> <p>-Código de la Niñez y Adolescencia, art. 164, determina que el INAU establecerá con carácter de urgencia la lista de tareas a ser incluidas en la categoría de trabajo peligroso o nocivo para la salud de niños y adolescentes o para su desarrollo físico o moral, que estarán terminantemente prohibidas, cualquiera sea la edad del que pretenda trabajar o se encuentre en relación de trabajo. El Listado de Trabajos Peligrosos elaborado</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>las peores formas de trabajo infantil, 1999.</p> <p>2. La autoridad competente, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas, deberá localizar dónde se practican los tipos de trabajo determinados a tenor del párrafo 1 de este artículo.</p> <p>3. Deberá examinarse periódicamente y, en caso necesario, revisarse la lista de los tipos de trabajo determinados a tenor del párrafo 1 de este artículo, en consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores interesadas.</p>	<p>determina cuales son estos trabajos. Está pendiente la aprobación del Decreto.</p>	<p>representantes del Gobierno Federal, del Ministerio Público del Trabajo, de los empleadores y de los trabajadores, siendo que el 17 de enero del 2001 fue presentada la lista con las 82 actividades que, por su naturaleza o por las circunstancias en que son ejecutados, son susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño.</p> <p>-En mayo del 2005, la CONAET instituyó una Sub-comisión para Analisis y Re-definición de las Actividades Peligrosas o Insalubres con Relación al Trabajo Infantil, que está revisando la lista en vigencia.</p>	<p>los Derechos de la Niñez y la Adolescencia que deberá regular e integrar los programas y acciones a nivel nacional, departamental y municipal; Artículo 54 determina, sin perjuicio del Código del Trabajo, la prohibición del trabajo de adolescentes en cualquier lugar subterráneo o bajo el agua, así como, otras actividades peligrosas o nocivas para su salud física, mental o moral; Artículo 125 enumera una serie de servicios prohibidos para menores de 18 años, como por ejemplo: tareas o servicios susceptibles de afectar la moral o las buenas costumbres; trabajos peligrosos o insalubres; trabajos superiores a la jornada establecida, o superiores a la fuerza física, o que puedan impedir o retardar el desarrollo físico normal.</p> <p>-Decreto nº 4951, del 22 de marzo del 2005, que reglamentó la Ley nº 1657/2001 que ratifica el Convenio 182 y aprobó la lista de 26 actividades que "por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, ponen en grave riesgo la salud física, mental, social o moral de niños, niñas y adolescentes, interfiriendo con su escolarización o exigiéndole combinar</p>	<p>por el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI) ya está listo y cuenta con resolución aprobatoria el INAU. Se espera su transcripción en Decreto.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>Artículo 5°</p> <p>Todo Miembro, previa consulta con las organizaciones de empleadores y de trabajadores, deberá establecer o designar mecanismos apropiados para vigilar la aplicación de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio.</p>	<p>-CONAETI-Arg</p> <p>-Programa de Información, Estadística y Monitoreo en Materia de Trabajo Infantil (SIMPOC), a cargo de la Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales (Ministerio de Trabajo).</p> <p>-Registro Nacional de Información de Personas Menores Extraviadas, en el ámbito del Ministerio de Justicia, que centraliza, organiza y cruza las informaciones de todo el país.</p> <p>-El Registro Nacional funciona en el ámbito del Programa Nacional de Prevención de la Sustracción y Tráfico de Niños y de los Delitos contra su Identidad.</p>	<p>-Foro Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil, Consejo Nacional de los Derechos del Niño y del Adolescente (CONANDA) Comisión Especial del Trabajo Infantil Doméstico – CETID y CONAETI-Br</p> <p>-Proyecto Presidente Amigo del Niño, lanzado en el 2002, y Red de Monitoreo Amiga del Niño.</p> <p>-Mapa de Indicadores del Trabajo del Niño y Adolescente (Ministerio de Trabajo).</p>	<p>extensas jornadas de trabajo con su actividad educativa”.</p> <p>-Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia.</p> <p>-CONAETI-Py</p>	<p>-Ministerio de Trabajo y Seguridad Social a través de la Inspección General del Trabajo (GTSS) y INAU.</p> <p>-Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI).</p> <p>-El art. 218 del Código de la Niñez y Adolescencia determina que el INAU deberá desarrollar el Sistema Nacional de Información sobre Niñez y Adolescencia, que deberá incluir datos sobre el niño o adolescente bajo su responsabilidad y de las instituciones que lo atienden.</p>
<p>Artículo 6°</p> <p>1. Todo Miembro deberá elaborar y poner en práctica programas de acción para eliminar, como medida prioritaria, las peores formas de trabajo infantil.</p> <p>2. Dichos programas de acción deberán elaborarse y ponerse en práctica en consulta con las instituciones gubernamentales competentes y las organizaciones de empleadores y de</p>	<p>-Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural.</p> <p>-Programa para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano en la República Argentina.</p> <p>-Programa de Formación e Información Sistemática en materia de Prevención y Erra</p>	<p>-Plan Nacional de Combate y Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Nacional de Combate a la Violencia Sexual Infanto-Juvenil.</p> <p>-Política Nacional de Salud Para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Nacional para el Combate de la Trata de Personas, aprobado por Decreto Presidencial n° 5948.</p>	<p>-Sistema Nacional de Protección y Promoción de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia.</p> <p>-Plan Nacional de Acción por la Niñez y Adolescencia (PNA).</p> <p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes – ESNA.</p> <p>-Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo In</p>	<p>-Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Uruguay (2003-2005).</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>trabajadores, tomando en consideración las opiniones de otros grupos interesados, según proceda.</p>	<p>dicación del Trabajo Infantil. -Programa Luz de Infancia.</p>		<p>fantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes. -Programa Nacional para la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles (Programa Abrazo).</p>	
<p>Artículo 7° 1. Todo Miembro deberá adoptar cuantas medidas sean necesarias para garantizar la aplicación y el cumplimiento efectivos de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio, incluidos el establecimiento y la aplicación de sanciones penales o, según proceda, de otra índole. 2. Todo Miembro deberá adoptar, teniendo en cuenta la importancia de la educación para la eliminación del trabajo infantil, medidas efectivas y en un plazo determinado con el fin de: a) impedir la ocupación de niños en las peores formas de trabajo infantil; b) prestar la asistencia directa necesaria y adecuada para librar a los niños de las peores formas de trabajo infantil y asegurar su rehabilitación e inserción social; c) asegurar a todos los niños que hayan sido librados de las peores formas de trabajo infantil el acceso a la enseñanza-</p>	<p>-En lo que se refiere a sanciones penales, éstas ya se encuentran incluidas en la legislación interna, sin embargo falta modernizar y actualizar otros temas, como, por ejemplo, la cuestión de la divulgación de pornografía infantil en la Internet. -Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de Niñas, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, del cual Argentina participó con el Programa Luz de Infancia, en la Provincia de Misiones. -Aunque no se destinan específicamente al combate del trabajo infantil, existen importantes programas llevados a cabo por el gobierno argentino para auxilio a niños en situación de vulnerabilidad: programa Jefas y Jefes de Hogar Desempeñados (PJJHD), el programa Ingreso para el Desarrollo Humano (o Familias por la Inclusión So</p>	<p>-En términos de institución de sanciones penales, la legislación brasilera prácticamente abarca todas las conductas incluidas en el Convenio. Existe la necesidad de un artículo en el Código Penal criminalizando la explotación del trabajo infantil. -Programa de Duración Determinada (PDD) Programa de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial de Niños y Adolescentes en Argentina, Brasil y Paraguay, de la OIT/IPEC; Programa de Erradicación del Trabajo Infantil (PETI); Programa Beca Familia (PBF); Proyecto Agente Joven de Desarrollo Social y Humano y Programa Centinela. -En relación a la designación de autoridad competente para dar cumplimiento a las disposiciones de la convención, la Disposición Ministerial n° 365/2002 del Ministerio del Trabajo y Empleo determina que la CONAETI tiene, entre sus atribuciones, elaborar</p>	<p>-Necesidad de proceder con algunas adecuaciones legislativas, así como, la realización de campañas de difusión y concienciación sobre la gravedad del problema y la adopción de políticas públicas. -Programa de Prevención y Eliminación de la Explotación Sexual Infantil Comercial de Niñas, Niños y Adolescentes en la Triple Frontera Argentina-Brasil-Paraguay, de OIT/IPEC. -Red de Protección Social, Programa Familia e Programa Abrazo, destinado a la disminución progresiva del trabajo infantil en las calles. -En términos de autoridad competente, el Consejo Nacional de la Niñez, coordinado por la Secretaría Nacional de Técnica de Trabajo Infantil, que está al frente de este tema. -El Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes</p>	<p>-Necesidad de introducir de forma clara y explícita en la legislación uruguaya, que determinadas conductas son consideradas crímenes, en lo que se refiere a la sanción penal de la explotación infantil. La legislación nacional es escasa. -Programa del Cardal; Proyecto Proniño; Proyecto 300; Programa de Infancia y Familia (PIAF) y Plan CAIF -Con relación a la autoridad responsable, el Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI) viene cumpliendo este papel. -La memoria del gobierno uruguayo relativa al Convenio 182 identifica como autoridades competentes al INAU y al Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.</p>

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<p>za básica gratuita y, cuando sea posible y adecuado, a la formación profesional;</p> <p>d) identificar a los niños que están particularmente expuestos a riesgos y entrar en contacto directo con ellos, y e) tener en cuenta la situación particular de las niñas.</p> <p>3. Todo Miembro deberá designar la autoridad competente encargada de la aplicación de las disposiciones por las que se dé efecto al presente Convenio.</p>	<p>cial) y el Programa Nacional de Becas Estudiantiles.</p> <p>-En el área de responsabilidad social empresarial, se destaca el Programa Promiño, de Movistar, dirigido conjuntamente con el tercer sector y vinculado a la CONAETI y OIT.</p> <p>-En lo que se refiere a la autoridad competente, la CO-NAETI, que es presidida por el MITEYSS, está ocupando esta posición desde su Creación.</p> <p>-El Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil (2006) incorpora la perspectiva de género.</p>	<p>propuestas para la reglamentación de los Convenios 138 y 182 de la OIT; verificar su conformidad con otros dispositivos legales vigentes, promover las adecuaciones legislativas necesarias; proponer mecanismos para el monitoreo de la aplicación del Convenio 182; acompañar la implementación de las medidas adoptadas para la aplicación de los dispositivos de los Convenios 138 y 182 en el país.</p> <p>-El Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente (2004) incorpora la perspectiva de género.</p>	<p>tes (2003-2008) incorpora la perspectiva de género.</p>	
<p>Artículo 8°</p> <p>Los Miembros deberán tomar medidas apropiadas para ayudarse recíprocamente a fin de aplicar las disposiciones del presente Convenio por medio de una mayor cooperación y/o asistencia internacionales, incluido el apoyo al desarrollo social y económico, los programas de erradicación de la pobreza y la educación universal.</p>	<p>-Intercambio con Paraguay y Uruguay en términos de combate al trabajo infantil peligroso y a la inspección del trabajo.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil</p> <p>-Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación</p>	<p>-País donador de la OIT para Haití; Angola y Mozambique, en lo que se refiere a programas de combate a las peores formas de trabajo infantil.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación</p>	<p>-Iniciativas de intercambio con Argentina en términos de combate al trabajo infantil peligroso y de inspección del trabajo</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación</p>	<p>-Iniciativas de intercambio con Argentina en términos de inspección del Trabajo.</p> <p>Mercosur:</p> <p>-Declaración Sociolaboral y la Declaración Presidencial sobre Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Plan Subregional para la Erradicación del Trabajo Infantil.</p> <p>-Encuentros de las Comisiones Nacionales para la Erradicación del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile.</p> <p>-Guía para la implementación</p>

Convenio núm.182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>ción del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile (OIT, 2003). -Campaña gráfica y audiovisual para la prevención y erradicación del trabajo infantil (2004). -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC n° 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>ción del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile (OIT, 2003). -Campaña gráfica y audiovisual para la prevención y erradicación del trabajo infantil (2004). -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC n° 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>ción del Trabajo Infantil del Mercosur y Chile.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Guía para la implementación de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile (OIT, 2003). -Campaña gráfica y audiovisual para la prevención y erradicación del trabajo infantil (2004). -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo -Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC n° 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur. 	<p>de un Sistema de Inspección y Monitoreo del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile (OIT, 2003).</p> <ul style="list-style-type: none"> -Campaña gráfica y audiovisual para la prevención y erradicación del trabajo infantil (2004). -Discusión de un Plan Regional de Inspección de Trabajo -Plan Regional para la Prevención y Erradicación de Trabajo Infantil en el Mercosur, aprobado en julio del 2006 (Resolución GMC n° 36/06). -Iniciativa NIN@SUR. -Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Materia Penal para el Mercosur. -Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, República de Bolivia y República de Chile. -Complementación del Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en Materia de Tráfico de Menores entre los Estados Partes del Mercosur.

Convenio núm. 182 sobre la prohibición de las peores formas de Trabajo Infantil (1999)

Artículo	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños y adolescentes -Grupo de Operadores de Derecho.</p>	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños y adolescentes -Grupo de Operadores de Derecho.</p>	<p>OIT/IPEC: -Propuesta de acuerdo trilateral en el marco del programa de combate a la explotación sexual comercial de niños y adolescentes -Grupo de Operadores de Derecho.</p>	

Capítulo III

Observaciones generales y recomendaciones

La identificación de los vacíos legislativos es fundamental para la definición de los requisitos mínimos comunes que permitan a los países del Mercosur disponer de un marco normativo subregional adecuado en materia de trabajo infantil y adolescente.

En los capítulos precedentes fueron hechas una serie de recomendaciones específicas en el ámbito nacional. Se trata ahora de hacer recomendaciones en el ámbito subregional.

Nótese que el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur, en su artículo 1º, determina que el Parlamento sustituirá a la Comisión Parlamentaria Conjunta y su efectiva instalación se realizará antes del 31 de diciembre del 2006.

En función de esto, se tomó la decisión de dirigir algunas recomendaciones directamente al Parlamento, en el formato de sus competencias definidas en el artículo 4 del Protocolo Constitutivo.

Entre las competencias del Parlamento del Mercosur definidas en el art. 4, se destacan:

4.3 Elaborar y publicar anualmente un informe sobre la situación de los Derechos Humanos en los Estados Partes

Recomendación:

Se recomienda que el Parlamento dé prioridad en este documento anual, la situación del niño, niña y del adolescente en general, y la situación del trabajo infantil y de las peores formas de trabajo infantil, en particular.

En el informe, el capítulo sobre niños, niñas y adolescentes deberá dar especial enfoque a la cuestión del niño migrante y de sus necesidades específicas en términos de atención y protección, así como a la cuestión de la trata de niños, niñas y adolescentes, especialmente con fines de explotación laboral y sexual comercial.

Para la elaboración del informe anual sobre derechos humanos, el Parlamento del Mercosur deberá oír a los diversos sectores de los gobiernos, sociedad civil y organismos internacionales que trabajen directamente con niños, niñas y adolescentes en situación de vulnerabilidad.

4.4 Efectuar Requerimientos de Informaciones^{xxxv} y opiniones a los órganos decisivos y consultivos del Mercosur

Recomendación:

Los Requerimientos de Información, a ser enviados a los órganos consultivos y decisivos de la estructura del Mercosur, además de instrumentos de interlocución y posible presión política, son importantes fuentes de datos para la reflexión y el debate parlamentario. Se recomienda que el Parlamento del Mercosur, en su rutina político-institucional, utilice este instrumento reglamentario para agilizar y profundizar los debates y discusiones sobre trabajo infantil y peores formas de trabajo infantil.

De esta forma, y en la calidad de órgano consultivo del Consejo del Mercado Común, estará fortaleciendo sus lazos con el Grupo Mercado Común, la Comisión de Comercio del Mercosur y el Foro Consultivo Económico - Social (FCES).

4.8 Realizar reuniones semestrales con el Foro Consultivo Económico - Social (FCES)^{xxxvi}

Recomendación

El FCES, desde su creación, está siendo un órgano fundamental para que la sociedad civil pueda expresarse sobre diversas materias que reflejen la preocupación y aspiraciones de los sectores que lo integran: representaciones de los empleadores, trabajadores y sectores diversos. Entre sus competencias está realizar investigaciones, estudios, seminarios o eventos de naturaleza similar sobre cuestiones económicas y sociales de relevancia para el Mercosur; establecer relaciones y realizar consultas con instituciones nacionales o internacionales públicas y privadas y contribuir a una mayor participación de la sociedad en el proceso de integración regional.

Se recomienda que el Parlamento pauté el tema del trabajo infantil y de las peores formas de trabajo infantil en las reuniones semestrales con el Foro Consultivo Económico - Social, llevando contribuciones para el debate.

Políticamente, la articulación del Parlamento con el FCES, ambos órganos consultivos en la estructura del Mercosur, los transformará en aliados de peso en la lucha por los derechos de los niños, niñas y adolescentes y en apoyo a la implementación del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil.

4.9 Organizar reuniones públicas sobre cuestiones vinculadas al desarrollo del proceso de integración, con entidades de la sociedad civil y sector productivo.

Recomendación:

Las reuniones públicas con entidades de la sociedad civil y del sector productivo son espacios fundamentales para la profundización del debate, discusiones de propuestas legislativas y compromisos públicos de los actores involucrados.

Se recomienda que el Parlamento, inmediatamente después de la aprobación de su Reglamento Interno, promueva un ciclo de reuniones públicas para discutir estrategias de erradicación del trabajo infantil en general, y de las peores formas en particular. De este ciclo de reuniones públicas deberán formar parte reuniones específicas sobre migraciones y sobre trata de seres humanos, especialmente niños, niñas y adolescentes.

Se recomienda que, en concordancia con lo que prevé el Objetivo Específico Número 2 del Plan Regional para la Prevención y la Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, el Parlamento del Mercosur promueva una gran reunión pública para discutir el tema de la incidencia de las migraciones entre los países del Mercosur en las causas del trabajo infantil y en las modalidades en que se presenta.

4.12 Elaborar criterios sobre proyectos de normas del Mercosur que requieren aprobación legislativa

Recomendación:

Se recomienda que los criterios sobre proyectos de normas que traten directamente o afecten la situación de niños, niñas y adolescentes víctimas del trabajo infantil lleven en consideración las observaciones y recomendaciones presentadas en el Capítulo II de este informe.

Se recomienda que para la elaboración de estos criterios, se realicen reuniones públicas para permitir un debate lo más amplio posible con la sociedad civil y el sector productivo.

Se recomienda que el Parlamento otorgue prioridad, en sus trabajos, la propuesta de creación del Fondo Social Especial (FSE), destinado a dar atención especial a los sectores de la población en situación de pobreza extrema y exclusión, previsto en el documento presidencial “Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema” (2005).

Se recomienda que el Parlamento esté atento a las actividades previstas en el Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, colocándose como socio.

Se recomienda dar especial atención al objetivo específico 1 del Plan, que busca armonizar la Declaración Sociolaboral con las normas internacionales asumidas por los Estados Partes, que garanticen los derechos de niños, niñas y adolescentes.

Se recomienda además que, en concordancia con lo que prevé el objetivo específico 1 del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur (Res. GMC 36/06), el Parlamento del Mercosur participe activamente en el debate sobre la revisión e incorporación a la Declaración Sociolaboral del Mercosur de las normas vinculadas al trabajo infantil surgidas posteriormente a la aprobación de aquella, tales como el Convenio 182 de la OIT, la Declaración de Presidentes del Mercosur sobre Erradicación del Trabajo Infantil, entre otras.

4.13 Proponer proyectos de normas del Mercosur para su consideración por el Consejo de Mercado Común

Recomendación:

Se recomienda que el Parlamento del Mercosur, a partir de la acumulación de discusiones realizadas en diferentes foros y organismos (Subgrupo de Trabajo 10, Comisión Sociolaboral, Foro Consultivo Económico-Social, Unidad Ejecutora del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur), proponga normas que refuercen la prevención, el combate y la erradicación del trabajo infantil en el Mercosur.

Se recomienda dar especial atención al Objetivo Específico 1 del Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur, que es armonizar la Declaración Sociolaboral con las normas internacionales asumidas por los Estados Partes, que garanticen los derechos de niños, niñas y adolescentes.

- 4.14 Elaborar estudios y anteproyectos de normas nacionales, orientados a la armonización de las legislaciones nacionales de los Estados Partes, que serán comunicados a los Parlamentos nacionales para su consideración

Recomendación:

Se recomienda que el Parlamento del Mercosur cree en su estructura una Comisión del Niño, Niña y el Adolescente con carácter permanente, que tenga como competencia dar seguimiento a los avances y vacíos legislativos de los países en lo que se refiere a la Declaración Sociolaboral, a la Declaración de los Presidentes y a los compromisos internacionales.

Competería también a la referida Comisión, realizar reuniones públicas sobre el tema y elaborar los estudios y proyectos previstos en el artículo 4.14 del Protocolo Constitutivo.

Se recomienda que dentro de esta Comisión sea formada una subcomisión encargada específicamente del tema de trabajo infantil y que su primera tarea sea hacer un levantamiento de las propuestas de proyectos de ley en tramitación en los parlamentos de los Estados Partes del Mercosur, para posterior examen y decisión de estrategias políticas.

Se recomienda que esta subcomisión tenga en consideración las observaciones sobre vacíos normativos y propuestas de cambios legislativos que se consignan en el presente informe, dando especial énfasis a algunos temas recurrentes:

- Listas actualizadas de los trabajos que, por su naturaleza o por las condiciones en que se realizan, sean susceptibles de perjudicar la salud, la seguridad y la moral del niño;
- trabajo infantil doméstico;
- exigencia del registro de trabajadores adolescentes;
- utilización, oferta y demanda de niños, niñas y adolescentes para fines de explotación sexual comercial, de producción de material pornográfico o espectáculos pornográficos;
- utilización, oferta y demanda de niños, niñas y adolescentes para actividades ilícitas, particularmente para la producción y tráfico de drogas conforme a lo definido en los tratados internacionales pertinentes ; y
- trata de niños, niñas y adolescentes para fines de explotación sexual comercial.

- 4.15 Desarrollar acciones y trabajos conjuntos con los Parlamentos nacionales, con el objetivo de asegurar el cumplimiento de los objetivos del Mercosur, en particular aquellos relacionados con la actividad legislativa

Recomendación:

Se recomienda que el Parlamento del Mercosur desarrolle, con los Parlamentos nacionales, acciones y trabajos conjuntos sobre el trabajo infantil y su prevención y erradicación, enfatizando el combate a las peores formas, especialmente la trata de niños, niñas y adolescentes para la explotación sexual comercial. El levantamiento de materias

legislativas, recomendado en el ítem anterior, deberá servir de base para este trabajo, en lo que se refiere a la actividad legislativa.

Se recomienda la realización de estudios legislativos conjuntos sobre temas como la aplicación de normas en materia de trabajo infantil, reformas penales para los casos de explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes, trata de niños, niñas y adolescentes y pornografía infantil.

Se recomienda la acción conjunta del Parlamento del Mercosur y de los Parlamentos nacionales en la realización de campañas a nivel regional y de seminarios temáticos.

Se recomienda la acción conjunta del Parlamento del Mercosur y de los Parlamentos nacionales en la aprobación de la propuesta de creación del Fondo Social Especial (FSE), destinado a dar atención especial a los sectores de la población en situación de pobreza extrema y exclusión, previsto en el documento presidencial “Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema” (2005).

Se recomienda que el Parlamento del Mercosur y los Parlamentos nacionales trabajen juntos en la formación de legisladores en temas relacionados a los derechos de niños, niñas y adolescentes en el marco de los instrumentos internacionales relativos al trabajo infantil.

Se recomienda la realización de una reunión anual de las comisiones temáticas de cada Parlamento (incluyendo la del Mercosur) en la que se aborde la situación de niños, niñas y adolescentes en el mundo del trabajo, para acompañar proyectos, evaluaciones de las situaciones del país y evaluación del Plan Subregional.

El informe “La Eliminación del Trabajo Infantil: un Objetivo a Nuestro Acance”, lanzado durante la 95ª Conferencia Internacional del Trabajo (Ginebra 2006), indica caminos de superación del problema del trabajo infantil en todo el mundo.

En términos del Mercosur, se puede vislumbrar que será fundamental el protagonismo de su Parlamento en el esfuerzo coordinado de transversalizar^{xxxvii} el tema del trabajo infantil, para influenciar procesos, políticas y programas que tienen un impacto significativo en la prevención, reducción y eliminación de este flagelo.

Con la definición e implementación de medidas adecuadas de duración determinada hasta el fin del 2008, el Parlamento del Mercosur podría ser un importante socio en el gran desafío propuesto por la OIT referido a la eliminación de todas las peores formas de trabajo infantil para el 2016.

Finalmente, el Parlamento del Mercosur podrá cumplir el papel importantísimo de coordinar el urgente y necesario compromiso político en la región, en el sentido de que los gobiernos, además de los planes de combate al trabajo infantil, adopten políticas públicas eficaces de reducción de la pobreza, de ampliación y prioridad de la educación de niños, niñas y adolescentes y de defensa de los derechos humanos.

Bibliografía

ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José; GOMES, Ana Virgínia; MOURÃO ROMERO, Adriana; SPRANDEL, Marcia Anita y VILLAFANEUDRY, Tiago – *Análisis y Recomendaciones para la Mejor Regulación y Cumplimiento de la Normativa Nacional e Internacional sobre el Trabajo de Niños y Adolescentes en el Brasil*. (Documento de Trabajo n° 171) Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas / Programa IPEC Sudamérica [2003]

ARGENTINA. *Infancia y adolescencia: trabajo y otras actividades económicas. Primera encuesta Análisis de resultados en cuatro subregiones de Argentina*. MTEySS/INDEC/ OIT. 2006.

ARGENTINA. *Plan Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil*. CONAETI/ MTEySS, 2006.

BRASIL. *Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección al Trabajador Adolescente*. Brasilia, Ministerio de Trabajo y Empleo, Secretaría de Inspección del Trabajo, 2004.

COMISIÓN DE EXPERTOS EN APLICACIÓN DE CONVENIOS Y RECOMENDACIONES (CEACR)

Observación general – Paraguay. Publicación: 2005

Observación general – Paraguay. Publicación: 2006

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Argentina (ratificación: 1996) Publicación: 2005

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Brasil (ratificación: 2001) Publicación: 2005

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Publicación: 1997

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Publicación: 1999

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Publicación: 2003

Observación individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Publicación: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Argentina (ratificación: 1996) Envío: 2001

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Argentina (ratificación: 1996) Envío: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Brasil (ratificación: 2001) Envío: 2005

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Envío: 1999

Solicitud directa individual sobre el Convenio 138, Edad mínima, 1973 Uruguay (ratificación: 1977) Envío: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Argentina (ratificación: 2000) Envío: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Argentina (ratificación: 2001) Envío: 2005

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Brasil (ratificación: 2000) Envío: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Brasil (ratificación: 2000) Envío: 2005

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Uruguay (ratificación: 2001) Envío: 2004

Solicitud directa individual sobre el Convenio 182, Peores formas de trabajo infantil, 1999 Uruguay (ratificación: 2001) Envío: 2005

DONO, Liliana; FILGUEIRA, Fernando y SANTESTEVAN, Ana - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre el trabajo infantil y adolescente en Uruguay*. (Documento de Trabajo n° 173). Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas/ Programa IPEC Sudamérica [2003]

FERNÁNDEZ, José Enrique y DE LOS CAMPOS, Hugo - *Análisis de las políticas y programas sociales en Uruguay: la acción pública para prevenir y combatir el trabajo de niños, niñas y adolescentes*. Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas / CIESU/IPEC Sudamérica, 176 p. (Serie: Documento de Trabajo, 186) [2004]

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – Memoria presentada por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del trabajo correspondiente al periodo que culmina el 31 de mayo del 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar cumplimiento a las disposiciones del CONVENIO 138, sobre la edad mínima de admisión al empleo, cuya ratificación ha sido registrada el 3 de mayo de 1977. [s/d]

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – Memoria presentada por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo correspondiente al período que culmina el 31 de mayo del 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar cumplimiento a las disposiciones del CONVENIO 182, sobre las peores formas de trabajo infantil, 1999, cuya ratificación ha sido registrada el 3 de agosto del 2001. [s/d]

GOBIERNO DE PARAGUAY. Memoria presentada por el de conformidad con las disposiciones del artículo 22 de la Constitución de la Organización Internacional del Trabajo correspondiente al periodo que culmina el 31 de mayo del 2003, acerca de las medidas adoptadas para dar efectividad a las disposiciones del CONVENIO 182, sobre las Peores Formas de Trabajo Infantil, 1999, cuya ratificación ha sido registrada el 7 de marzo de 2001. [s/d]

GOBIERNO BRASILEÑO. MINISTERIO DE TRABAJO Y EMPLEO. GABINETE DEL MINISTRO. ASESORÍA INTERNACIONAL – *Convenio 182: primer informe presentado por el Gobierno del Brasil*. [s/d]

GOBIERNO BRASILEÑO. MINISTERIO DE TRABAJO Y EMPLEO. GABINETE DEL MINISTRO. ASESORÍA INTERNACIONAL – *2a. Memoria Convenio 182: primer informe presentado por el Gobierno de Brasil.* [s/d]

GOBIERNO BRASILEÑO. MINISTERIO DE TRABAJO Y EMPLEO. GABINETE DEL MINISTRO. ASESORÍA INTERNACIONAL – *Convenio sobre la edad mínima para la admisión al empleo, 1973. Convenio 138. Corresponde al periodo comprendido entre septiembre del 2003 y mayo del 2004.* [s/d]

KÖHN GALLARDO, Marcos A. – *Aplicación de la Legislación en Argentina y Paraguay.* Colección Buenas Prácticas y Lecciones Aprendidas en la prevención y erradicación de la explotación sexual comercial (ESC) de niñas, niños y adolescentes. Asunción, OIT/IPEC [2005].

LITTERIO, Liliana Hebe - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Argentina.* (mimeo). [2005]

LOPEZ BENITEZ, Verónica Diana - *Análisis y recomendaciones para la mejor regulación y cumplimiento de la normativa nacional e internacional sobre trabajo de niños, niñas y adolescentes en Paraguay.* (Documento de Trabajo n° 183). Lima: OIT/ Oficina Regional para las Américas/ Programa IPEC Sudamérica [2004]

Mercosur/ GRUPO MERCADO COMÚN – Resolución n° 36/06. *Plan Regional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Mercosur.* XXXI GMC EXT. – Córdoba, 18/VII/06

Mercosur/CONSEJO MERCADO COMÚN
Declaración Sociolaboral del Mercosur. Rio de Janeiro, 10/12/1998
Iniciativa de Asunción sobre la lucha contra la pobreza extrema. Asunción, 20/06/2005.
Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Montevideo, 09/12/2005.
Declaración sobre los Derechos Humanos de los Presidentes del Mercosur y Estados Asociados. Montevideo, 09/12/2005

MINOTTO GOMES, Isadora – *Aplicación de la Legislación en el Brasil.* Colección Buenas Prácticas y Lecciones Aprendidas en prevención y erradicación de la explotación sexual comercial (ESC) de niñas, niños y adolescentes. Asunción, OIT/IPEC [2005]

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, *Informe del Director General – La eliminación del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance.* Conferencia Internacional del Trabajo, 95ª Reunión. [2006]

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, *Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones.* Conferencia Internacional del Trabajo, 93ª Reunión. [2005]

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – *Conclusiones.* 16ª Reunión Regional Americana. Brasilia, 2 al 5 de mayo. [2006]

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – *Trabajo Infantil Rural en Canindeyu* Paraguay. Paraguay, 2005.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO/ SECRETARÍA INTERNACIONAL DEL TRABAJO - *El Fin del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance*. Oficina de la OIT en Brasil, abril del 2006

PARAGUAY. *Construir otro Paraguay para los niños, niñas y adolescentes. Política Nacional de Niñez y Adolescencia – POLNA. Plan Nacional de Acción por la Niñez y la Adolescencia – PNA. Plan Nacional de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los Adolescentes. Plan Nacional de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Paraguay*. Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia, Consejo Nacional de la Niñez y la Adolescencia. Movimiento por la Paz, el Desarme y la Libertad, OIT. junio del 2005.

SOARES FILHO, JOSÉ – *Algunos aspectos de la reforma del judiciario*. Recife, mimeo, 2005.

SPRANDEL, Marcia Anita; CARVALHO, Henrique José y ROMERO, Adriana Mourão – *La explotación sexual comercial de niños y adolescentes en las legislaciones de Argentina, Brasil y Paraguay: alternativas de armonía para el Mercosur*. Asunción, OIT/IPEC [2002]

SPRANDEL, Marcia Anita (coord), LINARES, Ángela Gabriela Espínola y KRAUTSTOFL, Elena – *Situación de los Niños y de los Adolescentes en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: desafíos y recomendaciones*. UNICEF/TACRO. Curitiba, Itaipu Binacional. [2005].

URUGUAY. *Plan de Acción para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil en el Uruguay 2003 – 2005*. Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil CETI; MTySS/ Inspección General del Trabajo y de la Seguridad Social; Instituto Interamericano del Niño. [s/d]

ZAMBIASI, Sérgio - Parecer nº 1.042, del 2006, de Plenario, en sustitución a la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional, sobre el PDS nº 410, del 2006 (PDC nº 2.266- A, del 2006, en el origen), que aprueba el texto del Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur, aprobado por la Decisión nº 23/05, del Consejo del Mercado Común, y firmado por los Gobiernos de la República Argentina, de la República Federativa del Brasil, de la República de Paraguay y de la República Oriental del Uruguay, Estados Partes del Mercosur, celebrado en Montevideo, el 9 de diciembre del 2005. Brasilia.

Notas

- i El Mercado Común del Sur - Mercosur - es un proceso de integración entre Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, creado con la firma del Tratado de Asunción, el 26 de marzo de 1991. En julio del 2006, Venezuela se unió al bloque. Son países asociados Bolivia, Ecuador, Perú, Chile y Colombia.
- ii Comisión Parlamentaria Conjunta - órgano representativo de los Parlamentos de los Estados Parte en el ámbito del Mercosur. Le compete, en obediencia al proceso legislativo de cada Estado-Parte, incorporar al Derecho Positivo interno normas emanadas de los órganos del Mercosur. La Comisión tiene carácter consultivo y deliberativo, pudiendo, también, formular propuestas.
- iii http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/diamundial_mintra_ar.pdf
- iv <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabajoerendimento/pnad2004/default.shtm>
- v www.dgeec.gov.py
- vi http://www.oit.org.pe/ipec/boletin/documentos/estadistica_ti_uy.pdf
- vii En el Módulo de Trabajo Infantil y Adolescente, formulario adicionado a la Encuesta Continua de Hogares (ECH) del Instituto Nacional de Estadística (INE).
- viii Encuesta rural y de localidades menores de 5.000 habitantes, producida por la OPYPA-MGAP, que también realizó un estudio denominado Encuesta sobre Empleo, Ingresos y Condiciones de Vida de los Hogares Rurales (ER), entre octubre de 1999 y enero del 2000.
- ix http://www.oitbrasil.org.br/info/download/relatorio_global2006.pdf
- x Reformada y sancionada en Santa Fe, en 1994. El art. 75 inc. 23 reafirma protección especial a la infancia, a las mujeres, a los ancianos y a los incapacitados.
- xi La Declaración Sociolaboral adopta una serie de principios y derechos del trabajo que representan el reconocimiento de un nivel mínimo de derechos de los trabajadores en el ámbito del Mercosur, correspondiente a los convenios fundamentales de la OIT.
- xii En esta Declaración los Ministros de Trabajo se comprometen a promover acciones para impulsar el desarrollo económico y social que contribuya a mitigar la pobreza y reducir el trabajo infantil; manifiestan su enérgico rechazo a las peores formas de trabajo infantil y se comprometen a redoblar los esfuerzos en la región para avanzar en el tratamiento de esta problemática.

- xiii Los Estados Partes declaran, fundamentalmente, su compromiso orientado al fortalecimiento de los Planes Nacionales de Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil, y la armonía normativa en relación a los Convenios 138 y 182 de la OIT.
- xiv El SGT n° 10 (Asuntos laborales, empleo e Seguridad Social) es uno de los 14 subgrupos de trabajo ligados al Grupo del Mercado Común (órgano ejecutivo del Mercosur, formado por técnicos y especialistas en integración, cuyas funciones son las de proponer proyectos de decisión del Mercado Común y fijar programas de trabajo que garanticen avances). El Subgrupo 10 hoy aumentó “trabajo infantil” en su denominación. Su Módulo Operativo III otorga prioridad al Empleo Decente, las Migraciones y el Trabajo Infantil.
- xv Comisión Parlamentaria Conjunta - órgano representativo de los Parlamentos de los Estados Partes en el ámbito del Mercosur. Le compete, en obediencia al proceso legislativo de cada Estado-Parte, incorporar al Derecho Positivo interno normas emanadas de los órganos del Mercosur. La Comisión tiene carácter consultivo y deliberativo, pudiendo, todavía, formular propuestas. En 1997, la CPC firmó la Declaración de la Comisión Parlamentaria del Mercosur y Chile sobre Trabajo Infantil, que establece el compromiso de armonizar las legislaciones y las políticas para la erradicación del trabajo infantil en los países que integran el Mercosur y Chile.
- xvi La Comisión Sociolaboral es un organismo de control de la aplicación de la Declaración Sociolaboral del Mercosur, relacionado directamente con el Grupo Mercado Común (GMC). Es el único organismo tripartito dentro de la estructura institucional del Mercosur.
- xvii Destaca el Comunicado Conjunto de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur. Este Comunicado, del 2003, destaca la necesidad de dar prioridad a la dimensión social del Mercosur y de adoptar medidas conjuntas por parte de los países que lo integran, entre otras cosas, para erradicar el trabajo infantil y establecer pautas a ser observadas.
- xviii La primera memoria debe ser enviada un año después de la entrada en vigencia de la Convención. Por ejemplo, si fue ratificada en el 2004, la Convención entra en vigencia en el 2005 y la primera memoria deberá ser enviada en el 2006. Después de esa primera memoria, el ciclo de comunicación de memorias sigue su curso normal. En el caso de las convenciones fundamentales o prioritarias, la memoria debe ser enviada cada dos años. En el caso de las otras convenciones, la memoria debe ser enviada cada cinco años, según el calendario adoptado.
- xix Disponible en http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_eti_argentina.pdf
- xx El PETI tiene como público-meta a niños de 7 a 16 años en situación de trabajo, que reciben bolsas mensuales y participan de la jornada ampliada
- xxi Disponible en:

<http://www.mtb.gov.br/Empregador/FiscaTrab/CombateTrabajoInfantil/CONAETI/PlanoErradicacao/Default.asp>

- xxii Conforme al art. 131 del ECA, el Consejo Tutelar es órgano permanente y autónomo, no jurisdiccional, encargado por la sociedad de velar por el cumplimiento de los derechos del niño y el adolescente.
- xxiii Disponible en: http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_esci_py.pdf
- xxiv Disponible en: http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_paraguay.pdf
- xxv Disponible en: http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/plan_Uruguay.pdf
- xxvi La Diputada Marta Maffei y otros presentaron al Congreso Nacional un Proyecto de Ley que modifica la LCT, elevando la edad mínima de admisión al trabajo o al empleo de 16 años.
- xxvii Ver, sobre el asunto, el artículo “Aspectos laborales del nuevo Código de la Niñez y la Adolescencia”, de César Signorelli, de noviembre del 2004, acceso en <http://oit.org.pe/ipec/boletin> el 10/12/2005
- xxviii art. 1° Queda prohibido el trabajo del menor de 18 (dieciocho) años en las actividades que constan en el Anexo I
- § 1° La prohibición del párrafo de este artículo podrá ser elidida por medio de parecer técnico circunstanciado, firmado por un profesional legalmente habilitado en seguridad y salud en el trabajo, que certifique la no exposición a riesgos que puedan comprometer la salud y la seguridad de los adolescentes, el cual deberá ser depositado en la unidad descentralizada del Ministerio de Trabajo y Empleo de la circunscripción donde ocurran las referidas actividades.
- § 2° Siempre que exista controversia en cuanto a la efectiva protección de los adolescentes involucrados en las actividades constantes del referido criterio, el mismo será objeto de análisis por un Auditor- Fiscal del Trabajo, que tomará las providencias legales adecuadas.
- xxix art. 406 - El Juez de Menores podrá autorizar al menor el trabajo al que se refieren las letras “a” y “b” del § 3° del art. 405:
- I - desde que la representación tenga fin educativo o la pieza de la que participen no pueda ser perjudicial a su formación moral;
- II - desde que se certifique ser la ocupación del menor indispensable a la propia subsistencia o a la de sus padres, abuelos o hermanos y no ocasione ningún perjuicio a su formación moral.
- xxx a) no perjudique la salud y el desarrollo; b) no sean de naturaleza que perjudique su asistencia a la escuela, la participación en programas de orientación y formación profesional aprobados por la autoridad competente o el aprovechamiento de la enseñanza recibida.

- xxxi En junio del 2006 el departamento de normas de la OIT alteró el texto del art. 3(a) de la Convención 182, sustituyendo la palabra “tráfico” por “trata”. En portugués no existe esta diferenciación entre “tráfico” y “trata”, como en la lengua española. En español, el objetivo de “trata” y la explotación de la persona y la finalidad del “tráfico” es la entrada ilegal de migrantes. En el caso de la “trata” no es indispensables que las víctimas crucen las fronteras para que se configure el acto delictivo, mientras que éste es un elemento necesario en el “tráfico”.
- xxxii En Argentina, en las provincias que adhieren a la Ley Federal de Educación, se denomina Educación General Básica (EGB) al ciclo de estudios obligatorio de 9 años dividido en EGB I: 1°, 2° y 3° año de escolarización; EGB II: 4°, 5° y 6° año de escolarización y EGB III: 7°, 8° y 9° año de escolarización. Una vez terminados los estudios de EGB el alumno termina el ciclo de educación obligatorio y puede optar por proseguir con la educación polimodal (ciclo de 3 años con distintas modalidades) que, una vez concluido, lo habilita para cursar estudios de Nivel Superior. En la actualidad ocurrieron cambios: EGB3 es ahora ESB (Educación Secundaria Básica).
- xxxiii El “Programa de Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial de Niños y Adolescentes en Argentina, Brasil y Paraguay”, llevado a cabo por la OIT/IPEC del 2001 al 2005, fue una iniciativa de gran éxito en términos de ayuda recíproca en el combate a las peores formas de trabajo infantil en la región. Además de la creación de un Comité Trinacional formado por Gobiernos y sociedad civil de Argentina, Brasil y Paraguay, una de las principales conquistas del programa fue la creación de un Grupo de Operadores de Derechos, que elaboró una Guía de Procedimientos que facilita y agiliza los trámites legales en la prevención y lucha contra la explotación sexual comercial de niños y adolescentes en los tres países.
- xxxiv Nótese que la estructura y funcionamiento del Parlamento todavía van a ser definidos, cuando de la elaboración de su Reglamento Interno (art. 14).
- xxxv Nótese que el funcionamiento del Parlamento va a ser definido cuando se elabore su Reglamento Interno (art. 14). Solo entonces tendremos una definición clara de como funcionarán los Requerimientos de Información. En el caso del Congreso Nacional Brasileiro, tales proposiciones son garantizadas en la Constitución, como instrumento que obliga al Poder Ejecutivo a informar al Poder Legislativo sobre sus acciones. Ellos son admisibles para el esclarecimiento de cualquier asunto sometido a la apreciación del Parlamento el concerniente a su competencia fiscalizadora; no podrán contener pedido de providencia, consulta, sugerencia, consejo o interrogación sobre propósito de la autoridad a quien se dirija; su aprobación depende de decisión de la Mesa Directora; si otorgados, serán solicitados, a la autoridad competente, las informaciones requeridas, quedando interrumpida la tramitación de la materia que se pretende esclarecer; las informaciones recibidas, cuando se destinen a la elucidación de materia pertinente la proposición en curso en el Parlamento, serán incorporadas al respectivo proceso; el requerimiento de remesa de documentos se equipara al de pedido de informaciones.

- xxxvi El Foro Consultivo Económico-Social del Mercosur (FCES), es el órgano de representación de los sectores económicos y sociales de los Estados partes del Mercosur, e integra su estructura institucional, establecida con el Protocolo de Ouro Preto. Su sesión constitutiva fue el 31 de mayo de 1996, en la ciudad de Buenos Aires, y en esta oportunidad se aprobó el reglamento interno, que fue homologado pocos días después, el 21 de junio del mismo año, por medio de la Resolución n° 68/96 del Grupo Mercado Común (GMC).
- xxxvii La transversalidad del trabajo infantil puede ser definida de una forma más formal como (1) el proceso de evaluación de las implicaciones para niños trabajadores o para aquellos en riesgo de ser niños trabajadores, de cualquier acción planeada, en especial legislación, políticas o programas, en cualquier área y en todos los niveles; (2) una estrategia para que las preocupaciones relativas al trabajo infantil hagan parte integrante de la concepción, implementación, monitoreo y evaluación de políticas y programas en todas las esferas, política, económica y social, para reducción tanto de la oferta como de la demanda de trabajo infantil, especialmente de las peores formas de trabajo infantil; y (3) un proceso cuyo objetivo es la total eliminación del trabajo infantil lo más rápido posible.

